

UNIVERSIDADE ESTADUAL DE CAMPINAS  
FACULDADE DE EDUCAÇÃO



1290002728



FE

TCC/UNICAMP N922r

AURORA DA SILVA TEIXEIRA NUNES

**A REFORMULAÇÃO CURRICULAR NOS CURSOS DE LICENCIATURA  
DA UNICAMP: REUNIÃO DE MATERIAL DE BASE**

Trabalho apresentado como exigência da  
disciplina EP 809 – Trabalho de Conclusão de  
Curso II – TCC II, do curso de Pedagogia da  
Universidade Estadual de Campinas, sob a  
orientação do Prof. Dr. Luis Carlos de Freitas.

CAMPINAS 2005

I

UNICAMP RE-UNIONOTECA

2005/01/14

UNIDADE	F. E.
Nº CHAMADA	TCC UNICAMP
	05-293
V.	
TOR	2728
PR	123/2006
C	X
PRE	
DATA	24.03.06
Nº CPD	

**Ficha catalográfica elaborada pela biblioteca  
da Faculdade de Educação/UNICAMP**

N922r Nunes, Aurora da Silva Teixeira.  
A reformulação curricular nos cursos de licenciaturas : reunião de material de base / Aurora da Silva Teixeira Nunes. -- Campinas, SP : [s.n.], 2005.

Orientadores : Luís Carlos de Freitas.  
Trabalho de conclusão de curso (graduação) – Universidade Estadual de Campinas, Faculdade de Educação.

1. Formação de professores. 2. Reforma do ensino. 3. Licenciatura. 4. Currículos – Mudança. 5. Educação e Estado. 6. Política e educação. I. Freitas, Luís Carlos de. II. Universidade Estadual de Campinas. Faculdade de Educação. III. Título.

05-293-BFE

## AGRADECIMENTOS

Deus, fonte de vida e inspiração.

Aos membros da coordenação da Faculdade de Educação, que primeiramente me acolheram, abrindo-me as portas de forma séria, honesta, engajada e desmistificadora que os caracteriza, principalmente, à pedagoga Luciane Grandin.

Aos membros da Comissão de Licenciatura, principalmente à secretária Vera Louzada, pela compreensão e colaboração.

Ao professor Salvador Sandoval, pelo incentivo às minhas iniciativas.

À professora Maria Inês Petrucci Rosa pela acolhida, externando-a para além do que o formal exigia e pela paciência expressa nas longas discussões e críticas sempre construtivas.

A todas as pessoas envolvidas com a formação de professores da Universidade Estadual de Campinas, às quais se dispuseram para as entrevistas e colaboraram para que esse trabalho fosse possível.

Aos meus pais, Onofre e Teresa.

A Aline, filha-adolescente, pela alegria que me contagia e por lembrar-me que, para construir o futuro nada melhor que caminhar de volta até a adolescência e à infância.

Ao professor Luís Carlos de Freitas pela sensibilidade demonstrada ao longo do processo de orientação, sempre dando mostras de profundo respeito pelo desenvolvimento profissional / acadêmico. O orientador que me acompanhou durante todo o processo deste trabalho, fonte de incentivo constante e companheiro.

## SUMÁRIO

<b>I – Introdução.....</b>	<b>01</b>
1.1 - Origem do tema da investigação.....	02
1.2 – Metodologia.....	03
<b>II – Antecedentes</b>	
2.1 - Histórico da licenciatura no Brasil.....	05
2.2 - Histórico da licenciatura na Unicamp.....	05
2.3 - A Faculdade de Educação hoje.....	10
2.4 - Criação do Fórum de Formação da Unicamp.....	13
2.5 – Comissão de Licenciatura.....	17
2.6 - Criação da Subcomissão Permanente de Formação de Professores.....	21
<b>III – Currículo da nova licenciatura</b>	
3.1 - Eletivas.....	22
3.2 - Atividades curriculares obrigatórias.....	22
3.3 - Prática como componente curricular.....	22
3.4 - Parceria entre a Faculdade de Educação e os Institutos/Faculdades.....	23
3.5 - Reingresso de ex-alunos bacharéis.....	28
3.6 - Estágios.....	29
3.7 - Subcomissão de Estágios da Unicamp.....	32
3.8 - Comissão de Estágios da Faculdade de Educação.....	32
<b>IV – Resultados da pesquisa.....</b>	<b>112</b>
<b>V – Considerações finais.....</b>	<b>112</b>
<b>Referências bibliográficas.....</b>	<b>114</b>
<b>ANEXOS.....</b>	<b>116</b>

Anexo I - RESOLUÇÃO GR nº 38/2003, de 30.05.2003.

Anexo II - Deliberação CCG-Nº 22/2004 - 156ª Reunião – 06.05.2004 – Regimento Interno da Subcomissão Permanente de Formação de Professores da CCG - Unicamp

Anexo III – Minuta da Comissão de Estágios da Faculdade de Educação

Anexo IV – Planinfo versão I e II

Anexo V – Questões das entrevistas

Anexo VI – Composição dos Departamentos da Faculdade de Educação

Anexo VII – Relação de documentos analisados

## LISTA DE ABREVIATURAS

DAC	Diretoria Acadêmica
MEC	Ministério da Educação
SAE (diga sáe)	Serviço de Apoio ao Estudante
CCG	Comissão Central de Graduação
CONSU	Conselho Universitário
CEPE	Câmara de Ensino, Pesquisa e Extensão.
UNICAMP	Universidade Estadual de Campinas
IEL	Instituto de estudos de Linguagem
IFCH	Instituto de Filosofia, Ciências Sociais e História
IA	Instituto de Artes
PEFOPEX	Programa Especial para Formação de Professores em Exercício
PROESF	Programa Especial para Formação de Professores em Exercício da Região Metropolitana de Campinas
FEF	Faculdade de Educação Física

# **A REFORMULAÇÃO CURRICULAR NOS CURSOS DE LICENCIATURA DA UNICAMP: REUNIÃO DE MATERIAL DE BASE**

## **RESUMO**

O presente trabalho reúne materiais e informações sobre a reformulação curricular dos cursos de formação de professores, ditos licenciatura, da Universidade Estadual de Campinas. Tem por objetivo documentar o processo de reformulação curricular e os embates e debates que o envolveram. O estudo foi realizado durante o ano de 2005, na Faculdade de Educação e algumas das demais unidades (institutos/faculdades) envolvidas com os cursos de formação de professores. Tem como procedimento metodológico: o levantamento de documentos oficiais e não oficiais e entrevistas com sujeitos envolvidos no processo. A coleta de dados foi realizada com o levantamento de dados da Comissão de Licenciatura e da coordenação do curso de Pedagogia, ambas alocadas na Faculdade de Educação da universidade. As entrevistas foram realizadas com doze pessoas envolvidas com a formação de professores, alocadas na Faculdade de Educação, nas coordenações de Institutos/faculdades (nem todos (as)) e na Subcomissão Permanente de Formação de Professores. Ao longo do estudo, após a análise dos dados coletados e das entrevistas observamos que a reformulação curricular dos cursos de licenciatura foi necessária para atender aos regimentos legais de esfera nacional para este campo específico e paralelamente à reformulação dos currículos ocorreu o deslocamento da responsabilidade sobre os cursos para as unidades que desejavam ter a responsabilidade acadêmica sobre tais cursos. Foram muitos os embates e debates acerca da reformulação e deslocamento da responsabilidade, os quais tentamos registrar nesse trabalho. Todos os cursos de licenciatura da Unicamp sofreram a reformulação dos seus currículos e estão em processo de implementação.

**PALAVRAS - CHAVE:** Formação de professores, reformulação curricular dos cursos de licenciatura, embate político.

*“A universidade, aliás é, talvez, a única instituição que apenas pode sobreviver, se aceitar críticas, de dentro dela própria, de uma ou de outra forma, se a universidade pede aos seus participantes que cale, ela está se condenando ao silêncio, isto é a morte, pois seu destino é falar”.*

*(MILTON SANTOS)*

## I – INTRODUÇÃO

Com o presente trabalho propomo-nos a registrar o processo de reformulação curricular dos cursos de formação de professores da Unicamp.

Assim sendo, o trabalho organiza-se em cinco capítulos.

No primeiro capítulo tentaremos estabelecer uma abordagem introdutória, as origens do tema de investigação e os recursos metodológicos utilizados.

No segundo capítulo abordaremos o núcleo teórico, numa tentativa de entendimento da reformulação curricular e da mudança de responsabilidades acadêmicas sobre os cursos de formação de professores. Assim tentaremos contextualizar a licenciatura em seu campo específico e legitimador, articulando-a com a sua historicidade. Dessa maneira, no presente trabalho encontra-se um pouco da história das licenciaturas em âmbito nacional e no âmbito da Universidade Estadual de Campinas.

No capítulo três tentaremos colocar um esboço da composição dos novos currículos dos cursos de licenciatura, as condições que a Faculdade de Educação explicitou para que fosse parceira, relações da configuração dos novos currículos com os regimentos legais, algumas das mudanças ocorridas durante o processo, como são estabelecidas as regras no campo de estágios dentro da universidade, a temática sobre o aumento da demanda de reingresso de ex-alunos bacharéis, etc.

No capítulo quatro explicitaremos os resultados da pesquisa, a categorização das falas sobre as questões pré-estabelecidas e sobre questões surgidas durante o processo. Os resultados da pesquisa são, propriamente, falas de onze dos sujeitos entrevistados, sendo que uma das entrevistas foi perdida por problemas técnicos. E após as falas sobre um campo temático tentamos explicitar as nossas impressões.

No capítulo cinco procuraremos explicitar as nossas considerações finais sobre o trabalho.

Concluindo, o trabalho consiste, portanto, em uma pesquisa exploratória no campo de formação de professores da Universidade Estadual de Campinas, com vistas a alimentar pesquisas mais extensas e profundas que certamente serão realizadas. A importância do trabalho é que registra informações em um momento próximo às modificações ocorridas nas licenciaturas o que certamente faz com que as impressões registradas sejam produto dos embates ainda vivos nas mentes dos participantes do processo.

## 1.1 - DAS ORIGENS AO DESENVOLVIMENTO DO TRABALHO

*“Pensar e mexer com a formação humana é um pensar sobre nossa própria formação, nosso próprio percurso. Nos enfrentar com um dever-ser. O que é bem mais complicado do que um saber-fazer.”*  
(ARROYO. *Ofício de Mestre* 2000 p.41)

As minhas inquietações e as indagações em relação à formação de professores foram as motivações que desencadearam e impulsionaram o desenvolvimento do trabalho.

As origens do trabalho estão, fundamentalmente, nas minhas reflexões sobre a formação de professores e na minha trajetória de formanda do magistério a caminho da tão esperada docência.

Para entender um pouco as minhas angústias ou inquietações, talvez seja necessário citar que a minha formação escolar, a meu ver, não foi das melhores. Estudei em escola da zona rural até a quarta série, cursei o SESI por dois anos (5ª e 6ª séries) e depois fiquei fora da escola por 10 anos. Quando regresssei para a escola, em 1992, cursei o supletivo (7ª e 8ª séries) em um ano. Somente em 1996 é que concluí o magistério.

E as reflexões resultaram em inquietações sobre a formação dos professores depois de vários concursos para tentar ingressar na carreira do magistério. Concluí o curso de magistério no ano de 1996, na cidade de Aguai, no interior do Estado de São Paulo. Após a conclusão e percebendo que não conseguia lecionar porque as professoras que ingressavam na carreira, pelo menos em Aguai, era por sistema de apadrinhamento, resolvi estudar com o intuito de inscrever-me em todos os concursos para professores da Educação Infantil e Ensino Fundamental que aparecessem na região.

Eu sabia da necessidade de estudar muito, a docência era um sonho, mas mesmo assim fiquei surpresa com os resultados dos concursos porque eu conseguia bons resultados: ( 14º - Aguai<sup>1</sup> – para Ensino Fundamental (1997); 5º - Mogi Guaçu<sup>2</sup> para Educação Infantil (1997); 8º - Mogi Guaçu para Ensino Fundamental (1997); 7º - São João da Boa Vista (1997) para contratação e não efetivação; 32º - Louveira<sup>3</sup> para Ensino Fundamental (1997) e ingresso em fevereiro de 1998; 1º - Valinhos<sup>4</sup> (concurso integrado – 1998) e ingresso em janeiro de 1999 e exoneração em maio; 23º - Vinhedo<sup>5</sup> para Educação Infantil (1999) ingresso em maio de 1999; 43º - Campinas<sup>6</sup> (concurso integrado – 2000). Em muitos deles não consegui ingressar devido a contagem de títulos e tempo de serviço.

Foram muitas as questões que surgiram a partir dos resultados dos concursos. Fiquei muito curiosa para saber como era a formação de professores porque sabia que em todos os concursos muitos dos meus concorrentes tinham cursado a Pedagogia e alguns deles cursado dentro da Unicamp e que não haviam sequer entrado para a lista de classificação (no caso de Valinhos foram apenas 500 classificados de um total de + ou – 4.000 candidatos). No caso de Campinas tinha mais de 10.000 candidatos.

<sup>1</sup> Jornal “O Imparcial”, 13 de dezembro de 1997, p. 08.

<sup>2</sup> Jornal “Gazeta Guaçuana, 6 de dezembro de 1997, p.04.

<sup>3</sup> Jornal de Louveira, 17 de outubro de 1997, p.11.

<sup>4</sup> Boletim Municipal de Valinhos, 03 de novembro de 1998, p.07.

<sup>5</sup> Jornal de Vinhedo, 16 de janeiro de 1999, p. 21.

<sup>6</sup> Jornal “Correio Popular”, 22 de junho de 2000, p.01

Para responder a essa questão pessoal não poderia cursar Pedagogia em qualquer faculdade e por isso passei vários anos tentando passar no funil do vestibular da Unicamp e consegui em 2002, depois de cursar um ano e meio de cursinho pré vestibular.

Assim, quando comecei o curso de Pedagogia já sabia que o tema do trabalho de Conclusão de Curso seria sobre a formação de professores. Durante todo o curso, paralelamente, eu fui pesquisando sobre o assunto.

Na conversa com o orientador Luis Carlos de Freitas, em outubro de 2004, explicitando o meu tema de pesquisa definimos o campo da formação de professores na área das licenciaturas, devido ao fato de constituir-se num campo com muito material de pesquisa, próximo das minhas possibilidades e carente de pesquisa, pelo menos dentro da universidade.

## **1.2 - A METODOLOGIA E AS JUSTIFICATIVAS DE SUA ADOÇÃO, COM BASE NO REFERENCIAL TEÓRICO UTILIZADO.**

Os objetivos estabelecidos neste estudo levaram-me a optar por um estudo de caso, orientado pelos pressupostos da abordagem qualitativa em pesquisa educacional.

A pesquisa teve como objeto o processo de reformulação das licenciaturas na Unicamp através do estudos da documentação que compõe o processo de mudança da reformulação dos cursos de licenciatura formulados pela Comissão de Licenciaturas da Unicamp e entrevistas com os principais envolvidos nesse processo de reformulação.

Os dados obtidos foram organizados e classificados. As entrevistas foram semi-estruturadas. A investigação teve a intenção de fazer um estudo de natureza qualitativa, que poderia configurar-se como um estudo de caso, nos termos explicitados por ANDRÉ (1986, p.18) *“o que se desenvolve em uma situação natural, é rico em dados descritivos, tem um plano aberto e flexível e focaliza a realidade de forma complexa e contextualizada”*. Referindo-se à abordagem qualitativa, SEVERINO (2001, p.8-9) enfatiza que o que interessa ao pesquisador são *“as significações concretas e particulares que os indivíduos atribuem às suas ações singulares, nos ambientes particulares em que se desenrola sua existência*

As primeiras informações foram coletadas em documentos<sup>7</sup> na Comissão de Licenciatura da Faculdade de Educação da Unicamp. Essa documentação continha relatórios de reuniões da Comissão de Licenciatura, relatórios das reuniões da Subcomissão Permanente de Formação de Professores, Projetos dos cursos que até janeiro de 2005 já tinham sido aprovados, documentos referentes à legislação vigente sobre as licenciaturas. Assim, para o desenvolvimento desta pesquisa, busquei procedimentos que pudessem trazer-me informações necessárias para a construção e análise do objeto em estudo, elegendo também a análise documental como método de construção de dados<sup>8</sup>. A coordenadora da Comissão de Licenciaturas colocou à minha disposição todos os documentos referentes às reformulações dos cursos de licenciatura da Unicamp que estavam sob sua responsabilidade. Tirei cópia de todos os documentos, com autorização da Comissão de Licenciatura, pois a coordenadora só deixou que eu tirasse cópias depois de consultar a referida comissão.

Nesse primeiro momento realizei uma leitura inicial do conjunto de documentos e textos com a finalidade de entrar em contato com o tema em geral. Este movimento de idas e vindas, de inúmeras re-leituras, possibilitou-me uma visão panorâmica sobre a reformulação curricular dos cursos de formação de professores da Unicamp.

Outras informações foram coletadas em documentos oficiais produzidos: LDB 9394/96, pareceres CNE 9/2001, CNE 28/2001, CNE 1/2002, Resolução CNE 2/2002, os

<sup>7</sup> Segundo LUDKE e ANDRÉ (1986 p.38) são considerados documentos quaisquer materiais escritos que possam ser usados como fonte de informação sobre o comportamento humano, (...)constituem-se uma fonte estável, rica, natural, não-reativa e poderosa de onde podem ser retiradas evidências que fundamentam afirmações e declarações do pesquisador (...) A análise documental busca identificar informações factuais nos documentos a partir de questões ou hipóteses de interesse.

<sup>8</sup> Entendida como um conjunto de operações visando representar o conteúdo de um documento sob uma forma diferente da original, a fim de facilitar um estágio ulterior, a sua consulta e referência (BARDIN,1997,P.345).

quais normatizam e definem políticas públicas para a formação de professores no Brasil e também documentos oficiais da Unicamp, como deliberações, resoluções: Deliberação CONSU A 36/2003, GR-38, etc. Dediquei-me à leitura dos documentos, principalmente as que se referiam ao estágio (anexo I - GR-38) dos alunos dos cursos de formação de professores dentro da universidade e a deliberação CONSU A-36 que delibera sobre a responsabilidade sobre os cursos de formação de professores dentro da universidade.

Depois dessa etapa é que foram agendadas as entrevistas (roteiros – anexo V), pois a entrevista por sua natureza interativa, permite explorar, com profundidade, temas complexos. E foi nesse caso, uma das principais técnicas de coleta de dados e aplicadas nos moldes explicitados por CIPRIANI (1985, p.4). Assim apresentei-as semi-estruturadas, com perguntas abertas, assemelhando-se muito a uma conversa, fazendo perguntas específicas, mas deixando o entrevistado responder com seus próprios termos.

Os doze professores sujeitos da pesquisa, eram coordenadores dos cursos de formação de professores nos institutos e/ou faculdades, ex-coordenadores, presidente e vice-presidente da Subcomissão Permanente de Formação de Professores da Unicamp, isto é, pessoas envolvidas com os cursos de formação de professores da Universidade Estadual de Campinas.

A primeira foi com a coordenadora da Comissão de Licenciatura, depois com o presidente da Subcomissão Permanente de Formação de Professores da Unicamp. Assim seguiram outras com alguns coordenadores dos institutos e faculdades que têm sob sua responsabilidade a formação de professores e ex-coordenadores dos referidos institutos. É importante ressaltar que o processo de pesquisa, no que se refere às entrevistas, foi desgastante, por diversas vezes fiquei esperando possíveis entrevistados que não compareciam mesmo depois de ter agendado. O sujeito C11 que está alocado entre os sujeitos da pesquisa configurou a sua entrevista em apenas cinco minutos, cujo fato descaracterizou a legitimidade da mesma. Não podemos deixar de citar também a perda, por problemas técnicos, da entrevista com o sujeito C12.

Depois de algumas entrevistas tive a impressão que ainda faltavam informações precisas. Assim fui à reitoria da Unicamp pedir cópia do restante dos relatórios das reuniões da Subcomissão permanente de Formação de Professores e depois de pedido por escrito o presidente da referida subcomissão cedeu cópia dos mesmos. Por diversas vezes fui até a coordenação da Pedagogia coletar informações ou documentos e sempre fui muito bem recebida.

Após entender um pouco sobre a reformulação dos cursos de formação de professores e a política que permeava todo o processo, tornou-se necessário pesquisar um pouco sobre a Faculdade de Educação para entender como a instituição se configura e o que de fato ela tem a oferecer para a formação de professores. Assim explicito nesse trabalho a composição da Faculdade de Educação, sua composição departamental e integrantes existentes em cada departamento (anexo VI).

Durante o processo de pesquisa, depois de participarmos de várias reuniões da Comissão de Licenciatura na Faculdade de Educação, agradeço o convite à coordenadora das licenciaturas Maria Inês Petrucci Rosa, fomos configurando a nossa pesquisa, elaborando e reelaborando as questões. Pudemos perceber também que o processo de reformulação dos currículos dos cursos de licenciatura foi muito penoso para todas as pessoas envolvidas, tanto da Faculdade de Educação quanto para as pessoas representantes dos Institutos/Faculdades com a responsabilidade sobre tais cursos. Foi um processo de longas discussões, incontáveis reuniões na Comissão de Licenciatura e na Subcomissão Permanente de Formação de Professores. O embate foi interno às unidades e externo.

O presente trabalho consiste, portanto, em uma pesquisa exploratória no campo de formação de professores da Universidade Estadual de Campinas. Pensamos na relevância do mesmo para a história das licenciaturas da Unicamp. E entendemos o registro como uma possibilidade de melhor compreensão dessa temática no futuro.

## II - ANTECEDENTES

### 2.1 - HISTÓRICO DA LICENCIATURA NO BRASIL

Os currículos de cursos de formação de professores tiveram pouca alteração desde a década de 70, pois desde a Resolução nº 252/69 pouca coisa mudou quanto aos cursos de Pedagogia. Algumas alternativas foram tentadas em algumas instituições e o antigo CFE expediu alguns pareceres sobre “currículos experimentais”, mas nenhum deles, a rigor, apresentou algo realmente inovador, caracterizando-se em alterações inócuas, pois na maior parte dos casos foi mantida a prática da grade curricular e os mesmos conteúdos das antigas disciplinas. Lembramos, segundo LIBÂNEO & GARRIDO (1999), que quando foi criado o curso de pedagogia, em 1939, ele se destinava a formar bacharéis (técnicos de educação) e licenciados em pedagogia, inaugurando o que veio a denominar esquema 3 + 1, com blocos separados para o bacharelado e a licenciatura. Depois com o parecer nº 252 de 1969, o curso de pedagogia passa a formar profissionais polivalentes que poderiam atuar na administração, supervisão, orientação, e inspeção no âmbito das escolas e dos sistemas escolares e permitia também ao licenciado exercer o magistério nas séries iniciais, dentro da habilitação para o ensino normal e assim não previram uma habilitação específica para se lecionar nas séries iniciais. O currículo mínimo compreendia uma base comum a todas as habilitações e outra diversificada, em função da habilitação específica pelo aluno. A lista de habilitações incluía, pelo menos, oito tipos de atividades, em função das quais se ofereciam as opções curriculares, orientação educacional entre outras e para a profissionalização do pedagogo era a ampliação do atendimento às necessidades de escolarização básica, que tinha um forte apelo na política educacional da época. A essas mudanças deliberadas pelo parecer nº 252, segundo LIBÂNEO & GARRIDO (1999) ficou explícita a fragmentação da formação do pedagogo, à divisão técnica do trabalho na escola, a separação entre teoria e prática, e a separação entre o trabalho do pedagogo especialista e o trabalho do docente.

E em relação aos cursos de licenciatura, também não houve nenhuma mudança substantiva desde a Resolução nº 292/62 do CFE, que dispunha sobre as matérias pedagógicas para a licenciatura. O que se tentou, de fato, foram algumas diferentes formas de organização do percurso de formação, mas mantendo o 3 + 1 já presente desde 1939, outras distribuindo as disciplinas pedagógicas ao longo do curso específico. E quanto ao local de formação pedagógica, em alguns lugares ela foi mantida nas faculdades de educação, em outros, foi deslocada, total ou parcialmente, aos institutos/departamentos/cursos.

Segundo CANDAU, Alguns desafios dos cursos de licenciatura em relação à formação de professores são: Falta de domínio dos conteúdos específicos e pedagógicos e das habilidades técnicas por parte do professor; Falta de integração entre as unidades de educação e as demais unidades/departamentos; Falta de integração entre o sistema de formação do futuro docente e o sistema que o irá desenvolver como profissional; Falta de articulação entre teoria e prática, entre conteúdo e método, entre bacharelado e licenciatura. (CANDAU, 1987 p.82.83)

Atualmente, a legislação vigente, com a LDB nº. 9394/96 e com os pareceres do CNE expedidos: CNE 9/2001, CNE 28/2001, CNE 1/2002, Resolução CNE 2/2002, provocou uma discussão quanto à formação dos professores. Ainda em 1997 o MEC designou uma comissão de especialistas da educação para a elaboração das diretrizes curriculares para todas as licenciaturas, reconhecendo a necessidade de orientações normativas gerais para a parte curricular referente à formação pedagógica. E a comissão de especialistas expediu o Documento Norteador para a Elaboração de Diretrizes Curriculares para os cursos de Formação de Professores (1999). Essas novas diretrizes vieram com a expectativa de mudanças nos cursos de formação de professores que até então vinham recorrendo ao velho

esquema dos cursos de bacharelado e licenciatura porque essas modalidades de formação já mostravam historicamente seu esgotamento<sup>9</sup>.

A LDB 9394/96 delibera que as Licenciaturas destinam-se à formação de professores para atuar na Educação Infantil e nos anos iniciais do Ensino Fundamental, neste caso, a formação se dá nos Cursos Normais Superiores, podendo também realizar-se em cursos de Pedagogia, quando oferecidos pelas Universidades e Centros Universitários. Neste caso, a formação se dá nas Licenciaturas das áreas específicas do conhecimento - Licenciatura em Física, em Matemática, em Geografia, etc.

Toda a mudança na legislação sobre os cursos de formação de professores procurava superar o modelo de formação e de educação até então existentes. Para NUNES (2000) os modelos de escola e de formação de professores existentes no Brasil são modelos considerados inoperantes, inexpressivos e desqualificados, tornando-se para a maioria da população algo inaceitável. (NUNES, 2000, p.07)

Assim, o Conselho Nacional de Educação fixa exigências legais com a resolução CNE/CP 2/2002, estabelecendo que os cursos de licenciatura, de graduação plena, devem garantir em seus projetos pedagógicos “quatro componentes comuns”: 1. “prática como componente curricular”, com duração mínima de 400 horas; 2. “estágio curricular supervisionado”, com duração mínima de 400 horas; 3. “conteúdos curriculares de natureza científico cultural”, com duração mínima de 1800 horas e 4. “atividades acadêmico-científico-cultural”, com duração mínima de 200 horas, totalizando pelo menos 2.800 (duas mil e oitocentas horas) ao longo de, no mínimo, três anos.

A resolução CNE/CP 2/2002 destaca que o estágio curricular supervisionado pode ser caracterizado por “uma relação pedagógica entre alguém que já é um profissional reconhecido em um ambiente institucional de trabalho e um estagiário (...). É um momento de formação profissional do formando seja pelo exercício direto in loco, seja pela presença participativa em ambientes próprios de atividades daquela área profissional sob a responsabilidade de um profissional mais habilitado. Ele não é uma atividade facultativa sendo uma das condições para a obtenção da respectiva licença”. Entende-se que o estágio supervisionado pode ser considerado uma atividade formativa necessariamente ligada a uma atividade ao trabalho de campo que deverá ser executado prioritariamente em contato direto com as “unidades escolares do sistema de ensino” (resolução CNE/CP 2/2002).

Referindo-se à prática como componente curricular o parecer CNE/CP – 9/2001 ressalta que “uma concepção de prática mais como componente curricular implica vê-la como uma dimensão do conhecimento (...) presente nos cursos de formação no momento em que se trabalha na reflexão sobre a atividade profissional”. Assim entendemos que a prática como componente curricular é um conjunto de atividades ligadas à formação profissional, inclusive às de natureza acadêmica, que se voltam para a compreensão das práticas educativas e de aspectos variados da cultura das instituições educacionais e suas relações com a sociedade e com as áreas de conhecimento específico.

Nos documentos do CNE/CP 2/2002 destaca-se um outro componente comum para o currículo que são os “conteúdos curriculares de natureza científico cultural”, cuja carga horária mínima prevista é de 1.800 horas. Segundo as normas legais, ele se refere ao “ensino presencial exigido pelas diretrizes curriculares”, correspondendo aos conteúdos específicos

---

<sup>9</sup> Para uma visão panorâmica sobre o assunto ver – CANDAU, Vera M. (coord). Novos rumos da licenciatura: Pesquisa. Brasília: Inep/Puc – RJ, 1987.

\_\_\_\_ Pereira. J. E. Diniz. As licenciaturas e as novas políticas educacionais para a formação docente, Revista Educação e Sociedade, ano XX, nº. 68, dezembro/99 pp. 109-125.

de cada unidade a serem desenvolvidos por meio de aulas, seminários e demais atividades acadêmicas.

O último dos componentes comuns, as “atividades acadêmico-científico-culturais”, deve ter a duração mínima de 200 horas e contemplar “a ampliação do universo cultural, o trabalho integrado entre diferentes profissionais de áreas e disciplinas, a produção coletiva de projetos de estudos, elaboração de pesquisas, as oficinas, os seminários, monitorias, tutorias, eventos, atividades de extensão (...)”. trata-se, portanto, de um conjunto aberto de atividades formativas em sentido amplo.

É preciso ressaltar que os componentes comuns devem ser interpretados como princípios gerais básicos e não como regras para a elaboração da grade curricular.

Já a resolução CNE/CP 1/2002, em seu artigo 7º, inciso I, destaca que:

*“a formação deverá se realizar em processo autônomo, em curso de licenciatura plena, numa estrutura com identidade própria”, indicando a necessidade de uma interpretação própria da aplicação desses componentes para cada programa de formação de professores, de modo a respeitar a autonomia das instituições universitárias, seus objetivos e práticas.*

E no inciso III diz:

*“as instituições constituirão direção e colegiados próprios que formulem seus próprios projetos pedagógicos, articulem as unidades acadêmicas envolvidas e, a partir do projeto, tomem as decisões sobre a organização institucional e sobre as questões administrativas no âmbito de suas competências”.*

Dessa maneira, as Faculdades e Institutos encontraram nos regimentos legais, a possibilidade de ter a responsabilidade total sobre os cursos de formação de professores.

## **2.2 - A LICENCIATURA NA UNIVERSIDADE ESTADUAL DE CAMPINAS<sup>10</sup>**

A Faculdade de Educação da UNICAMP foi instalada em agosto de 1972, começando com a oferta das disciplinas de caráter pedagógico que compõem o Currículo de Licenciatura. Em 1974 teve início o Curso de Pedagogia, com a finalidade de formar professores para as séries iniciais do ensino fundamental e de habilitar profissionais para a Administração Escolar, a Supervisão Escolar, a Orientação Educacional e o magistério na Pré-escola e em Educação Especial.

A Faculdade de Educação atua, também, na formação de profissionais de ensino de áreas específicas. Tais profissionais desenvolverão suas atividades nas últimas séries do

---

<sup>10</sup> *“Universidade: palavra derivada da expressão grega uni-versitas, ou seja, unidade na versatilidade, ou, ainda, unidade na universalidade dos conhecimentos humanos. Sempre unidade, um só organismo com a função básica de transmitir, gerar e aplicar conhecimentos, e sempre no encalço do objetivo maior e também razão de ser da imprescindível unidade: o bem estar físico, espiritual e social do homem.” (Arquivo Central do SIARQ - Fundo Zeferino Vaz)*

ensino fundamental (alunos de onze a catorze anos), em todas as séries do ensino médio (alunos de quinze a dezoito anos) e em várias outras atividades relacionadas às especificidades de cada área. São aproximadamente 1600 alunos, distribuídos pelos 19 cursos de Licenciatura oferecidos pela UNICAMP nos períodos diurno e noturno, especificados no quadro seguinte:

<b>Licenciatura</b>	<b>Período</b>
Ciências Biológicas	Diurno e Noturno
Ciências Sociais	Diurno e Noturno
Dança	Diurno
Educação Artística	Diurno
Educação Física	Diurno e Noturno
Enfermagem	Diurno
Filosofia	Diurno
Física	Diurno
Geografia	Noturno
História	Diurno
Integrada Química-Física	Noturno
Letras	Diurno e Noturno
Matemática	Diurno
Química	Diurno e Noturno

Tanto bacharéis como licenciados podem dar continuidade aos estudos em nível de pós-graduação, visando ao mestrado e ao doutorado.

## **CONCEPÇÃO DE CURRÍCULO NAS LICENCIATURAS<sup>11</sup>**

No período de 1999 a 2003, segundo o relatório institucional interno 1999 - 2003, a Faculdade de Educação foi responsável por todos os cursos de licenciatura oferecidos pela Unicamp, cuja maior parte dos currículos ainda estava bastante centrada na perspectiva do conhecido modelo 3+1, o que se configura num percurso que dimensiona a licenciatura como complementação pedagógica do bacharelado. Nele, a ênfase no bacharelado era dada no decorrer de quase todo o percurso e a parte pedagógica da formação tratada, mais ao final do curso, pela Faculdade de Educação. São eles: Ciências Biológicas, Enfermagem, Educação Física, Matemática, Física, Química, Letras, Dança, Educação Artística, História, Ciências Sociais, Filosofia e Geografia).

Os princípios do projeto pedagógico instalado que norteiam essa concepção de formação docente ainda têm as marcas presentes no modelo predominante no cenário nacional, instalado a partir da década de 70, com orientações curriculares relacionadas com a legislação vigente na época. Com a ampliação intensa do acesso à escola pública, principalmente nas últimas décadas, e um conseqüente aumento da demanda de professores, os problemas relacionados aos programas de profissionalização foram sendo cada vez mais

---

<sup>11</sup> *Dados coletados da avaliação interna da Faculdade de Educação relatório quinquenal para as ensino e pesquisas e do ceset – avaliação institucional 1999- 2003*

escancarados e colocados sob suspeita. Tais problemas referiam-se principalmente às lacunas trazidas pelo modelo de formação calcado na racionalidade técnica e à ausência de aprofundamento nas questões relacionadas com a profissionalização docente.

Tendo em vista esse contexto, a assunção de uma identidade própria para os cursos de licenciatura vai sendo cada vez mais requisitada nos debates internos à FE e também, em âmbito externo, em fóruns nacionais. O reconhecimento de sua legitimação no campo de formação de professores sempre trouxe, à FE, a liderança e a autoridade para tratar do assunto. No período relacionado ao presente relatório de avaliação (1999-2003), cresceu muito intensamente o vigor em torno do debate a respeito dessas tensões, que passam por aspectos identitários inerentes aos programas de formação. Destaca-se o intenso processo vivido com a elaboração do trabalho conhecido como *Diagnóstico das Licenciaturas*, coordenado pela Profa. Elizabeth Mercuri, envolvendo cerca de 60 participantes docentes e discentes da FE e também de outros institutos e faculdades.

Até recentemente, os cursos de licenciatura, sendo a maioria modalidades dos respectivos bacharelados seguiam/seguem currículos carregados de conteúdos densos e isso é explicado pelo fato dos cursos de licenciaturas possuírem uma estrutura curricular que permite aos alunos frequentá-los concomitantemente ao bacharelado, especificando dessa forma um currículo 3 + 1, sendo a parte específica do campo teórico científico específico e a complementação pedagógica que compete à Faculdade de Educação, incluindo os estágios supervisionados e muitas vezes o aluno tomava conhecimento da existência da opção profissional pela licenciatura no decorrer do seu curso de bacharelado e associava o curso de licenciatura somente às disciplinas pedagógicas. Dessa forma, ao invés da pretendida articulação entre os cursos, cristalizou-se uma distribuição de responsabilidade desarticuladas de um projeto comum: a formação de professores.

A temática formação de professores, contudo, é muito complexa e vem sendo objeto de discussão em diferentes âmbitos, internos ou externos à Unicamp<sup>12</sup>. Documentos sobre a formação docente, produzido em fóruns nacionais e internacionais, têm chamado a atenção para a insuficiência da sobreposição do saber pedagógico ao domínio do saber específico, apontando à necessidade de uma formação profissional articulada, em que ganham destaque as questões específicas da atuação profissional, o que exige mudanças profundas nas propostas dos cursos de formação de professores. Nos documentos legais essa também é uma preocupação constante que está presente na atual Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (LDB), no atual Plano Nacional de Educação (PNE) e, principalmente, em textos específicos, como a Diretriz para a Formação de Professores, seja em âmbito estadual ou nacional. (Programa de Formação de Professores – USP, 2004, p.3)

## INGRESSO

O aluno ingressa nos cursos de Licenciatura somente através do Vestibular Nacional da Unicamp. Nos cursos em que são oferecidas as opções de Bacharelado e Licenciatura, o

---

<sup>12</sup> Em nível nacional, os principais fóruns de discussão foram: CBE – Conferência Brasileira de Educação, SBPC – Sociedade Brasileira para o Progresso da Ciência, ANDE – Associação Nacional de Educação, seminários de Didática e de Prática de Ensino, Anfope – Associação Nacional pela Formação dos Profissionais do Ensino e ANPUH – SP. No âmbito do Estado de São Paulo aconteceram seis eventos do Congresso Estadual Paulista sobre Formação de Professores, organizados pela ENESP. Na USP, os principais eventos foram: Seminário USP – Formação de Professores, em 1984, Seminário Itinerante – Dependência econômica e Cultural, desenvolvimento Nacional e Formação de Professores, ao longo de 1985 e Fórum das Licenciaturas, realizado em três momentos (1990, 1991 e 1992). (programa de Formação de Professores da USP – 2004) e na Unicamp Diagnóstico sobre os cursos de licenciaturas e Fórum de Formação de Professores, em 2003.

aluno poderá se formar em uma das modalidades, e retornar a qualquer momento, por reingresso, para concluir a segunda modalidade.

Esses cursos possuem uma estrutura curricular que permite aos alunos freqüentá-los concomitantemente ao bacharelado,

- Matemática (diurno e noturno),
- Física (diurno),
- Química (diurno),
- Ciências Biológicas (diurno e noturno),
- Letras (diurno e noturno),
- Enfermagem (diurno),
- Dança (diurno),
- Educação Artística (diurno),
- Educação Física (diurno e noturno),
- Geografia (noturno),
- História (diurno),
- Ciências Sociais (diurno e noturno),
- Filosofia (diurno),
- Integrada Química / Física (noturno)

**Com exceção dos cursos de Licenciatura citados abaixo, nos quais o ingresso é específico:**

- Matemática (noturno),
- Ciências Biológicas (noturno),
- Letras (noturno) e
- Integrada Química / Física (noturno)

### **2.3 – A FACULDADE DE EDUCAÇÃO HOJE**

A Faculdade de Educação é uma instituição responsável pela formação de professores.

A Faculdade de Educação oferece cursos de especialização e extensão em várias áreas e para diferentes tipos de clientela, junto à Rede Oficial e à instituições particulares de ensino. As atividades de ensino, pesquisa e extensão desenvolvidas pela Faculdade de Educação da UNICAMP, durante os seus 30 anos de existência, transformaram-na em referência para a Educação, não apenas no Brasil como em outras partes do mundo.

Iniciando suas atividades de ensino através do oferecimento de disciplinas pedagógicas nos Cursos de Licenciatura então existentes, ampliaria significativamente a sua atuação na formação de profissionais em Educação em todos os níveis, especialmente a partir da abertura do Curso de Pedagogia e do Curso de Pós-Graduação em Educação.

Atualmente, os 105 docentes da Faculdade de Educação atuam em cursos de formação de profissionais da Educação para todos os níveis de ensino e para várias outras atividades profissionais relacionadas ao ensino. Frequentam esses cursos aproximadamente 2600 alunos.

Os cursos de Pedagogia, oferecidos pela Faculdade de Educação nos períodos diurno e noturno atualmente com 500 alunos formam profissionais para atuarem como professores nas séries iniciais do ensino fundamental e na educação infantil (crianças de zero a dez anos); como administradores, supervisores, assessores pedagógicos e educacionais em instituições escolares dos diferentes graus de ensino (Educação Infantil, Ensino Fundamental, Ensino

Médio); na Formação e Treinamento de Recursos Humanos, em instituições não escolares (como sindicatos, empresas, etc.); ou ainda em clínicas especializadas em Educação Especial. A Faculdade de Educação atua, também, na formação de profissionais de ensino de áreas específicas. Tais profissionais desenvolverão suas atividades nas últimas séries do ensino fundamental (alunos de onze a catorze anos), em todas as séries do ensino médio (alunos de quinze a dezoito anos) e em várias outras atividades relacionadas às especificidades de cada área. São aproximadamente 1600 alunos, distribuídos pelos 19 cursos de Licenciatura oferecidos pela UNICAMP nos períodos diurno e noturno.

Além disso, a Faculdade de Educação tem contribuído de maneira significativa na formação de profissionais para atuarem no 3o grau, ou seja, para desenvolverem trabalho de docência e pesquisa em universidades e faculdades. São mais de 700 alunos, originários de vários estados brasileiros e de outros países, especialmente da América Latina, que participam das atividades dos programas de Pós-Graduação em Educação e Gerontologia oferecidos pela Faculdade de Educação. Já foram defendidas dentro desses programas aproximadamente 700 dissertações de Mestrado e 500 teses de Doutorado.

Tendo em vista a ampliação dos serviços prestados à comunidade, a Faculdade de Educação tem oferecido vagas, em disciplinas sob sua responsabilidade nos cursos de graduação, a aproximadamente 100 "alunos livres". Esses alunos são professores que exercem a profissão em escolas das redes públicas de ensino, para os quais a participação nessas disciplinas fornece elementos fundamentais para a sua formação continuada.

No ano de 2002, teve início o Curso de Formação de Professores da Região Metropolitana de Campinas RMC, com 400 vagas, com o objetivo de oferecer graduação em Pedagogia e construir uma proposta de formação continuada nas Secretarias Municipais de Educação da região.

As atividades de pesquisa desenvolvidas pela Faculdade de Educação vinculam-se às seguintes Linhas de Pesquisa: Políticas de Educação e Sistemas Educativos; Educação, Ciência e Tecnologia; Ensino, Avaliação e Formação de Professores; Psicologia, Desenvolvimento Humano e Educação; Educação, Conhecimento, Linguagem e Arte; Educação, Sociedade e Cultura.

Atualmente, estão sendo desenvolvidos cerca de 150 projetos de pesquisa. Abordando questões atuais e relevantes sobre a problemática educacional, tais pesquisas estão sob a responsabilidade de pesquisadores pertencentes aos 34 Grupos de Pesquisa existentes. Estes grupos são compostos por docentes da Unicamp e de outras Universidades brasileiras, por alunos de graduação e de pós-graduação e por outros profissionais.

Os resultados das pesquisas desenvolvidas pela Faculdade de Educação, além de serem divulgados em Anais de Congressos, Livros e Periódicos Especializados Nacionais e Internacionais, são ainda divulgados pelas publicações da própria Faculdade.

Além disso, preocupa-se em divulgar informações em formato eletrônico. A Biblioteca da FE organizou uma revista digital - ETD - Educação Temática Digital que, desde outubro de 1999, encontra-se disponível para o público em: <http://www.bibli.fae.unicamp.br/etd/index.html>

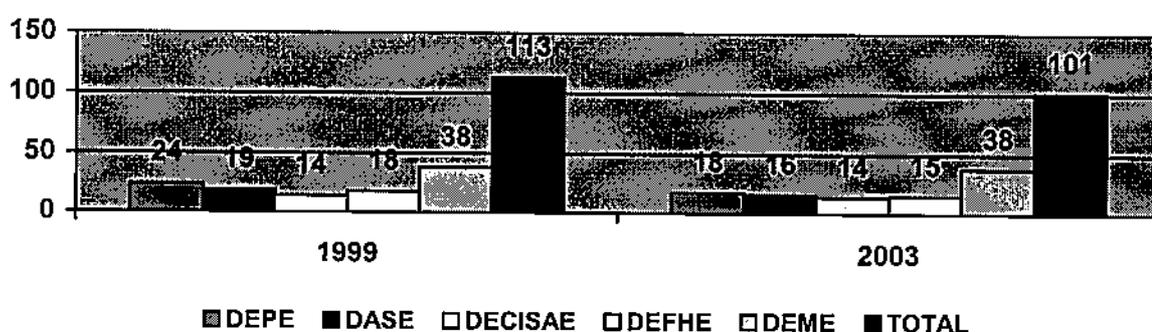
## **DEPARTAMENTOS DA FACULDADE DE EDUCAÇÃO**

As atividades de ensino, pesquisa e extensão são organizadas e desenvolvidas pelos cinco departamentos já mencionados, que compõem a Faculdade de Educação: Departamento

de Psicologia Educacional (DEPE), Departamento de Administração e Supervisão Escolar (DASE), Departamento de Ciências Sociais Aplicadas à Educação (DECISAE), Departamento de Filosofia e História da Educação (DEFHE) e Departamento de Metodologia do Ensino (DEME).

O gráfico<sup>13</sup> abaixo permite visualizar a movimentação no quadro docente, comparando a situação de cada departamento em 1999 e em 2003. A variação tende a uma diminuição do pessoal docente que, embora possa parecer pequena, é significativa quando analisada frente ao número crescente de vagas que a Faculdade vem abrindo ao longo do mesmo período, como pode ser visto nos capítulos que tratam de ensino.

**NÚMERO DE DOCENTES, POR DEPARTAMENTO,  
ENTRE 1999 E 2003**

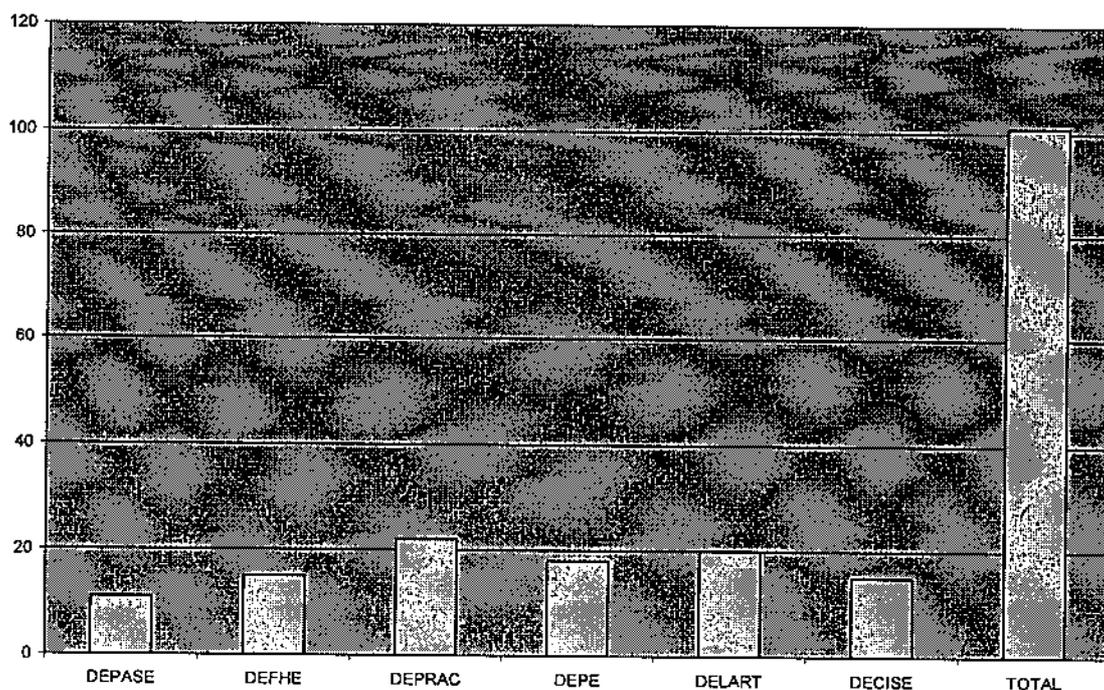


Para tentar entender o que de fato acontece dentro da Faculdade de Educação pesquisei um pouco sobre a configuração dos departamentos que a compõem e explicitarei acima quantos docentes há em cada departamento, lembrando que esses dados coletados são do relatório da FE 1999-2003.

Os departamentos da Faculdade de Educação mudaram a sua configuração após a deliberação CONSU-199/05 do dia 03 de agosto de 2005. Essa deliberação determina a criação, extinção e alteração de denominação dos departamentos da Faculdade de Educação. Houve a criação dos Departamentos de “Educação, Conhecimento, Linguagem e Arte” e “Ensino e Práticas culturais”, a extinção do Departamento de “Metodologia de Ensino” e alteração da denominação do Departamento de Administração e Supervisão Educacional – DASE para Departamento de Políticas, Administração e Sistemas Educacionais – DEPASE, e do Departamento de Ciências Sociais Aplicadas à Educação – DECISAE para Departamento de Ciências Sociais na Educação – DECISE.

O quadro abaixo explicita o número de docentes integrados em cada departamento da (a listagem com os nomes dos docentes estará em anexo VI) Faculdade de Educação

<sup>13</sup> Dados coletados da avaliação interna da Faculdade de Educação relatório quinquenal para as unidades de ensino e pesquisas e do ceset – Avaliação institucional 1999- 2003



## 2.4 – CRIAÇÃO DO FÓRUM DE FORMAÇÃO DA UNICAMP

Consideramos que seja importante relatar a criação de um Fórum de Formação na Unicamp, o qual foi criado para tratar de assuntos relacionados com a reformulação curricular dos diferentes cursos de licenciatura.

A Faculdade de Educação da UNICAMP é um espaço acadêmico onde os principais problemas são tratados de forma coletiva, com ampla discussão e análise de percepções e propostas.

Entre os anos de 1997 e 1999, os docentes já estiveram reunidos em um Fórum, com vistas a organizar os grupos de pesquisa, as áreas temáticas e as linhas de pesquisa da Faculdade de Educação. Neste período foi estudado e reformulado o Programa de Pós Graduação e foi ainda lançada a discussão sobre a própria estrutura da unidade.

Em 2002, depois da experimentação da nova estrutura da Faculdade de Educação e da atuação dos grupos de pesquisa e áreas temáticas, a comunidade da FE voltou a demonstrar a necessidade de realizar discussões amplas, além daquelas realizadas nas instâncias dos departamentos, áreas, grupos, comissões e congregação. Tinha chegado a hora de discutir o Projeto de Formação que se expressa nos cursos de Pedagogia, Licenciaturas, Mestrado e Doutorado.

Especificamente sobre os cursos de licenciaturas, foi a partir da divulgação das Diretrizes Curriculares Nacionais para Formação de Professores, proposta pelo MEC, que diversos segmentos da FE da UNICAMP se mobilizaram para que pudessem discutir o documento e suas implicações na organização curricular dos cursos de Pedagogia e Licenciatura. Assim o Departamento de Metodologia de Ensino enviou ofício à Direção da FE solicitando a organização de um Fórum onde estes aspectos fossem estudados. Esta solicitação ocorreu ao mesmo tempo em que as Comissões de Pedagogia e de Licenciatura da Unicamp também já discutiam o documento das diretrizes.

A criação do Fórum ocorreu em março de 2002, como iniciativa para apontar caminhos para superar a situação atual dos cursos de formação de professores até então vigente na Universidade Estadual de Campinas e com a necessidade de compreender o contexto político em que as reformas dos cursos de formação de professores estão

acontecendo. Dessa forma a reforma curricular seria um caminho para solucionar os problemas enfrentados pelos Institutos que possuem cursos de licenciaturas.

Um fato interessante é que a criação desse fórum parece um pouco tardia em relação a outras universidades brasileiras, pois no **I Encontro Nacional de Fóruns de Licenciaturas**, realizado em Recife (PE), em novembro de 1999, *13 instituições de ensino superior responderam a um questionário elaborado pela comissão organizadora do Encontro (Anfope). Destas, dez eram universidades federais, duas estaduais e apenas uma instituição privada. Desse total, oito instituições confirmaram a existência de Fórum de Licenciatura em seu interior. Quatro disseram existir organizações de natureza similar e uma respondeu não haver tal organização na universidade* (DINIZ/MARQUES, 2002, p. 180).

Outra preocupação que esteve presente durante o Encontro foi sobre os temas que seriam tratados nesses fóruns porque as propostas advindas desses fóruns enfatizavam a necessidade da reformulação curricular das licenciaturas objetivando a superação do tradicional esquema “3 + 1”. E a visão mais ampla da criação desses fóruns seria de que *esse espaço institucionalizado e apoiado pela administração central das universidades não deve concentrar seus esforços unicamente em elaborar e executar a implantação de uma nova estrutura curricular. Os fóruns devem investir, por meio de discussões políticas mais amplas e de estudos sistematizados, na análise da situação dos cursos de formação docente nessas instituições* (DINIZ & MARQUES, 2002, p.181).

Os temas tratados nos últimos anos, nesses fóruns das licenciaturas nas diferentes universidades foram:

- “1) O estágio supervisionado, a prática de ensino e a questão das 300 horas de prática de ensino (Art. 65; LDB);*
  - 2) Questões curriculares, contemplando discussões sobre diretrizes para a formação de professores, reforma dos cursos de licenciatura, novos paradigmas e a formação pedagógica dos futuros profissionais da educação;*
  - 3) Questões institucionais, como a própria estrutura e organização dos fóruns, programas de reformulação institucional, articulação entre a universidade e as escolas públicas;*
  - 4) Programas especiais de formação de professores, por exemplo formação e titulação de professores leigos;*
  - 5) Por fim, políticas educacionais para a formação docente”*
- (Diniz & Marques 2002 p. 181)

O **Fórum de Formação**, nome designado para o fórum sobre a formação dos professores da UNICAMP, reunindo no âmbito da instituição de ensino superior os diferentes sujeitos e entidades envolvidas na formação e profissionalização docente, era um espaço importante da articulação política e pedagógica, visando construir alternativas e auxiliar na transformação qualitativa dos seus cursos de licenciatura.

No dia 17 de abril de 2002 ocorreu a primeira reunião do *Fórum de Formação*, no salão nobre da Faculdade de Educação, onde esteve reunido um grupo de aproximadamente cem pessoas entre professores, alunos da FE e das diferentes unidades que oferecem a modalidade de Licenciatura da Universidade Estadual de Campinas. O evento foi organizado a partir da necessidade de agregarem coletivamente docentes e discentes para analisar as políticas de formação propostas pelos órgãos governamentais e discutidas pelas entidades que representam as posições dos docentes, com o objetivo de refletir sobre o Projeto de Formação

da Faculdade, não somente como resposta às exigências impostas pela legislação , mas a partir das reflexões, discussões e proposições que constituem a atuação dos docentes e pesquisadores.

Foram convidados para compor a mesa de discussões os professores:

Águeda B. Bittencourt (Diretora da FE)  
Ana Luiza B. Smolka (coordenadora da Pós-graduação da FE)  
Márcia M. Strazzacappa Hernandez (coordenadora das Licenciaturas)  
Maria do Carmo Martins (coordenadora do curso de Pedagogia- FE)  
Ângela F. Soligo (coordenadora associada do curso de Pedagogia)  
Ana Maria F. de Aragão Sadalla (coordenadora associada das Licenciaturas)  
Helena Costa Lopes Freitas (representante docente da congregação – FE)

Foi no primeiro encontro do Fórum de Formação que ficou decidido que havia a necessidade da divisão dos participantes em Grupos de Trabalho (GT) com membros oriundos da Licenciatura e da Pedagogia para analisar a Formação de Professores da FE da Unicamp. Foram criados ainda durante o encontro três grupos de trabalho, são eles:

- GT- Articulação entre Pedagogia e Licenciatura;
- GT- Formação de Professores e os contextos educativos;
- GT- Currículo (ficou sem nenhum integrante porque seria integrado depois e ficou apenas o nome ao final desse dia).

De início, os primeiros ingressantes se inscreveram nos Grupos de Trabalho no decorrer da reunião, a partir do seu interesse. E a composição dos grupos ficou assim ao final da reunião

- **GT Articulação na Formação de Professores: Pedagogia e Licenciaturas:** Estudo e propostas acerca das possibilidades de articulação entre estes dois espaços de formação de professores, buscando identificar os conteúdos de formação comum e as possibilidades de unidade entre as propostas de formação para os diferentes momentos e níveis da educação básica (1<sup>a</sup> a 4<sup>a</sup> séries, 5<sup>a</sup> a 8<sup>a</sup>, ensino médio, e outros espaços de educação não formal e não escolar).

Coordenadora do GT: Profa.Dra. Helena Costa Lopes Freitas

Participantes indicados na reunião do Fórum: Helena Freitas, Carminha Soares, Beth Mercuri, Angela Soligo, Clesios V. Batista e Silva, Guilherme Prado.

- **GT Formação de Professores e os contextos educativos:** estágios e práticas: Identificação das possibilidades de ação/intervenção dos estudantes futuros professores nos diferentes espaços educativos, bem como a busca de formas de articulação entre a Universidade e as instituições - escolares e não escolares - tanto para o desenvolvimento dos estágios e as práticas educativas quanto para a formação de professores/educadores nos espaços da extensão e investigação universitários.

Coordenador do GT: Prof. Dr. Antonio Carlos Amorim

Participantes indicados na reunião: Álvaro, Carolina Galzerani, Mauro, Antonio Carlos Amorim, Valeska G. R. Cunha.

- **GT- Currículo** (grupo a ser formado). : Estudo das práticas curriculares que têm sido desenvolvidas historicamente nos diferentes cursos de formação, identificando alternativas de organização curricular - disciplinas, componentes curriculares, vinculação com a pesquisa, entre outros - que possibilitem a construção de novos contornos para formação de professores.

## COMPOSIÇÃO DO FÓRUM DE FORMAÇÃO

Direção da Faculdade de Educação da Unicamp  
 Membros da congregação da FE  
 Membros da Comissão de Pós-graduação da FE  
 Membros da Comissão da Licenciatura da FE  
 Membros da Comissão da Pedagogia da FE  
 Membros dos Departamentos da FE  
 Membros das Áreas de Pesquisa FE  
 Grupos de Pesquisa da FE  
 Centro Acadêmico de Pedagogia FE  
 Docentes dos cursos de Licenciatura – Unicamp  
 Discentes de Pós-graduação, Pedagogia, e Licenciaturas – Unicamp.

Ao longo de 2002 foram realizadas três das quatro reuniões previstas, a última agendada para o dia 20 de novembro, não aconteceu em virtude do feriado municipal do Dia da Consciência Negra.

Assim, o seminário da Faculdade de Educação agendado para os dias 05 e 06 de dezembro de 2002 em Louveira, apresentou-se como momento adequado para o debate acerca do Projeto de Formação. Neste seminário foram discutidas questões como: os curso de graduação, a pós-graduação e a estrutura da FE.

A comissão de discussão sobre a formação de professores em junho de 2003 era composta por:

Márcia M. Strazzacappa Hernandez  
 Maria do Carmo Martins  
 Ângela F. Soligo  
 Ana Maria F. de Aragão Sadalla  
 Antonio Carlos Amorim  
 Antonio Miguel  
 Beth Mercuri

Essa comissão estava consciente de que não era possível reestruturar os cursos de graduação e de pós pensando apenas em alterar a grade curricular. Era preciso nesse momento repensar a estrutura acadêmico-administrativa da Faculdade de Educação. Tendo em vista também a existência de uma outra comissão que tinha como pauta a reestruturação administrativa da FE. A contribuição desta segunda comissão é que definiria o leme da reestruturação porque essa composta pelos integrantes citados acima, restringia-se às questões políticas e acadêmicas da Formação.

No dia 04 de junho de 2003, em reunião conjunta da Comissão de Licenciaturas e da Sub-Comissão de Formação de Professores da CCG, que ocorreu na sala de Congregação da

FE, os participantes trouxeram sugestões e críticas sobre o texto presente na versão do PLANINFO (Plano Integrado de Formação de Professores da Unicamp).

Mas no decorrer da pesquisa fomos percebendo que as informações sobre o FÓRUM DE FORMAÇÃO foram sumindo e isso deu a impressão da extinção do mesmo.

## 2.5 - COMISSÃO DE LICENCIATURAS<sup>14</sup>

As atividades de competência da Faculdade de Educação relativas aos Cursos de Licenciatura em suas diversas modalidades são coordenadas por uma Comissão de Licenciaturas (CL), órgão assessor da Congregação, que é composta pelo Coordenador de Licenciaturas, seu Presidente; pelo Coordenador Associado; por 1 (um) representante docente de cada Curso de Licenciatura sob responsabilidade da Faculdade de Educação; por 1 (um) representante docente de cada Unidade externa à FE responsável por um Curso de Licenciatura; e por 2 (dois) representantes discentes dos Cursos de Licenciatura. Lembrando que com as novas reformulações os representantes docentes das faculdades e/ou institutos que configuraram seus cursos com parceria acadêmica perderam o direito de participar das reuniões da Comissão de Licenciatura.

O Coordenador de Licenciaturas e seu Associado são eleitos pelo corpo docente da Unidade e pelo corpo discente do curso, na proporção de 70% e 30%, respectivamente, para um mandato de 2 (dois) anos, permitida recondução. Os representantes docentes dos Cursos de Licenciatura sob responsabilidade da Faculdade de Educação são indicados pelos respectivos corpos docentes da Faculdade nesses cursos, tendo mandato de 2 (dois) anos, permitida recondução. Os representantes docentes de cada curso externo à FE são indicados pelos respectivos cursos e têm mandato a critério de cada unidade. Os membros discentes são eleitos dentre os alunos regularmente matriculados nos cursos de Licenciatura, tendo mandato de 1 (ano), permitida recondução.

O papel fundamental da Comissão de Licenciaturas, segundo Regimento Interno da Faculdade de Educação (DOE 21/12/2004) e explicitado no relatório de gestão da Comissão de Licenciaturas do período de 06/2004 a 04/2005, é o de subsidiar a Congregação da FE nos assuntos relacionados às licenciaturas da Universidade. Além disso, a Comissão de Licenciaturas faz a gestão e supervisão das atividades curriculares das licenciaturas ministradas pela FE, bem como elabora com parceria com as unidades co-responsáveis, os respectivos projetos pedagógicos e curriculares dos cursos.

É importante lembrar que com a reconfiguração das responsabilidades sobre os cursos, a Comissão de Licenciaturas, de acordo com a Deliberação CONSU A 36/2003, passou a ter a seguinte composição:

Artigo 5º - Para coordenar as atividades de responsabilidade da FE nos cursos de licenciatura da Unicamp, nos moldes do Artigo 3º da Deliberação CEPE-A-Nº 01-93, será formada na FE uma Comissão de Licenciaturas, com a seguinte composição: I. o Coordenador e o Coordenador Associado das Licenciaturas na FE; II. todos os docentes da Faculdade de Educação que exercem a função de representante nas Comissões de Graduação dos Institutos e Faculdades que mantêm Licenciaturas; III. 01 (um) representante de cada curso de Licenciatura administrado nos termos do § 3º do Artigo 1º. <sup>15</sup>
--

2- Dados coletados da avaliação interna da Faculdade de Educação relatório quinquenal para as unidades de ensino e pesquisas e do ceset – avaliação institucional 1999- 2003

<sup>15</sup> Cabe aqui lembrar que o referido parágrafo do artigo 3º diz: “Para os Cursos de Licenciatura que estão sob responsabilidade da Faculdade de Educação, a Coordenação será exercida pela Comissão de Licenciaturas da Faculdade de Educação definida no Artigo 5º desta Deliberação.”

IV. representação dos discentes matriculados nos Cursos de Licenciatura, correspondendo, no máximo, a 1/5 (um quinto) do total dos membros.

Ainda para uma compreensão mais clara das modificações, a coordenação de licenciaturas explicou como era a composição da C.L. até o início de 2004, e como ficou a partir disto, segundo o relatório de gestão 2004/2005 da Comissão de Licenciatura<sup>16</sup>.

<b>COMPOSIÇÃO ANTERIOR DA C.L.</b>			<b>COMPOSIÇÃO ATUAL DA C.L.</b>	
Coordenação	Coordenação Associada		Coordenação	Coordenação Associada
Representantes dos departamentos da FE (DEME, DECISAE, DASE, DEPE, DEFHE)			Todos os representantes da FE, membros das C.G's das unidades que mantém cursos de licenciatura (13 membros – docentes da FE)	
Representantes externos dos institutos e faculdades que mantem cursos de licenciatura (modalidade bacharelado ou não) (IFGW, IQ, IMECC, IEL, IFCH, IA, IG, IB, FCM)			Representantes externos de institutos e faculdades que mantém cursos de licenciatura, cuja responsabilidade é da FE (IQ, IFGW, IB, FCM, FEF – responsabilidade compartilhada ou co-responsabilidade)	
1 Representante discente			2 Representantes discentes	
20 membros			22 membros	

Fazendo a leitura do quadro acima, é possível perceber que na atual composição da Comissão de Licenciaturas, há maior participação dos docentes da FE, pois esta saiu de uma situação que contava com cinco membros da CL, docentes da FE, para um novo cenário onde participam treze membros da CL, que são docentes da FE.

Essa mudança teve uma repercussão bastante positiva nos trabalhos da Comissão, segundo a coordenadora da CL Maria Inês Petrucci Rosa, pois a penetração das discussões pareceu ter sido facilitada pelo aumento do número de colegas participantes da FE que vivenciavam os debates, questões e dilemas de forma coletiva dentro deste colegiado.

Quanto aos representantes dos departamentos da Faculdade de Educação na Comissão de Licenciaturas, hoje há um membro do DEFHE, prof. Dr. Silvio Gallo, representante da FE na CG do curso de Filosofia; dois membros do DECISAE: profa. Dra. Neusa M. Gusmão, representantes da FE na CG do curso de Ciências Sociais e, profa. Dra. Liliana Segnini, representante da FE na CG do curso de Dança; um membro do DEPE, profa. Dra. Roberta Azzi, representante suplente da FE na CG dos cursos de Educação Física; e os demais membros, são docentes do atual DEME.

#### **COMPOSIÇÃO ATUAL DA COMISSÃO DE LICENCIATURAS<sup>17</sup>:**

<sup>16</sup> Relatório de gestão da Coordenação de Licenciaturas da Faculdade de Educação no período de 06/2004 a 04/2005.

<sup>17</sup> Relatório de gestão da Coordenação de Licenciaturas da Faculdade de Educação no período de 06/2004 a 04/2005.

Maria Inês Petrucci Rosa – coordenadora de Licenciaturas e presidente da Comissão  
Pedro da Cunha Pinto Neto – coordenador associado

Adriana Vitorino Rossi (representante docente do IQ)  
Ana Angélica Medeiros Albano (representante da FE na CG de Educação Artística/IA)  
Antonio Carlos Rodrigues Amorim (representante da FE na CG's de Biologia/IB e de Enfermagem/FCM)  
Breno Arsioli Moura (representante discente)  
Dario Fiorentini (representante da FE na CG da Matemática/ IMECC)  
Dora Maria Grassi Kassisse (representante docente do IB)  
Eliana Ayoub (representante da FE na CG de Educação Física/FEF)  
Eliete Maria Silva (representante docente da FCM/Enfermagem)  
Fabrício Oliveira de Carvalho (representante discente)  
Lílian Lopes Martin Silva (representante da FE na CG de Letras / IEL)  
Liliana Segnini (representante da FE na CG de Dança/IA)  
Maria Carolina Bovério Galzerani (representante da FE na CG de História/IFCH)  
Maria Inês Petrucci Rosa (representante da FE na CG de Química/IQ)  
Maria José Pereira Monteiro Almeida (representante da FE na CG de Física/IFGW)  
Neusa Maria Mendes Gusmão (representante da FE na CG de Ciências Sociais/IFCH)  
Paulo César Montagner (representante docente da FEF)  
Peter Schulz (representante docente do IFGW)  
Silvio Gallo (representante da FE na CG de Filosofia/IFCH)  
Wenceslao Machado Junior (representante da FE na CG de Geografia/IG)

Segundo a coordenadora da Comissão de Licenciaturas, Maria Inês Petrucci Rosa, além de participar de todas as etapas de todos os projetos de reformulação curricular dos cursos de licenciaturas, a Comissão, e em especial a Coordenação, se ocupado também das seguintes atividades:

- exame e emissão de pareceres para processos de alunos das licenciaturas (sejam elas em parceria acadêmica ou em co-responsabilidade com a FE), contendo solicitações relacionadas à vida acadêmica, tais como pedidos de reingresso, pedidos de reconsideração de matrícula, pedidos de prorrogação de prazo de integralização curricular, aproveitamento de estudos, convalidação de diplomas estrangeiros, etc.
- emissão de pareceres sobre relatórios trienais de docentes da FE, que tem exercido suas atividades de ensino de graduação prioritariamente nos cursos de licenciatura;
- gestão curricular dos catálogos vigentes, no que se refere á oferta de turmas de acordo com as demandas vindas da DAC, consulta aos departamentos, negociações relacionadas com atribuição de turmas nos departamentos, envio de relatórios à DAC, etc.
- discussão, no interior da Comissão, de questões relacionadas ao cotidiano administrativo dos cursos, tais como problemas de espaço físico, processos de regularização de matrícula de alunos nas disciplinas, entre outros;
- realização de todas as reuniões ordinárias previstas no Calendário aprovado pela Congregação, bem como de algumas reuniões extraordinárias que se tornaram necessárias de acordo com o fluxo de pauta que foi se estabelecendo. Tais pautas estiveram sempre relacionadas aos processos administrativos de praxe da graduação, mas prioritariamente às discussões político-pedagógicas relacionadas aos processos de reformulação curricular em acontecimento na Universidade.

São atribuições e competências da Comissão de Licenciaturas<sup>18</sup>:

- I. assessorar a Congregação em assuntos pertinentes aos cursos de Licenciatura;
- II. elaborar e submeter à Congregação propostas de programas de formação de profissionais da Educação, no âmbito de suas atribuições;
- III. elaborar, em parceria com as unidades co-responsáveis pelo oferecimento dos Cursos de Licenciatura, os respectivos projetos pedagógicos e curriculares dos Cursos e as alterações curriculares, após consulta aos Departamentos, submetendo à aprovação da Congregação da Faculdade de Educação o que couber.
- IV. submeter aos Departamentos, a cada período letivo, as necessidades para o cumprimento da carga didática dos Cursos de Licenciatura;
- V. propor a atribuição de aulas relativas aos cursos, a cada período letivo, após consulta aos Departamentos;
- VI. elaborar e implementar um sistema de avaliação dos Cursos e das atividades de ensino, em consonância com os princípios de formação profissional da FE;
- VII. promover atividades destinadas à integração curricular de todas as disciplinas e docentes afetos aos Cursos de Licenciatura;
- VIII. promover outras atividades referentes ao ensino de graduação desenvolvido na Unidade.

Compete ao Coordenador de Licenciaturas e ao Coordenador Associado:

- I. promover a implantação da proposta curricular das Licenciaturas em todas as suas modalidades, de maneira compartilhada com as outras unidades co-responsáveis pelos Cursos.
- II. promover uma contínua avaliação dos Cursos de Licenciatura, conjuntamente com o corpo docente e discente;
- III. formular diagnóstico sobre os problemas existentes nas Licenciaturas e promover ações visando a sua superação;
- IV. convocar reuniões e garantir a execução das atividades previstas no calendário aprovado pela Comissão de Licenciaturas;
- V. organizar e manter em arquivo os planos das disciplinas dos cursos e demais documentos a elas relativos;
- VI. garantir a realização das atribuições da Comissão de Licenciaturas;
- VII. coordenar:
  - a) a orientação dos alunos na matrícula e na organização e seleção de suas atividades curriculares;
  - b) os programas de estágio de formação profissional;
  - c) a organização e distribuição dos recursos materiais, espaço físico e instalações de uso interdepartamental, destinados aos Cursos de Licenciatura;
- VIII. autorizar e encaminhar à Diretoria Acadêmica toda a documentação necessária à vida acadêmica discente relativa aos Cursos de Licenciatura;

---

<sup>18</sup> *Dados coletados da avaliação interna da Faculdade de Educação relatório quinquenal para as unidades de ensino e pesquisas e do ceset – avaliação institucional 1999- 2003*

- IX. propor à Diretoria Acadêmica, com anuência das instâncias competentes da Unidade, a forma e os limites para as matrículas em disciplinas dos Cursos de Licenciatura;
- X. responder por todas as providências relativas à emissão e revisão de notas, realização de exames e todas as atividades necessárias ao acompanhamento do curso em todas as suas modalidades;
- XI. representar os cursos de Licenciatura, junto à Congregação da FE, e também junto à Comissão Central de Graduação e demais órgãos superiores da Unicamp.

## **2.6 - CRIAÇÃO DA SUBCOMISSÃO PERMANENTE DE FORMAÇÃO DE PROFESSORES.**

A Subcomissão Permanente de Formação de Professores da Comissão Central de Graduação foi criada pela Deliberação CONSU-A-36<sup>19</sup>, de 16-12-2003 Art. 1º, e tem como finalidade prover a Universidade de subsídios no que diz respeito à Política de Formação de Professores. As Atribuições da Subcomissão Permanente de Formação de Professores no Artigo 3º diz que a Subcomissão tem as seguintes atribuições: Atuar como fórum de discussão e articulação da política de formação de professores na Unicamp; Estabelecer parâmetros que orientem as análises das proposições curriculares dos diferentes cursos de Formação de Professores da Unicamp; Analisar a pertinência e consistência acadêmica dos diferentes projetos pedagógicos dos cursos de Formação de Professores, assim como zelar pela cooperação entre eles; Acompanhar o desenvolvimento das atividades de ensino de cada curso, de acordo com os respectivos projetos, pedagógicos, fornecendo subsídios para Coordenações e Comissões de Graduação no que concerne à constante avaliação de suas proposições curriculares; Produzir informações relativas aos cursos de Formação de Professores da Unicamp.

Nessa deliberação ficou explicitado que o presidente da Subcomissão será sempre indicado da Faculdade de Educação.

*“A Presidência da Subcomissão Permanente de Formação de Professores será exercida por um professor doutor, nomeado pelo Reitor mediante indicação do Diretor da Faculdade de Educação. Este Presidente será auxiliado e substituído em casos de impedimentos por um professor doutor denominado Vice-Presidente, também designado pelo Reitor mediante indicação do Diretor da Faculdade de Educação, ouvido o Presidente.”*

Assim, acreditamos que a Faculdade de Educação continuará tendo voz na formação de professores dos cursos de licenciaturas mesmo com o fato de alguns cursos terem se deslocado para responsabilidade de parceria acadêmica da Faculdade de Educação com os institutos.

---

<sup>19</sup> Anexo 02

### **III – É O SEGUINTE O CURRÍCULO DAS NOVAS LICENCIATURAS**

#### **3.1 - ELETIVAS**

Segundo o ofício CL.FE 31/2004 as atividades curriculares eletivas terão um oferecimento total de 180 horas de componentes curriculares de caráter eletivo a serem oferecidos ao longo da integralização dos cursos, sem pré-requisitos, abertos aos cursos de Pedagogia e de Licenciatura. Estes componentes teriam diferentes composições, podendo conter horas de teoria, prática, laboratório e orientação (T+P+L+O). Alguns departamentos elencaram como atividades possíveis para a composição deste conjunto as seguintes disciplinas:

- Organização do Trabalho Pedagógico e Gestão Escolar
- Fundamentos Filosóficos da Educação
- Fundamentos Históricos da Educação
- Psicologia (dentre as disciplinas eletivas já oferecidas aos cursos de Pedagogia)
- Educação, Sociedade, Política e Cultura
- Educação, Sociedade e Trabalho
- Educação, Sociedade e cultura

#### **3.2 - ATIVIDADES CURRICULARES OBRIGATÓRIAS**

As atividades curriculares são de caráter obrigatório, sem pré-requisitos, com 60 horas de teoria e 30 horas de prática (60 T + 30 P) a serem oferecidas nos dois primeiros anos dos cursos de formação de professores, isto é, do 1º ao 4º semestre.

As disciplinas oferecidas são:

- Escola e Cultura
- Psicologia e Educação
- Política Educacional: Estrutura e Funcionamento da Educação Brasileira

E para os cursos da área de Humanas (os Departamentos de História, Filosofia e Letras) que tiveram uma flexibilização nas disciplinas obrigatórias optativas, ficaram 05 disciplinas obrigatórias à disposição, das quais eles podem escolher 03.

- Escola e Cultura
- Psicologia e Educação
- Tópicos Especiais em Ciências Sociais e Educação
- Filosofia e História da Educação
- Política Educacional: Estrutura e Funcionamento da Educação Brasileira

#### **3.3 - A PRÁTICA COMO COMPONENTE CURRICULAR (NATUREZA E OBJETIVOS DA PRÁTICA COMO COMPONENTE CURRICULAR)**

A nova legislação, entre outras mudanças, determina que os cursos de licenciatura desenvolvam atividades práticas e teóricas relacionadas com o exercício da docência do futuro professor da escola básica - ensino fundamental e médio (antigo 1º e 2º graus), com mais ênfase do que vinha sendo a regra nos cursos em vigor até então. Tal determinação é fruto de estudos e reflexões realizadas nas áreas de pesquisa em ensino e de formação de

professores. Os resultados destas investigações indicam que para a formação do professor ser adequada, ela deve ocorrer em modelo distinto do atual (o chamado modelo 3 + 1). Assim, um dos aspectos que necessita ser reformado no currículo universitário é a idéia de que durante os três primeiros anos da universidade o estudante aprende os conteúdos específicos e no último ano as disciplinas pedagógicas (psicologia, estrutura e funcionamento do ensino, didática, instrumentação, metodologia e prática de ensino) o preparam para ser professor. No novo currículo é importante que todas (ou quase todas) as disciplinas tenham vínculos com a educação, pois, ao mesmo tempo em que contribuem para a formação relativa ao conhecimento específico, terão também um foco em como este conhecimento específico entra, interage e funciona na escola fundamental e média e em situações de educação não-escolar.

Em decorrência destes pressupostos, foi introduzida nos currículos dos cursos de licenciatura (Resolução CNE 1/2002 e CNE 2/2002) a atividade denominada **prática como componente curricular** (PCC). Segundo a legislação a PCC deve ter carga horária de 400 horas e necessita ser desenvolvida desde o início do curso de licenciatura. A PCC, em cada uma das disciplinas que a abrigará, será uma reflexão sobre o conteúdo que está sendo aprendido pelo graduando e que será ensinado por este quando de sua atuação profissional como professor. A PCC deve, pois, articular o conhecimento ensinado na universidade com condicionantes, particularidades e objetivos deste conhecimento na educação básica formal e em outros espaços não-escolar de educação.

A prática de ensino, prevista no art. nº 65 da Lei nº 9.394/96 diz:

*“A formação docente, exceto para a educação superior, incluirá prática de ensino de, no mínimo, trezentas horas.”*

Com a determinação dos pareceres CNE/CP-2/2002 a **prática como componente curricular** passa de 300 horas para *“400 (quatrocentas) horas de prática como componente curricular, vivenciadas ao longo do curso”*.

Sabemos, portanto, que o descuido com o embasamento teórico na formação dos professores, indispensável no preparo desses profissionais, é extremamente prejudicial aos cursos de licenciatura, mas sabemos também que:

*“Assim como não basta o domínio dos conteúdos específicos ou pedagógicos para alguém se tornar um bom professor, também não é suficiente estar em contato apenas com a prática para se garantir uma formação docente de qualidade (Diniz 1999, p.114)”*.

Dessa maneira, uma das temáticas na reformulação curricular dos projetos de licenciatura era pensar justamente em como alocar às 400 horas de prática de ensino dentro do currículo. Para explicar minuciosamente como ficaram distribuídas essas 400 horas dentro dos projetos curriculares é preciso uma leitura e análise de todos os projetos de ensino, o que não compete à nossa pesquisa por falta de tempo.

#### **3.4 – PARCERIA ACADÊMICA ENTRE A FACULDADE DE EDUCAÇÃO E OS INSTITUTOS/FACULDADES, CUJAS UNIDADES MINISTRAM CURSOS DE FORMAÇÃO DE PROFESSORES.**

O termo parceria acadêmica aparece como algo novo na Universidade Estadual de Campinas a partir da deliberação do CONSU<sup>20</sup> E no seu ART. 8º esclarece que a partir de sua publicação os cursos de graduação da Universidade serão ministrados sob a responsabilidade dos Institutos e Faculdades e acrescenta ainda que:

Inciso 1º. “ *As licenciaturas poderão ser ministradas sob a responsabilidade dos Institutos e Faculdades, mediante deliberação das respectivas Congregações, com previsão de parceria acadêmica com a Faculdade de Educação e após aprovação pela Câmara de Ensino, Pesquisa e Extensão do CONSU<sup>21</sup>”*

Parceria, segundo FOERSTE<sup>22</sup>, no estudo da literatura de imediato, é uma questão terminológica importante. Os autores falam em *parceria* (pesquisadores portugueses utilizam também o termo *parceria*) e em *colaboração*, como termos que significam a mesma prática. Parceria ou colaboração interinstitucional refere-se a relações entre diferentes sujeitos e instituições (governo, universidade, escolas, sindicatos, profissionais do ensino em geral etc.) que passam a estabelecer interações para tratar de interesses partilhados, definindo e implementando programas a partir de objetivos comuns, com a definição de atribuições e/ou competências institucionais.

Por entender que tanto o vocábulo *parceria* como *colaboração* abarcam os significados básicos de negociação e partilha de compromissos institucionais, ambos os termos serão utilizados em nossas discussões, sempre para significar o trabalho articulado entre diferentes instituições (universidade, secretarias de ensino, escola básica, órgãos ligados ao MEC, entidades de classe do professorado) e atores sociais.

Com a nova deliberação publicada no DOE no dia 08 de janeiro de 2004 começou então a discussão sobre o que seria essa parceria acadêmica da Faculdade de Educação com os Institutos e outras Faculdades.

A idéia de parceria acadêmica da Faculdade de Educação com os Institutos e/ou faculdades que ministram cursos de licenciaturas aparece em diversos documentos elaborados pelos departamentos e pela Comissão de Licenciatura (ofícios, pareceres, deliberações, etc).

No dia 24 de março de 2004, o então Chefe de Departamento de Metodologia de ensino, Prof. Dr. Guilherme V. Toledo Prado encaminhou o Ofício DEME nº. 12/2004, solicitando a Congregação da Faculdade de Educação a discussão e decisão de qual instância seria responsável pelas análises das Propostas Pedagógicas dos Cursos de Formação de Professores (Licenciaturas) que até então estavam sob a responsabilidade de outras unidades de ensino da Unicamp e que, no momento, estava pressupondo parceria acadêmica com o DEME. A proposta do DEME foi de que a Coordenação de Licenciaturas fosse à instância responsável e que assim estaria reafirmando ou legitimando o seu papel político nesse campo e assim como instância legítima passaria a discutir e propor as condições e princípios para a parceria acadêmica entre o DEME e as demais unidades. E o ofício ainda ressalva que *com essa indicação, não fica única e exclusivamente a cargo dos representantes docentes nas diferentes comissões de graduação proceder aos encaminhamentos pertinentes às*

---

<sup>20</sup> DELIBERAÇÃO CONSU-A-35, de 16-12-2003

<sup>21</sup> O Conselho Universitário (CONSU), órgão superior da administração da Universidade, está encarregado de estabelecer toda a política universitária: Cabe recurso ao CONSU de qualquer decisão das Unidades de Ensino, bem como das decisões da Comissão Central de Graduação (CCG). A Comissão Central de Graduação (CCG), órgão do Conselho Universitário, é encarregada da orientação, supervisão e revisão periódica do ensino na Universidade. Cabe recurso à CCG de quaisquer decisões das Unidades afetando o ensino. (manual do aluno-2005)

<sup>22</sup> FOERSTE, Erineu. *Parceria na formação de professores: do conceito à prática*. Rio de Janeiro: PUC-Rio, (Tese de doutorado), 2002

*reformulações das propostas pedagógicas dos cursos de Licenciatura e a decidir a respeito das parcerias acadêmicas.*

A Congregação da Faculdade de Educação, em sua 181ª Sessão Ordinária, realizada no dia 31/03/2004, deliberou pela aprovação, do encaminhamento das Propostas de Parceria Acadêmica para as Licenciaturas através das direções de Unidade. Internamente a tramitação deveria ser feita em primeiro lugar na Comissão de Licenciatura e em última instância na Congregação da Faculdade.

Em 14 de abril de 2004, a diretora da Faculdade de Educação, Águeda Bernadette Bittencourt, no Ofício FE nº. 077/2004 encaminha a FEF os Princípios Norteadores da Participação da Faculdade da Educação nos cursos de Formação de Professores, discutido internamente na Faculdade de Educação.

*“A Faculdade de Educação reafirma seu compromisso com a formação de professores promovida pela Unicamp e sua disposição em atuar em todas as Licenciaturas, dentro das diferentes configurações possibilitadas pela alteração do Regimento Geral ocorrida no último dia 16/12/2003<sup>23</sup>.*

*Entende que sua participação nos Cursos de Formação de Professores torna-se viável, se observadas as seguintes condições:*

- Definição conjunta do Projeto de formação, do currículo do curso e da avaliação;*
- Atuação em todos os componentes curriculares das Diretrizes Nacionais para os Cursos de Formação de Professores ,a saber: conteúdos curriculares de natureza científico-cultural; estágio curricular supervisionado e atividades práticas;*
- Participação em disciplinas obrigatórias e/ou eletivas, em seus diferentes vetores (prática, laboratório, teórica e orientação);*
- Participação em atividades do campo profissional, na estruturação e supervisão dos estágios.”*

A Faculdade de Educação entende que com estas condições tornar-se-ia efetiva a participação e inserção da FE na elaboração e implementação conjunta dos diferentes projetos de cursos de Formação de Professores na UNICAMP.

No dia 21 de maio de 2004, no Ofício. CL.FE nº 28/2004, a Coordenação de Licenciaturas, sob a responsabilidade da Profª. Drª. Maria Márcia Strazzacappa Hernandez e a coordenadora associada Profª. Drª. Maria Inês Petrucci Rosa, encaminharam aos departamentos posição da Faculdade de Educação sobre a reformulação curricular das licenciaturas na Universidade. E expuseram a proposta de parceria da Comissão de Licenciaturas e Faculdade de Educação com os departamentos. Segundo os argumentos citados no ofício<sup>24</sup> a Comissão de Licenciatura acreditava que a partir da referida proposta seria possível configurar enfim a forma de parceria que se pretendia na construção dos projetos de licenciatura com os institutos e a FE da UNICAMP. A proposta estava expressa nos seguintes termos:

*“I – atrelar as disciplinas obrigatórias oferecidas pela FE no mínimo 30 horas de prática que podem ser expressas através do vetor O*

<sup>23</sup> A Subcomissão Permanente de Formação de Professores da Comissão Central de Graduação foi criada pela Deliberação CONSU-A-36, de 16-12-2003, e tem como finalidade prover a Universidade de subsídios no que diz respeito à Política de Formação de Professores.

<sup>24</sup> OF.CL.FE Nº. 28/2004

(orientação) ou do vetor P (prática), cujas ementas foram aprovadas na reunião da CCG no dia 06 de maio de 2004 (ver item vetores).

II – a FE poderia assumir 200 horas de estágio curricular nos cursos de formação de professores desenvolvidos em parceria com Institutos e Faculdades da Universidade. A assunção de tal carga horária de estágio implicaria na configuração de pelo menos 20 % de horas de supervisão que podem se configurar em disciplinas de supervisão/orientação. Pensando num tempo adequado de supervisão que possibilite o acompanhamento das ações do estágio de forma consistente, esse tempo poderia ser organizado em duas disciplinas de orientação com carga horária de 30 horas cada. Tais disciplinas de orientação seriam assumidas por todos os departamentos, viabilizando a articulação das diversas dimensões da formação docente no contato com o campo profissional.”

Ainda, segundo o mesmo ofício citado acima, a Comissão de Licenciatura argumentou que até aquele momento o quadro de disciplinas/atividades curriculares sugeridas pelos departamentos era o seguinte:

OBRIGATÓRIAS	ELETIVAS
Escola e cultura (60 horas aula + 30 horas de prática)	Fundamentos Filosóficos de Educação (60 horas prática)
Práticas Pedagógicas (60 horas aula + 30 de prática)	Fundamentos Históricos de Educação (60 horas prática)
Política Educacional (60 horas aulas)	Núcleo Temático: Educação, Sociedade, Política e Cultura
Psicologia Educacional (60 horas aula)	Disciplinas eletivas já oferecidas pelo DEPE para o curso de Pedagogia

A Comissão de Licenciatura então explica que o quadro ficaria modificado ao seguir as proposições I e II e ficaria do seguinte modo:

OBRIGATÓRIAS	ELETIVAS
Escola e cultura (60 horas aula + 30 horas de prática)	Fundamentos Filosóficos de Educação (60 horas prática)
Práticas Pedagógicas (60 horas aula + 30 de prática)	Fundamentos Históricos de Educação (60 horas prática)
Política Educacional (60 horas aulas + <b>30 horas de prática</b> )	Núcleo Temático: Educação, Sociedade, Política e Cultura.
Psicologia Educacional (60 horas aula + <b>30 horas de prática</b> )	Disciplinas eletivas já oferecidas pelo DEPE para o curso de Pedagogia
<b>Supervisão de estágio: 2 disciplinas de 30 horas cada, (vetor O) correspondente à orientação de 200 horas de estágio a cargo da FE</b>	

A Comissão de Licenciaturas pediu que a sua proposta fosse discutida no interior dos departamentos e que estes apresentassem posicionamento sobre a mesma e definissem até o dia 27 de maio e que estes encaminhassem suas posições. E argumentou ainda “lembramos que as sugestões do conjunto de disciplinas a ser oferecido pela FE nos cursos de

*licenciatura, representarão a forma como esta Faculdade entende a parceria com os institutos e outras faculdades...”*

Na reunião na CCG da Subcomissão Permanente de Formação de Professores no dia 24 de junho de 2004<sup>25</sup> o professor Maurício Urban Kleinke – Física – IF questionou qual seria a concepção de parceria, quando a Presidência ressaltou que era preciso definir como as parcerias seriam analisadas dentro dos diferentes projetos de cursos de formação de professores e como seriam construídas. No decorrer dessa reunião, segundo o relatório da mesma, surgiram idéias e questionamentos. A professora Cristina Meneguello – História – solicitou à Faculdade de Educação, maior clareza sobre quais seriam as possibilidades de parceria. O que era viável dentro deste aspecto? Se a parceria estava vinculada ao elenco das disciplinas oferecidas e se não haveria outras possibilidades de parceria?

Na reunião seguinte na CCG da Subcomissão Permanente de Formação de Professores no dia 08 de julho de 2004,<sup>26</sup> o professor Maurício Urban Kleinke – Física – IF, solicitou um aparte para destacar questões, que no seu entender eram pontuais e precisavam ser discutidas e decididas rapidamente, e uma delas era a questão da parceria acadêmica que para ele, até então, não estava clara. Dessa maneira ele coloca várias questões para serem discutidas:

- Ocorrendo parceria nos estágios. Somente isso define parceria?
- O que significa Parceria Acadêmica e com que intensidade é necessária para se estabelecer uma parceria?
- Parceria implica uma disciplina conjugada?
- Parceria implica em discussão e em interferência dentro de estrutura da grade curricular e até que ponto?
- Existe um grupo mínimo de disciplina necessárias ou não para que se defina a parceria? Quanto é esse grupo?

Alguns Membros, presentes na reunião fizeram comentários a respeito desses questionamentos levantados, bem como sobre as três disciplinas que já foram definidas pela FE em relação à parceria.

A parceria acadêmica está citada no projeto de reformulação curricular do curso de Letras da seguinte maneira:

*“... cumpre lembrar que contamos com uma parceria acadêmica com a Faculdade de Educação da UNICAMP. Essa parceria se revelou enriquecedora em todos os anos de trabalho conjunto entre os dois Institutos. Dessa forma, consideramos que é necessária para a formação dos futuros professores/educadores. Tal parceria está prevista para seguir o seguinte formato: 18 créditos a serem escolhidos pelos alunos dentre um grupo de 5 disciplinas; 210 horas de estágio; disciplinas eletivas; possível orientação de investigação científica, com a elaboração de uma monografia.”*

Sobre a parceria acadêmica, o projeto curricular de História diz:

*“No caso dos cursos de Licenciatura, no entanto, a parceria entre o Departamento de História e a Faculdade de Educação se dará de modo mais formal, caracterizando-se por ações e divisões de*

<sup>25</sup> Relatório da reunião- 24/06/2004 –CCG- Subcomissão Permanente de Formação de Professores, p. 7.

<sup>26</sup> Relatório da reunião- 08/07/2004 –CCG- Subcomissão Permanente de Formação de Professores, p.5.

*responsabilidade em diversos níveis. Essa parceria será efetivada por meio de: a) representação da Faculdade de Educação na Comissão de Graduação em História. A comissão de Graduação em História, responsável tanto pelo curso de Bacharelado quanto pelo curso de Licenciatura é composta pelo Coordenador e seu Associado, por um representante do Departamento de História e um da Faculdade de Educação, além de um representante discente. Além das atribuições gerais das Comissões de Graduação, a da História será também responsável por supervisionar as atividades dos alunos inscritos nas disciplinas de Monitoria e de Ensino e Divulgação Científica, bem como cuidar do registro dos projetos a serem desenvolvidos nas disciplinas de Estágio Supervisionado. b) oferecimento das disciplinas específicas para a Licenciatura em História. Além das disciplinas obrigatórias que constituem o núcleo de Formação do Professor nos cursos de Licenciatura, a Faculdade de Educação oferecerá um leque de disciplinas eletivas. Dando continuidade à experiência atual, os docentes da Faculdade de Educação poderão ainda orientar monografias, bem como supervisionar atividades de Monitoria e da disciplina Ensino e Divulgação Científica. c) gestão e supervisão conjunta dos estágios. Apesar da divisão em três disciplinas, duas de responsabilidade da Faculdade de Educação e outra do Departamento de História, os Estágios Supervisionados I e II e o Estágio Supervisionado em História poderão ser ministrados por docentes das duas unidades, sendo incentivado o trabalho em conjunto e a supervisão coletiva.”*

O projeto de História foi citado nas entrevistas como um bom modelo de projeto, o qual explicita da melhor maneira, a parceria acadêmica.

### **3.5 - REINGRESSO DE EX-ALUNOS BACHARÉIS**

Consideramos importante ressaltar essa temática, a qual durante a pesquisa apareceu como um novo desafio que a Unicamp terá pela frente. Dessa maneira, considerando que o currículo dos cursos de licenciatura não será com complementação pedagógica porque todas as disciplinas pedagógicas estarão alocadas ao longo do curso, a questão precisa ser pensada para alocar os alunos reingressantes.

Segundo o Artigo 7º do Capítulo I - DISPOSIÇÕES PRELIMINARES Seção IV - Do Reingresso expresso no manual do aluno/2005, entende-se por reingresso o retorno de aluno que já pertenceu ao corpo discente da Unicamp. E no Artigo 9º - O graduado em curso da Unicamp poderá requerer, nos períodos de matrícula, mediante aprovação das Coordenadorias dos Cursos, o retorno para complementar outra habilitação ou modalidade do curso em que se graduou ainda que envolva períodos distintos desse mesmo curso. E para efeitos de comprimento do artigo citado acima o inciso 7º considera-se o Bacharelado e a Licenciatura como modalidades de um mesmo curso.

O reingresso de ex-alunos bacharéis foi citado na reunião<sup>27</sup> da Subcomissão para que houvesse um debate sobre a possibilidade de criação de mecanismos para acolher ex-alunos bacharéis (reingressantes) que tentam com dificuldades se enquadrar à vida acadêmica. Essa sugestão foi feita pela Prof.<sup>a</sup> Dr.<sup>a</sup> Maria Inês Petrucci Rosa e foi acatada pela CCG, segundo o presidente da Subcomissão, e precisava ser discutida ainda durante a referida reunião.

<sup>27</sup> Relatório da reunião da Subcomissão Permanente de Formação de Professores, no dia 09 de setembro de 2004.

Segundo a professora Lilian, a professora Maria Inês já havia preparado uma documentação sobre o assunto com a sugestão de um programa especial, que funcionaria por tempo determinado, de modo a acolher os ex-alunos, formados no bacharelado, dos cursos que têm licenciaturas e que foram trabalhar como profissionais da Educação e que agora reingressam para ajustar à exigência da legislação.

Várias questões foram pontuadas sobre esse assunto, como: se haveria avaliação para que o aluno reingressasse e tinha possibilidade de contratação de docentes, de recursos adicionais, em função da alta demanda prevista.

O presidente finalizou a referida reunião informando que haveria uma necessidade de buscar esclarecimentos e assim fazer um levantamento sobre as questões pontuadas e também ter acesso ao documento que por hora, estava sendo preparado pela FE (CL) e assim o tema voltaria para discussão na próxima reunião.

A Comissão de Licenciatura, no Ofício CL.FE. 55/2004 elabora um parecer e envia ao presidente da CCG, Prof. Dr. José Luís Boldrini, no dia 22 de setembro de 2004, sobre a criação de mecanismos para acolher ex-alunos bacharéis como reingressantes nos cursos de licenciaturas. A professora Maria Inês ressalta em seu parecer que levou em conta diversos aspectos na elaboração do seu programa, por exemplo, que esses bacharéis reingressantes já são professores da escola básica há algum tempo e que no momento têm a necessidade de voltar para a Universidade por conta da demanda emergente na última LDB, que aponta para a necessária titulação em licenciatura para a continuidade do exercício da profissão. Um dos pontos ressaltados é que esse reingresso poderia trazer vários problemas, por conta das assimétricas relações em sala de aula, colocando em um mesmo espaço alunos com nenhuma experiência e outros com décadas de exercício nesse campo. Sendo assim a Comissão de Licenciatura colocou em pauta a discussão das possibilidades de criação de um Programa Temporário para os Professores em Exercício, que acolhesse profissionais da escola básica, que fossem bacharéis formados há pelo menos cinco anos. O referido programa poderia ser desenvolvido em um ano, com cerca de três disciplinas por semestre, abrangendo os campos considerados importantes na formação de professores. Vale aqui ressaltar que essa proposta era preliminar e que ainda seria discutida no âmbito da CCG e da Subcomissão Permanente de Formação de Professores.

### 3.6 - ESTÁGIOS

O currículo de licenciatura da Unicamp, segundo o relatório de gestão 2004/2005 da Comissão de Licenciatura, vinha contando, geralmente, com uma carga horária de estágio supervisionado, entre 120 e 255 horas, na forma das disciplinas chamadas Prática de Ensino e estágio supervisionado. com o Parecer CNE/CP 2/2002, os currículos devem ter 400 horas de estágio supervisionado relacionado com a profissão.

O Conselho Pleno, em sua reunião de 2 de outubro de 2001, decidiu alterar a redação do item 3.6, alínea c, do Parecer CNE/CP 9/2001, aprovado em 8 de maio de 2001, nos seguintes termos:

*“c) No estágio curricular supervisionado a ser feito nas escolas de educação básica. O estágio obrigatório definido por lei deve ser vivenciado durante o curso de formação e com tempo suficiente para abordar as diferentes dimensões da atuação profissional. Deve, de acordo com o projeto pedagógico próprio, se desenvolver a partir do início da segunda metade do curso, reservando-se um período final para a docência compartilhada, sob a supervisão da escola de formação, preferencialmente na condição de assistente de professores experientes. Para tanto, é preciso que exista um projeto de estágio planejado e avaliado conjuntamente pela escola de formação inicial e*

*as escolas campos de estágio, com objetivos e tarefas claras e que as duas instituições assumam responsabilidades e se auxiliem mutuamente, o que pressupõe relações formais entre instituições de ensino e unidades dos sistemas de ensino. Esses “tempos na escola” devem ser diferentes segundo os objetivos de cada momento da formação. Sendo assim, o estágio não pode ficar sob a responsabilidade de um único professor da escola de formação, mas envolve necessariamente uma atuação coletiva dos formadores.”.*

A LDB 9.394/96 no Art. 82 diz:

*“Os sistemas de ensino estabelecerão as normas para realização dos estágios dos alunos regularmente matriculados no ensino médio ou superior em sua jurisdição”.*

Com a RESOLUÇÃO GR nº 38/2003, de 30.05.2003 (anexo I) que dispõe sobre as regras para a realização de estágios acadêmicos pelos alunos de Graduação da Unicamp apareceram vários pontos que precisam ser revistos, principalmente, o texto da deliberação que ao ser pensada não levou em conta os estágios curriculares dos cursos de licenciaturas, esse fator tem dificultado o entendimento do “como deve configurar os estágios nos currículos novos”. O SAE vem tentando implementar a referida Deliberação, operacionalizando assinaturas de convênios, esclarecimentos sobre seguro obrigatório, cobrança de taxas e outros, mas já é certo que o SAE se encarrega apenas da operacionalização dos convênios e não tem responsabilidade sobre outros aspectos que possam permear o assunto dos estágios

Sobre as regras para a realização de estágios acadêmicos pelos alunos de Graduação a GR-38 (em anexo- 01) dispõe:

*“Os estágios supervisionados serão feitos, preferencialmente em escolas e instituições previamente determinadas e ligadas a um projeto de trabalho elaborado pela equipe de professores envolvidos com cursos de licenciatura e ao SAE.”*

Os projetos podem servir como referência inicial de ligação entre a formação teórica dos licenciandos e as atividades práticas de estágios, uma vez que todos mantêm contato regular com instituições educacionais.

O estágio, nos projetos de licenciatura, os quais sofreram reformulação curricular, obedecem a Resolução CNE/CP 2/2002 que estabelece:

*“400 (quatrocentas) horas de estágio curricular supervisionado a partir do início da segunda metade do curso”.*

O estágio nos cursos de licenciatura, a partir de 31 de maio de 2004, segundo ofício<sup>28</sup> expedido pela Comissão de Licenciaturas, sob a coordenação da Prof. Dr<sup>a</sup>: Maria Márcia Strazzacappa Hernandez e assinado pelo Diretor da Faculdade de Educação Prof. Dr. Jorge Megid Neto, ficou orientado da seguinte maneira:

*“200 horas, no mínimo, corresponde à metade da carga horária obrigatória, seriam da responsabilidade da Faculdade de Educação, cuja organização ficaria a cargo da recém criada Comissão de Estágios da FE. O estágio, segundo norma da GR-38-05 de maio de 2003 será realizado à partir da segunda metade do curso, e a*

<sup>28</sup> Ofício..CL.FE 31/2004

*supervisão de 20% desta carga horária prevista, seria efetivada num componente curricular de vetor "O" (orientação), cumprindo 60 horas/ano."*

Os 20% sob supervisão citados acima no ofício da Comissão de Licenciatura e endereçado à direção da FE, vêm para atender o PARECER CNE/CP 28/2001<sup>29</sup> e ficaria disposto em duas disciplinas de 30 horas (vetor O) que corresponderia às 200 horas de estágios supervisionados citadas acima segundo o ofício da CL.FE nº28/2004<sup>30</sup>.

Os estágios que vigoram como atividade disciplinar, a partir da reformulação serão desenvolvidos como atividade de formação dos alunos com carga horária prevista de 400 horas.

Um dos fatores que têm contribuído para a má formação dos professores, principalmente os específicos do campo das licenciaturas é a separação entre a teoria e a prática. Seria preciso que os cursos oferecessem aos seus alunos uma integração entre a teoria e a prática, mas para isso seria necessária uma reformulação nos atuais currículos desses cursos, de maneira houvesse uma integração na práxis pedagógica e que os futuros professores tivessem oportunidades de vivenciar essa integração desde o início de sua formação. Os estágios que aparecem nas últimas atualizações quanto à formação de professores deveriam dar conta dessa questão, mas na verdade, segundo DINIZ (1999) *"a racionalidade técnica prevalece na maioria das faculdades isoladas e a parte específica do currículo é mais privilegiada em relação à área pedagógica. Já a racionalidade prática em que deveria prevalecer a área pedagógica sobre a específica,"* e que vêm sendo um modelo alternativo de formação de professores e ocupado espaço na literatura especializada. (DINIZ, 1999,p.112-113)

Mas, o CNE/CP 02/2002, o qual estabelece a carga horária dos cursos de formação de professores diz em parágrafo único:

*"Os alunos que exerçam atividade docente regular na educação básica poderão ter redução da carga horária do estágio curricular supervisionado até o máximo de 200 (duzentas) horas."*

Portanto, pode não ser a melhor opção porque as horas de estágio:

*"...pode ser compreendida erroneamente como formação em serviço. As horas trabalhadas em sala de aula, sem, necessariamente, um planejamento e uma intencionalidade formativa, podem assim, ser contabilizadas nos novos cursos de licenciatura pelos profissionais já em exercício na escola. Como consequência disso diminui a carga horária dos cursos de formação de professores... e representa um enorme retrocesso em termos da preparação desses profissionais (Diniz 1999, p.114)*

Para a busca de alternativas no campo da formação docente, algumas universidades implantaram os fóruns de licenciatura, no início da década de 1990. Alguns desses fóruns são

<sup>29</sup> A lei 6.494/77, modificada pela medida provisória 1.709/98 e o seu Decreto regulamentador 87.497/82 ao serem recebidos pela Lei 9.394/96 exigem, para o estágio supervisionado de ensino, um mínimo de 1 (um) semestre letivo ou seja 100 dias letivos. Por isso mesmo, a Portaria 646, de 14 de maio de 1997, e que regulamenta a implantação do disposto nos artigos 39 e 42 do Decreto 2.208/97 diz em seu Art. 13 que são mantidas as normas referentes ao estágio supervisionado até que seja regulamentado o Art. 82 da Lei 9.394/96.

<sup>30</sup> Ofício.. CL.FE 28/2004 expedido no dia 21 de maio de 2004 pela Comissão de Licenciatura pela Coordenadora Maria Márcia Strazzacappa Hernandez e pela coordenadora associada Maria Inês Petrucci Rosa e encaminhado aos chefes dos departamentos dos institutos.

de discussão e outros de deliberação a respeito das problemáticas das licenciaturas. Uma das principais questões discutidas nesses fóruns é a questão do estágio supervisionado.

### **3.7 - SUBCOMISSÃO DE ESTÁGIOS NA UNICAMP**

A Universidade Estadual de Campinas já tem uma Subcomissão para tratar de assuntos relacionados aos estágios curriculares. O fato da Faculdade de Educação pensar em criar uma comissão de estágios seria para resolver somente assuntos relacionados às licenciaturas, incluindo também as licenciaturas de Pedagogia (Pedagogia/Pefopex/Proesf). Assim explicitamos abaixo algumas explicações sobre a Subcomissão de estágios.

A subcomissão de estágios, criada com a deliberação CCG- Nº. 019/2002 – 07-03-2002, que tem como função estudar, regulamentar e acompanhar os Estágios Curriculares. Essa comissão, na data de sua criação não tinha representante discente e era composta pelos professores: Mário Conrado Cavichia- Engenharia civil – FEC – Relator, Milton Dias Júnior – Eng. De Controle e Automação – FEM, Eliete Maria Silva – Enfermagem – FCM, Antonio Carlos Rodrigues Amorim – FE, Regina Bufon – Química – IQ, Iara Lis Franco Schivinatto – Midialogia – IA, Maria Aparecida Silva – Eng. Química – FEQ – convidada. E também uma representante do SAE: Lourdes Maria Moraes de Toledo.

### **ESTÁGIOS X COMISSÃO DE LICENCIATURA**

Além da subcomissão de estágios, a Comissão de Licenciaturas (CL), nas suas reuniões também discute o assunto para que em comum acordo cheguem a uma conclusão final sobre como serão os estágios dos alunos dos cursos de licenciaturas dos Institutos e também da Faculdade de Educação da Unicamp. Até o presente momento a Faculdade de Educação ainda não firmou convênios com a Diretoria Regional de Ensino? Os alunos que quiserem fazer estágios fora da área/diretoria de ensino irão poder? Os alunos poderão procurar o SAE para fazer a inscrição de estágios e isso pode ser feito pela internet. O que a CL discutiu na última reunião (23-03-2005) é que não gostaria que o estágio ficasse fechado apenas com as escolas que tivessem convênios e que fizessem parte da Diretoria Regional de Ensino de Campinas, por exemplo, e que tivessem autonomia para realizar o seu estágio em outras escolas que lhe fosse conveniente.

### **3.8 – COMISSÃO DE ESTÁGIOS NA FACULDADE DE EDUCAÇÃO.**

A comissão de estágios da Faculdade de Educação foi um tema que surgiu durante a pesquisa. Pensamos na relevância de citar essa temática nesse trabalho considerando que a possível criação dessa Comissão de Estágios poderia colaborar para a discussão sobre o assunto na implementação dos currículos novos, nos quais a Faculdade de Educação será responsável pela disciplina de estágio supervisionado I.

A Faculdade de Educação já tem um plano de criação de uma Comissão de Estágios, mas que está parado devido ao fato de, nesse momento, todos estarem muito ocupados com a reformulação das licenciaturas.

Em ofício<sup>31</sup>, a Comissão de Licenciatura diz:

---

<sup>31</sup> Ofício..CL.FE 28/2004 expedido no dia 21 de maio de 2004 pela Comissão de Licenciatura pela Coordenadora Maria Márcia Strazzacappa Hernandez e pela coordenadora associada Maria Inês Petrucci Rosa e encaminhado aos chefes dos departamentos dos institutos.

*“na Universidade, estão sendo criadas comissões de estágio nas unidades que possuem cursos de graduação, cabendo a elas, entre suas atribuições, a responsabilidade sobre a supervisão. Na FE, foi nomeada uma comissão que preparará uma minuta de regimento da Comissão de Estágio desta unidade, que será apresentada aos departamentos e Congregação. Na constituição da Comissão de Estágio será prevista a representação de todos os departamentos da Faculdade”*

A Comissão de Estágios da Faculdade da Educação, citada no Ofício CL. FE 39/2004, apresentou com uma minuta pronta para o diretor da FE, o Prof. Dr. Jorge Megid Neto, no dia 16 de julho de 2004, contendo a composição, atribuições e outras definições necessárias à implantação e funcionamento regular, conforme consta na Portaria Interna FE 006/2004, que já havia nomeado uma Comissão Especial de Assessoramento à Congregação.

Os membros da referida Comissão, segundo o ofício, são: Prof.<sup>a</sup> Dr.<sup>a</sup>. Maria Inês Petrucci Rosa (presidente), Prof.<sup>a</sup> Dr.<sup>a</sup>. Ângela Soligo, Prof.<sup>a</sup> Dr.<sup>a</sup>. Nora Rut Krawczyk, Prof. Dr. Valério José Arantes, Maria Alice Giannoni e Patrícia Ferreira Rodrigues solicitam que a minuta seja encaminhada aos departamentos para uma melhor adequação da proposição que nela se encerra, antes que seja feita a discussão na Congregação da Faculdade de Educação. É importante ressaltar que o mesmo ofício deixa claro que o representante discente não participou da elaboração da minuta abaixo porque não foi encontrada. Dessa maneira podemos ver que o representante mais interessado no assunto não estava presente.

#### IV – RESULTADOS DA PESQUISA

As entrevistas foram categorizadas de acordo com as questões, e numerada por ítems, não necessariamente seguindo a ordem das mesmas, e intercaladas por temas que foram surgindo no processo de pesquisa. Dessa maneira para identificar quais questões faziam parte do questionário inicial e quais foram surgindo no processo usou-se um código como segue:

\* Ítems que faziam parte do questionário inicial da pesquisa.

\*\* Ítems que foram surgindo durante o processo de pesquisa.

Cada entrevistado recebeu um código: por exemplo C6. a tabela abaixo apresenta o código do entrevistado e, à frente, a sua fala.

A tabela abaixo demonstra os entrevistados: interno significa sujeitos da Faculdade de Educação e externos sujeitos representantes dos Institutos e Faculdades.

C1	INTERNO
C2	INTERNO
C3	INTERNO
C4	EXTERNO
C5	INTERNO
C6	INTERNO
C7	EXTERNO
C8	EXTERNO
C9	EXTERNO
C10	EXTERNO
C11	EXTERNO
C12	EXTERNO

#### 1 - DIAGNÓSTICO SOBRE AS LICENCIATURAS\*\*.

C6	“E eu também tenho muitas críticas ao modelo de licenciaturas desde a época que eu era estudante. Então eu entendia que a vontade da reestruturação das licenciaturas ela começava desde a Faculdade de Educação e já havia uma discussão antes da Márcia Strazzacappa ser coordenadora que era com a Betty Mercury ainda (coordenadora anterior). Havia um diagnóstico dos cursos de licenciaturas. Um diagnóstico de avaliação das disciplinas, mas também da estrutura curricular e já havia também um diagnóstico prévia de quais eram os institutos e quais eram os cursos que faziam as críticas mais severas sobre as licenciaturas e dentre eles destacava-se já naquele momento, as humanidades.”
C3	“É interessante porque às vezes as pessoas pautam as mudanças da reforma das licenciaturas juntamente com a gestão de 2001/2003 enquanto que eu acho que esse processo de reformulação começou antes, começou na gestão anterior quando foram feitos alguns processos de avaliação das licenciaturas, que já vinham caminhado, né! O que as pessoas, o que os professores, os coordenadores e os alunos, tanto daqui da faculdade como da universidade como um todo, viam o processo de formação de professor e era um modelo que existia há trinta anos porque desde 1970 era o mesmo modelo que vinha sendo seguido que era o bacharelado mais as seis disciplinas pedagógicas.”
C3	“O processo de avaliação (licenciaturas) foi feito junto aos institutos em

	vários encontros, em várias reuniões.”
<b>C1</b>	A coordenação das licenciaturas... que também nem sempre existiu aqui na Faculdade. Ela foi criada num determinado momento. Ela fez uma série de análises dos currículos dos cursos de licenciaturas. Isso foi em 1997, 1998, 1999 e em 2000 quando foi feito um seminário de diagnóstico de todas as licenciaturas da Universidade. Vendo a relação do bacharelado com a licenciatura.

O assunto referente ao diagnóstico sobre as licenciaturas não estava entre as questões elaboradas no questionário porque no início da pesquisa não tínhamos conhecimento sobre o mesmo. Ele foi surgindo durante as entrevistas e consegui depois um relatório referente ao assunto. O relatório é datado de 04 de julho de 2001. Segundo os registros os coordenadores de cursos de licenciatura deveriam encaminhar à Faculdade de Educação uma relatório de avaliação das suas licenciaturas, mas somente os representantes dos cursos de Licenciatura Integrada Química e Física, Educação Física, Matemática, Química, Dança, Ciência Biológicas e Letras enviaram. Não encaminharam um relatório-avaliação por escrito os cursos de Educação Artística, Enfermagem, Física e Geografia. E avaliando o presente documento percebemos que outros cursos não foram citados como: Filosofia, Ciências Sociais, História.

O relatório destacou os principais pontos levantados pelos institutos para uma possível revisão, eram eles: a relação entre bacharelado e licenciatura; a prática de ensino e o estágio supervisionado, com a necessidade de ampliar os campos de atuação de estágio, tendo em vista que a atuação dos professores ultrapassavam os muros das instituições escolares; interlocução entre os professores da Faculdade de Educação e das unidades para coordenarem disciplinas em conjunto; a forma de representação das unidades na Comissão de Licenciatura para facilitar a comunicação e as decisões; o número de reingressantes como uma nova realidade da universidade, o momento da introdução das disciplinas EL, a formatura única (bacharelado + licenciatura) etc.

O diagnóstico demonstrava que a relação bacharelado/licenciatura deveria ser revista pelo fato da licenciatura ainda ser considerada como “complementação curricular” com as disciplinas ditas “pedagógicas”, conhecida pela fórmula 3+1 e evidenciavam também que essa fórmula estava caduca. Sendo assim tornava-se necessário pensar em mecanismos para superar esta separação na formação do professor, pois em alguns cursos havia uma nítida confusão por parte dos alunos sobre o campo de atuação do bacharelado e do licenciado.

Sobre as disciplinas – conteúdo foi destacado a preocupação para que as disciplinas não fossem apenas para atender as especificidades das diferentes áreas do conhecimento, especificando assim uma maior inter-relação entre os professores da Faculdade de Educação e das unidades para coordenar as disciplinas em conjunto. O curso de Biologia destacava que a prática e o estágio supervisionado deveriam ser desmembrados. O curso de Matemática indicava que o número acentuado de evasão estava relacionado ao descontentamento dos alunos face às disciplinas ministradas, no entanto não apontava efetivamente qual era o problema. O curso de Educação Física sugeria que fosse quebrada a dicotomia entre as disciplinas específicas e pedagógicas. Enfim, nenhum diagnóstico encaminhado apresentava uma crítica direta a alguma disciplina ou a algum conteúdo oferecido pelas disciplinas EL e de maneira geral os institutos apontam para o fato de a avaliação das disciplinas variarem de acordo com o docente que a ministra, independente da ementa e do plano do curso.

Quanto ao momento de introdução das disciplinas EL, alguns cursos foram enfáticos ao afirmar a necessidade de se introduzir disciplinas EL mais tarde, como o caso da Enfermagem e da Dança, cujas disciplinas de prática de ensino e estágio supervisionado coincidiam com o momento de oferecimento do estágio em Enfermagem, no primeiro caso, e com o Trabalho de Graduação Integrado, no segundo caso. Outras unidades como a Química, a Educação Física, a Matemática e a Física, não identificaram nenhum problema quanto ao momento de introdução das disciplinas EL da forma como estava. A Educação Artística e o

curso de Biologia sentiram necessidade de que fossem oferecidas as disciplinas EL mais cedo, isto é, logo na entrada do estudante no curso.

Quanto aos estágios, alguns cursos manifestaram a necessidade de se ampliar os campos de atuação dos estágios, tendo em vista que a atuação como professor ultrapassa os muros das instituições escolares. Foi feita a sugestão de que museus, centros de memória, centros culturais, projetos de ONGs e assentamentos poderiam ser pensados como campo de estágios para a realização de estágio curricular obrigatório.

Quanto ao reingresso de alunos bacharéis para complementação pedagógica o relatório destaca uma tabela que prefiro transcrevê-la abaixo para futuros estudos. Ela ressalta apenas o reingresso no primeiro semestre de 2001, portanto para entender o aumento da demanda será preciso mais pesquisas, principalmente nos semestres seguintes, e uma análise mais complexa da temática.

Número de formandos – evasão – reingressos (2001)

Curso	Formandos (2000)	Reingresso (1s/2001)
Dança	16	05
Ed. Artística	04	09
Ed. Física	31	11
Matemática	17	05
Física	18	07
Química	22	26
Biologia	42	10
Ciências sociais	22	24
História	17	11
Lic. Integrada 56*	--	--
Letras	28	12
Enfermagem	26	03

\* ainda não houve a formatura de nenhuma turma.

Referindo-se a participação dos representantes nas Comissões de Graduação, segundo o diagnóstico, foi constatada de forma contundente que havia uma dificuldade de representatividade tanto dos institutos em relação a Faculdade de Educação, quanto dos representantes da Faculdade da Educação nas comissões de graduação nas unidades. Os representantes das unidades de Física, Química e Artes (Dança e Ed. Artística) solicitaram formalização dos representantes. O representante da Enfermagem foi enfático ao manifestar o quanto faz falta um representante da Faculdade de Educação nas reuniões de graduação. Dessa maneira ficou clara que o que mais dificultava as discussões e decisões sobre aspectos de licenciatura era o fato da comunicação ser falha e não acontecer de maneira adequada.

Uma outra situação que precisava ser revista era o espaço físico, pois os alunos das outras unidades que vinham à Faculdade de Educação para fazer a complementação pedagógica não se sentiam pertencentes ao espaço da mesma e não reconheciam-no como seu, evidenciando que de forma geral faltava maior acolhimento (sala de informática, vivências, etc).

O diagnóstico sobre os cursos de licenciaturas, feito antes das reformulações curriculares dos cursos foi um fator marcante durante a coleta de dados dessa pesquisa. Dois sujeitos dos onze entrevistados citaram o diagnóstico das licenciaturas. É importante ressaltar que a Faculdade de Educação vinha preocupando-se com a formação dos professores das

referidas licenciaturas antes de deflagrar o processo de reformulação dos projetos curriculares. O texto abaixo<sup>32</sup> confirma tal preocupação:

*“Tendo em vista esse contexto, a assunção de uma identidade própria para os cursos de licenciatura vai sendo cada vez mais requisitada nos debates internos à FE e também, em âmbito externo, em fóruns nacionais. O reconhecimento de sua legitimação no campo de formação de professores sempre trouxe, à FE, a liderança e a autoridade para tratar do assunto. No período relacionado ao presente relatório de avaliação (1999-2003), cresceu muito intensamente o vigor em torno do debate a respeito dessas tensões, que passam por aspectos identitários inerentes aos programas de formação. Destaca-se o intenso processo vivido com a elaboração do trabalho conhecido como Diagnóstico das Licenciaturas, coordenado pela Profa. Elizabeth Mercuri, envolvendo cerca de 60 participantes docentes e discentes da FE e também de outros institutos e faculdades.”*

Concluimos que o Diagnóstico das Licenciaturas foi um primeiro passo para a tão almejada valorização dos cursos de formação de professores.

## **2 - REFORMULAÇÃO PARA ATENDER OS REGIMENTOS LEGAIS E AS EXPECTATIVAS DAS UNIDADES SOBRE A RESPONSABILIDADE ACADÊMICA DOS CURSOS LICENCIATURAS\*\*.**

C1	essa denominação de parceria acadêmica ela aparece dentro de uma legislação, de uma resolução do Conselho Universitário e ela teria um significado, dentro aqui da Faculdade muito forte com relação à certa divisão de responsabilidade ou até a possibilidade de perder a responsabilidade pelos cursos de licenciaturas
C1	Criava-se essa possibilidade. Uma possibilidade de mais liberdade na hora de organizar um currículo. Trazendo uma relação muito próxima entre o que interessa ao campo de conhecimento de um outro lugar que não seja a Faculdade de Educação. E aí sim há amparo legal para isso porque as diretrizes elas são extremamente abertas, os pareceres do CNE para algumas áreas indicam possibilidade de sobreposição do que é o pedagógico do que é o prático.
C2	Um processo muito interessante que a gente foi podendo perceber é que como os Institutos foram sendo estimulados, de certa forma até obrigados a fazer a discussão das licenciaturas para a adequação na nova legislação, eles acabaram esbarrando na necessidade de rever também seus próprios cursos de bacharelado.
C4	Se ia continuar fazendo discussões, fazendo acertos, melhorando e se tem um mal há solicitação disso ou de se mudar a forma de trabalho, nesse ponto o papel LDB é fundamental para rever tudo isso, no fundo foram as diretrizes curriculares que geraram esse processo de discussão, mas o que

<sup>32</sup> Dados coletados da avaliação interna da Faculdade de Educação relatório quinquenal para as unidades de ensino e pesquisas e do ceset – Avaliação institucional 1999- 2003

	eu acho que causou exatamente essa modificação de responsabilidades foi uma atitude errada na condição de uma boa idéia que era o Planinfo.
C6	“Com a promulgação, com a declaração das Diretrizes Curriculares das licenciaturas o desafio foi colocado então num outro âmbito que era a necessidade de adequação das nossas licenciaturas às diretrizes curriculares. Fundamentalmente o que vai mudar é... as diretrizes não mudam tanto a concepção de cursos de licenciatura, mas mudam bastante a concepção do que deve ser um curso completo de licenciatura porque nós trabalhamos com um modelo pós 68 que é... a licenciatura não era um curso total, era um curso... um conjunto de disciplinas sob a orientação do bacharelado, o modelo 3 + 1 na maior parte dos cursos
C6	eu entendo esse processo de reformulação como um processo que é deflagrado de dentro da Faculdade de Educação, mas que não é de controle absoluto da faculdade porque não poderia ser, ele é um processo... a discussão da reformulação dos cursos de graduação em formação de professores têm que ser da universidade, têm que ser. Então ele sai daqui, ele ecoa daqui, mas na verdade já tinham outros espaços em que isso também já estava sendo discutido. E no âmbito acadêmico maior, que não é o espaço dos institutos e da faculdade, porque isso é apenas um espaço de administração do conhecimento, porque isso é apenas um espaço de produção e administração do conhecimento. Nos outros espaços nacionais de discussão também se fazia fortemente um movimento para que as licenciaturas deixassem de ser de exclusividade na sua concepção e na sua organização curricular da Faculdade de Educação. Eu me lembro ainda que quando o Nagre era o reitor da Unesp houve uma forte manifestação para que as licenciaturas estivessem sediadas nos institutos e isso no começo dos anos 90. E a Unicamp naquele momento ou talvez por isso a reação do controle absoluto, naquele momento havia muitos institutos na Unicamp, nos anos de 90, 91,92, 93. havia muita manifestação já naquele momento de que a responsabilidade sobre o curso estivessem nos institutos e em outras unidades do país isso acontece, em Minas tem universidade assim, no Rio de Janeiro tem assim. Então na verdade isso era um conflito que politicamente aqui dentro era muito importante. Em nível nacional esse conflito se relativiza, digamos. Ele deixa de ser importante mas ele está posto em outros espaços de discussão, inclusive em espaços mais acadêmicos de que é a formação de professores.
C7	Qual a avaliação do processo que conduziu a alteração da responsabilidade pelas licenciaturas para os institutos e faculdades... eu não sei... eu não se... eu vivenciei isso um pouco a partir de 2000 e 2001 e sei que as mudanças da legislação favoreceram isso, mas na medida em que a legislação permitiu que o Brasil inteiro pudesse discutir as novas responsabilidades, isso é natural.
C6	Quanto às alterações no regimento interno da Unicamp, Eu acho que ela faz uma alteração na concepção do que é curso porque a gente está acostumado na idéia de curso, porque currículo também é curso, nê! É caminho, percurso, mas a idéia de curso aqui ela está estruturada na idéia de... mais ou menos como domínio de jogo ou mando de campo. Ela está estabelecida com a idéia de que o projeto pedagógico se dá de uma maneira ainda bastante disciplinar.
C10	O que se tem como tradicionalmente a vinculação entre as unidades e a Faculdade de Educação em vários outros lugares, além da Unicamp é um

	esquema muito pouco articulado, então a Faculdade de Educação forneceu, digamos assim, a licenciatura como um produto pronto e as unidades pouco se envolviam pessoalmente ou institucionalmente com as licenciaturas. O que houve e o que a gente tem que entender é porque essas unidades de repente começaram a se interessar pelas licenciaturas até chegar ao ponto de reivindicar o controle da licenciatura que é uma coisa, no Brasil, bastante específica, bastante peculiar e inédita quase. O modelo nosso, o famoso 3+1 e aquela história de um apêndice que tanto prejudicava a imagem das licenciaturas para as unidades quanto isolava a Faculdade de Educação do restante das disciplinas.
C10	havia um claro preconceito em relação às licenciaturas porque era uma coisa completamente isolada do resto sem grandes méritos e principalmente porque o ensino secundário e primário é muito desqualificado no Brasil, havia um certo desprezo também e às vezes bastante injustificado em relação às licenciaturas, hoje em dia, aparentemente, há uma revalorização.
C11	Essa história da Faculdade de Educação ser responsável pelos cursos de licenciatura é bem uma coisa da Unicamp, não é assim o Brasil inteiro. Onde eu obtive minha licenciatura não era a Faculdade de Educação responsável. Então eu nunca entendi porque da Faculdade de Educação ser responsável.
C11	Era época de se readequar as licenciaturas para se adaptar às novas diretrizes curriculares e a Faculdade de Educação estava enrolando bastante. Houve uma insatisfação, nós em princípio não fizemos parte dessa discussão.

Para atender à legislação (LDB 9394/96, CNE/CP 02/2002, CNE/CP 09/2001<sup>33</sup>, CNE/CP 01/2001, CNE/CP 28/2001<sup>34</sup>) todos os cursos de licenciatura deveriam reformular os seus currículos era o que já vinha acontecendo em Faculdades e Universidades de todo o país. E paralela a essa necessidade havia também a vontade dos institutos e faculdades, da Unicamp, que ministravam cursos licenciaturas, em ter a responsabilidade acadêmica total sobre tais cursos. Assim a Unicamp alterou o regimento interno com a deliberação do CONSU<sup>35</sup> que no seu ART. 8º esclarece que a partir de sua publicação os cursos de graduação da Universidade serão ministrados sob a responsabilidade dos Institutos e Faculdades e acrescenta ainda que:

*Inciso 1º. As licenciaturas poderão ser ministradas sob a responsabilidade dos Institutos e Faculdades, mediante deliberação das respectivas Congregações, com previsão de parceria acadêmica com a Faculdade de Educação e após aprovação pela Câmara de Ensino, Pesquisa e Extensão do CONSU.*

Portanto, concluímos que o processo de reformulação curricular dos cursos de licenciatura da Unicamp ocorreu para que a universidade se adequasse a regimentos legais internos e externos: regimentos externos elaborados e deliberados em sistema nacional e os

<sup>33</sup> Diretrizes Curriculares Nacionais para a Formação de Professores da Educação Básica, em nível superior, curso superior de graduação plena, aprovado em 08/05/2001.

<sup>34</sup> Dá nova redação ao Parecer CNE/CP 021/2001, que estabelece a duração e a carga horária dos cursos de formação de professores da educação básica, em nível superior, curso de licenciatura de graduação plena, aprovado em 02/10/2001.

<sup>35</sup> DELIBERAÇÃO CONSU-A-35, de 16-12-2003

internos deliberados a partir de pedidos das unidades de ensino que queriam a responsabilidade acadêmica de seus cursos.

### 3 - O EMBATE FOI MAIS EXTENSO EM RELAÇÃO OS INSTITUTOS IFCH, IEL E IA\*\*.

C6	“e o modelo mais marcado disso (3+1) era o da licenciatura do IEL, não casualmente foi o curso que começou pedindo a mudança do estatuto porque na reforma curricular do IEL a licenciatura ficava exatamente no pus, primeiro eles faziam toda a estrutura de bacharelado e depois o conjunto fechado das disciplinas das licenciaturas. Então era o modelo que mais expressava essa lógica (3 + 1). E também não casualmente era um dos lugares de relação mais difícil com a Faculdade.”
C2	“não foi fácil enfrentar reuniões no IFCH, não foi fácil enfrentar algumas reuniões lá no IEL. Foram difíceis assim... dedo... acusação... foi muito difícil.”
C3	tinham os institutos brigando, com a vontade de assumir tudo para si acreditando “não, se nós somos professores, nós sabemos formar o professor” e é claro que entra em discussão o que nós entendemos de formação de professores. de um lado a Faculdade de Educação assumindo para si, como que exclusivamente com o seu potencial a formação de professores e do outro lado os institutos, principalmente o IEL e o IFCH dizendo que não, “nós somos professores e nós sabemos o que também sabemos o que é isso” e daí eles colocavam, muito mais eles do que nós, essa questão da forma e do conteúdo, que “basta saber o conteúdo e a forma a gente aprende”, ou seja, o importante é saber do que eu vou dar aula mas não o como.
C6	a Filosofia é um curso complicado porque a Filosofia entende que ele é nela mesma, que a Filosofia é nele mesmo um curso de formação de professores, e portanto, a Faculdade de Educação só pode entrar mesmo com poucas disciplinas. Eu me lembro que a crítica mais severa vinha do coordenador da Filosofia porque ele disse assim, ele chegou a declarar uma vez que “olha um curso de Filosofia em licenciatura com três disciplinas da Faculdade de Educação é bom, e com duas é muito bom”, claro que ele estava marcando claramente a posição ali de que a faculdade não participasse tão intensamente, mas também porque as relações naquele momento estavam mais do que conflitantes e desgastadas.
C6	. O que não estava pautado antes era o espaço curricular para eles (institutos) fora da estrutura do bacharelado, ou seja, não se pressupunha que dentro da própria concepção de formação de professores pudesse se trabalhar com um conjunto de disciplinas obrigatórias e outras eletivas. Isso ficou muito claro no projeto das humanas.
C6	o IEL nunca engoliu a forma como a reforma curricular foi feita, antes dessa última, a penúltima reforma e um grupo do IEL. Então a hora de reformular é a hora de tentar negociar seus projetos. Eu não vou... por outro lado a questão financeira é importante, os institutos sabem que se arrecadar dinheiro vão conseguir se estruturar porque lhes demanda.
C8	Foi simbólico o pelo pedido do IEL, quer dizer, foi simbólico o fato do IEL assinar o pedido. Foi o nosso pedido que chegou primeiro burocraticamente, o IFCH e o IA tinham pedidos iguais. Esse pedido é

	<p>facultava a todos que desejassem que se assumissem o controle acadêmico da sua licenciatura, mas todo o processo elaborado em conjunto o IFCH, IEL e IA. O processo foi muito difícil, foram discussões penosas, mas eu acredito que tudo isso seja para que a gente amadurecesse muito, para que nós nos conhecêssemos melhor e eu acho que depois disso nós temos conseguido estabelecer uma colaboração construtiva com a Faculdade de Educação.</p>
C8	<p>Tem um caso que a Subcomissão teve que intervir no IEL? E...      ___ A congregação do IEL aprovou uma coisa e a congregação da FE aprovou uma coisa diferente. Nós todos discutimos isso na Subcomissão Permanente de Formação de Professores e chegamos a uma solução. O acordo foi proveitoso para todos, sem essa idéia de que um perde um ganha, um tem mais e outro tem menos. A gente chegou a solução melhor e mais vantajosa para o aluno e contempla as necessidades e os pontos de vista acadêmicos do IEL e da FE e em nenhum momento nessa Subcomissão houve um confronto com uma votação de duas posições irreduzíveis. A gente chegou a soluções por meio do debate e do acordo. São soluções plenamente satisfatórias, às vezes na discussão na Subcomissão a gente via soluções novas e diferentes nas quais a gente não tinha pensado antes. Então se havia alguma divergência era discutido por todos. O processo todo foi muito político, foi muito bacana.</p>
C9	<p>na verdade os institutos que mais pleitearam essa alteração de responsabilidade: o IEL e o IFCH. Eles partiram dessa premissa que a licenciatura não se trata de uma dicotomia entre a habilitação pedagógica e habilitação específica, mas se trata de uma licenciatura de Letras, de Filosofia, de Ciências Sociais ou de História. E que assim sendo, inclusive a repartição da carga didática, da distribuição das disciplinas ao longo do currículo, elas ficam muito mais, digamos assim, concentradas nos próprios institutos</p>

Todos os institutos deveriam reformular os currículos dos cursos que contemplavam licenciaturas, mas concomitantemente com a necessidade da reformulação alguns institutos pleitearam no CONSU a responsabilidade acadêmica sobre seus cursos de formação de professores e dentre eles destacavam-se os institutos das humanidades: IEL, IFCH e o IA.

#### **4- COMO SE DEVE ENTENDER A PARCERIA ACADÊMICA DA FACULDADE DE EDUCAÇÃO COM AS OUTRAS FACULDADES E INSTITUTOS?\***

C1	<p>...“essa denominação de parceria acadêmica ela aparece dentro de uma legislação, de uma resolução do Conselho Universitário e ela teria um significado, dentro da Faculdade muito forte com relação à certa divisão de responsabilidade ou até a possibilidade de perder a responsabilidade pelos cursos de licenciaturas. Então ela sempre foi uma preocupação grande da Faculdade de Educação para que se fizesse sentido a parceria acadêmica de maneira que garantisse a inserção dentro dos projetos pedagógicos dos cursos. Então tem uma... eu acho que o que a Faculdade de Educação conseguiu fazer com a parceria acadêmica foi garantir aquilo que ela estabeleceu como as condições mínimas para ela ser parceira, que</p>
----	---

	são: a participação com um conjunto de disciplinas obrigatórias, disciplinas eletivas, estágio e que todos os representantes da Faculdade de Educação nos diferentes cursos pudessem ir organizando os projetos de cursos.”
C1	“A parceria acadêmica ela é algo que é estabelecido como uma condição na Universidade para que os cursos de formação de professores aconteçam. Eles não poderiam ser feitos sem parceria acadêmica com a Faculdade de Educação. E a Faculdade de Educação diz: “para ter parceria acadêmica eu tenho um conjunto de condições”
C1	“todos os cursos de licenciatura tem que ter a participação da Faculdade de Educação e essa participação ela é de acordo com o projeto que a Faculdade Educação organiza para a sua inserção como parceiros”
C1	“a parceria acadêmica ela não explicita no nome uma responsabilidade da Faculdade de Educação, mas toda a inserção que a Faculdade de Educação faz nos cursos é de grande responsabilidade. Então a melhor denominação para todos os casos é de co-responsabilidade. O caso é que em alguns não foi possível, no momento, retirar a <b>parceria acadêmica</b> , até porque ela também é <b>vazia de definição</b> . Ela é circunscrita a condições, mas o que é que ela significa em nenhuma instância, nem aqui na FE, nem na Subcomissão isso foi enfrentado de forma mais profunda. O que foi garantido é que... bom, todos os cursos de licenciatura tem que ter a participação da Faculdade de Educação e essa participação ela é de acordo com o projeto que a Faculdade de Educação organiza para a sua inserção como parceiros. Em alguns casos a Faculdade criou um projeto para inserir como co-responsável e aí esse projeto têm uma diferença, que é a mais evidente, que é a carga horária que a Faculdade de Educação assume nesses cursos, que é maior.”
C1	“não se quis discutir o ano passado o que era parceria acadêmica porque ela envolvia uma discussão sobre a responsabilidade dos cursos e isso era um elemento muito tencionador das relações entre os coordenadores de curso”.
C2	“no final de 2003 quando no regimento apareceu aquela expressão de parceria acadêmica com a Faculdade de Educação foi muito desanimador assim... porque a previsão de parceria acadêmica para mim quer dizer assim... é facultativo. Existe a possibilidade se eu quero ou não. eu acho que isso que era uma prerrogativa digamos assim... para os institutos que nunca tinham olhado de forma mais cuidadosa para os seus cursos de licenciatura terem essa prerrogativa nas mãos.”
C2	“eu acho que essa participação da faculdade nos currículos ela é, potencialmente, uma parceria acadêmica que precisa ser buscada, construída insistentemente conquistada tanto internamente na FE quanto nos próprios institutos. Por que eu digo isso? Porque internamente na Faculdade de Educação a participação da faculdade nos cursos de licenciatura sempre foi meio marginal, meio secundária. ”
C2	“a parceria acadêmica com as outras faculdades e institutos ela não é algo que seja dado. Ela é prevista regimentalmente, compreendida como obrigatoriedade por todos os institutos e pouco discutidas internamente pelo conjunto de professores da faculdade e que precisa ser vivenciada pelo coletivo dos professores que atuam diretamente nas licenciaturas, ou como docente ou como representantes oficiais da Faculdade de Educação nas comissões de graduação. Esse conjunto já é um conjunto

	problemático. Nem todos estão sendo tão atuantes assim, tão presentes, tão bem acolhidos como deveriam ser, tão brigadores nas diferentes condições, tão presentes na Comissão de Licenciatura. Um corpo que para o qual a questão da parceria se coloca mais fortemente, mas que ainda está muito... ainda está um pouco imbuído da necessidade de um trabalho mais duro, mais insistente, mais pensado e mais articulado.”
C2	“Eu acho assim que retirar a responsabilidade e oferecer no lugar a parceria acadêmica como previsão foi o resultado... não houve ninguém que solicitou ou imaginou, mas eu acho que ela é resultante de uma disputa e de um conflito entre a faculdade de Educação e de todos os outros institutos de ensino.”
C1	“. Com relação à parceria eu acho que o projeto de Química é o que expressa melhor. O da Química expressa melhor na grade. Agora o de História é muito interessante de ser lido porque o significado de parceria está lá no documento...”
C4	“a Faculdade de Educação ela consegue passar, ela consegue preencher algumas lacunas sob parcerias que no caso das ciências exatas não consegue preencher, que é um pouco da compreensão das relações humanas no meio das relações de ensino.”
C5	Essa expressão parceria acadêmica ela é, vamos dizer assim, inédita na Universidade. Ela nasceu com o que aconteceu com as licenciaturas e está mencionada no regimento por conta do que ocorreu nas licenciaturas aqui na Unicamp. Foi uma maneira da Faculdade não se colocar, por não ter a responsabilidade pelos cursos, ela não se colocar como uma unidade em serviço.
C5	Eu avalio que o que aconteceu no final de 2003 e início de 2004, foi alguma coisa mesmo com uma dimensão política muito forte. Política em relação a Universidade olhando para a FE. Por conta assim... da maneira como algumas unidades se aproveitaram de uma oportunidade para poder invadir esse pedaço da FE. Então assim, a justificativa para isso ter acontecido é meramente política. Sendo uma justificativa meramente política e que acabava de alguma maneira fazendo com que a FE se posicionasse de um outro jeito nas licenciaturas, quer dizer, quando a faculdade deixa de ser responsável pelas licenciaturas em Letras, em História em Filosofia, em Ciências Sociais e por aí vai, Artes, Dança e tal. Isso politicamente foi assim bastante consternador para a faculdade de educação. Politicamente! nê! Então a figura da parceria acadêmica ou o campo da parceria surgiu como uma maneira de não deixar que essa responsabilidade pelos cursos fosse exclusiva.
C5	Na época, houve uma CCG em 13 de novembro muito tensa e muito delicada para a Faculdade de Educação, que ali havia quase que... vamos dizer assim... era uma proposta contra outra proposta. A Faculdade de Educação queria que fosse mencionada no regimento a palavra co-responsabilidade e os coordenadores se manifestaram totalmente contrários a essa proposta. Totalmente contrários a essa menção. Então a parceria acadêmica foi uma maneira de apresentar uma forma de co-responsabilidade, entendeu? É quase que uma co-responsabilidade disfarçada. Foi uma estratégia. Internamente a FE não entendeu assim. A FE na época, na virada de 2003 para 2004 houve uma crise muito forte aqui em relação a isso porque eles não conseguiam, entender que na verdade, aquilo era uma tática para continuar exercendo algum tipo de Poder nesses currículos... desses cursos. Bom, quando começou 2004, um

	<p>lugar aonde se discutia muito a parceria acadêmica era a Subcomissão Permanente de Formação de Professores. Em 13 de novembro, no mesmo pacote , na mesma proposta foi votado a responsabilidade... é a função da responsabilidade pelos cursos dos institutos e faculdades que assim desejassem com previsão de parceria acadêmica com a FE e a criação da SubCCG. . No último segundo, no último segundo antes da votação acontecer eu pedi a palavra no microfone lá na CCG e ressaltai que a Faculdade estava entendendo a parceria acadêmica como uma co-responsabilidade. Nê! Ficaram todos calados. Ninguém disse nada contra!</p>
C5	<p>A criação da Subcomissão Permanente de Formação de Professores foi o fator decisivo para que a parceria acadêmica efetivamente acontecesse, para que a parceria acadêmica não fosse uma figura que ficasse só no papel. Porque a arena de luta foi a Subcomissão. As primeiras reuniões da Subcomissão ela foram muito tensas... ..houve momentos assim de tensão máxima. Quer dizer, ali se estabeleceu uma arena de luta mesmo.</p>
C5	<p>Com o tempo todo nós fomos nos colocando suavemente, mas com constância. Sabe a aquela coisa da tática... assim de... é parceria sim, vai ter que ter uma tramitação do projeto dentro da FE, senão esses projeto não vão para a CCG. Suavemente nós fomos colocando isso durante meeses. Cada vez que a questão vinha. Cada vez a gente respondia. O primeiro projeto que tramitou, nê! Bem apressadamente, por conta da pressa deles e não da Faculdade de Educação, foi do instituto de Química e aí foi que se ensaiou o caminho dos projetos. Então como é o caminho dos projetos? E assim como é que ele seria aprovado.</p>
C5	<p>“Onde é que está a parceria acadêmica? Ela está em todo esse “caminho entrecruzado” que o projeto faz. O projeto sai da Faculdade de Educação. Melhor falar porque estou mostrando no papel e... ele já têm essa influência... o projeto sai da Comissão de Graduação do instituto e já tem a influência do membro da faculdade (FE). Esse membro da faculdade faz parte da Comissão de Licenciatura. Ele é aprovado na unidade, na congregação do instituto ou da congregação da faculdade. Aí não basta! Porque eu poderia dizer assim “ Ah! Bom! Já teve a participação da Faculdade de Educação, mas não, isso não basta. Ele tem que voltar de novo para a comissão de licenciatura. Quer dizer não é um único membro que lá... (nos institutos e faculdades) da FE... que vai definir como é que aquele projeto vai ser em relação a FE. Inclusive... Ela existe no processo. Ela foi criada nessa circularidade. Todos os projetos tem feito esse percurso. Todos. Todos. E isso eu acho que para a Faculdade de Educação é uma vitória muito grande.</p>
C5	<p>“a parceria acadêmica, ela vai levar a uma outra figura que está surgindo agora que é a figura da co-responsabilidade. esses dois conceitos, eles acabam se confundindo. Porquê? Bom, a expressão parceria acadêmica ela foi escrita assim para... vamos dizer... ter alguma relação com aquelas unidades que queriam responsabilidade sobre os seus cursos. Nê! Para a Faculdade de Educação a parceria acadêmica ela quase que soa como uma espécie de co-responsabilidade também pra você ter uma idéia, todos os processos de alunos de vida acadêmica: pedido de prorrogação de prazo para integralização, pedido de reingresso. Sabe os processos de alunos? Mesmo com a parceria acadêmica, passa na unidade e passa na Faculdade de Educação ainda... ainda. Administrativamente muito pouca coisa mudou, quase nada mudou.</p>
C5	<p>O Instituto de Biologia, a FCM que tem a licenciatura em enfermagem e a</p>

	<p>Faculdade de Educação Física, se posicionaram a favor da co-responsabilidade nessas licenciaturas. O que isso implica? Esse pessoal continua tendo assento na CL e os cursos de parceria acadêmica não tem mais assento na Comissão de Licenciatura. Quem tem a relação de parceria acadêmica com a FE não participa das discussões de licenciatura dentro da FE. Por que? Porque não tem mais assento na CL. Participa das discussões de licenciatura na SubCCG, que aliás é um outro tipo de discussão. Lá é uma discussão muito mais sistêmica, mais assim... da Universidade. Agora, discussão curricular, estágios, gestão de currículo, discussão sobre disciplinas é uma coisa que se faz dentro da unidade (FE).</p>
C5	<p>a FE em agosto de 2004 aprovou uma proposta base para estabelecer a parceria acadêmica nos currículos que são aquelas três disciplinas obrigatórias, a participação em eletivas e o estágio. As “humanas” conseguiram uma flexibilização. ... alguns cursos que são de co-responsabilidade a Faculdade de Educação participa além desse mínimo. Quer dizer a co-responsabilidade também pode implicar numa maior participação da Faculdade de Educação, vamos dizer assim, numa maior qualidade no currículo. Então, por exemplo, no caso do Instituto de Biologia o estágio vai ser prioritariamente desenvolvido na Faculdade de Educação, no caso da Enfermagem vai ter também mais horas de estágios na Faculdade de Educação, além de ter outras disciplinas específicas no campo da saúde, o próprio currículo da Licenciatura Integrada de Química e Física é bastante diferenciado. Então a co-responsabilidade ela também cria uma outra relação de vínculo porque como esses representantes estão dentro da Comissão de Licenciaturas eles têm uma outra visão da Faculdade de Educação. Eles têm uma visão da Faculdade de Educação do lado de dentro. Eles também são responsáveis pelo debate e responsáveis pela discussão. E eles não vêm externamente, eles estão na Faculdade de Educação também. Antigamente todos estavam.</p>
C7	<p>“eu entendo a parceria acadêmica entre a FE e as Faculdades e Institutos, a unidade que eu atualmente represento como coordenador de curso juntamente com algumas outras unidades de ensino, entre elas a Enfermagem, a Biologia... elas vem defendendo o conceito de co-responsabilidade, ou seja nesses cursos de educação, de formação de professores, os famosos cursos de licenciatura. Então eles tem uma articulação muito sólida entre os conhecimentos que a Faculdade de Educação produziu, produz e produzirá certamente e o seu corpo docente e o corpo docente e o conhecimento produzido nos institutos e faculdades de natureza específico da formação. A gente sabe que o regimento da Universidade atualmente ele tem dado interpretações das mais diferentes e é pauta atual de discussão na Universidade. Esse conceito de co-responsabilidade... tanto eu que independentemente da questão institucional do regimento, a minha unidade vai tentar desse ponto de vista pedagógico e também do relacionamento profissional ter uma sólida, não só parceria, mas um sólido envolvimento acadêmico com a Faculdade de Educação”</p>
C7	<p>o interesse da minha escola, me parece ... de tornar cada vez mais saudável esse relacionamento independente do nome parceria ou co-responsabilidade.</p>
C8	<p>A parceria acadêmica, eu acho que ela deve ser plena, efetiva. A gente não tem aqui o curso de bacharelado de (curso) e o curso é só</p>

	licenciatura. A nossa idéia é formar professores de (curso) E para isso é indissociável o trabalho da Faculdade de Educação e o trabalho do nosso instituto, e tudo deve ser articulado visando a formação de um professor de (curso), mas não é um especialista em (curso) que aprende a dar aulas, quer dizer ter uma formação específica aqui e vai ter uma formação complementar na Faculdade de Educação. Esses dois institutos tem que pensar juntos sobre a formação desses alunos. Então é a nossa esperança de que a parceria acadêmica funcione nesse sentido, numa integração plena
C8	Eu acho que a parceria vai precisar se configurar, agora a gente está no primeiro semestre ainda, os alunos ainda não estão fazendo as disciplinas da Faculdade de Educação. Então a gente vai ter que gradativamente analisar os resultados, manter o diálogo. É muito cedo para dizer se a parceria funciona direito. A gente mal encerrou o primeiro semestre.
C9	essa parceria ela se realiza basicamente em duas vertentes. A primeira no nível do compartilhamento do ensino, ou seja, no nível do compartilhamento das disciplinas. A Faculdade de Educação se responsabiliza pelo oferecimento de algumas disciplinas das licenciaturas, dos institutos, né! e por outro lado essa parceria acadêmica também se manifesta na... numa parceria assim de... aí não é parceria a palavra correta, mas uma co-participação nas decisões através de uma representação de membros da Faculdade de Educação, onde ambos os departamentos, digamos com relação ao curso aqui, a participação de membros da Faculdade de Educação nas nossas comissões de graduação que é a instância que delibera sobre o currículo e composição do currículo e tudo mais e é assim que inclusive está configurado institucionalmente, no meu entender, essa parceria acadêmica, quer dizer, a responsabilidade pelas licenciaturas é dos institutos agora, pelo menos daqueles que assim deliberaram,
C10	A parceria é pensar justamente nesse ponto em que a competência acadêmica científica da educação está claramente estabelecida, ou seja a experiência de instrumentos, de desenvolvimento, de abordagens, de compreensão de como o processo de ensino e aprendizagem ocorre e como os nossos alunos envolvidos em práticas de ensino e práticas de ensino não formais terão oportunidades de refletir e implementar esse tipo de reflexão acadêmica sobre um interesse concreto
C11	Bom, a parceria eu acho que tem que ser mais ou menos isso que foi organizado. Um entendimento entre as disciplinas que vão ser oferecidas e como elas vão ser oferecidas. Um compartilhamento das responsabilidades pelo estágio. Eu não vejo necessidade de mais que isso até porque essa história da Faculdade de Educação ser responsável pelos cursos de licenciatura é bem uma coisa da Unicamp, não é assim o Brasil inteiro. Onde eu obtive minha licenciatura não era a Faculdade de Educação responsável. Então eu nunca entendi porque da Faculdade de Educação ser responsável

#### CO-RESPONSABILIDADE\*\*

C1	“Em alguns casos a Faculdade criou um projeto para inserir como co-responsável e aí esse projeto têm uma diferença, que é a mais evidente,
----	--

	que é a carga horária que a FE assume nesses cursos, que é maior.”
C4	no fundo foi um pouco de desinteresse porque não se monta resolução muito razoável, apesar de que se você for ver essas parcerias que são propostas hoje de co-responsabilidade ou coisa assim elas são muito parecidas com o que era o planinfo, mas com uma roupagem diferente, se tirar a retórica do planinfo é a mesma coisa.
C5	“O Instituto Química, o Instituto de Física, o Instituto de Biologia, a FCM e FEF, somam-se seis cursos de licenciatura em co-responsabilidade.
C6	a responsabilidade passou também a ser dos institutos em sistemas de parceria ou co-responsabilidade. Na verdade a co-responsabilidade está sendo questionada, tá. Embora três cursos de Enfermagem, Biologia e Educação Física tenham agora optado pelo processo de co-responsabilidade que na verdade, a Faculdade de Educação sempre quis e ela foi colocada agora em pauta e evidentemente teve uma reação na CCG para ela não acontecer. Que isso expressa uma preocupação com os cursos que querem a responsabilidade exclusivamente, como por exemplo, Letras e Filosofia, mas eu não acho que seja só isso. É que na verdade a Universidade tem enorme dificuldade com o negócio chamado co-responsabilidade. Dois cursos dessa estrutura, são: Arquitetura e Farmácia. E os dois são considerados inadmissíveis em matérias de... em uma série de aspectos dentro da CCG se fala muito do perigo da co-responsabilidade. Então é mais, talvez um elemento político de administrativo da universidade do que um conflito que está expresso só nas licenciaturas. Porque o que significa de fato isso? né! Significa decisões compartilhadas e uma certa capacidade de... porque na verdade a co-responsabilidade nunca é fabricada quando você tem fartura. É quando você tem ausência, quando você tem poucos recursos, poucos professores. Então eu acho que a gente fica administrando mesmo, o pouco. Porque na verdade o que assusta na co-responsabilidade é que vai haver um conflito e o conflito vai acontecer por pouco. E se a gente quiser fartura na oferta das disciplinas, na discussão do projeto pedagógico, se a gente tiver tempo para fazer as pesquisas, tiver professor e enfim uma condição de trabalho que seja mais adequada ela não gera grandes problemas, mas ela gera problema porque nós não temos projetos tão dicotômicos assim e imaginar que um curso universitário ele vai sair com um projeto pedagógico uni - linear também é uma loucura.
C6	A co-responsabilidade sempre foi a menina dos olhos da Faculdade de Educação neste processo de mudança.
C6	Ela é melhor que a parceria do ponto de vista administrativo mesmo. Co-responsabilidade significa maior representatividade dos diferentes setores. Quando tem dois cursos, por exemplo, maior participação decisória nos dois cursos. Ao passo que parceria, é uma... a responsabilidade fica com o instituto e a faculdade entra em contribuição. É assim que ela está sendo entendida. Objetivamente não está sendo assim a negociação porque os institutos fizeram a reestruturação nesse espaço de conversa da Subcomissão.
C6	eu entendi que do ponto de vista jurídico, administrativo, político principalmente, porque eu acho que a preocupação do entendimento passa por aí, a co-responsabilidade era o desejo da Faculdade de Educação. Alguns institutos, especialmente, a faculdade de Ciências médicas no curso de enfermagem, o Instituto de Biologia com o curso de Biologia e a Faculdade de Educação Física estão querendo a co-responsabilidade que

	era o termo que nunca foi aprovado.
C6	<p>a CCG não se manifestou enfaticamente negando (a co-responsabilidade). Ela se manifestou que... a primeira vez que foi pautado deu um desespero em algumas pessoas da CCG. Agora na negociação de todas as licenciaturas, a minha memória de participação mostra o seguinte: o termo co-responsabilidade era um termo que provocava também um certo incômodo com relação a outras estrutura de curso da universidade. Então, por exemplo, coordenadores das engenharias têm dificuldades, nê! Em alguns cursos que dependem muito de determinados cursos maiores. Conflito entre a elétrica e a civil é sorte nas engenharias. Então essa coisa da figura da co-responsabilidade como uma figura jurídica da universidade ela gerava um incômodo maior do que a discussão da licenciatura. Isso na CCG ficou claro e eu acho que no Conselho Universitário ficou claríssimo porque os diretores não queriam muito esse termo, foi difícil. Porque eles queriam uma figura jurídica para a universidade e não queria uma figura jurídica de administração de curso, queria uma figura efetiva do que podem gerar uma porção de mudanças em outros cursos, nê! Então parceria continua valendo aquela regra, um curso sedia, controla, tem o grosso do curso na mão e os outros entram em complementação. Então essa parceria é uma imagem que já tá aí, tá no universo político da universidade já. Já faz parte do universo de administração e política da Unicamp. Então agora o que eu acho é que a tendência é ter mais assegurada essa parceria com a Subcomissão Permanente de Professores e acho que a Faculdade de Educação sentiu uma dor, sentiu uma dor efetiva. Merece todo o respeito do mundo muitos professores que tinham uma muito o embate da mudança e acho que outros estão aí se recompondo, recompondo suas energias e trabalhando mais na possibilidade da parceria mesmo.</p>
C6	<p>epistemologicamente essa mudança ela é forte. Então ela é uma política curricular também. Ela é uma alteração curricular e ela é uma política curricular. Por que? Porque a concepção disciplinar, por exemplo, Física forma físico, História forma historiador e esses lugares muito disciplinados na produção do conhecimento não vão evidentemente aceitar que a discussão do seu curso básico de graduação seja feito de uma maneira mais interdisciplinar, porque co-responsabilidade corresponderia a uma maior interdisciplinariedade. Então ela é uma política da universidade, mas ao mesmo tempo ela é uma política curricular, simultaneamente. O que aconteceu foi que ela se expressou mais como uma política pautada na disputa por PODER. Poder, dinheiro, reserva de atuação, enfim...</p>
C7	<p>Agora do ponto de vista de responsabilidades eu quero crer que a experiência do meu instituto (co-responsabilidade), eu já declarei isso em Fóruns maiores e na própria CCG ela tem sido positiva, numa avaliação aí geral e isso também não é novidade para os colegas da Faculdade de educação que eu tenha defendido essas possibilidades.</p>
C7	<p>Agora como eu costumo dizer não é a minha concepção de formação de professores que tem que valer, mas é a concepção coletiva e o que eu sinto na concepção do coletivo é que é fundamental esse relacionamento com a Faculdade de Educação no conjunto dos institutos no momento da discussão, mas diretamente com a Faculdade de Educação, por isso um pouco dessa confusão de co-responsabilidade que eu comentei com você e volto a dizer eu estou com um processo aqui onde a CCG aprovou a co-</p>

responsabilidade mas a procuradoria jurídica diz que ela não existe no regime geral da universidade, isso é um tema problemático agora para o segundo semestre (2005).
--

O termo parceria acadêmica aparece como algo novo na Universidade Estadual de Campinas a partir da deliberação do CONSU<sup>36</sup>. E no seu ART. 8º esclarece que a partir de sua publicação os cursos de graduação da Universidade serão ministrados sob a responsabilidade dos Institutos e Faculdades e acrescenta ainda que:

*Inciso 1º. “ As licenciaturas poderão ser ministradas sob a responsabilidade dos Institutos e Faculdades, mediante deliberação das respectivas Congregações, com previsão de parceria acadêmica com a Faculdade de Educação e após aprovação pela Câmara de Ensino, Pesquisa e Extensão do CONSU<sup>37</sup>”.*

Essa questão da parceria foi tornando-se pertinente durante o processo de pesquisa para descobrir a causa que levou o CONSU deliberar sobre a parceria acadêmica entre a Faculdade de Educação e os Institutos e/ou Faculdades que tinham sob sua responsabilidade cursos de licenciaturas. Na ocasião da publicação da deliberação, segundo alguns depoimentos de professores, registrados nos relatórios das reuniões da Subcomissão Permanente de Formação de Professores e também em alguns dos depoimentos do sujeitos da pesquisa, citados acima, era difícil explicar o que na verdade configurava esse termo de parceria acadêmica e nem o que ele se propunha. Enquanto professores da Faculdade de Educação elaboravam uma visão de parceria possível os institutos elaboravam uma visão de parceria obrigatória.

Para tentar entender como foi sendo configurado o conceito de parceria acadêmica entre a Faculdade de Educação e os Institutos e Faculdades que tem sob sua responsabilidade cursos de formação de professores formulamos a questão acima e assim percebemos um total de treze cursos com a parceria acadêmica: Matemática (diurno e noturno), Física (diurno), Química (diurno), Letras (diurno e noturno), Dança (diurno), Educação Artística (diurno), História (diurno), Ciências Sociais (diurno e noturno), Filosofia (diurno), Geografia (noturno); outros cinco: Ciências Biológicas (diurno e noturno), Enfermagem (diurno), Educação Física (diurno e noturno) preferiram o conceito de co-responsabilidade para configurarem seus cursos.

O conceito de co-responsabilidade, segundo a pesquisa, é mais abrangente e tem a possibilidade de dar maior autonomia à Faculdade de Educação na inserção de tais cursos, mas não é reconhecida no regimento legal da Unicamp e está sendo questionado pela reitoria.

A discussão sobre a parceria acadêmica foi morosa tanto dentro da Faculdade de educação quanto nos Institutos porque era um assunto que de certa forma envolvia a responsabilidade pelos cursos.

Com a finalização das reformulações curriculares chegou-se na seguinte definição: Sob a responsabilidade da Faculdade de Educação, juntamente com o Instituto de Química e o Instituto de Física, é oferecido o curso de Licenciatura Integrada Química/Física (noturno). Em co-responsabilidade entre a Faculdade de Educação e outras unidades de ensino e pesquisa da Unicamp, são oferecidos os cursos de licenciatura em Ciências Biológicas (diurno

<sup>36</sup> DELIBERAÇÃO CONSU-A-35, de 16-12-2003

<sup>37</sup> O Conselho Universitário (CONSU), órgão superior da administração da Universidade, está encarregado de estabelecer toda a política universitária: Cabe recurso ao CONSU de qualquer decisão das Unidades de Ensino, bem como das decisões da Comissão Central de Graduação (CCG). A Comissão Central de Graduação (CCG), órgão do Conselho Universitário, é encarregada da orientação, supervisão e revisão periódica do ensino na Universidade. Cabe recurso à CCG de quaisquer decisões das Unidades afetando o ensino. (manual do aluno-2005)

e noturno), Enfermagem (diurno), Educação Física (diurno e noturno). Além disso, a Faculdade de Educação participa, em parcerias com outras unidades da Unicamp, dos seguintes cursos: Matemática (diurno e noturno), Física (diurno), Química (diurno), Letras (diurno e noturno), Dança (diurno), Educação Artística (diurno), História (diurno), Ciências Sociais (diurno e noturno), Filosofia (diurno), Geografia (noturno).

5 - QUAL A CONCEPÇÃO OU CONCEPÇÕES DE CURRÍCULO QUE INFORMARAM AS MUDANÇAS QUE CULMINARAM COM O DESLOCAMENTO DAS LICENCIATURAS, EM TERMOS LEGAIS, PARA OS INSTITUTOS? QUAL CONCEPÇÃO DE CURRÍCULO QUE DEVERÁ ORIENTAR DAQUI PARA FRENTE O TRABALHO DE FORMAÇÃO DE PROFESSORES? QUAL A CONCEPÇÃO DE FORMAÇÃO DE PROFESSOR QUE NORTEIA A NOVA PROPOSTA PARA AS LICENCIATURAS EM VIGOR? EM SUA VISÃO, QUAL O ASPECTO QUE É MAIS DECISIVO NA FORMAÇÃO DOS PROFESSORES DE LICENCIATURA: O DOMÍNIO DO CONTEÚDO OU A FORMAÇÃO PEDAGÓGICA?\*

C1	“Não tem uma concepção. Primeiro que não é a concepção. Como é que eu posso te dizer isso. No caso da Química, o professor é um profissional que vai ter a sua formação muito distinta do bacharel. Embora o que de química o bacharel precisa saber o professor também sabe”
C1	“No bacharelado era como se “bom os conhecimentos e as técnicas já garantem essa formação”. E o professor? O que é que o professor tem de diferente? Mas não de diferente com relação ao bacharelado, mas de diferente com relação à sua especificidade de formação, ao seu campo profissional, aquilo que são os conhecimentos, as práticas e experiências que esse professor ao ser formado tem que tomar contato. Então nós temos vários casos de que os cursos são muito mais de licenciatura do que de bacharelado, então houve uma inversão de que a concepção do professor ela é extremamente ampla e abrangente e muito mais fundamentada do que a do bacharel porque a do bacharel quase que ficou como uma atuação mais técnica. Eu não estou querendo desqualificar o técnico porque, por exemplo, o técnico pode fazer produção de pesquisa, produção de conhecimento.”
C1	“Uma coisa muito importante que só veio com a reforma, com o fato de estar formando um profissional e não alguém para dar aula. Também não estou desvalorizando o “dar aula”, mas assim então você além de ser alguma coisa também pode dar aula. Não! a gente vai ter um profissional. A exigência que você esteja formando um profissional causou a inversão em alguns currículos de que primeiro você se dedica a formar este profissional: professor e depois você complementa a formação dele para ele também poder atuar em campos específicos. Então acaba tendo uma... estou querendo assim só dizer a definição da concepção do professor... mas a força que essa idéia tem na relação de poder dentro do currículo.”
C1	“eu penso que o currículo foi a motriz e a força de produção de política entre as unidades. A centrar numa coisa que era “como é que nós vamos organizar o formato da formação” foi sempre aquilo que foi utilizado para estabelecer as relações políticas, principalmente, de poder e também de política universitária: de independência, das unidades

	<p>poderem ter os seus projetos isolados, coisas que da ação política que a gente não concorda. Que também é uma intenção da Faculdade de Educação. A FE também queria ter uma produção de currículo de gerar uma política que fosse de isolamento porque ela queria esse centrado nela e isso poderia ser uma força grande para a Faculdade de Educação nas relações que fossem estabelecidas com os demais institutos, força relacionada a talvez mais verbas, a centralidade do projeto, o controle sobre uma formação específica, né. Tudo isso para mim é política, <b>mas foi o currículo que levou à reformulação política.</b>"</p>
C2	<p>"Eu estou construindo uma experiência, um debate na Universidade que focaliza os currículos de formação de professores e eu não vejo que as duas coisas, que a política interna e que a política de currículo, eu não vejo que sejam coisas que se excluam. "Ah é isso e não é aquilo". Eu acho que as questões curriculares são questões que necessariamente apontam para as discussões de políticas de poder, visão política de relações internas."</p>
C2	<p>"na Faculdade de Educação sempre teve uma discussão, a respeito do lugar, do local de formação do professor, do licenciado. E alguma coisa que demanda uma grande formação especializada num campo específico que é o do bacharelado, que é uma coisa ligada ao mundo da educação, do pedagógico, e como local de formação na Faculdade de Educação. Essa é uma polêmica existente dentro da Faculdade e, sinceramente, eu não tenho agora uma decisão, um pensamento mais definitivo a esse respeito."</p>
C2	<p>Sempre existem pessoas que defendem que o professor é grande conhecedor de seu campo específico e por isso ele precisa da formação nos conhecimentos pertencentes ao bacharelado, da Física, da Matemática e etc e tal. E há um grupo de pessoas que defendem que a formação do professor de Física deve se constituir num currículo diferenciado do bacharelado de Física e deve estar localizado na Faculdade de Educação e não no instituto de Física. Eu gosto desse pensamento".</p>
C2	<p>"O que eu vejo depois de um ano participando ...é uma universidade, de um modo geral, ainda muito apegada a um conselho, a uma concepção de currículo como precisando ter "núcleo duro de formação" é assim que eles chamam, conhecimentos básicos, conhecimentos de fundamentos que passam pelos conhecimentos do campo específico. Eu não tenho dúvidas de que na concepção dessas pessoas que estão participando da reformulação curricular, os embates tem sido nessa direção, ou seja, é um profissional da educação, mas é um profissional que vai atuar no ensino em Física, então ele tem que ter um pé na Física e um pé na educação, mas esse pé na educação ainda é visto como um pé secundário, lateral, entende? E que não precisa de um grande aprofundamento pedagógico. O pessoal ainda é muito apegado à questão dos conhecimentos fundamentais básicos e um professor é antes de tudo alguém que domina os conhecimentos de sua disciplina. Eu acredito que em falar hoje na nossa universidade em uma formação a partir de um entendimento muito diferente disso é um desafio muito grande. Eu acho que a grande discussão nem é entre o conteúdo, digamos assim, do campo teórico, do campo disciplinar, do campo da Física, por exemplo, e o pedagógico da Educação. Eu acho que no currículo de formação de professores quais os conhecimentos do campo da educação que não são exclusivos do âmbito pedagógico do ensino? Eles são maiores? Eles envolvem a questão da política educacional? da gestão escolar? Entende? Conhecimentos da</p>

	<p>profissão! Quanto? Qual é a proporção, digamos assim, que eu deva assegurar no percurso curricular do aluno para esses conhecimentos? E qual é a proporção que eu preciso assegurar para o outro conhecimento, digamos assim, para o do território específico? E estou falando em campo específico porque no campo da educação ele é multireferencial, ele convoca vários saberes, vários conhecimentos: da Sociologia, da História da Filosofia, da linguagem e a gente tem por obrigação olhar o conjunto maior de conhecimento. E eu acho que todo mundo que se forma professor, ele tem que ter no interior de seu caminho de formação, tempo e espaço para poder considerar essas outras temáticas que são pertinentes ao campo da educação. Na forma de disciplina, na forma de seminário, na forma de experiências de estágios e em várias formas que não precisa ser obrigatoriamente uma reserva de um conjunto de disciplinas. Se a gente for reservar um conjunto de disciplinas essenciais da Física, mais um conjunto de disciplinas que a gente considere essenciais da educação a gente fica dez anos fazendo a formação desse menino aqui. Eu acho que a questão deve ser colocada de uma outra forma. Como é que eu vou distribuir no tempo as possibilidades de trabalho? Como os temas pertencentes ao campo da educação e do ensino e os temas pertencentes conhecimentos do campo de cada um dos bacharelados?”</p>
C2	<p>“... nós temos hoje licenciaturas que permanecem sob a responsabilidade da Faculdade de Educação, há licenciaturas que estabelecem a parceria acadêmica e há também que vão procurar desenvolver responsabilidade compartilhada. Eu sei que hoje nós temos concomitantemente aqui na Universidade três arranjos, digamos assim, para as licenciaturas, tá. Que ainda são arranjos que foram sendo negociados entre a Faculdade e os Institutos. Eles expressam, no meu entendimento, diferentes visões a respeito da formação, da concepção, né! Eles estão aí como desafios para nós ainda. Nós temos muito para construir daqui para frente, dentro de cada um desses arranjos como que a gente vai operar efetivamente na formação de professores. Então eu não acredito que exista uma concepção e uma nova proposta para a licenciatura.”</p>
C2	<p>“Porque o projeto não é apenas uma grade de disciplinas. Ele tem que vir com coisa escrita, com justificativa, com uma razoável, com um histórico, quer dizer, de uma forma ou de outra as pessoas, elas tem que parar um pouco sobre isso para poder escrever, para poder submeter os seus escritos numa outra instância”</p>
C3	<p>“O que as pessoas, o que os professores, os coordenadores e os alunos, tanto daqui da faculdade como da universidade como um todo, viam o processo de formação de professor, e era um modelo que existia há trinta anos porque desde 1970 era o mesmo modelo que vinha sendo seguido que era o bacharelado mais as seis disciplinas pedagógicas: Estrutura e funcionamento de ensino (estrufunc), duas psicologias, uma didática e dois estágios. A grosso modo era assim que era o formato dos cursos de licenciatura, o bacharelado e mais seis disciplinas. ”</p>
C3	<p>“E era importante observar que independente de um instituto ser mais participante ou não aqui dentro da Faculdade da Educação, as queixas eram sempre as mesmas. Uma total dissociação entre o que as disciplinas consideradas pedagógicas tinham a oferecer e o que era a formação dos bacharéis, da biologia, da geografia, dos diferentes cursos, dos diferentes campos do conhecimento.”</p>

C3	“eles (institutos) colocavam, muito mais eles do que a Faculdade de Educação, essa questão da forma e do conteúdo, que “basta saber o conteúdo e a forma a gente aprende”, ou seja, o importante é saber do que eu vou dar aula mas não o como. E é uma discussão que na Faculdade de Educação porque ela não separa a forma e o conteúdo porque a maneira como você aborda determinado assunto já traz esse assunto, já traz... já se discute esse conteúdo.
C3	Então nós começamos a perceber nesse diálogo que havia concepções, conceitos muitos distintos do que era a formação do professor e mesmo internamente na Faculdade de Educação eu senti um pouco isso.
C3	A gente tentava e essa foi uma das grandes discussões que tiveram, na Faculdade de Educação inclusive esses avanços, a nova tecnologia o que compõe esse ser docente, né! Primeiro que um dos aspectos que a gente quis enfatizar na Faculdade de Educação, e a gente acabou achando depois que a gente ia se perder, era a questão da escola. A escola como um locus da atuação do professor porque da maneira como os institutos estavam vendo daqui nem ia assim... iam formar professor para atuar em empresas, para atuar em editoras, atuar curso de extensão, em projetos e deixando a escola para a Faculdade de Educação, parece até que as pessoas quando pensam em escolas ela ficam nervosas. Então assim, a escola é um dos locus e a gente acreditava na importância na formação desse professor humanitário, né, aberto para travar os campos e não só acreditando que assim... passa pelo quadradinho da lei, passa pelo quadradinho, pelo tijolinho da psicologia, não com essa separação, mas acredito que uma coisa mais abrangente,
C3	o instituto de Artes, ele tem hoje com a proposta de reformular a licenciatura ele reformulou o próprio bacharelado, então eles acabaram com esse caráter de disciplina... técnica I, depois vai para técnica II e depois técnica III, mas ele criou um sistema de ateliê. ... na questão dos ateliês de pintura, então um vai ensinar uma técnica de pintura e o outro vem para estar falando da atuação do professor.
C3	O IEL também criou uns espaços, no currículo deles que chamam áreas verdes, pensando muito nessas áreas verdes como um local também, um espaço de tempo na grade no qual discussões podem estar acontecendo, com outros docentes. Ainda nada disso aconteceu, ainda está no nível das idéias, mas só dizer que houve essa movimentação eu também acho como uma coisa interessante porque senão os alunos criticam muito que você fica subindo uma escadinha, que faz a disciplina I que é pré-requisito da II e às vezes uma nem relaciona com a outra
C4	“a Faculdade de Educação ela consegue passar, ela consegue preencher algumas lacunas sob parcerias que no caso das ciências exatas não consegue preencher, que é um pouco da compreensão das relações humanas no meio das relações de ensino.”
C4	O problema é que é muito difícil montar um currículo bem montado, você não teve grandes incentivos para discutir currículos ultimamente. Tudo isso saiu da ditadura militar que era onde se tinha os currículos injetados... vinham do MEC uma série de cursos que tinha que seguir isso, isso e isso. E o que aconteceu é que bem ou mal com a nova LDB começou a haver uma rediscussão dos cursos, nessa rediscussão dos cursos abriu até um espaço para se ter cursos mais horizontais e menos verticais do que se tem hoje e essa horizontalização dos cursos possibilitou uns pensamentos muito interessantes junto da Faculdade de

	Educação de alguns cursos, tanto que se você olhar para o Planinfo, que na verdade foi o que gerou toda essa separação, a proposta do Planinfo ela tinha uma coisa dessa horizontalidade e dessa intersecção entre os cursos, tanto que na primeira vez que apareceu o Planinfo coincidia aí uns 85 a 90% com a proposta de reforma de licenciatura que nós estávamos discutindo no meu instituto.
C4	o problema dos cursos de licenciatura não é tanto a questão do conteúdo ou de formação pedagógica, mas é sim o fato de que você não tem em nenhum ponto uma discussão pedagógica do conteúdo, continua trabalhando como se o mundo fosse caixa separada. na formação do licenciado o que faz falta é uma discussão pedagógica do conjunto específico e isso é uma coisa que não é feita, isso é a briga que a gente tem tentado levar e não consegue ir muito bem.
C4	ser professor é mais ou menos como ser ator de teatro, ele meio que nasce para isso, você não se torna um professor por causa de curso ou de... se você não tiver o domínio do conteúdo você não consegue dar aula e se não tiver um mínimo de noções pedagógicas você não consegue se relacionar com a turma, tanto as duas coisas são mais ou menos assim.
C4	se você pegar o Planinfo e pegar as novas licenciaturas (Licenciatura Integrada com a Matemática, Licenciatura Integrada com a Química (noturno) e a Licenciatura em Física que é quase cópia da licenciatura integrada em química) e pegar a nova LDB de formação de professores, elas estão completamente dentro.”
C6	Nós tínhamos demandas internas de mudanças, inclusive porque o conjunto de disciplinas das licenciaturas elas não representam muito o que nós estamos de fato fazendo, entendendo o que deve ser a formação de professor da maneira como ela estava posta, com aquele currículo mínimo estabelecido desde a reforma universitária de 1968 e com pouquíssimas variações na estrutura curricular dos diferentes cursos.
C6	Com a promulgação, com a declaração das Diretrizes Curriculares das licenciaturas o desafio foi colocado então num outro âmbito que era a necessidade de adequação das nossas licenciaturas às diretrizes curriculares. Fundamentalmente o que vai mudar é... as diretrizes não mudam tanto a concepção de cursos de licenciatura,mas mudam bastante a concepção do que deve ser um curso completo de licenciatura porque nós trabalhamos com um modelo pós 68 que é... a licenciatura não era um curso total, era um curso... um conjunto de disciplinas sob a orientação do bacharelado, o modelo 3 + 1 na maior parte dos cursos
C6	uma das coisas que a gente fala muito e ouve, escuta pouco é a tal da interdisciplinaridade. A concepção de um curso centrado excessivamente nas concepções disciplinares, tanto nas disciplinas na sua estrutura curricular quanto na disciplina como campo acadêmico, ela não prevê mesmo com co-responsabilidade. Ela prevê um curso com outros setores oferecendo esse serviços para complementar aquele campo de saber. E a idéia de co-responsabilidade não leva a isso. Isso implica numa... eu acho que epistemologicamente essa mudança ela é forte. Então ela é uma política curricular também. Ela é uma alteração curricular e ela é uma política curricular. Por que? Porque a concepção disciplinar, por exemplo, Física forma físico, História forma historiador e esses lugares muito disciplinados na produção do conhecimento não vão evidentemente aceitar que a discussão do seu curso básico de graduação seja feito de uma maneira mais interdisciplinar, porque co-responsabilidade

	<p>corresponderia a uma maior interdisciplinaridade. Então ela é uma política da universidade, mas ao mesmo tempo ela é uma política curricular, simultaneamente. O que aconteceu foi que ela se expressou mais como uma política pautada na disputa por PODER. Poder, dinheiro, reserva de atuação, enfim...</p>
C7	<p>Em minha visão qual o aspecto que é mais decisivo na formação dos professores nos cursos de licenciatura, o domínio do conteúdo ou a formação pedagógica? São os dois. Recentemente eu fiz um trabalho, um artigo para um congresso, eu fiz... era uma mesa de formação de professores, e eu disse que nós precisávamos superar essa dicotomia onde os licenciados tem uma formação pedagógica e não precisa de domínio técnico e ao bacharel o necessário aprofundamento do domínio técnico sem uma perspectiva de formação pedagógica, eu acho que não, eu acho que tem que ter uma situação bastante equilibrada entre essas coisas aí. Assim como a pesquisa, o conceito de pesquisa desenvolveu durante anos que o bacharel é um pesquisador, inclusive vários trabalhos, se a gente olhar os próprios cadernos da Unicamp, a minha unidade, por exemplo, talvez, as outras unidades diz: "o bacharel poderá ser pesquisador" e do licenciado não aparece isso, ser professor apenas e na verdade a idéia de ser um professor pesquisador é algo que a Universidade busca, então eu não tenho dúvida de que deve haver um equilíbrio entre essas coisas senão nós temos um professor manco, nê, que ensina bem mas não domina ou um pesquisador que não sabe... sei lá. Isso para mim é claro.</p>
C7	<p>Eu acredito que... a minha avaliação é que nós vivemos um momento de termos que ter muito cuidado dentro disso para que daqui a alguns anos... se vivemos uma experiência, por exemplo, que foi bastante combatida no país o famoso 3 + 1, por exemplo, que foi algo que foi bastante combatido no sentido de que pensou se uma licenciatura com simplesmente algumas disciplinas penduradas numa árvore onde o domínio do conhecimento por algum bacharel e depois rapidamente a pessoa fazer algumas disciplinas e passaria a ter alguns conhecimentos básicos pedagógicos para poder dar aulas. Parece que isso foi uma coisa muito positiva de todos os projetos nacionais e legislações porque passou se a pensar o professor na sua formação desde o início, agora nós não podemos pensar que isso deve conduzir a gente a uma nova direção de política de gestão escolar, de gestão universitária que a gente não consiga fazer isso e exatamente por isso que eu acho importante essa... esse relacionamento entre as escolas. eu fico imaginando, por exemplo, a importância da Faculdade de Educação na questão dos estágios desde o início do curso, das práticas de ensino e nas aproximações que ela teria com as escolas, esse projeto, que a meu juízo, parece bom para superar inclusive algumas divergências que existem no interior da escola onde carreiras mais consolidadas são mais valorizadas, na escola ou o conhecimento do que outros que fazem esse trabalho de forma separada. Eu quero crer que, no caso das licenciaturas pensar o professor desde o início do curso é uma grande alternativa. Eu acho que dessa forma... eu consigo enxergar isso porque no nosso a estrutura curricular é algo que nós fizemos desde o início dos nossos 20 anos licença, desde o primeiro currículo. Sempre pensamos assim e isso é inerente ao professor do nosso curso. A nossa unidade sempre foi basicamente uma profissão mais próxima da licenciatura, o profissional era licenciado mas trabalhava em qualquer campo, hoje o conceito de bacharel em Educação Física está um pouco mais recente na história</p>

	brasileira. Agora com bastante cautela eu queria que essa questão é fundamental e espero que nós tenhamos na universidade maturidade para não cometer nenhum erro de percurso.
C7	como eu costumo dizer não é a minha concepção de formação de professores que tem que valer, mas é a concepção coletiva e o que eu sinto na concepção do coletivo é que é fundamental esse relacionamento com a Faculdade de Educação no conjunto dos institutos no momento da discussão, mas diretamente com a Faculdade de Educação, por isso um pouco dessa confusão de co-responsabilidade que eu comentei com você e volto a dizer eu estou com um processo aqui onde a CCG aprovou a co-responsabilidade mas a procuradoria jurídica diz que ela não existe no regime geral da universidade, isso é um tema problemático agora para o segundo semestre (2005).
C7	Nós fizemos uma discussão da estrutura curricular recentemente, e durante os últimos quinze anos nós fizemos uma matriz teórica que era fruto das idéias de um filósofo e um profissional da nossa área que se chama (...), um português e essas mudanças foram bastante agressivas eu diria que muito orgânicas, mas a nossa unidade sai de um currículo extremamente tecnicista para um currículo com outra visão de formação. As humanidades passaram a ter um peso bastante significativo na formação do profissional. Atualmente nós temos trabalhado com diferentes matrizes teóricas e entendemos que é fundamental que o aluno tenha uma visão bastante ampliada da sua formação. O professor de (curso) tem uma característica bastante plural. Agora nós evitamos, por exemplo, construir um currículo de natureza desenvolvimentista. A idéia nossa é ter uma matriz, uma concepção plural de formação, onde cada grupo tenha condições de desenvolver diferentes linhas pedagógicas e coisas dessa natureza. Agora com relação às licenciaturas a gente ainda tem debatido bastante isso, mas o nosso currículo será composto de... fortemente 70% de um núcleo comum, algo que nós estamos chamando de núcleo central, onde a força dele está na formação do professor que lida com o educando, mesmo o bacharel lida com pessoas, lida com... ele é na essência o professor e com isso... essas questões estão bastante postas nos projetos, nos trabalhos..
C7	O que nós discutimos foi que a Faculdade de Educação passaria a oferecer um volume de números de disciplinas de natureza ampliada para os cursos e os cursos agregariam essas questões e construiriam as disciplinas de natureza própria. Vou dar um exemplo para você dos estágios, algumas unidades passaram os estágios... veja o pessoal da minha unidade, a gente tem identificado a riqueza do estágio junto a Faculdade de Educação no contexto da escola da escola pública e a nossa unidade ficaria com os estágios de natureza específica. Essa tem sido a nossa concepção curricular com respeito aos estágios.
C7	Em muitos cursos há uma distância muito grande da formação de professores, como eu disse aquele modelo 3+1 levava a isso mesmo, você não tinha debate, você não tinha discussão, tinha as disciplinas pedagógicas penduradas na árvore do bacharelado e pronto e o máximo que eles faziam eram alocar as disciplinas no horário e acabou. Acho que a gente tem que avançar o modelo para uma discussão. Entendo eu que a idéia da formação do professor desde o início e uma discussão permanente disso é o primeiro passo para melhorar isso.
C8	Esses dois termos são inseparáveis e indispensáveis e devem ser

	articulados conjuntamente na formação de professores de (curso) não existe outro jeito. (pedagógico / específico)
C8	A concepção curricular... esse modelo de colaboração acadêmica entre dois institutos. Uma colaboração em que haja um diálogo construtivo numa estrutura curricular em que o elemento teórico e o elemento prático se articulem perfeitamente num modelo único. A gente não tem essa visão esquizofrênica de que a prática é uma coisa e a teoria é uma coisa diferente, a gente pensa na possibilidade de estar transformando na unidade numa coisa essencial na nossa concepção do nosso currículo. Foi essa... a gente tem as disciplinas do modo teórico e do módulo prático e foi muito importante para nós que a Faculdade de Educação tenha assumido esse mesmo modelo. Então é um modelo de articulação com a prática. Da parte prática e a parte teórica em um modelo que a formação do professor de (curso) seja vista de maneira íntegra, quer dizer, você forma de maneira íntegra, completa e coerente o professor de (curso). Não são duas coisas separadas que primeiro você forma o especialista em (curso) e depois você ensina ele a dar aulas. Isso na verdade é o modelo antigo que primeiro faz as matérias específicas no instituto e depois vai fazer as matérias de educação lá na Faculdade de Educação. Não! na Faculdade de Educação ele vai aprender a ser professor de (curso) e aqui também. Nós dois estamos voltados para esse mesmo objetivo. O nosso modelo (Projeto curricular) está perfeitamente de acordo com as diretrizes do CNE, do ponto de vista legal! E a gente acha que existe um equilíbrio entre o prático e o teórico. É mais que um equilíbrio é uma integração entre a prática e o teórico.
C9	a licenciatura não se trata de uma dicotomia entre a habilitação pedagógica e habilitação específica, mas se trata de uma licenciatura de Letras, de Filosofia, de Ciências Sociais ou de História. E que assim sendo, inclusive a repartição da carga didática, da distribuição das disciplinas ao longo do currículo, elas ficam muito mais, digamos assim, concentradas nos próprios institutos e assim sendo seria mais natural que todo o processo de decisão sobre o perfil de professor fosse do instituto.
C9	... é estranha a idéia de que possa haver uma técnica de ensino por determinada... em abstrato assim independentemente de conteúdo. A gente não acredita nisso e eu sei que muitos colegas da Faculdade de Educação também não acreditam nisso, mas foi essa a impressão que o Planinfo deu e é um pouco essa a impressão que foi colhida na época pelos alunos, os alunos que participaram do processo tinham essa percepção das disciplinas das licenciaturas ministrada naquela época, talvez o processo de discussão de tudo isso tenha inclusive contribuído para mudar isso. A idéia então é essa, não há uma técnica de ensino que possa ser concebida independentemente do conteúdo filosófico, do conteúdo de Letras, Química ou Física
C9	então obviamente tem que ter também uma licenciatura específica que não é um complemento como se dizia o 3+1 que como se fosse um produto que você vai e compra depois que já tem o diploma de bacharelado, não é bem assim porque no próprio processo de formação do profissional que a gente forma, que decide fazer licenciatura. Então ao longo desse curso que vai dar a habilitação de licenciado em (curso) ele tem que estar paralelamente ao domínio das suas disciplinas estar exercitando diversas práticas de ensino, ele tem que estar se pondo diretos com questões a

	respeito do como ele vai transmitir aqueles conteúdos e mais que aqueles conteúdos, um certo estilo de pensar, um certo estilo de ler textos, um certo estilo de discutir idéias com alunos.
C9	A idéia então é essa, não há uma técnica de ensino que possa ser concebida independentemente do conteúdo específico.
C9	É bom enfatizar que... nós cremos que as duas coisas: o domínio do conteúdo e a formação pedagógica, cada uma delas separadamente é condição necessária para a boa formação do licenciado. E nenhuma delas isoladamente é condição suficiente, ou seja, se alguém tem o domínio do conteúdo sem formação pedagógica, provavelmente ele vai ser um professor deficiente no ensino, ele não vai conseguir interagir com os alunos da melhor maneira e do mesmo modo a formação pedagógica sem o domínio do conteúdo não ensina (...) mas mesmo assim... parece que as coisas ficam equilibradas... nem o domínio do conteúdo é condição suficiente e nem a formação pedagógica... os dois então são condições necessárias... parece que é tudo igual, mas mesmo assim, eu acho que entre as duas coisas eu posso dizer que o domínio do conteúdo ele tem um pouco de... uma importância maior, não que ele elimine a importância da formação pedagógica, não é isso. (...) supõe alguém que domine o conteúdo de específico mas que não tem formação pedagógica e ele tem certa dificuldade de se comunicar e não tem noção de como o ensino médio se estrutura e como são as disciplinas e de como é o currículo, enfim tudo, até mesmo o espaço físico de uma sala de aula, ele não tem noção disso. Eu creio que nesse caso é mais fácil ele adquirir uma habilidade para se adaptar e se habituar ao ambiente escolar e para conseguir transmitir de maneira realmente eficaz para adolescentes um conteúdo específico viável, de uma maneira assim razoável. Agora fazendo o exercício inverso... alguém que tenha a formação pedagógica bastante específica, leu várias teorias de ensino, mas sem entrar em especificidades, por exemplo, do ensino de matemática para crianças, sem entrar nessas especificidades. Ele estudou várias teorias de aprendizagens e não só, mas várias teorias de desenvolvimento, teorias da Psicologia que fundamentam essas propostas de práticas pedagógicas e assim por diante, mas não tenham nenhuma formação específica, eu creio que pode ser também possível alguém assim também se tornar um bom professor mas creio que este percurso é muito mais longo. Então isso... o que eu estou dizendo reflete na distribuição das disciplinas no currículo das licenciaturas. , a formação pedagógica é importante e nós não podemos abrir mão dela, mas o domínio do conteúdo também, mas as duas sendo necessárias eu creio que o domínio do conteúdo tem uma importância maior embora não possamos esquecer da formação pedagógica.
C9	Ele (aluno) faz uma série de disciplinas de (...), nas quais estamos prevendo que, não em todas, mas em muitas delas há um espaço grande para a reflexão de como aquilo que é o conteúdo teórico que o aluno está aprendendo e como que aquilo gira para numa aula, como no ensino médio, por exemplo, nós buscamos fazer em várias disciplinas inclusive do núcleo comum do curso do bacharelado para depois para as disciplinas um pouco mais específicas da Faculdade de Educação, eu às vezes confundo os títulos, mas tem a disciplina Escola e Cultura, tem uma disciplina da Psicologia, tem os estágios são os estágios que inserem o aluno no ambiente escolar, de fato.
C9	Eu não sei avaliar. Eu não sei como eu poderia dizer qual a concepção.

	<p>Na verdade eu não sei bem, você pode estar perguntando uma série de coisas e eu não sei se eu entendi bem a sua questão. A concepção curricular de (...) é basicamente, digamos assim, é bastante característica, quer dizer é um currículo bem típico, bem peculiar dentro da Unicamp. Nós temos... eu vi bem como são os currículos da Unicamp nas reuniões da Subcomissão da CCG e eu posso dizer que o currículo do nosso curso é o mais flexível em termos de opções para o aluno fazer eletivas, tanto dentro do leque de eletivas do seu local de formação quanto das eletivas de outro lugar e de outros cursos, mas também é bom ressaltar que nós temos a convicção de que um currículo para nós ele é apenas uma estrutura com um certo valor meramente indicativo, ele não determina conteúdos para nós, ele fixa certos parâmetros e certas regras de acordo com as quais nós procedemos. ele não está predeterminado e o que é determinado é a função da... não das circunstâncias no mal sentido, mas em função, também um pouco é verdade, da disponibilidade do professor e nós somos poucos professores aqui como todo mundo (quis dizer todos os Institutos e Faculdades) na Unicamp hoje em dia, mas é determinado em função de planejamentos que são feitos incircunstânciadamente, é caderno que planeja... não é ao léu assim que o professor dá o que quer, mas cada ano nós sentamos e olhamos os cadernos das disciplinas obrigatórias e tentamos fazer com que aquilo fique integrado.</p>
C10	<p>A concepção inicial do nosso movimento era primeiro uma reação a iniciativa da Faculdade de Educação de formular um projeto de licenciatura que por mais que tenha sido aparentemente discutido na verdade não envolveu, essa discussão não envolveu fortemente as unidades, as outras unidades de fora. Então apareceu para as unidades, e eu estava fora da coordenação quando isso aconteceu, o Planinfo apareceu como uma certa intromissão exagerada de uma coisa que era considerada isolada da nossa vida acadêmica nas unidades, uma intromissão na vida acadêmica porque como aumentou muito a carga a educação tinha que preencher isso com algum tipo de atividade e ela o fez com as suas concepções e com a sua estrutura, então se considerou isso como uma espécie de assalto, de uma intromissão na nossa esfera de competência apesar de que na verdade o Planinfo estava simplesmente reproduzindo o mesmo modelo isolado e autônomo de licenciatura em relação às unidades. Houve uma reação e essa reação gerou uma reflexão também, ou seja, as pessoas começaram a pensar porque que essa situação tinha chegado a esse ponto em razão de coisas que ninguém tinha nunca pensado, por exemplo, qual era o papel da licenciatura na formação ou o papel da licenciatura na própria vida das unidades. Porque na nossa vivência a gente sempre investiu numa relação de ensino e aprendizado que basicamente o ensino superior e a pesquisa e as duas eram integradas, então a gente não tinha uma concepção que separava ensino e pesquisa e muito menos uma concepção de ensino voltada para o nível secundário e fundamental de ensino e houve um momento de reflexão e de tentativa de entendimento do que estava acontecendo, num primeiro momento, e depois de uma reação.</p>
C10	<p>eu reconheço claramente que não há como separar na prática e na teoria o ensino e aprendizagem. Existem aspectos gerais da formação do professor que só a Educação pode controlar, mas é preciso que isso seja feito sobre um controle nessas instâncias dos próprios controladores do conteúdo, quer dizer, tem que haver uma interação efetiva na prática entre os dois</p>

	<p>para que haja resultados efetivos, enquanto houver uma segmentação, uma seqüência ou um distanciamento entre as duas, a formação didática e pedagógica e o ensino de conteúdo específico vai haver dificuldades de conhecimento, às vezes as pessoas estão falando as mesmas coisas e estão caminhando no sentido parecido só que com linguagens e a partir de instituições e de pontos de vistas institucionais diferentes, isso aparentemente é uma grande diferença, mas se você vai lá trabalhar efetivamente o que a gente está propondo e ver o que o outro está propondo as diferenças são de linguagens, de estratégias, de ênfase e não radical de diferenciação, não pode haver uma radical diferenciação aos métodos de ensino e aos conteúdos de ensino a questão é mais sobre disputas inclusive institucionais e cognitivas, sobre quem controla o conhecimento? Quem manda nessa área?</p>
C10	<p>houve uma concepção que procurou inserir a prática, principalmente no estágio, porque o estágio foi uma coisa que a gente mais investiu de licenciatura e aí foi que a concepção que está no nosso... a concepção de uma articulação forte entre ensino e aprendizagem, e basicamente ensino pensado como pesquisa e assim também o fato das licenciaturas aparecerem também como uma coisa desvalorizada, é o fato de que a gente criou um estágio que a gente vai incluir as principais ações que são de pesquisa ou de ação que são desenvolvidas no campo, que é a participação dos estudantes nas atividades</p>
C10	<p>Havia uma tensão maior porque havia uma disputa entre, digamos assim, um campo que era considerado dividido, enquanto que nós claramente reconhecemos a tendência da Educação no caso do ensino como forma, como didática, como processo enquanto que nós nos consideramos capazes o suficiente para trabalhar com a Educação como conhecimento e reconhecendo que é impossível separar as duas coisas, mas também a gente sabe que a articulação não foi feita ainda, até hoje a gente simplesmente concedeu à Educação o total domínio sobre o processo de ensino, enquanto que a gente só precisa se preocupar com os conteúdos enquanto que outros campos preocuparam com os dois processos, só que isolados da Educação e outros ainda, outros campos se desenvolveu no ensino ou na relação do ensino e aprendizagem, em articulação com a Educação,</p>
C10	<p>só que os Departamentos lá dentro da Educação são muito diferentes nas suas concepções de ensino e de como enfrentar essa questão do forma e conteúdo, os espaços de formação se é formal ou não formal, tem umas tensões que a gente percebeu claramente então essas tensões também vão bater lá na nossa Comissão de Graduação e eu acho que vai ser interessante e que assim seja porque senão seria continuar com essa visão estreita e limitada de que seria a discussão.</p>
C11	<p>Evidentemente que tem que ter as duas coisas, mas precisa ter uma boa formação básica para poder passar depois para seus alunos quando o formando da Unicamp for professor. Não adianta só a formação pedagógica. O que você quer dizer com concepção curricular. Nós já fizemos a modificação. Já foi aprovada, já entrou em vigor. Então não sei o que você quer dizer com isso? Obviamente que tem o mínimo de pedagógico exigido pela Faculdade de Educação, tem duas disciplinas eletivas e o resto é nosso (específico).</p>

Até recentemente, os cursos de licenciatura da Unicamp, segundo o Relatório de Gestão da Coordenação de Licenciaturas da Faculdade de Educação, no período de 06/2004 a 04/2005...

*“...continuavam sendo, na maioria, modalidades dos respectivos bacharelados. Seguiam/seguem currículos de conteúdos densos e isso é explicado pelo fato dos cursos de licenciaturas possuírem uma estrutura curricular que permite aos alunos frequentá-los concomitantemente ao bacharelado, especificando dessa forma um currículo 3 + 1, sendo a parte específica do campo teórico científico específico e a complementação pedagógica que compete à Faculdade de Educação, incluindo os estágios supervisionados.”*

Para confirmar os dados citados acima também é necessário citar um trecho do relatório<sup>38</sup> da Faculdade de Educação do período de 1999 a 2003.

*“a Faculdade de Educação foi responsável por todos os cursos de licenciatura oferecidos pela Unicamp, cuja maior parte dos currículos ainda estava bastante centrada na perspectiva do conhecido modelo 3+1, o que se configura num percurso que dimensiona a licenciatura como complementação pedagógica do bacharelado. Nele, a ênfase no bacharelado era dada no decorrer de quase todo o percurso e a parte pedagógica da formação tratada, mais ao final do curso, pela Faculdade de Educação. São eles: Ciências Biológicas, Enfermagem, Educação Física, Matemática, Física, Química, Letras, Dança, Educação Artística, História, Ciências Sociais, Filosofia e Geografia).*

Os princípios do projeto pedagógico instalado que norteiam essa concepção de formação docente ainda têm as marcas presentes no modelo predominante no cenário nacional, instalado a partir da década de 70, com orientações curriculares relacionadas com a legislação vigente na época. Com a ampliação intensa do acesso à escola pública, principalmente nas últimas décadas, e um conseqüente aumento da demanda de professores, os problemas relacionados aos programas de profissionalização foram sendo cada vez mais escancarados e colocados sob suspeita. Tais problemas referiam-se principalmente às lacunas trazidas pelo modelo de formação calcado na racionalidade técnica e à ausência de aprofundamento nas questões relacionadas com a profissionalização docente.

Com a reformulação curricular de todos os cursos de formação de professores da Unicamp espera-se que o modelo 3 + 1 seja abolido. Para tentar entender qual a concepção de currículo presente na reformulação curricular dos cursos de formação de professores colocamos a questão citada acima.

## **6 - EXEMPLOS DE PROJETOS PARA POSSÍVEL LEITURA E ANÁLISE DA VISÃO DE PARCERIA ACADÊMICA OU REFORMULAÇÕES.\***

C6	“o projeto de História é um dos projetos curriculares mais modernos que existem no Brasil, é o da História daqui da Unicamp, em tudo, no que diz respeito à produção acadêmica, o que corresponde a historiografia do que a formas de entendimento do que deve ser a formação em educação dos
----	---

<sup>38</sup> Dados coletados da avaliação interna da Faculdade de Educação relatório quinquenal para as unidades de ensino e pesquisas e do ceset – Avaliação institucional 1999- 2003

	historiadores e não só na formação dos professores, porque a História é um desses lugares em que a discussão educacional está posta no centro de pesquisa, nos museus, e não só com ação educativa, na preservação patrimonial, a discussão da educação é muito posta na história e aí como ela ficava um pouco mais restrita no campo da formação de professores agora com a reestruturação isso tende a se modificar, isso olhando a organização curricular do curso e compreendendo também quais são as queixas da história com relação a isso.”
C1	Com relação à parceria eu acho que o projeto de Química é o que expressa melhor, tá. Agora o de História é muito interessante de ser lido porque o significado de parceria que está lá no documento...

Os projetos citados, segundo os sujeitos C6 e C1, são modelos dentre os projetos de reformulação, isto é, exemplos de projetos que contemplam as condições que a Faculdade de Educação estabeleceu para que os Institutos e Faculdades fossem parceiros, principalmente, o termo de parceria acadêmica.

### **7- QUAL É A TRAMITAÇÃO OFICIAL DE UM PROJETO DE REFORMULAÇÃO DESDE QUE ELE SAI DO INSTITUTO ATÉ QUE SEJA APROVADO?\***

C1	“Ele sai da unidade. (projeto curricular) A congregação da unidade encaminha para a congregação da FE. Mas também isso acontece nos casos dos cursos que não estão sob a responsabilidade da Faculdade da Educação. A direção da Faculdade encaminha para a CL e a CL dá um parecer que depois vai para a congregação e se este parecer for um parecer que não requer modificações no projeto ele volta para a unidade e aí estando ok é encaminhado para a Comissão Central de Graduação. E a CCG vai fazer dois procedimentos: encaminhar para a DAC e para a Subcomissão Permanente de Formação de Professores. Isso quando não há... porque a gente criou uma maneira de romper com esse trajeto que é... “bom, se você quiser apresentar informalmente”. Então tem projetos que são apresentados informalmente aqui na CL. Antes de ser discutidos lá na congregação da unidade para evitar um retorno, para ter mais elementos. Tem projetos que são apresentados na Subcomissão antes de serem apresentados na unidade. Isso tudo informalmente, mas você está perguntando oficial.”
C5	Os projetos eles são gestados dentro das comissões de graduação (de cada instituto ou faculdades que tem licenciaturas) com a participação da Faculdade de Educação. Essa participação ela tem acontecido ou através do representante da FE na CG ou através de um representante da FE na CG mais outros docentes que se interessem em participar, por exemplo, no caso da Licenciatura de Física e Matemática tinha um verdadeiro grupo que ia da faculdade de educação representado pelo pessoal da Educação Matemática ou do Ensino de Física, não era só o representante. No caso da Informática também aconteceu isso. Então esse projeto nasce, ele começa a ser pensado dentro da congregação da unidade com a participação da Faculdade de Educação e depois ele vai para a congregação da unidade, mas na Faculdade de Educação já chega um projeto onde a Faculdade de Educação opinou e esse sujeito que opinou aqui (referindo-se ao desenho que estava fazendo do caminho da tramitação do projeto, o advérbio de lugar “aqui” refere-se à congregação

	<p>dos institutos) ele é membro da Comissão de Licenciatura (você pode até levar esse papel também, referindo-se ao papel com o desenho) Então quer dizer ele está participando da discussão da CL. Ele leva alguma coisa para a Comissão de Graduação. Ele influencia. Ele interfere e esse projeto já sai da Comissão de Graduação da unidade com uma marca da FE e vai para a congregação do instituto. A congregação do instituto manda para a congregação da Faculdade de Educação. A congregação da FE antes dela dizer assim “olha, esse projeto nós queremos ser parceiros ou não” ela manda para a CL e aí não é só o representante que está lá. A CL hoje tem 22 membros. Esses 22 membros discutem o projeto de novo, fazem modificações, sugerem. Aí que volta para a congregação (FE) e volta para a congregação do instituto. A CG do instituto que manda para a SubCCG... que manda para CCG... que manda... para DAC. É mais ou menos meio interligado, tá. Bom, o que muda com isso tudo? Muda que o projeto acaba passando por muitas mãos, por muitas cabeças, por muita gente discutindo, por muita gente opinando.</p>
C5	<p>“Onde é que está a parceria acadêmica? Ela está em todo esse “caminho entrecruzado” que o projeto faz. O projeto sai da Faculdade de Educação. Melhor falar porque estou mostrando no papel e... ele já têm essa influência... o projeto sai da Comissão de Graduação do instituto e já tem a influência do membro da faculdade (FE). Esse membro da faculdade faz parte da Comissão de Licenciatura. Ele é aprovado na unidade, na congregação do instituto ou da congregação da faculdade. Aí não basta! Porque eu poderia dizer assim “ Ah! Bom! Já teve a participação da Faculdade de Educação, mas não, isso não basta. Ele tem que voltar de novo para a comissão de licenciatura. Quer dizer não é um único membro que lá... (nos institutos e faculdades) da FE... que vai definir como é que aquele projeto vai ser em relação a FE. Inclusive... Ela existe no processo. Ela foi criada nessa circularidade. Todos os projetos tem feito esse percurso. Todos. Todos. E isso eu acho que para a Faculdade de Educação é uma vitória muito grande.</p>

Essa questão não integrava o questionário das entrevistas de todos os sujeitos da pesquisa, foi uma questão inicial, apenas para os primeiros entrevistados e depois foi deixada de lado para evitar o excesso de questões e porque deixou de ser um fator pertinente ou relevante na pesquisa.

A tramitação, o percurso que um projeto fazia até a ser aprovado na CCG tornou-se uma problemática no início da pesquisa. Sabíamos que estavam ocorrendo as reformulações curriculares dos cursos de licenciatura, sabíamos também que o regimento interno da universidade, com a deliberação A 36, determinava que os institutos/faculdades que assim preferissem poderiam ter a responsabilidade acadêmica sobre seus cursos em parceria acadêmica com a Faculdade de Educação, mas como essa parceria acadêmica seria estabelecida era para nós um fato desconhecido. Assim, ao elencar as questões das primeiras entrevistas colocamos a questão citada acima para a partir das respostas tentar entender qual era o processo de tramitação e como a Faculdade de Educação iria participar na reformulação de cada projeto curricular das unidades. Dessa maneira ficou mais fácil entender como estavam ocorrendo as relações dos institutos, Faculdade de Educação e Subcomissão Permanente de Formação de Professores no processo de reformulação curricular. Analisando as três falas acima podemos concluir que o projeto era elaborado na congregação de cada unidade de ensino junto com um representante da Faculdade de Educação, em seguida era enviado para a Faculdade de Educação onde a Comissão de Licenciatura avaliava o projeto, dava um parecer e só depois esse projeto iria para a congregação da Faculdade de Educação.

Depois de analisado na Congregação da Faculdade de Educação o projeto era devolvido à sua unidade de origem que reavaliava e enviava para a DAC, que por sua vez mandava para a CCG e para a Subcomissão Permanente de Formação de Professores.

Pela fala do sujeito C1 também é possível concluir que todo esse trajeto burocrático, às vezes atrapalhava e houve casos de projetos trilhar em outros caminhos, informalmente, porque todo o caminho citado acima é referente a tramitação formal.

**8- A RESPONSABILIDADE SOBRE A FORMAÇÃO DE PROFESSORES DOS CURSOS DE LICENCIATURA SEMPRE FOI DA FACULDADE DE EDUCAÇÃO. AGORA COM AS NOVAS REFORMULAÇÕES ESSA RESPONSABILIDADE PASSOU A SER TAMBÉM DOS INSTITUTOS, EM SISTEMAS DE PARCERIA OU CO-RESPONSABILIDADE. ESSA QUESTÃO, A MEU VER, PARECE MAIS POLÍTICA INTERNA DO QUE CURRICULAR. O QUE VOCÊ PODE DIZER SOBRE ISSO?\***

C1	“Nem sempre a Faculdade de Educação foi responsável, aqui na Unicamp, pelas licenciaturas. A partir de um determinado momento é que ela assumiu a responsabilidade de todas as licenciaturas. E essa responsabilidade se justificava pelo fato de que a licenciatura poderia, curricularmente, ser expressa com uma complementação pedagógica. É a complementação pedagógica que é um conjunto de disciplinas. São as que estão ainda em vigor: a Educação e Sociedade, a Filosofia e História da Educação, Psicologia da Aprendizagem, Psicologia da Adolescência, a Didática e as duas práticas. Isso como um padrão geral, mas têm variações nos cursos.”
C3	“Houve uma pressão política por parte dos institutos por ver... acredito eu, agora é uma leitura minha... por ver o quanto que a Faculdade de Educação estava diante do restante da universidade, adquirindo o domínio de um certo poder.”
C3	“A discussão do PEC, que ia ser estadual com a USP, com a UNESP e daí a Unicamp saiu e criou o PROESF e o PEFOPLEX, porque esses cursos que atendiam a população, nê, os professores da rede deram uma certa visibilidade para a Faculdade de Educação que de certa forma incomodou, a construção desse prédio, desse anexo, a discussão de verbas. Eu estou dizendo o que eu senti por trás de toda a discussão pedagógica. Dentro da instituição acho que o pedagógico permeia muito a questão do político, e o político é questão de verbas, vagas docentes e por aí vai.”
C4	De uma certa maneira a relação dos institutos e das faculdades com a Faculdade de Educação sempre foi uma coisa muito do ponto de vista “a licenciatura é o bacharelado mais algumas disciplinas”, isso é uma coisa assim prejudicial para os dois lados porque na verdade se acabava montando currículos que eram completamente sem sentido do ponto de vista da licenciatura
C4	é um processo de disputa de poder e de mudança de perfil de mercado porque os alunos mudaram de mercado e aumentou muito o número de alunos (na área de humanas) e houve uma certa prepotência por parte de algumas pessoas da Faculdade de Educação.
C4	o que está por trás de tudo isso não é nada mais e nada menos que uma briga de poder. Só isso. Agora quem ganharia e quem perderia com isso eu não sei. Eu tenho a impressão que, se eu entendo um pouco... quando você afasta as licenciaturas de uma certa forma da faculdade de educação

	e aproxima ela dos institutos. NA verdade os institutos ganham mais poder.
C4	tem uma disputa maluca na universidade toda que é muito difícil de acompanhar e entender. Mas tudo é negociado. Tudo é negociado assim... quantas pessoas você forma? Quantos professores você tem? Quantos votos você consegue? E quando se perde curso se perde poder.
C4	A única coisa que muda é... muda as contratações porque daí você tem algumas contratações a mais, mas também não é... <b>mas o poder é muito, o poder envolve toda uma rede de relações.</b>
C4	Se ia continuar fazendo discussões, fazendo acertos, melhorando e se tem um mal há solicitação disso ou de se mudar a forma de trabalho, nesse ponto o papel LDB é fundamental para rever tudo isso, no fundo foram as diretrizes curriculares que geraram esse processo de discussão, mas o que eu acho que causou exatamente essa modificação de responsabilidades foi uma atitude errada na condição de uma boa idéia que era o Planinfo.
C5	As licenciaturas, para todos os alunos de licenciaturas, a verba desses alunos para o ensino sempre foi alocada nos institutos. Toda essa movimentação foi mesmo na dimensão política.
C4	é briga pelo poder mas no fundo todo mundo ganha um pouco de dinheiro. Sabe. Veja, dependendo da posição que você está, você pode controlar quem recebe informação ou não sobre cursos de extensão, da formação continuada de professores, por exemplo. É impossível de fazer qualquer coisa na formação continuada de professores sem a Faculdade de Educação participar. Dependendo do grupo que estiver no poder sobre a educação eles vão controlar essas informações e vão controlar como participar. Veja tudo isso começou por uma questão de informação, essa que é a coisa mais curiosa. Tinha duas metades o Planinfo e alguém de propósito divulgou as duas quando era para ser divulgado só uma.
C5	“num fileng meu que talvez não tenha fundamento nenhum. Eu imagino que essa briga não é nossa que estamos na frente de trabalho. Se você olhar para as pessoas que estão na frente do trabalho, tanto aqui como lá, são pessoas que tem menos de dez anos de trabalho. Eu avalio, eu, numa opinião pessoal minha. Eu avalio, principalmente em relação ao IEL, que existe uma geração anterior que subsidia esses novos para agir de determinadas maneiras. Um jogo de poder sei lá, de alguma coisa, de alguma mágoa ou ressentimento do passado que está ainda ali, latente. Então, é uma avaliação muito pessoal minha, de um fileng que eu fui desenvolvendo nas reuniões, olhando, sondando e tal. Eu senti que eu consegui estabelecer diálogo com algumas pessoas externas da Faculdade de Educação talvez porque eu não estivesse assim tão contaminada com uma série de mágoas e ressentimentos do passado, entendeu? Mas isso não acontece com todo mundo. Eu acho que tem muita gente que é nova e que está trabalhando nisso, mas que é instruído por algumas desavenças que aconteceram há dez, quinze anos e foram rolando e se perpetuando e desavenças sempre na busca de Poder. A Universidade pública sempre se nutre muito disso, nê! Nessa sede política de poder. Então eu não consigo detectar exatamente o que está por trás de todo esse enfrentamento que o IEL faz com a faculdade de Educação, mas eu tenho indícios de que isso tem a ver com relações antigas de poder que foram complicadas e que estão ressoando até agora.
C6	é uma política da universidade, mas ao mesmo tempo ela é uma política curricular, simultaneamente. O que aconteceu foi que ela se expressou

	mais como uma política pautada na disputa por PODER. Poder, dinheiro, reserva de atuação, enfim...
C6	Olha! Onde que a gente vê a disputa por poder, poder sentido administrativo, financeiro. A primeira coisa que eu acho importante é o seguinte, a contratação de professores na universidade ela é sempre um nó, na medida em que você assume um novo campo de atuação ou responsabilidade e implanta isso curricularmente com o seu controle, você tem bons argumentos para exigência de contratação. Então, por exemplo, se eles pegam a responsabilidade total e montam seus currículos sem a participação da Faculdade de Educação eles teriam que contratar professores. E ganhariam aí. Ganhariam porque é inegável que se você tem um campo novo sendo aberto por necessidade e o currículo aprovado, e com o reconhecimento da necessidade, é claro que você vai ter. Então de um lado tem a política de contratação de professores e de outro lado tem o fato de que a educação naquilo que corresponde à formação continuada ela é feita como uma maneira de captar recursos para os institutos que tem licenciaturas, são esses cursos aí, TEIA DO SABER, PEC para professor e não sei o que. Essas coisas elas são alvo de disputa porque elas rendem dinheiro efetivamente para a universidade e são fontes de captação de recursos pelas unidades. Então eu acho que... mas eu não acho que esse seja o principal ponto. Eu acho sim que gera recursos, a educação é uma coisa que está se mostrando amplamente exequível para a universidade no que diz respeito à formação continuada. A universidade faz isso, é requisitado para ela. E é claro que no campo das políticas públicas, estatais, secretarias, os municípios quiserem fazer parceria de formação vão fazer com as universidades públicas porque já tem uma trajetória construída e já tem uma respeitabilidade construída. E não é a que mais explora, não é a que mais cobra, então eu entendo que tem aí todo um... é claro a educação hoje é vista como um espaço importante de captação de recursos e pela extensão também. Agora acho que nas políticas de extensão, no que diz respeito a cursos, quem acorre mais aos cursos são as pessoas que estão atuando, e onde é que elas estão atuando? Atuando no magistério fundamentalmente se os cursos tem licenciaturas. Vão fazer curso na área de formação. Eu acho que tinha um entendimento de que a Faculdade de Educação tende a se tornar uma unidade grande e excessivamente poderosa, mas é o oposto, ela já é, em números de matrículas, ela é muito grande. É uma unidade muito grande.
C6	a questão financeira é importante, os institutos sabem que se arrecadar dinheiro vão conseguir se estruturar porque lhes demanda. A formação continuada que chegaria para a faculdade se a faculdade tivesse essa coisa do controle absoluto, os projetos viriam primeiramente para cá e a gente só deixaria aquilo que não quer fazer.
C8	nós fizemos essa reforma por uma motivação legal, o MEC exigiu a reforma, mas nós fizemos não só por isso porque nós achávamos também que a gente ia melhorar muito o curso de licenciatura em Letras. A motivação não foi meramente externa, a gente achava que, nós achamos, nós acreditamos firmemente que esse formato de currículo é melhor que o anterior, muito melhor.
C8	: uma coisa é a reforma curricular que partiu de uma exigência do CNE e na ocasião a gente aproveitou para aprimorar os cursos. Esse é um lado da questão, por outro lado é o da responsabilidade acadêmica, é uma questão de política acadêmica. Antes a Faculdade de Educação tinha

	<p>responsabilidade sobre todos os cursos de licenciatura e houve uma desigualdade, um desequilíbrio em respeito às decisões acadêmicas sobre esses cursos. Há uns dois anos houve um movimento de vários institutos para assumir a responsabilidade das licenciaturas respectivas e esse movimento não tem uma relação direta com a reforma. A reforma surgiu porque ela tinha que ser feita de qualquer modo. As duas coisas aconteceram ao mesmo tempo, mas a sua pergunta é “quais são as razões para essa alteração” as razões é que politicamente os institutos: IEL, IFCH, IA havia uma insatisfação com um conjunto de coisas, com essa situação, os institutos queriam ter mais responsabilidade sobre as licenciaturas. Antigamente, por exemplo, se a Faculdade de Educação quisesse ela poderia alterar uma disciplina do IEL, do curso de licenciatura de Letras. Eles nunca exerceram arbitrariamente esse poder, isso não acontecia, mas poderia porque a responsabilidade era totalmente da Faculdade de Educação e o IEL que dava 90% das disciplinas do curso não tinha nenhuma responsabilidade. Então houve a insatisfação com essa situação nos institutos e houve um movimento político para que os institutos assumissem a responsabilidade fazendo a parceria acadêmica com a Faculdade de Educação. Então as razões foram políticas. É uma questão paralela a reforma curricular.</p>
C8	<p>É uma questão de política acadêmica. O instituto queria ser responsável pelo curso. Um curso que por cujas disciplinas o IEL é majoritariamente responsável. O IEL dá 90% das disciplinas do curso e entendia que a responsabilidade formal sobre o curso era daqui, deveria estar aqui. É uma questão de... a responsabilidade acadêmica significa que você tem liberdade para mexer nesse curso, para alterar o curso, para mudar uma disciplina e para mudar outra e antigamente se a gente quisesse mudar alguma coisa a gente precisava pedir para a Faculdade de Educação. É uma questão de autonomia, de autonomia acadêmica para administrar o curso do modo que nós entendemos que é o melhor.</p>
C10	<p>eu tive mais que administrar o conflito interno e administrar ou propor uma condição própria e eu acabei aderindo a esse movimento um pouco por inércia, ou seja, há uma reação... havia uma concordância em princípio mas não havia uma posição clara, então o nosso instituto aderiu um pouco sem saber exatamente o que estava fazendo apesar de haver uma convicção forte de como o Planinfo tinha sido proposto não era adequado, principalmente, porque ele entrava muito na carga horária</p>
C11	<p>É o que eu falei. Eu não acompanhei esse processo. Quando eu soube ele já estava existindo, nos consultaram, a gente ouviu uma porção de explicações, a direção do instituto era favorável. Não sei até que ponto era política e como já disse de onde eu vim a responsabilidade sempre foi dos institutos.</p>

A reformulação curricular dos cursos de formação de professores na Universidade Estadual de Campinas se fez necessária para adequar-se à legislação vigente (CNE/CP-02/2002, CNE/CP 01/2002 e LDB nº. 9394/96) e trouxe muitas dúvidas e incertezas a todas às pessoas envolvidas com tais cursos. A Faculdade de Educação nunca esteve tão envolvida ou tão preocupada com a formação de professores, nem tampouco os Institutos e Faculdades que ministram esses cursos dentro da Unicamp. Foi um período de intensas discussões, debates e embates acerca das referidas reformulações. Ao mesmo tempo em que precisava pensar em projetos reformulados para atender o CNE, os institutos e

faculdades também pensavam em ter responsabilidade sobre os cursos de licenciaturas, tirando assim a responsabilidade que regimentalmente estava com a Faculdade de Educação.

Observamos na pesquisa que não havia uma ligação muito efetiva entre a FE e os Institutos e/ou Faculdades, a evidência desse distanciamento é o fato, por exemplo, das tomadas de decisão: quando as congregações dos Institutos e/ou Faculdades queriam mudar algo na grade curricular, por exemplo, precisavam esperar a decisão da Faculdade de Educação.

Muitos foram os motivos acerca de tal pedido, alguns institutos queriam a responsabilidade sobre tais cursos porque almejavam ter mais benefícios financeiros ou possibilidade de contratação de novos professores, o que de certa forma seria beneficiário aos institutos e/ou faculdades. Mas durante a pesquisa podemos constatar que os Institutos e Faculdades não teriam benefícios financeiros porque as verbas destinadas para a formação desses profissionais sempre foram alocadas nos Institutos e/ou Faculdades respectivas de tais cursos e que a contratação de professores sim talvez fosse uma possibilidade possível. A pesquisa também deixa evidente o incômodo que a Faculdade de Educação causava aos institutos/faculdades, pelo fato de nos últimos anos ter abarcado cursos de formação de professores (PROESF/PEFOPEX) e outros de formação continuada, por exemplo: A Teia do Saber. Mas houve uma ruptura no processo de poder dentro da universidade, por interesses diversos como já vimos, por uma tentativa de angariar espaços políticos ou controle de informações.

A pesquisa encontrou um motivo que talvez tenha sido o mais pertinente dentro de todas as mudanças na reformulação curricular dos cursos de formação de professores e também do deslocamento da responsabilidade os mesmos: o desejo de PODER sobre os cursos é que moveu o processo. Foi a vontade de ter poder total ou responsabilidade total sobre os cursos de licenciaturas que movimentou essa política curricular ou esse entrelaçamento da reformulação curricular e deslocamento de poder sobre os cursos de formação de professores da Universidade Estadual de Campinas. A vontade de ter autonomia acadêmica, responsabilidade acadêmica sobre o projeto curricular e o descontentamento com a apresentação do Planinfo<sup>39</sup> foram fatores decisivos.

**9- HÁ O RISCO DA FACULDADE DE EDUCAÇÃO PERDER O CONTROLE DOS PROCESSOS DE FORMAÇÃO DE LICENCIADOS PELO FATO DE TER PASSADO A SER APENAS UMA COADJUVANTE SEM PODER SOBRE O CONJUNTO DO CURRÍCULO DE UMA LICENCIATURA?\***

C1	“O risco sempre houve. Mesmo quando ela era responsável porque o que significava responsabilidade? A nossa congregação tinha que se manifesta sobre qualquer tipo de modificação do currículo: ampliação de vagas, criação de novas disciplinas, mudanças de disciplinas, mas se no geral eram disciplinas dos institutos a gente nem tomava muito o pé. Então o risco sempre houve. Nós já tivemos casos de mesmo sendo responsável de termos que abrir mais vagas para ingresso de alunos sem a gente querer, de criar licenciaturas nos institutos que queria porque queria... queria...e nós acabamos sendo vencidos em algumas situações fora da nossa congregação. Agora o que eu penso é que nós tínhamos um controle. Essa palavra é boa mesmo “controle”. De que era um controle oriundo daquilo que poderia ser considerado como concepção de
----	---

<sup>39</sup> O Planinfo, citado na fala do sujeito C4 realmente era um documento de duas partes que estarão em anexo IV nesse trabalho.

	<p>formação de professor, que eram as disciplinas de complementação pedagógica, as obrigatórias. Aí estava o controle. Se o controle, para mim, ele estava muito localizado aí, hoje ele também, na reformulação, ele está completamente garantido. Só que ele é um controle mais fluido, quer dizer que nós também podemos ter mais influência nos projetos por uma outra linha e não só garantindo aquilo que a gente... que não era nem a gente, era uma legislação que dizia o que vinha a ser formação de professor, que era ter aquele conjunto de disciplinas iguais. Era um controle também que não foi a gente que criou.”</p>
C2	<p>“eu nunca senti que a Faculdade de Educação estivesse com o controle de nada do curso de (curso) tá bom, ela tinha o controle assim: ela expedia o certificado, ela dificultava muitas vezes mudança de horário, ela nunca teve um sistema forte e representativo nas comissões locais de ensino, nem internamente. A Comissão de Licenciatura sempre foi uma esfera mais esvaziada do que propriamente enfática de trabalho, salvo em alguns momentos específicos. Então essa idéia de que a Faculdade de Educação perdeu o controle nos processos na formação dos licenciandos porque passou a ser apenas uma coadjuvante. Olha eu vou dizer para você que eu me senti sempre como uma coadjuvante no currículo do (curso) tá. É uma coadjuvante bastante desprezada pelos Institutos tá, várias vezes eu fui convidada para me retirar das discussões né! E contraditoriamente a isso eu sempre me senti como uma coadjuvante sempre respeitada e bastante admirada pelos estudantes.</p>
C2	<p>Então eu não acho que tínhamos um controle e deixamos de ter. Nós tínhamos regimentalmente um controle do ponto de vista legal porque éramos nós que expedíamos os certificados, mas nunca tivemos efetivamente o controle do processo todo. Então eu não estou experimentando essa mudança como uma mudança de perda de um controle que existia. Eu estou experimentando esse processo como um processo que traz um deslocamento, uma mudança nas discussões, nas formas de realização e eu posso até dizer que hoje nós estamos com maior oportunidade de negociação com os Institutos do que tínhamos anteriormente. Acho que nunca a Faculdade de Educação esteve de maneira tão atuante na reformulação curricular em qualquer dos cursos de licenciatura, sobretudo, porque agora é um momento mais coletivo.</p>
C3	<p>“É engraçado isso de falar que é coadjuvante porque eu porque eu percebo assim... pensando nessa palavra, né! Será que antes a Faculdade de Educação não era coadjuvante? Quando era aquele esquema do bacharelado mais seis no final do curso, não era também ser coadjuvante? Então eu até acredito que com esse aumento de carga horária do estágio, das 400 horas a partir da segunda metade do curso, a partir do terceiro ano a gente já pode estar atuando com esses alunos nas escolas com estágios, então dividir 400 horas ao longo de dois anos é melhor do que você pegar um aluno como a gente fazia, faz hoje com o estágio. Eu acredito que vai ter uma atuação maior dos professores da Faculdade da Educação ao longo desses dois anos na formação do que como acontece hoje.”</p>
C3	<p>No final da história se for ver a carga horária, a gente tem mais entrada no curso deles hoje do que existia antes com seis disciplinas, mas isso é muito engraçado, só que daí essa foi a maneira que a Faculdade de Educação entrou, as disciplinas são 90 horas, são 60 de sala e 30 de atividades e que era também uma exigência dos alunos porque a gente</p>

	passa tanta coisa para eles que eles não dão conta e eles precisam também daquelas áreas verdes.
C3	“essa reforma, alguns lêem como uma retirada da Faculdade de Educação, mas se você olhar mesmo e contar, é uma entrada muito maior da educação do que antes e com coisas mais palatáveis, então ao todo eu acho que cinco disciplinas, inclusive algumas pensávamos compartilhar os cursos com as disciplinas do curso de pedagogia porque a gente fala da reforma da licenciatura como se a pedagogia não fosse uma licenciatura e isso que a gente queria há muito tempo que é parar com essa separação entre pedagogia e licenciatura e fazer essa formação do professor mais ampliada, agora em algumas áreas, em algumas disciplinas isso vai estar acontecendo.
C3	“não foi um processo fácil porque vinha muito essa coisa da perda. Engraçado isso, as pessoas não pensavam na transformação, pensava muito na perda. O que nós estamos perdendo? E não assim “que legal que estamos transformando”.
C6	eu entendo que a Faculdade de Educação nunca teve um controle sobre os projetos de formação de licenciaturas. É assim que eu vejo quando eu olho esses currículos. O que eu vejo é que a Faculdade tinha o controle das disciplinas que ela oferecia para a complementação da formação do licenciado. A disciplina expressa alguns elementos do currículo e não expressa todos os elementos, inclusive não expressava muito fortemente a articulação com os saberes e os conteúdos básicos dos diferentes campos de conhecimento.
C6	eu não acho que a faculdade perdeu o controle das licenciaturas. O que entendo é que estatutariamente faculdade deflagrou um processo de negociação porque ela tinha o controle.
C6	A Faculdade de Educação sempre teve um papel coadjuvante no que diz respeito à participação no currículo. Ela nunca foi personagem central. Ela domina um determinado campo de conhecimento não dá centralidade a ela porque esse campo ficava inclusive diminuído no conjunto da formação. Eu acho que a Faculdade de Educação tinha uma posição marginal e não saiu de sua marginalidade no sentido amplo, amplamente. Eu acho que ela continua marginal no que diz respeito aos cursos,
C6	eu nunca vi o controle, o controle do ponto de vista do projeto pedagógico, eu sempre vi o controle do ponto de vista da administração do currículo e sempre vi o controle, a idéia de que a faculdade é a responsável por todas as licenciaturas lhe dá uma boa capacidade discursiva sobre a instituição. É um elemento de poder muito importante.
C10	No primeiro momento acho que aparentemente houve uma simplesmente uma fragmentação e esse era o temor que a Faculdade de Educação tinha que ela iria perder o controle sobre o processo que era longamente formalizado, institucionalizado e normatizado, então é um momento de tensão quase revolucionário em relação às licenciaturas
C10	“A Faculdade de Educação nunca teve diálogo porque a própria estrutura acabou tendo um controle total sobre o conteúdo e a forma das licenciaturas sob o comando da Educação e então agora é preciso abrir os poros e abrir as lentes para absolver essa heterogeneidade, essa demanda que vai acontecer e de certa forma mantendo o mínimo de controle que é o que de certa forma o que a Educação está tentando fazer, quer dizer tentando restringir um pouco a variedade de opções do cardápio que a gente acabou exigindo ou solicitando, então vai haver um processo muito

	interessante se não houver um congelamento ou segmentação rígida desses campos porque nós vamos ter que necessariamente ter auxílio e relações mais intensas nessa área, principalmente dentro da Comissão de Licenciatura com a educação, então vai ser necessariamente um processo mais rico de interação do que sempre tenha ocorrido desde que existe a licenciatura
<b>C10</b>	vamos ver como esta dinâmica vai ocorrer esse é o grande mistério, ver se vai fragmentar mesmo, se vai perder o controle, se vai ser uma confusão como em certo momento a Educação começou a pensar e até sugeriu que a gente tivesse caminhando para a privatização, para a destruição da licenciatura como uma instituição e a aposta nossa era de que a gente efetivamente iria realmente assumir a licenciatura como um problema e como uma solução para problemas estruturais da sociedade e assim por diante, então a gente está apostando que vai ser um processo criativo, os professores que estão na nossa comissão são extremamente favoráveis e receptivos ao nosso recente interesse pela licenciatura e reagiram muito bem

Seguindo as falas dos sujeitos nota-se que a Faculdade de Educação tinha, regimentalmente, o controle sobre os cursos de formação de professores, ditos licenciatura, pelo menos nos últimos anos, pois surgiu a dúvida se a responsabilidade pelos cursos sempre foi da Faculdade de Educação, desde a sua inauguração em 1972 quando tinha a função de fornecer disciplinas para a complementação pedagógica.

O termo “controle” é questionado pelos sujeitos da pesquisa, avaliando que de fato, a Faculdade de Educação sempre foi coadjuvante no processo de formação de professores da universidade, mas que a idéia de que a Faculdade de Educação tinha o controle era um elemento de poder muito importante.

#### **10- QUAL SUA AVALIAÇÃO DO PROCESSO QUE CONDUZIU À ALTERAÇÃO DA RESPONSABILIDADE PELAS LICENCIATURAS, TRANSFERINDO-A PARA OS INSTITUTOS OU FACULDADES?\***

<b>C2</b>	“a faculdade se colocava de uma forma bastante intransigente e legalista na relação com os institutos. Então os institutos tinham muita dificuldade para fazer qualquer mudança no seu currículo e os bacharelados ficam vinculados aos cursos de licenciaturas e muitas vezes os institutos tinham desejo de promover mudanças que nos afetassem. Eu acho que a gente nunca teve... incorreu digamos assim, no equívoco de uma postura mais intolerante, mais legalista, mais tecnocrática de currículo que fez os institutos pensarem que sem nós no poder da responsabilidade eles teriam maior flexibilidade, maior liberdade nos processos de revisão curricular.”
<b>C3</b>	“E aí nessa discussão eu acho que muito mais que uma preocupação pedagógica e acadêmica eu sentia uma discussão de poder, de poder dos institutos que significa verbas, que significa contratações e significa uma preocupação em relação ao mercado de trabalho”.
<b>C3</b>	“Demorou para eles (institutos) entenderem que o que eles estariam ganhando com essa reforma e pegando para si, era só trabalho e não era verba. No finalzinho do processo em uma reunião do CONSU que aí um diretor falou: “nossa, era isso”, eles acreditavam que parte da verba da Faculdade de Educação existia aqui porque os alunos de licenciatura eram

	contados para nós, mas os únicos alunos que eram contados para nós em termos de per capita eram os alunos de licenciatura Integrada de Química e Física que é o curso 56, que é o único que estava... Pedagogia noturno, diurno, Pefopex e o curso 56.
C4	Essa alteração foi uma alteração mais de fundo político, na verdade o que aconteceu foi que a universidade teve uma ruptura do processo de poder. Tinha um tipo de processo de poder e ele se rompeu.
C4	De uma certa maneira a relação dos institutos e das faculdades com a Faculdade de Educação sempre foi uma coisa muito do ponto de vista “a licenciatura é o bacharelado mais algumas disciplinas”, isso é uma coisa assim prejudicial para os dois lados porque na verdade se acabava montando currículos que eram completamente sem sentido do ponto de vista da licenciatura.
C4	apesar de não parecer a universidade é um local de muita intriga política e essa intriga política vai desde dependendo o número de pessoas que você forma, se tem mais ou menos poder, dependendo de quem te compra, de quem contrata. E essa briga por indicador, por espaço político levou a ferramenta desses confrontos, tanto que as separações da Faculdade de Educação é assim... dificilmente elas passaram por uma discussão muito mais elaborada do ponto de vista técnico e foram muito mais por uma questão política mesmo. Teria mais o poder tendo o curso.
C4	“As razões por ter acontecido tudo isso foi... uma delas foi inabilidade política e outra foi um processo normal de crescimento da universidade. Eu acho que causou exatamente essa modificação de responsabilidades foi uma atitude errada na condição de uma boa idéia que era o Planinfo.”
C5	As licenciaturas, para todos os alunos de licenciaturas. A verba para desses alunos para o ensino sempre foi alocada nos institutos. Toda essa movimentação foi mesmo na dimensão política.
C5	O dia que o Planinfo foi mostrado na CCG foi 4 de julho de 2003. Foi aí que os institutos se fortaleceram no movimento de querer a função da responsabilidade dos cursos. Por que? Olha só! No caso das ciências humanas: História, Filosofia, Letras... o próprio campo das Artes. Os bacharelados deles, vamos dizer assim, a palavra não é muito adequada, mas assim... são muito fracos em termos de procura de alunos. Os bacharelados deles têm pouca procura, pouca vida. Do que esses institutos se alimentam e se alimentavam dos alunos de licenciatura. Então aqui, juntaram duas coisas: a vontade de tirar o poder da FE e também a vontade de investir em um tipo de curso que dentro dos institutos era o único tipo de curso possível de sobreviver. Que é o caso da Filosofia, por exemplo, quem é que se forma bacharel em Filosofia. É o caso da História porque 100% dos alunos que fazem bacharelado em História fazem licenciatura em História.
C3	A Faculdade de Educação estava diante do restante da universidade, adquirindo o domínio de um certo poder. A discussão do PEC, que ia ser estadual com a USP, com a UNESP e daí a Unicamp saiu e criou o PROESF e o PEFOPLEX, porque esses cursos que atendiam a população, nê, os professores da rede deram uma certa visibilidade para a Faculdade de Educação que de certa forma incomodou, a construção do prédio, do anexo, a discussão de verbas. Eu estou dizendo o que eu senti por trás de toda a discussão pedagógica. Dentro da instituição acho que o pedagógico permeia muito a questão do político, e o político é questão de verbas, vagas docentes e por aí vai.

C4	Veja, aquele curso de formação especial para professores (PROESF/PEFOPEX), por exemplo, aquele curso é um curso que entra mais verbas e alimenta.. Eu estou dizendo que essas coisas são pesadas aqui, é briga pelo poder mas no fundo todo mundo ganha um pouco de dinheiro. Sabe. Veja, dependendo da posição que você está, você pode controlar quem recebe informação ou não sobre cursos de extensão, da formação continuada de professores, por exemplo. É impossível de fazer qualquer coisa na formação continuada de professores sem a Faculdade de Educação participar. Dependendo do grupo que estiver no poder sobre a educação eles vão controlar essa informações e vão controlar como participar. Veja tudo isso começou por uma questão de informação, essa que é a coisa mais curiosa. Tinha duas metades o Planinfo e alguém de propósito divulgou as duas quando era para ser divulgado só uma.
C6	“Os institutos tinham clareza do que era essa responsabilidade jurídica. Eles cansavam de denunciar na CCG e era constante isso, o fato de que eles queriam reestruturar os seus conteúdos de estrutura de seus bacharelados basicamente, eles tinham que pedir a aprovação da Faculdade de Educação e que às vezes isso empatava o processo. Eles diziam que eram principalmente o modelo de gestão das mudanças que lhes interessava. Falavam isso categoricamente “olha a gente quer ter o controle porque às vezes a Faculdade de Educação emperra”. E então questionavam um pouco as formas administrativas dessa parceria. Eu, de todos esses tempos de negociação, eu nunca ouvi nos espaços de representatividade, uma declaração ostensiva de que a licenciatura como curso de formação poderia ter sido feita sem a Faculdade de Educação. Eu ouvi naquele momento, os coordenadores da Filosofia e do curso de Letras e da História e das Artes, e bravos na discussão dizendo que a faculdade dificultava a negociação e de que a faculdade também não tinha clareza sobre o que ela pensava que deveria ser...”
C6	A gente precisa entender com relação a isso é que a tendência dos cursos das licenciaturas em algumas áreas em que antes as licenciaturas era apenas mais uma formação, mais uma saída diplomada, digamos, certificada, a tendência dos alunos é permanecerem fortemente nas licenciaturas e essa mudança na quantidade de alunos que fica nos cursos de licenciaturas é uma coisa que a faculdade tem que começar a lidar, com mais facilidade.
C7	Mas de fato eu reconheço que algumas pessoas comentaram que foi uma imposição (o Planinfo) e isso talvez tenha gerado algumas mudanças até no próprio regimento da universidade, com essa quebra da oposição e da hegemonia em algum momento. Porque talvez tivesse em jogo um poder, uma vontade dos institutos, um interesse por uma mudança de comportamento que isso acabou acontecendo.
C4	as razões por ter acontecido tudo isso essa co-responsabilidade foi... um delas foi inabilidade política e outra foi um processo normal de crescimento da universidade, principalmente na área de Ciências Humanas. Ah! O que aconteceu em Ciências Humanas você começou a ter um número muito maior de pessoas formadas e uma parcela dessas pessoas foi trabalhar no ensino médio, aí o que acontece, você tem muita gente que sai do instituto como a História e como o IEL e vai para o ensino médio e de repente como tem muita gente discutindo o ensino médio isso começa a fazer parte das discussões e das atribuições internas
C4	É um processo de disputa de poder e de mudança de perfil de mercado

	porque os alunos mudaram de mercado e aumentou muito o número de alunos na área de humanas.
C6	As turmas de licenciaturas elas começavam com 54 matriculados e terminavam com 20, havia uma debandada. Hoje eu não tenho mais essa realidade, eu começo com 54 matriculados e termino com 49, 50 alunos. Então isso é um dado que não tem nenhuma estatística, é um dado de sentimento de sala de aula. Eu acho que a tendência é eles ficarem bastante nas licenciaturas.
C9	Uma das razões também que motivou a alteração, e a gente não pode esquecer disso, foi o Planinfo. O planinfo ele assustou porque, as pessoas envolvidas no processo, a Márcia strazzacappa (ex-coordenadora da Comissão de Licenciatura) foi quem mais enfatizou isso, embora eles dissessem que o Planinfo era o primeiro esboço para a discussão e que a discussão estava aberta. Ele assustou muito pelo perfil de curso que ele propôs e pela distribuição da carga pedagógica que é bastante desigual em relação ao que se tinha antes e ao que se tem hoje, as disciplinas de caráter estritamente pedagógicos no projeto inicial tinha por volta de... representava por volta de 40% do currículo, das disciplinas em geral, da Química, da Física, Letras, etc e isso não representava em diminuição das disciplinas específicas como a gente chama, mas significava um aumento muito grande das disciplinas pedagógicas e a distribuição percentual também alterava bastante.
C10	a nossa intenção foi de romper por um lado um laço que era um laço certas vezes de dependência, mas muito mais de indiferença do que de independência porque não se considerava dependente da licenciatura ser fornecida ou formulada, mas se considerava quase que não interessado e indiferente em relação a isso. Então agora houve uma ruptura num primeiro momento, mas houve aparentemente um movimento muito positivo pelo lado dos professores porque a reação da Educação num primeiro momento em certas questões foi muito positiva a nossa proposta que era um pouco mais flexível do que a que foi formulada, mas que continua vigindo nas suas características gerais, então nosso movimento foi no sentido de uma integração realmente profunda ou pelo menos no limite do possível verdadeira com a Faculdade de Educação.
C10	Como a gente (instituto) é responsável em última instância pela formação dos alunos nada mais natural que a gente se responsabilizar pela formação dos alunos de licenciatura que a gente considera que essa integração é efetiva mesmo, quer dizer, a gente tem realmente uma preocupação em formar professores ou educadores mais que professores nessa área, na nossa área que é muito fragmentada, muito plural e diversificada
C10	o processo desanuviou um pouco quando viram que a gente estava realmente interessado em fazer alguma coisa e não simplesmente tomar a licenciatura e ir embora e então houve uma moderação no conflito
C11	Você pergunta quais as razões para as alterações. Eu não estava envolvido (a) quando os demais institutos propuseram, eu nem era coordenador (a). Não acompanhava nada, mas se eles propuseram isso é porque eles estavam tendo dificuldades. Era época de se readaptar às licenciaturas para se adaptar às novas diretrizes curriculares e a Faculdade de Educação estava enrolando bastante. Houve uma insatisfação, nós em princípio não fizemos parte dessa discussão.
C1	“ Eles (alunos) vinham só para complementar ou para fazer uma disciplina. E isso acabou significando para muitos institutos uma

	avaliação de que a responsabilidade desses cursos era mais efetiva deles porque eles que faziam toda a gestão da vida acadêmica e do currículo dos alunos. A possibilidade, porque eu acho que aí é o ponto mais forte do deslocamento das licenciaturas e a perda da responsabilidade da Faculdade de Educação é o indicativo de que os currículos poderiam... os currículos de formação de professores poderiam ter uma ausência dos conhecimentos do campo educacional. Este currículo é um elemento político que eu quero destacar para você. Então, ao assumir a responsabilidade lá (nos institutos) poder-se-ia dizer “bom, se eu sou responsável eu organizo o currículo do jeito que melhor eu considerar”.
C1	“Criava-se essa possibilidade. Uma possibilidade de mais liberdade na hora de organizar um currículo. Trazendo uma relação muito próxima entre o que interessa ao campo de conhecimento de um outro lugar que não seja a Faculdade de Educação. E aí sim há amparo legal para isso porque as diretrizes elas são extremamente abertas, os pareceres do CNE para algumas áreas indicam possibilidade de sobreposição do que é o pedagógico do que é o prático.”
C9	A minha avaliação acho que chegamos a uma boa solução das questões, dos diversos conflitos que foram postos claramente na mesa para resolver e havia insatisfações e creio que foi algo que foi bem resolvido porque tem uma configuração institucional clara e que ainda na verdade está para ser julgado porque os currículos novos não estão ainda totalmente implementados, só no final de 2005. Essa é uma pergunta que se você refizesse daqui a dois anos talvez tivesse mais elementos para responder de uma maneira mais detalhada, mas do ponto de vista da configuração institucional, o que resultou desse processo eu acho que foi bom.

Seguindo a análise dos sujeitos entrevistados percebemos que o processo de alteração da responsabilidade pelos cursos de formação de professores, ditos licenciaturas, para os institutos e faculdades obedeceu a diferentes variáveis: o desejo de poder/responsabilidade acadêmica, quebra da hegemonia do poder sobre a licenciatura, processo de crescimento da universidade, valorização dos cursos de licenciaturas, etc.

Podemos perceber uma revalorização da licenciatura, que nós insistimos em dizer, cursos de formação de professores, segundo SCHEIBE (2002), começa a acontecer com o Parecer do CNE/CP nº 9/2001, “*que apresenta as diretrizes para a formação de professores da educação básica, em nível de graduação plena, a orientação assumida pela atual reforma educacional consolida a direção de formação superior para três categorias de carreiras: Bacharelado Acadêmico, Bacharelado Profissionalizante e Licenciatura, o que implica que a licenciatura ganha identidade, integralidade e terminalidade própria. No plano conceitual, essa concepção valoriza a formação do professor, na qualidade de profissional de ensino (...) e busca colocar a licenciatura em pé de igualdade com o bacharelado, dando-lhe autonomia e integridade.*” (SCHEIBE, 2002, p.57-58).

Assim, concluímos que a licenciatura passou a ter um foco de interesses nunca visto dentro da universidade.

## 11 - QUAIS AS MUDANÇAS OU IMPACTOS QUE VOCÊ PERCEBEU DURANTE ESSE PROCESSO, NA FE E NOS INSTITUTOS?\*

C1	“Então esse deslocamento das licenciaturas, para a Faculdade de
----	---

	Educação, exigiu um tipo de movimento de pensar o que é importante fazer parte de um projeto de formação de professores que não necessariamente seja controlado por nós, que vai ter que ter uma relação nossa, de currículo, com o currículo das outras áreas e aí é riquíssimo, tem várias reuniões, por exemplo, de congregação que esses temas foram discutidos e eu me lembro muito bem de uma delas que “se a Faculdade monta um currículo paralelo como era o anterior”.
C1	“Então houve um movimento de tentar fazer articulações com os cursos, entendo as lógicas daqueles cursos, e as melhores formas de nós nos inserirmos dentro daquela lógica sem perder o que nós consideramos como sendo fundamental nessa situação. E o que nós consideramos fundamental é tão múltiplo que a Faculdade não conseguiu chegar a um consenso do que seria, para todos os cursos, necessário mesmo quando se montou o Plano Integrado de Formação de Professores os campos de conhecimentos não eram definidos, nós não conseguimos definir o que é que comporia, o que se poderia chamar de fundamentos, das práticas e das atividades profissionais. Isso inclusive saiu daqui da Faculdade antes da gente ter resolvido que campos seriam esses. E talvez não resolvesse nunca e a gente está resolvendo agora em cada um dos currículos.”
C1	“... o deslocamento... fazendo uma avaliação positiva, né! Que eu acho que foi mesmo. O deslocamento fez com que a gente também se deslocasse aqui dentro da Faculdade com relação à potencialidade que nós temos para nos relacionar com os diferentes cursos e inclusive nos abrimos para assumirmos uma carga horária ou uma inserção maior em determinados cursos que estavam querendo isso.”
C1	“...vários coordenadores de graduação pararam para pensar e estão há um ano e meio, quase que semanalmente, discutindo a respeito de um projeto de curso de graduação que nunca foi parado para pensar no caso do bacharelado. No bacharelado era como se “bom os conhecimentos e as técnicas já garantem essa formação”. E o professor? O que é que o professor tem de diferente?”
C1	“Os institutos tiveram que se defrontar com o fato de que estariam formando um profissional, coisa que parece que nunca tinham parado para pensar em muitos casos, nem no caso do bacharelado. E no caso da formação de professor a experiência deles era muito restrita porque eram experiências associadas aos conteúdos e então o fato de que o professor ele é menos formado com um monte de coisas que é encaixada nele e mais formado com os caminhos que ele vai fazendo e com o que ele vai recolhendo por esses caminhos é a concepção que eu acho que é a que está norteando hoje, essas propostas.”
C1	“Nos institutos eu gostaria de chamar atenção, Aurora, pelo seguinte. Os institutos ficaram curiosos, mais curiosos com relação ao que a Faculdade de Educação produz de conhecimento e que está organizado, principalmente na Pedagogia e que poderia compor os currículos deles. Então isso é um negócio que essa reformulação gerou. Conhecer mais o que a Faculdade tem. E isso eu achei um impacto muito positivo.”
C2	“... os cursos de licenciatura por ele não estar descolado dos bacharelados que o Instituto tem, ele sofre os efeitos das discussões do bacharelados assim como os cursos de bacharelados estão sofrendo os efeitos das discussões da licenciatura. Um processo muito interessante que a gente foi podendo perceber é que como os Institutos foram sendo estimulados, de certa forma até obrigados a fazer a discussão das licenciaturas para a

	adequação na nova legislação, eles acabaram esbarrando na necessidade de rever também seus próprios cursos de bacharelado.”
C2	“Porque o projeto não é apenas uma grade de disciplinas. Ele tem que vir com coisa escrita, com justificativa, com uma razoável, com um histórico, quer dizer, de uma forma ou de outra as pessoas, elas tem que parar um pouco sobre isso para poder escrever, para poder submeter os seus escritos numa outra instância”
C2	“O IA tem três cursos distintos e três licenciaturas no mesmo instituto: Artes Visuais, Dança e Música e resolveu expressar na sua grande proposta de formação de professores, um projeto que procura por em relação esses três cursos, através de um núcleo de disciplinas compartilhadas entre os três departamentos, através da imaginação de alguns trabalhos que possam ser feitos conjuntamente por alunos e por professores, mas quando você pega os três projetos você ainda vê que essa relação está muito difícil. Ainda há muito aquém daquilo que a gente poderia desejar de um único Instituto que tem que formar o professor de Artes. Eu acho que já houve um trabalho que fez um deslocamento nas discussões, um trabalho que fez surgir uma licenciatura nova, que fez com que as pessoas ao menos esboçassem a possibilidade de um trabalho compartilhado. Há um deslocamento aí. Então assim eu acho que em todas as unidades a gente conseguiu que houvesse alguns deslocamentos na direção de transformação desses currículos.”
C3	“não foi fácil enfrentar reuniões no IFCH, não foi fácil enfrentar algumas reuniões lá no IEL. Foram difíceis assim... dedo... acusação... foi muito difícil.”
C3	“Eu acho que também entram umas questões de área de conhecimento, de briga por mercado de trabalho”
C4	Olha eu acho que essa nova organização ela tem uma coisa muito importante porque pela primeira vez ela responsabiliza as faculdades e os institutos pela licenciatura. Então isso é uma mudança enorme do ponto de vista de universidade. Mesmo que as pessoas não gostem elas tem que se preocupar mais do que se preocupavam antes. Então essa é uma mudança que eu acho positiva. Outra mudança que eu acho positiva é que as pessoas tem que aprender a interagir mais.
C4	As mudanças que eu vi nos institutos nesse processo foram muito boas porque forçou os institutos a se preocupar com os cursos de licenciaturas e é uma coisa muito saudável.
C4	eu acho que o processo foi assim... como eu olho o geral, pela primeira vez começou a se discutir de fato para que se precisa, como é que se forma professor. Isso é uma coisa que ninguém tinha coragem de discutir.
C6	a gente ganhou quando começou a discutir na universidade se o curso tem que ser com estrutura de bacharelado e licenciatura, acho que a gente ganhou muito quando alguns institutos optaram por ter cursos só de licenciatura, entendendo que o bacharelado era componente curricular e que a formação de professores, dita licenciatura, deveria ser o maior projeto, que contivesse o bacharelado e não que fosse de complementação do bacharelado, então eu acho que isso foi um avanço
C6	Para a Faculdade de Educação os impactos vão ser grandes porque parte da discussão das licenciaturas aqui ela foi movimentada com a expectativa dos professores de diminuição da carga didática para eles. O que não vai acontecer, ao contrário, nós temos uma carga didática em crescimento sempre aqui, sempre. Então que se espera que aja a

	diminuição da carga didática a gente pode entrar em desespero. Agora o que eu acho que isso, sabendo administrar e tendo os dados mais organizados, isso dá um poder para a Faculdade de Educação de negociar a possibilidade de contratação de mais professores, porque se efetivamente ficar confirmado que a nossa carga didática pára de crescer, nós temos que bancar que a Faculdade de Educação não é uma faculdade de curso de graduação, de oferta de disciplinas para cursos de graduação.
C6	Uma das mudanças das licenciaturas que eu acho significativa é aquela experiências das licenciaturas integradas, que ocorria em disciplinas de prática de ensino e que eu acho que tem que ser ampliada para a faculdade.
C7	Os impactos foram favoráveis permitiu que as unidades tivessem formas de interesse e de relacionamento diferentes, isso eu acho uma coisa positiva, nê!
C8	Como eu já disse foi um processo muito penoso, o diálogo foi muito difícil. Não estou dizendo que pelo lado da Faculdade de Educação foi difícil. Eu acho que internamente foi difícil também. O fato foi que contribuiu para que nós nos compreendêssemos melhor, para que nós nos conhecêssemos melhor e que pudéssemos a partir disso construir a base para uma colaboração acadêmica construtiva, mas foi de fato muito difícil a relação entre institutos diferentes e internamente também. Entre os professores nós tivemos muita divergências, muitas discussões e isso tudo foi fruto de num longo processo, tudo foi muito discutido e com muitas reuniões.
C9	A gente pode notar um certo impacto no comportamento do corpo docente porque antes, a sua maioria, se comportava de maneira completamente alheia às licenciaturas porque assim... a responsabilidade das disciplinas pedagógicas é da Faculdade de Educação e nós não temos nada a ver com isso e davam os cursos de (...). Com essa mudança de responsabilidade os professores do nosso instituto mudaram o comportamento, é claro que muito pelas próprias discussões internas que nós tivemos aqui a respeito do assunto. Então eles não passam mais a enxergar a formação do professor de (...) do ensino médio como um apêndice do bacharelado... essa palavra é um pouco pejorativa porque estou descrevendo as perspectivas como é que pensavam antes... não vêem mais como um apêndice que era dado ou oferecido pela Faculdade de Educação. Os professores daqui não se preocupavam com essa pergunta: com o que eu faço que esse conteúdo que meu aluno está aprendendo se transformar num material de ensino para os alunos do ensino médio? E agora essa pergunta passou a ser feita então várias preocupações com relação a como fazer essa passagem, essa mediação do conteúdo mais denso que se ensina para o graduando para algo que é mais adequado para o ensino médio passou a ser feito inclusive com a bibliografia, a bibliografia em português, livros introdutórios e essas coisas de apoio ao aluno do ensino médio isso passou a ser também uma preocupação maior porque antes não tinha.
C10	. Essa responsabilidade é um peso para a instituição e não era esperado, muitos professores reagiram negativamente dizendo que haveria o risco de aumento da carga de trabalho, mas houve um amplo consenso de que era preciso finalmente a licenciatura como uma preocupação interna ou da instituição e espero que isso seja benéfico.
C10	No primeiro momento acho que aparentemente houve uma simplesmente

	<p>uma fragmentação e esse era o temor que a Faculdade de Educação tinha que ela iria perder o controle sobre o processo que era longamente formalizado, institucionalizado e normatizado, então é um momento de tensão quase revolucionário em relação às licenciaturas porque eu creio que na Unicamp talvez esse processo tenha avançado mais do que em outros lugares, eu tenho a impressão que na USP talvez pudesse comparar mas eu tenho a impressão que lá houve um processo menos traumático e menos radical de mudanças, eu acho que no nosso caso vai ser um processo muito interessante porque a Educação vai inverter a posição, ela vai correr atrás um pouco de uma demanda com a qual ela estava acostumada a ditar as regras e essas regras às vezes tornavam muito autoritárias ou pouco preocupadas com a interação como nós também que não nos preocupamos com as licenciaturas, abandonamos com o uma preocupação nossa a Educação agora abandonou o diálogo ou nunca teve diálogo porque a própria estrutura acabou tendo um controle total sobre o conteúdo e a forma das licenciaturas sob o comando da Educação e então agora é preciso abrir os poros e abrir as lentes para absolver essa heterogeneidade, essa demanda que vai acontecer e de certa forma mantendo o mínimo de controle que é o que de certa forma o que a Educação está tentando fazer, quer dizer tentando restringir um pouco a variedade de opções do cardápio que a gente acabou exigindo ou solicitando, então vai haver um processo muito interessante se não houver um congelamento ou segmentação rígida desses campos porque nós vamos ter que necessariamente ter auxílio e relações mais intensas nessa área, principalmente dentro da Comissão de Licenciatura com a educação, então vai ser necessariamente um processo mais rico de interação do que sempre tenha ocorrido desde que existe a licenciatura ou desde que ela se tornou uma coisa importante, então esse processo vai ser muito interessante e muito criativo porque vai obrigar a Educação e as unidades a estabelecer um diálogo mais verdadeiro e não uniformizado e segmentado como era antes porque essa história de “ah um conhecimento sobre o ensino e sobre a didática ou sobre Pedagogia, fixo e congelado independente do conhecimento concreto e real das coisas vai ter que ser reelaborado e repensado dentro da Faculdade de Educação e nós temos que pensar mais seriamente em como articular o conhecimento formal sobre o processo de educação e ensino e aprendizagem e o nosso conteúdo e isso vai acontecer em cada uma das interfaces que a Educação estabeleceu ou vai estabelecer com as unidades, vamos ver como esta dinâmica vai ocorrer esse é o grande mistério, ver se vai fragmentar mesmo, se vai perder o controle, se vai ser uma confusão como em certo momento a Educação começou a pensar e até sugeriu que a gente tivesse caminhando para a privatização, para a destruição da licenciatura como uma instituição e a aposta nossa era de que a gente efetivamente iria realmente assumir a licenciatura como um problema e como uma solução para problemas estruturais da sociedade e assim por diante, então a gente está apostando que vai ser um processo criativo, os professores que estão na nossa comissão são extremamente favoráveis e receptivos ao nosso recente interesse pela licenciatura e reagiram muito bem</p>
C10	<p>O impacto mais importante e que é positivo é que o ensino de graduação saiu do limbo, seja porque os coordenadores assumiram a graduação, houve uma revalorização da licenciatura. A licenciatura como um problema político mesmo, em primeira instância acabou abrindo espaço</p>

	<p>para revalorização do ensino de graduação em geral e a licenciatura especificamente, hoje em dia há um foco de preocupação muito maior com a licenciatura. A licenciatura, o ensino de graduação era secundário em relação a pesquisa, digamos a pós-graduação e a licenciatura era secundária em relação ao ensino de graduação interno, então a licenciatura era assim realmente o fim da linha, só ia para uma licenciatura quem tava desesperado por trabalho, emprego, para dar aula apenas para esperar a sua chance de entrar na pós-graduação e virar professor. Hoje em dia essa expectativa acabou, não tem mais essa expectativa de que todo mundo que vai entrar na pós vai conseguir emprego, então já acabou essa ilusão de que não tem outra saída do que ir para pós-graduação e virar professor, essa não é uma realidade, quer dizer, emprego não é uma realidade mais em termos de valorização da educação. A educação já foi relativamente mais valorizada em nível secundário e isso está se refletindo numa revalorização da graduação e por consequência numa revalorização da licenciatura e espero que esse movimento e essa revalorização continue</p>
C11	<p>Eu acho que diminuiu um pouco a burocracia uma vez que agora os alunos estão sob a responsabilidade de uma única unidade de ensino porque quando a responsabilidade era da Faculdade de Educação, como os alunos faziam aqui o bacharelado e completavam a coisa lá na Faculdade de Educação, eles eram nossos e da Faculdade de Educação. E as coisas nos escapavam e agora sendo só aqui parece que ficou mais racional.</p>

Com a reformulação curricular dos cursos de formação de professores e do deslocamento da responsabilidade acadêmica de tais cursos ocorreram muitas mudanças e impactos em todas as unidades envolvidas com a formação de professores. Tanto na Faculdade de Educação como nos institutos aconteceram mudanças e embates internos, os quais levaram os professores a pensar e discutir, de fato, o que é formar professor e nenhum instituto tinha a unanimidade de professores favoráveis a assumir a responsabilidade. Enquanto a Faculdade de Educação precisava pensar e articular para não perder totalmente a responsabilidade sobre os cursos de licenciatura os institutos/faculdades precisavam pensar, o que era de fato, ter a responsabilidade.

Um dos impactos importantes foi que cada unidade foi obrigada a conhecer-se mais e a conhecer melhor as outras unidades. Os institutos ficaram curiosos em conhecer mais a Faculdade de Educação e ela mesma precisou fazer uma reflexão e tentar dimensionar qual era a sua real potencialidade.

Percebemos também que a universidade, com a nova organização regimental, responsabiliza as faculdades/institutos pelos cursos de formação de professores, fato esse que não estava presente no regimento anterior quando os institutos pensavam que formar professor era “coisa” da Faculdade de Educação e dessa maneira a universidade diminui a burocracia permitindo assim uma inter-relação maior entre as unidades, e principalmente, entre a Faculdade de Educação e os institutos/faculdades.

Portanto, os impactos e mudanças da reformulação curricular ainda estão por ser devidamente dimensionados e avaliados. Alguns dos seus efeitos sobre a organização do trabalho já são visíveis, outros deverão se manifestar com maior nitidez em futuro próximo.

## **12- ESTE PROCESSO DE MODIFICAÇÃO DE RESPONSABILIDADES TEM SUA MOTIVAÇÃO EM UMA INSATISFAÇÃO COM O TRABALHO QUE A**

**FACULDADE DE EDUCAÇÃO VINHA DESENVOLVENDO COM OS INSTITUTOS E FACULDADES?\***

C3	“havia também uma preocupação que era uma certa... um desconforto, um descontentamento muito grande da maneira como as disciplinas eram abordadas, eram trabalhadas com recursos pedagógicos dos cursos”
C3	“os cursos que ficaram aqui conosco nessa parceria são os cursos que entendiam que era impossível fazer a formação de professores sem a Faculdade de Educação. E agora essa frase está presente em quase todos os projetos, mesmo o IFCH, o IEL também colocam que é impossível fazer a formação de professor sem a Faculdade de Educação, só que o que eles entendem é “nós precisamos de vocês, mas não são vocês que vão mandar”, era um pouco isso.”
C4	Eu acho que essa modificação de responsabilidade não tem a ver com a insatisfação com o trabalho que vinha sendo feito. Tudo mundo sempre mete a boca no trabalho dos outros institutos, e isso é normal, o pessoal da (curso/unidade) acha que o pessoal de Artes não dá Artes direito e provavelmente o pessoal da educação ache que a gente não trabalhe os conceitos de forma adequada, todo mundo acha que o pessoal da educação não atuando como devia... desisti... sempre se fala do trabalho alheio, mas isso aí é relevante porque ninguém ia se mexer para fazer qualquer coisa por causa disso. Se ia continuar fazendo discussões, fazendo acertos, melhorando e se tem um mal há solicitação disso ou de se mudar a forma de trabalho, nesse ponto o papel LDB é fundamental para rever tudo isso, no fundo foram as diretrizes curriculares que geraram esse processo de discussão, mas o que eu acho que causou exatamente essa modificação de responsabilidades foi uma atitude errada na condição de uma boa idéia que era o planinfo.
C9	Sim. De certo modo a gente pode dizer que sim. Isso inclusive foi assim... um objeto de manifestação dos novos alunos também e agora é bom que se entenda em que consistem essas insatisfações, em que elas se expressam. Elas se configuram do seguinte modo, não é um juízo a respeito intrinsecamente do que é feito na Faculdade de Educação, não é dizer assim: “Bom, o que vocês estão fazendo está ruim”, não é isso. O que na verdade essa insatisfação expressa é o que está sendo feito em termos de disciplinas pedagógicas não está adequado com ao perfil de licenciados que nós queremos formar, é basicamente essa a idéia, quer dizer, as coisas não se casavam, assim... o estágio como inserção do ambiente escolar, as disciplinas de Estrutura e Funcionamento do Ensino Médio, a Psicologia do adolescente, essas coisas todas das disciplinas do Departamento de Metodologia e Didática, elas eram dadas às vezes... por exemplo, uma mesma disciplina para uma turma que era mesclada com alunos da Biologia, Física, Química, História e isso, na nossa avaliação, não funcionava essa composição heterogênea de uma turma. Eu acho que ela funciona bem em alguns contextos, por exemplo, se vai pensar o currículo do ensino médio como um todo e a integração das disciplinas que formam esse currículo e até mesmo a integração das maneiras de atuar num contexto específico de uma escola e eu acho que numa escola é bom que os professores de Biologia se comuniquem entre si, se comuniquem com os professores de Filosofia, com os professores de português e assim por diante, mas eu creio que essa composição heterogênea das turmas não deveria de ser a regra e acabava sendo, mas

	mesmo quando a composição das turmas não era heterogênea havia uma certa percepção de falta, de integração entre o que era dado em uma disciplina pedagógica da Faculdade de Educação e o que era dado no curso específico. O que acontece, digamos assim de passagem, em alguns casos não é nem culpa da Faculdade de Educação e nem culpa dos institutos, é simplesmente uma certa configuração institucional que não permitia ou, não é que não permitia, mas que talvez não fomentava da maneira mais adequada, uma comissão entre essas duas dimensões de formação e eu creio que agora está sendo melhor resolvido isso.
C11	Era época de se readequar às licenciaturas para se adaptar às novas diretrizes curriculares e a Faculdade de Educação estava enrolando bastante. Houve uma insatisfação.

Foi possível perceber durante a pesquisa, não somente nas falas aqui citadas, mas na pesquisa em geral, que o processo de modificação da responsabilidade acadêmica não aconteceu por insatisfação com o trabalho que a Faculdade de Educação vinha apresentando e mesmo aparecendo falas a respeito da insatisfação com a maneira de organização das disciplinas pedagógicas é importante lembrar que, como já dissemos nos itens anteriores, foram muitos os fatores como: falta de inter-relação entre as unidades, interesse político pelo poder, medo ou impressão de que a Faculdade de Educação estava tornando-se autoritária com a exposição do Planinfo, etc.

**13- EM SUA OPINIÃO, QUAIS PROBLEMAS DAS LICENCIATURAS PODERÃO ESTAR SENDO MELHOR ENCAMINHADOS OU RESOLVIDOS COM A NOVA FORMA DE ORGANIZAR AS LICENCIATURAS?\***

C9	Eu creio que de fato o que pode estar sendo melhor resolvido é exatamente, digamos assim, uma formação do licenciado. Eu creio que basicamente é isso porque anteriormente era um pouco mal resolvida essa questão do conteúdo e da formação pedagógica. Ficava um pouco uma licenciatura do 3+1, uma espécie de dicotomia entre duas coisas que não se comunicavam e o objetivo dessa reformulação é fazer com que isso se comunique de uma maneira melhor.
----	--

**14- COMO VOCÊ VÊ A “HISTÓRIA” DE QUE O PLANINFO FOI IMPLANTADO COM UMA IMPOSIÇÃO POR PARTE DA FE?\***

C1	“O Planinfo aparece como uma necessidade da Faculdade de Educação, num seminário, que a Faculdade organizou para discutir avaliação da gestão, promovido pela direção da faculdade e o grupo de trabalho de graduação disse: “Bom nós temos que montar um plano que seja um plano da Faculdade”. E esse plano não foi elaborado. Demorou uns seis meses, um tempo, sem nenhum diálogo com os institutos. Quando ele apareceu para os institutos, estes estavam também se organizando de alguma outra maneira. Foi visto como uma imposição porque apareceu mesmo, possivelmente como uma imposição, mas ele foi uma iniciativa de começar um diálogo.”
C2	esse significado não é inerente ao Planinfo como proposta, mas ele foi posto para o Planinfo por conta das dificuldades que cada unidade teve de

	se olhar e de se ver a partir do que o Planinfo indicava. As unidades, elas se olham e se consideram a partir do que elas já são no tempo. E o Planinfo apontava uma outra possibilidade. E as unidades até aceitam se olhar, se ver, se rever, se transformar, mas a partir de uma história que já vem sendo construída internamente, de alguma coisa que já é muito familiar a ela mesma, não desloca muitas coisas.
C2	“O Planinfo tentava assegurar uma construção curricular que fosse possível de ser compartilhada por todos os cursos de formação de professores.”
C2	“O Planinfo propunha uma distribuição do conjunto de conhecimentos na área específica, no campo da educação. Um percurso curricular que pudesse constar, digamos assim, que pudesse... um esqueleto que pudesse ser preenchido por todo e qualquer curso de licenciatura aqui dentro. Hoje eu acho que a forma encontrada pelas unidades para resistir a isso foi o significado de que era aquilo era uma imposição. Não era uma imposição. Era uma visão da Faculdade de Educação, era uma alternativa que a Faculdade de Educação via para as licenciaturas, para os currículos das licenciaturas e que as unidades, muitas delas, porque algumas até fizeram, não conseguiram colocar no âmbito de cada unidade aquela proposta em discussão e hoje eu até entendo um pouco melhor porque a forma de se defender dessa dificuldade é dizer que é uma imposição e eu não posso aceitar imposição.”
C3	“Quando o Planinfo foi pensado, há três anos nós éramos doze docentes, nós até fizemos um retiro em um hotel aí para discutir, e na verdade houve um equívoco porque ele era só um plano que nós iríamos apresentar previamente para a Faculdade de Educação para que todos contribuíssem, então doze pessoas sentaram e escreveram, nós iríamos abrir para ver as outras contribuições para daí reescrevermos e abrir para o mundo e houve um atropelo e a coisa foi aberta antes de ter colocado todas as contribuições e aí quando nós reformulamos... e aí algumas pessoas entenderam aquilo como um processo que estava vindo de cima para baixo, completamente antidemocrático, esse tipo de coisa. No entanto quando a gente vê as discussões que foram feitas, as reuniões que foram chamadas e abertas, foram várias reuniões abertas, foram várias no salão nobre, nós chamávamos e tinham mais professores de fora do que da Faculdade de Educação. Então isso é uma coisa que tranquilamente eu posso dizer e podem falar o quanto quiser, foi aberto sim, a gente tem as atas, o registro de presença das reuniões e as convocatórias, então sempre foi um processo extremamente aberto, talvez a gente não tenha sido feliz no momento de encaminhar o documento e não ter ficado tão claro que era um documento prévio para contribuições e aí como a gente reformulou e lançou de novo, aí teve mais gente brigando.”
C3	“Uma coisa que a gente tentou quebrar ao criar o Planinfo, era vincular mais as pesquisas também na questão da graduação e eu acho que não foi tão bem visto assim ou não foi uma preocupação no momento porque eu não sinto que isso foi uma coisa que acabou sendo encampada, mas a idéia era essa começa a quebrar paredes, quebrar paredes entre pedagogia e licenciatura, quebrar paredes entre a pós e a graduação, entre se ter pesquisas e ter aula.”
C4	Era uma proposta nova ou uma proposta... o problema é que ela foi extremamente mal conduzida politicamente, ela foi conduzida de uma maneira assim com muito sarcasmo e isso aumentou muito a indisposição

	das pessoas em relação à Faculdade de Educação.
C4	Se você for ver essas parcerias que são propostas hoje de co-responsabilidade ou coisa assim elas são muito parecidas com o que era o Planinfo, mas com uma roupagem diferente, se tirar a retórica do Planinfo é a mesma coisa.
C4	eu acho que causou exatamente essa modificação de responsabilidades foi uma atitude errada na condição de uma boa idéia que era o Planinfo.
C4	Na verdade o que ouvi dizer do planinfo é que o planinfo tinha duas versões. Tinha uma versão que era só o caráter geral e tinha uma versão mais dura que era uma versão mais dura, mais aprofundada. E aí quando foram distribuir um grupo mais duro que achou que a faculdade estava perdendo o poder resolveu encaixar a segunda parte do documento no documento oficial. Alguém da época e com muito poder e que queria o confronto e que achou que ganharia no confronto, vazou o documento. Eu sei que o documento tinha duas partes. Ele é bem curioso porque tem uma primeira parte e uma segunda parte que são descolados. Foi a segunda parte que foi totalmente totalitária.
C5	A Coordenação de Licenciatura dizia assim para os membros externos “olha, nós estamos preparando um projeto. Ainda não está na hora de mostrar. Vai chegar a hora de mostrar. Vamos mostrar, sei lá... no mês de maio. Ainda não está pronto para mostrar” quer dizer do meu ponto de vista o Planinfo sofreu todo o ataque que ele sofreu porque ele foi um projeto endógeno. Ele foi um projeto que aconteceu dentro da FE para ser “mostrado” para os outros. ___ Foi imposto? ___ Infelizmente. É terrível falar isso Aurora ,mas a leitura da Universidade foi essa.
C5	O dia que o Planinfo foi mostrado na CCG foi 4 de julho de 2003. Foi aí que os institutos se fortaleceram no movimento de querer a função da responsabilidade dos cursos. Por que? Olha só! No caso das ciências humanas: História, Filosofia, Letras... o próprio campo das Artes. Os bacharelados deles, vamos dizer assim, a palavra não é muito adequada, mas assim... são muito fracos em termos de procura de alunos. Os bacharelados deles têm pouca procura, pouca vida. Do que esses institutos se alimentam e se alimentavam dos alunos de licenciatura. Então aqui, juntaram duas coisas: a vontade de tirar o poder da FE e também a vontade de investir em um tipo de curso que dentro dos institutos era o único tipo de curso possível de sobreviver. Que é o caso da Filosofia, por exemplo, quem é que se forma bacharel em Filosofia. É o caso da História porque 100% dos alunos que fazem bacharelado em História fazem licenciatura em História.
C6	E aí nós começamos a fazer uma discussão interna desde o seminário, foi constituído um grupo que era formado pelas comissões de graduação mais professores que tinham um forte presença nessa discussão e escrevemos um documento norteador que foi chamado de PLANINFO. Esse documento norteador, eu entendo que ele teve um... ele foi um dos contribuidores para que o conflito tenha se mostrado mais acirrado nas mudanças das licenciaturas. Não por causa da qualidade do documento do que ele expressa, porque o que ele expressa também são posições que não são fechadas. O que ele expressa é assim uma clareza com relação à necessidade de uma concepção de formação de professores que seja abrangente que entende que a licenciatura não tem mais que ser identificada como uma licença docente, mas como um curso de formação. Que os campos de contribuição para a formação do professor, no caso da

	<p>Faculdade de Educação deveriam estar relacionados aos distintos campos de pesquisa que aqui se desenvolvem. Entendemos que todas as áreas de pesquisa que tem aqui deveria ter alguma expressão curricular e não como disciplina obrigatória. Então tem uma lista lá de saberes que a gente considerava que era importante para a formação de professores e essa lista inclusive não é uma lista coesa. É uma lista que mostra as contradições da produção acadêmica daqui da Faculdade. E considerávamos que era importante fazer com essa discussão buscando uma outra articulação com as faculdades e institutos.</p>
C6	<p>O Planinfo foi estrategicamente... eu acho que ele foi equivocadamente exposto para os institutos. Nós tínhamos combinado na reunião do grupo gestor do Planinfo, nós que escrevemos, que nós íamos passar para a discussão primeiro os 14 princípios, os 14 pontos norteadores da questão e depois o documento. Porque aquele documento na verdade, ele saiu em versão, como uma primeira versão para discussão, sem que ele tivesse sido perfeitamente ajustado por toda a comissão. Bom, mas aí a coordenadora associada da licenciatura, na época a Ana Aragão expôs o documento para a discussão ampla e esse documento foi para os institutos e aí é que começou a... Também porque esse documento... eu acho que ele tem mesmo um conjunto de verbos. Esse documento ele pode ser criticado como todo documento. Ele aparece como uma imposição também pela própria constituição textual. Agora ele é um documento escrito a muitas mãos, então ele é um pouco imperativo mesmo, tem uns verbos no infinitivo que são muito ordenadores. Ele utiliza um vocabulário que é bastante da característica da prescrição e eu olho esse documento hoje com uma certa crítica... Acho que a nossa discussão ela foi um pouco atropelada porque ao passar diretamente para os institutos...</p>
C7	<p>Com relação ao Planinfo... eu acho que ele foi implantado como uma imposição. Eu acho que o encaminhamento do Planinfo naqueles quatro módulos do GT, me parece que algumas unidades se adequaram à ele, mas o Planinfo ele detonou a discussão na universidade sobre as licenciaturas. Eu percebi na época uma grande insatisfação em alguns cursos e alguns até se movimentaram politicamente e daí do Planinfo gerou uma nova concepção de aproximação curricular entre... da concepção curricular da Faculdade de Educação junto com os institutos e faculdades. Agora eu não sei... eu não tenho uma sensação de imposição. Eu tenho a sensação de que o momento político não permitiu a implantação do Planinfo e não sei se não houve uma percepção disso e isso acabou desviabilizando o Planinfo e no fim nós acabamos não estudando o Planinfo na universidade como talvez a própria Faculdade de Educação tenha proposto porque isso foi deixado de lado e foi se constituindo uma nova forma de concepção curricular. Então não sei no interior da Faculdade de Educação qual é a visão dos núcleos diferentes, das pessoas que pesquisam o assunto, mas alguns sem dúvida da Subcomissão de formação entenderam como imposição e eu digo que eu não entendi como imposição e sim como uma proposta que deveria ser avaliada e depois a universidade achou... essa Subcomissão achou por bem não adotar o Planinfo como padrão em todas as escolas.</p>
C7	<p>o documento Planinfo, O conteúdo dele. Eu achava bom. Eu também entendia como um documento inicial para a discussão. Agora eu confesso que nós fizemos uma leitura inicial do Planinfo e eu depois não aprofundei a leitura. Eu trouxe para minha unidade, discutimos o Planinfo</p>

	até escrevi também um artigo mencionando o Planinfo, aqueles quatro aspectos do Planinfo, aqueles quatro pontos, aquela cadeia que o Planinfo sugeria de estrutura curricular e de uma certa forma eu acho que quando ele... ele acabou não sendo aproveitado as pessoas engavetaram e não discutiram mais.
C7	Mas de fato eu reconheço que algumas pessoas comentaram que foi uma imposição e isso talvez tenha gerado algumas mudanças até no próprio regimento da universidade, com essa quebra da oposição e da hegemonia em algum momento. Porque talvez tivesse em jogo um poder, uma vontade dos institutos, um interesse por uma mudança de comportamento que isso acabou acontecendo.
C7	O Planinfo me parece que ele dava uma noção para alguns coordenadores e talvez até seja real de um engessamento da questão no interior dos currículos porque você teria que compor aquilo, era uma relação bastante parecida com o que acontecia antes uma carga de EL para cumprir e isso de fato gerou uma inquietação na universidade.
C8	Ele foi entendido do seguinte modo... é... como um plano elaborado pela Faculdade de Educação. então foi uma discussão interna da Faculdade de Educação e não houve nenhuma participação dos institutos na elaboração dele. Eu acho que esse foi o motivo principal da insatisfação sobre o Planinfo. A FE como única responsável pelas licenciaturas não compartilhou com os institutos a reflexão sobre a reforma e a elaboração do Planinfo, ele foi apresentado pronto. Não foi uma imposição porque ele não foi posto. A gente recomeçou a discussão. Se tivesse sido imposto não teria tido uma discussão, mas houve uma reação e ele não foi imposto. Não acho que tenha sido propósito da Faculdade de Educação fazer nenhuma imposição, mas o processo de elaboração do Planinfo foi fechado.
C8	Nós quisemos um plano diferente de formação de professores e os institutos quiseram participar de todas as etapas de elaboração desse plano. Eu acho que os resultados que chegamos forma frutos de participação coletiva e de colaboração de todos os institutos com a Faculdade de Educação.
C9	Uma das razões também que motivou a alteração, e a gente não pode esquecer disso, foi o Planinfo. O Planinfo ele assustou porque, as pessoas envolvidas no processo, a Márcia Strazzacappa foi quem mais enfatizou isso, embora eles dissessem que o Planinfo era o primeiro esboço para a discussão e que a discussão estava aberta. Ele assustou muito pelo perfil de curso que ele propôs e pela distribuição da carga pedagógica que é bastante desigual em relação ao que se tinha antes e ao que se tem hoje, as disciplinas de caráter estritamente pedagógicos no projeto inicial tinha por volta de... representava por volta de 40% do currículo, das disciplinas em geral, da Química, da Física, Letras, etc e isso não representava em diminuição das disciplinas específicas como a gente chama, mas significava um aumento muito grande das disciplinas pedagógicas e a distribuição percentual também alterava bastante.
C10	a concepção inicial do nosso movimento era primeiro uma reação a iniciativa da Faculdade de Educação de formular um projeto de licenciatura que por mais que tenha sido aparentemente discutido na verdade não envolveu, essa discussão não envolveu fortemente as unidades, as outras unidades de fora. Então apareceu para as unidades, e quando isso aconteceu, o Planinfo apareceu como uma certa intromissão

	exagerada de uma coisa que era considerada isolada da nossa vida acadêmica nas unidades, uma intromissão na vida acadêmica porque como aumentou muito a carga a educação tinha que preencher isso com algum tipo de atividade e ela o fez com as suas concepções e com a sua estrutura, então se considerou isso como uma espécie de assalto, de uma intromissão na nossa esfera de competência apesar de que na verdade o Planinfo estava simplesmente reproduzindo o mesmo modelo isolado e autônomo de licenciatura em relação às unidades.
C10	houve uma reação grande de que havendo um aumento da carga horária e um aumento da carga concentrado nas disciplinas de Educação haveria “uma invasão” do espaço próprio das unidades pela Faculdade de Educação. Essa é uma reação política e a concepção vem em função disso, a concepção de uma maior articulação entre ensino e docência e o papel da licenciatura nessa intermediação ficou mais claro, em consideração com as unidades e principalmente pela nossa congregação.

O Planinfo foi um plano, uma proposta curricular, uma alternativa que a Faculdade de Educação via para a licenciatura. Um plano que a Faculdade de Educação elaborou com um grupo de doze docentes, mas sem a participação dos representantes das congregações dos institutos/faculdades envolvidos com a formação de professores. Quando o plano foi apresentado para as unidades houve uma certa rejeição porque o plano subtendia uma imposição por parte da Faculdade de Educação, que por sua vez também estava sendo entendida pelas unidades como autoritária e com uma hegemonia de poder em demasia.

O Planinfo era composto de duas partes<sup>40</sup> e a intenção era enviar apenas a primeira e só depois das primeiras discussões apresentar a segunda parte, mas as duas partes foram enviadas juntas às unidades, e na pesquisa não conseguimos muitas explicações dos sujeitos entrevistados.

Os institutos, primeiramente da área de humanas, e posteriormente outros, enviaram reivindicação ao CONSU pedindo a responsabilidade acadêmica sobre seus cursos de formação de professores. Os institutos que já queriam, anteriormente à exposição do Planinfo, a responsabilidade sobre seus cursos aproveitaram a rejeição do Planinfo para deflagrar a mudança de responsabilidade. O CONSU, por sua vez, com a deliberação A-36 deu autonomia para que os institutos que assim preferissem pudessem ter a responsabilidade acadêmica sobre os cursos, mas em parceria acadêmica com a Faculdade de Educação.

Assim, o documento Planinfo foi deixado de lado sem até mesmo ser estudado profundamente e a partir disso cada unidade começou a reestruturação curricular de seu curso de licenciatura com a participação de representantes da Faculdade de Educação nas suas congregações e discussões dos projetos na Subcomissão Permanente de Formação de Professores, alocada na CCG.

Dessa maneira, os institutos/faculdades acharam que ficou melhor resolvida essa questão das licenciaturas. Observando os depoimentos em geral, é possível perceber um contentamento, uma satisfação por parte das unidades sobre o processo como um todo. Será possível observar esse fator no item 18 que é pertinente a criação da Subcomissão Permanente de Formação de Professores, instância muito importante nas discussões no processo de reformulação.

## **15 - POR QUE O FÓRUM DE FORMAÇÃO FOI EXTINTO? O FÓRUM DE FORMAÇÃO AINDA EXISTE? SENTI QUE FOI EXTINTO OU ESQUECIDO DEVIDO A SUA FALTA DE ATUALIZAÇÃO ON LINE. \***

<sup>40</sup> O documento Planinfo, composto de duas versões, está em anexo IV desse trabalho.

C1	“Ele foi desativado com a constituição da Comissão que elaborou o Planinfo. O Fórum durou um ano. Foram quatro reuniões. Pouca coisa.”
C1	E nós, no Fórum de Formação da Faculdade, nós passamos um ano discutindo com todos os institutos a possibilidade de que aquele projeto de licenciatura pudesse ter a relações com os diferentes cursos.
C2	“O fórum foi atropelado pelos acontecimentos todos que culminaram na mudança de regimento. Eu acho que foi atropelado e descaracterizado como lugar de discussão porque, um pouco por conta da dinâmica que eu falei, a gente cria comissão e pluft... acaba. O Fórum de Formação parou, o Fórum do grupo de pesquisa também tinha parado e agora que foi recuperado, nós tivemos duas ou três reuniões. Ele se extingue da mesma maneira que se extinguem outros processos que geram a criação de fórum ou comissões.”
C2	“O Fórum nosso hoje eu diria que é a CL, porque ele foi criado, porque ele se criou como um fórum outro que não a própria comissão de licenciatura em que havia representação de todas as unidades que tem licenciatura e de todos os departamentos, porque que precisou criar um outro fórum. Eu acho que porque a CL ela vai sofrendo um pouco razões de descrédito, de desqualificação ou coisa assim. Então se cria outro fórum no sentido de estar atraindo para ele outras pessoas que possam dar vida aquela discussão porque aquelas pessoas que compõem a CL não estão conseguindo fazer esse movimento. Hoje o que a gente tem é uma outra CL, uma nova composição por conta do regimento novo da Faculdade de Educação que no meu entendimento ela vem alternando momentos de muita eficiência, de muita produtividade e muita força e momentos de enfraquecimento , mas ela vem sobretudo no que diz respeito à reformulação, ela vem atuando fortemente , na discussão dos programas, na emissão de pareceres, na estruturação da representação externa. E para mim, tirando esse lugar que é a CL que funciona como um fórum para as questões da licenciatura e para outras questões todas também, eu acho que nós temos a Subcomissão como um outro Fórum, agora não mais no interior da Faculdade de Educação mas no interior da Universidade que procura articular, coordenar, atrair e por em perspectiva o trabalho com as licenciaturas. A Subcomissão eu acho que é hoje talvez, com outro nome, o lugar político para discutir a formação dos professores.”
C3	“Nas primeiras reuniões tinham muitas pessoas, eu não lembro quanto e nem sei quantas pessoas cabem no salão nobre, mas tinha uma boa metade do salão nobre. Depois foi diminuindo a tal ponto que a gente foi fazer numa sala de aula porque não precisava ser no salão nobre, foi diminuindo e usamos a sala LL da Faculdade de Educação. E por que? Porque de certa forma as pessoas acabavam acompanhando a discussão porque a preocupação era só ver quem fica, quem vai, qual instituto que participa, qual está fora, se tal disciplina vai ou... e tal, parecem que as pessoas perderam os interesses como se a discussão fosse mais uma questão pragmática, dois pra lá e dois pra cá, do que uma questão de fundo para que se dança, era mais... para algumas pessoas...”
C3	“Eu espero que com o tempo... com o distanciamento histórico... com o andar da carruagem que as pessoas entendam que foi para melhor porque agora ninguém pode dizer que a faculdade de educação não é democrática, que a Faculdade de Educação impõe. (relacionando ao Fórum)”
C4	Eu me lembro, mas eu acho que eu fui e não tenho certeza. Em alguma reunião eu devo ter ido, mas não consigo lembrar. Mas na verdade acho que você deveria ver quem estava tendo seus interesses prejudicados com as

	discussões do Fórum e para que linha ela estava indo. Se você entender para que linha estava indo as discussões do Fórum e você vai ver que provavelmente ela ia pra uma linha ou algum ponto..
C7	Existe um fórum de discussão importante que é a Subcomissão Permanente de Formação de Professores que está debatendo essa questão.
C9	Eu creio que no momento que esses currículos forem realmente implementados essa Subcomissão será um fórum importante além das comissões de graduação de cada curso para avaliar o que realmente está acontecendo na implementação dos projetos porque uma coisa é avaliar projeto, no papel está tudo bonito, o programa de currículo aparentemente está tudo casado e está funcionando bem ou pelo menos é um prospecto de que vai funcionar bem, mas outra coisa é como que está sendo implementado cada projeto.

Durante a pesquisa procuramos saber sobre o **Fórum de Formação**, nome designado para o fórum sobre a formação dos professores da UNICAMP, com o intuito de reunir no âmbito da instituição de ensino superior os diferentes sujeitos e entidades envolvidas na formação e profissionalização docente, era um espaço importante da articulação política e pedagógica, visando a construir alternativas e auxiliar na transformação qualitativa dos seus cursos de licenciatura.

A criação do Fórum ocorreu em março de 2002, como iniciativa para apontar caminhos para superar a situação atual dos cursos de formação de professores até então vigente na Universidade Estadual de Campinas e com a necessidade de compreender o contexto político em que as reformas dos cursos de formação de professores estavam acontecendo. Dessa forma a reforma curricular seria um caminho para solucionar os problemas enfrentados pelos Institutos que possuíam cursos de licenciaturas.

A criação desse fórum era um pouco tardia em relação a outras universidades brasileiras<sup>41</sup> e se extinguiu de maneira muito rápida, foram apenas quatro reuniões e ele se descaracterizou com a composição da comissão que elaborou o Planinfo.

Hoje, para os sujeitos C2, C7, C9 a Subcomissão Permanente de Formação de Professores é o atual fórum de discussão dos cursos de formação de professores dentro da Unicamp.

## 16 – ESTÁGIOS\*

- AS LICENCIATURAS DA UNICAMP TERÃO PROJETOS DE ESTÁGIOS INTEGRADOS DA UNICAMP COM AS SECRETARIAS DE EDUCAÇÃO (ESTADUAL E MUNICIPAL)?
- OS ESTÁGIOS TERÃO DE SER FEITOS EM ESCOLAS QUE SEJAM CONVENIADAS À UNICAMP E AO SAE. ESSES CONVÊNIOS JÁ FORAM FEITOS? FORAM USADOS ALGUNS CRITÉRIOS QUE CONTROLASSEM O NÚMERO DE ESTAGIÁRIOS DENTRO DE UMA MESMA ESCOLA OU QUE GARANTISSEM UMA MELHOR DISTRIBUIÇÃO DOS ESTAGIÁRIOS POR TODA CAMPINAS, POR EXEMPLO, GARANTINDO AOS BAIRROS MAIS AFASTADOS O BENEFÍCIO DE TER UM ESTAGIÁRIO?

<sup>41</sup> MARQUES, Carlos Alberto. PEREIRA, Júlio Emilio Diniz. Fóruns das licenciaturas em universidades brasileiras: construindo alternativas para a formação inicial de professores. Educação e sociedade, ano XXIII, nº. 78, Abril/2002, p. 181.

○ JÁ FICOU DEFINIDO SE O SAE VAI ELABORAR CERTIFICADOS DE ESTÁGIOS PARA OS ALUNOS, UMA VEZ QUE É O ÓRGÃO RESPONSÁVEL PELOS ESTÁGIOS?

○ SOBRE A COBRANÇA DE TAXAS PARA A PRÁTICA DE ESTÁGIOS A DELIBERAÇÃO CAD-A-6, DE 17-6-2003, FIXA VALORES PARA A COBRANÇA DE TAXAS EM CONVÊNIOS QUE TENHAM COMO FINALIDADE A REALIZAÇÃO DE ESTÁGIOS POR ALUNOS DOS CURSOS DE GRADUAÇÃO, A SEREM COBRADAS EXCLUSIVAMENTE DAS ORGANIZAÇÕES CONCEDENTES. NO CASO DOS CURSOS DE LICENCIATURA TAMBÉM HAVERÁ ESSA COBRANÇA DE TAXA?

C1	“ As representantes das supervisoras que vieram (referente à reunião da Secretaria Municipal com a FE) estão colocando isso como condição porque tem escolas que estão lotadas de estagiários e não só da Unicamp, tem da UNIP e da PUC e que só vão para determinados lugares, inclusive nossos alunos não conseguem ir. Então isso é uma condição.”
C1	“ Mas não só a Secretaria de Educação, mas também com a Secretaria da Cultura, do Bem Estar Social, Cidadania. Nós vamos fazer com várias outras porque não são só estágios escolares.”
C1	“nós temos o mapeamento dos campos de estágios, das escolas que nossos alunos já fizeram estágios. E nós temos uma lista de mais de 40 escolas que eles já fizeram. Então não há uma concentração deles em determinado lugar. Sei das áreas com as licenciaturas integradas, História, Ciências Súcias, Biologia e Letras e às vezes Química e também Geografia e daí eu não sei de outras áreas se estão mandando para escolas específicas, mas não é tão verdadeira que há essa concentração de estagiários nossos. Nós temos gente espalhada não só por Campinas, mas também pelas cidades vizinhas. Já tive ocasião que eram 42 escolas diferentes que os alunos iam em um semestre, fazendo estágios em duplas ou trios. E é um número imenso de estagiários, nê! Entre turmas da manhã, da tarde e da noite. Então esse negócio de que eles estão concentrados em determinadas escolas é muito relativo. As escolas afastadas, em bairros de periferia, quase não recebem estagiários, é verdade, mas a noite principalmente os alunos tem muitas dificuldades porque a realidade deles...”
C1	Você vê que são... é um povo que vêm de ônibus, que vem de perua, que vêm de outra cidade. Sabe, não tem como... como é que sai daqui e vai para uma escola longe... está vindo de outra cidade. Tem que pensar também num esquema de estágio que tenha deslocamento, transporte, auxílio refeição... porque senão quem é que vai para um lugar longe para caramba, à noite... sem conhecer a cidade e aí fica meio complicado, nê!
C2	“a Universidade está firmando convênios com... não só com as escolas do município e da região, mas com todos os outros equipamentos educativos que permitam a realização dos nossos trabalhos: museu, biblioteca,. Nós temos aqui em Campinas vários equipamentos em condições muitas vezes até precárias que se beneficiariam muito com o nosso trabalho.”
C2	A DRE regional vem solicitar, vêm dizer para nós que a possibilidade de estágios se dão no interior dos projetos em andamento nas escolas. Agora tudo isso se encontram, digamos assim, se confrontam com aquilo que nós estávamos semestre a semestre desenvolvendo nos projetos de

	estágios com nossos alunos, com nossos estudantes, sem conhecimento muitas vezes, de todos esses projetos e de programas. Aliás sem conhecimento mesmo porque eu me surpreendi com a quantidade de projetos, programas, um monte de coisa. E agora nós vamos precisar de um momento que seja invertido. As direções das DREs e a SME ter que nos escutar e tentar compreender como é que temos organizado o nosso trabalho para os estudantes quando eles vão para as escolas. Porque de uma forma ou de outra nós não interrompemos o trabalho com os estágios, eles vêm acontecendo e em muitas escolas os meninos até ingressam para o trabalho no interior desses projetos e ajudam os professores e participam com eles e muitas vezes não porque a própria escola não se apropria desses projetos que caminha ao lado deles porque precisam resolver outros problemas e aí que é nisso que o aluno se engancha
C2	“Na rede estadual que a gente verifica hoje, pela fala das diretoras e que trabalham nas DREs. Nós não nos reunimos com diretoras de escolas, e nem representantes de equipes de pais e alunos. Eu acredito que se a gente chamasse para a discussão esses certamente eles nos contariam de algumas necessidades das quais a Secretaria de Educação nem olha. Eles pediriam a nossa ajuda para isso.”
C2	A perspectiva é de uma aproximação do estagiário com a escola, de uma negociação com os profissionais da escola e sob a possibilidade de algum trabalho no período em que durar os estágios.
C2	“Se o aluno morar numa cidade e quiser fazer estágio ele... muitas vezes eles querem porque vão se formar e vão voltar para a sua cidade e muitas vezes eles tem a vontade de ser professor numa escola da própria cidade e/ou a mesma escola onde passou como aluno. Hoje numa disciplina de estágios há vários alunos que vem com esse tipo de solicitação ou para atender uma conveniência pessoal ou para atender um desejo. Ele vem encontrando certa dificuldade porque a gente enfatizando muito o trabalho coletivo dos estudantes nos campos de estágios e se ele vai fazer um estágio em sua cidade, via de regra, ele não vai ter ninguém, nem parceiro para fazer com ele. Isto a gente não tem estimulado muito, essa possibilidade, mas isso é sempre possível, dentro das alternativas de trabalho que cada professor vem encontrando e eu acho que isso não vai desaparecer. Eu acho que se for uma escola particular ele vai trazer a questão do convênio, do pagamento disso ou daquilo, e se for uma escola pública ele vai entregar ao SAE e o próprio SAE vai providenciar o convênio com essa escola.”
C2	). A questão dos estágios é sempre uma questão pautada para nós, tanto que curso de Pedagogia quanto do curso de licenciatura. Há um trabalho bastante interessante que já foi feito de forma repetida pelas pessoas que sempre trabalharam com estágios da Pedagogia e junto aos professores que recebem estagiários junto a representantes, por exemplo, da APEOESP, nós sempre tivemos ocorrendo aqui na Faculdade de Educação. Agora com a necessidade de ter uma outra instância, uma Comissão, e decidir qual é a composição dessa comissão, tudo isso entrou novamente na pauta de discussão. Então já houve uma discussão na Subcomissão com o representante do SAE, com o relator da Comissão de Estágios, porque não é só a licenciatura que tem estágios, a engenharia tem, a medicina tem, o bacharelado tem e não é só estágio curricular que existe dentro da Universidade, existe um outro tipo de estágio que não é

	estágio obrigatório do currículo, mas que é uma possibilidade do aluno ser um estagiário de qualquer lugar e que venha fazer recrutamento aqui no SAE. Então, eu acho que a nossa Universidade está tendo essa percepção, a discussão na Subcomissão foi muito produtiva e ela já está cuidando um pouco mais dessa discussão, tanto no ponto de vista da legalização, quanto do ponto de vista de discutir a possibilidade acadêmica dessa experiência que é o estágio.
C2	“os alunos fazem o estágio na forma disciplinar. Eles se matriculam numa disciplina que se chama Prática de Estágio Supervisionado e quando eles são aprovados a simples menção no histórico escolar de que ele teve média e foi aprovado naquela disciplina é o certificado, é o que assegura. Mas muitas vezes para o aluno isso não tem sido suficiente, muitas vezes ele quer uma declaração, um atestado do professor da disciplina de que ele fez estágio, por exemplo, na escola x, porque ele considera que essa certificação mostra melhor no seu histórico o tipo de trabalho que ele realizou, tá. E quando não pede fica só por conta do estágio”
C2	Se o estágio curricular, ele é obrigatório, a pessoa, a figura que tem se responsabilizar pelo pagamento de seguro, pela emissão de certificados, é a Universidade. O menino é aluno de um curso superior da Universidade e se o estágio é uma exigência desse curso é a Universidade que tem que se organizar para tornar possível que o aluno realize seu estágio, tá. Ou ela vai fazer o gerenciamento disso através do SAE que é uma instância burocrática ou ela vai tomar outras decisões, entendeu?
C2	Sobre a cobrança de taxa... se o aluno for fazer estágio em uma escola particular a escola vai arcar com o seguro anual desse aluno e vai arcar com o custo de uma taxa mensal para a FUNCAMP. Então o banco recebe um pagamento que é o seguro e a Funcamp recebe outro. É uma questão altamente polêmica na Universidade, um texto que precisa ser revisto porque o texto incorre em algumas indecisões, em algumas dificuldades para nós mesmos. É... há uma discussão em torno disso. Eu acho que um primeiro equívoco da Universidade que foi fazer a discussão e tomar essa decisão de uma forma por demais endógena. Ela está tomando uma decisão que inclui, que afeta necessariamente um parceiro que está fora dela que é a BOXE, o SESC e todas essas equipes, empresas, escolas e etc e tal. E ela não chamou ninguém para conversar, para discutir sobre isso. E o que aconteceu. Assim que ela tomou a decisão, quando ela foi implementar ela começou a encontrar dificuldades com todos esses parceiros. Eles se sentiram traídos e que decidiram que não queriam mais e em função disso está revendo um pouco a questão. E na verdade essas exigências foram tópicos aqui na Universidade muito mais porque os estágios não são curriculares e elas acabam afetando os estágios curriculares também. Então essa distinção, na Subcomissão tem a intenção de discutir e apresentar para a Universidade que é preciso fazer uma distinção entre os estágios curriculares obrigatórios e outras formas de estágios, tá. Então isso tá dando pano para manga.
C6	objetivamente o que mudava era a quantidade de horas do estágio. Aumento de, basicamente tínhamos 120 horas de estágio e passa para 400 horas.
C5	antes o estágio tinha currículo com 120 horas de estágios até 225 horas que era da Enfermagem. Enfermagem sempre teve mais horas de estágio. Hoje tudo isso cai por terra e vai pra 400 horas. Então na proposta base da FE fica metade para cada unidade. Nê! 210 por conta dos créditos. Mas o

	que está acontecendo, por exemplo, na Biologia e na Enfermagem está indicando uma tendência da FE participar mais no estágio, além das 210 horas
C6	as pedagogias e as licenciaturas como estruturas de curso não conseguiram ainda se integrar. Eu tenho a expectativa, eu espero que agora nessa... com a reestruturação da pedagogia prevista, os estágios sejam esses elos de articulação, os estágios compartilhados entre pedagogia e licenciatura do ponto de vista da disciplina de supervisão e claro com as especificidades da formação de um pedagogo dos professores das disciplinas específicas, mas eu entendo que os estágios poderiam ser um bom caminho.
C7	o que nós discutimos foi que a Faculdade de Educação passaria a oferecer um volume de números de disciplinas de natureza ampliada para os cursos e os cursos agregariam essas questões e construiriam as disciplinas de natureza própria. Vou dar um exemplo para você dos estágios, algumas unidades passaram os estágios... veja o pessoal da FEF a gente tem identificado a riqueza do estágio junto a Faculdade de Educação no contexto da escola da escola pública e a FEF ficaria com os estágios de natureza específica. Essa tem sido a nossa concepção curricular com respeito aos estágios.
C10	vai ser extremamente interessante a integração porque nesse sentido o estágio I que é o primeiro, o da Faculdade de Educação, que vai ter agora, espero a partir da perspectiva e dos envolvimento dos alunos com atividades concretas do ensino e aprendizagens em altamente mobilizados e às vezes até muito interessantes no seu desafio essa parte teórica que antes era muito pouco vinculada às experiências dos alunos, até porque não se aplicava isso nas próprias experiências de estágios nas escolas. Essa experiência talvez seja muito mais exercida ou adquira um status diferenciado, então a nossa intenção é de sinceramente, claramente em nos envolvermos nesse campo específico com a educação na formulação, na elaboração desse conjunto de reflexões e vamos interagir no conjunto de práticas que a gente vai desenvolver no segundo período que seja o Estágio II.
C10	houve uma concepção que procurou inserir a prática, principalmente no estágio, porque o estágio foi uma coisa que a gente mais investiu de licenciatura e aí foi que a concepção que está no nosso... a concepção de uma articulação forte entre ensino e aprendizagem, e basicamente ensino pensado como pesquisa e assim também o fato das licenciaturas aparecerem também como uma coisa desvalorizada, é o fato de que a gente criou um estágio que a gente vai incluir as principais ações que são de pesquisa ou de ação que são desenvolvidas no campo, que é a participação dos estudantes nas atividades
C10	quando a gente se reuniu a Comissão de Graduação da Faculdade de Educação a gente notou que muito além da reação a esse envolvimento da Educação por via do Planinfo havia um espaço muito grande de desenvolvimento e crescimento e a gente começou a listar as atividades que os alunos desenvolvem espontaneamente em atividades de ensino e de formação, de capacitação e de mobilização e de acordos sociais em ONG, em movimentos sociais, a gente ficou meio que perplexo, a própria reação do instituto foi de um certo freio porque havia uma perspectiva de uma fragmentação e de uma pluralização muito grande de espaço de ensino, então eu acho que o próprio vínculo com a Faculdade de

	Educação vai trazer um pouco a realidade, digamos assim, ou um certo eixo normatizador ou de reflexão sobre as experiências que os alunos vão ter nessas áreas que são tão heterogêneas e às vezes até muito pouco conhecidas.
<b>C10</b>	os representantes nossos na graduação e agora eles vão ter um papel muito mais relevante porque eles vão ter um papel importante na formulação do estágio porque não está montado efetivamente, está apenas desenhado no projeto e agora que a gente vai ver, a partir de agora até 2007 ou 2008 quando realmente começara a aparecer a primeira turma da nova licenciatura é que a gente vai ver como é que vai se integrar esse processo,

Entendemos que o “estágio supervisionado” deve ter um papel de elemento integrador na formação do professor, oferecendo ao estudante de licenciatura oportunidades de ampliar e utilizar as habilidades e os conhecimentos adquiridos no curso para responder às necessidades e aos desafios da realidade escolar. Sua meta será, portanto, o desenvolvimento de um saber teórico-prático que exija uma postura investigativa e problematizadora da realidade escolar, integrando suas ações à proposta pedagógica da instituição.

A responsabilidade pela organização dos estágios curriculares nos cursos de formação de professores na Unicamp ficou compartilhada entre a Faculdade de Educação e os Institutos e/ou Faculdades que tem os respectivos cursos na sua instituição. A Faculdade de Educação ficará responsável por 200 horas e cada instituto pelas 200 horas restante, assegurando assim o mínimo de 400 horas especificadas pelo CNE/CP 2/2002. É importante ressaltar que a maioria dos projetos estão contemplando um total de 210 horas de estágio para cada unidade responsável de maneira que assim melhor acomodem os créditos da respectiva disciplina, uma vez que o currículo desses cursos são em sistema de créditos.

O estágio supervisionado está previsto nas exigências da resolução CNE/CP 2/2002 como: *“uma relação pedagógica entre alguém que já é um profissional reconhecido em um ambiente institucional de trabalho e um estagiário (...). É um momento de formação profissional do formando seja pelo exercício direto in loco, seja pela presença participativa em ambientes próprios de atividades daquela área profissional sob a responsabilidade de um profissional mais habilitado. Ele não é uma atividade facultativa sendo uma das condições para a obtenção da respectiva licença”. Entende-se que o estágio supervisionado pode ser considerado uma atividade formativa necessariamente ligada a uma atividade ao trabalho de campo que deverá ser executado prioritariamente em contato direto com as “unidades escolares do sistema de ensino”* (resolução CNE/CP 2/2002). Isso nos fez pensar como seria o estágio dentro dos cursos de formação de professores da Unicamp, como seriam os vínculos institucionais entre a universidade e as escolas de educação básica. Dessa maneira foi necessário colocar na pesquisa algumas questões referentes aos estágios, considerando que os convênios entre a universidade e as escolas parceiras deverão contemplar necessariamente a função tríplice da universidade: ensino, pesquisa e extensão.

Constatamos a partir da pesquisa que os estágios serão feitos em escolas conveniadas com a universidade através do SAE<sup>42</sup> (Sistema de Apoio ao Estudante) que é o órgão competente para realizar tais convênios. Por ocasião da pesquisa os representantes legais da Faculdade de Educação firmaram convênios com a Secretaria Municipal de Educação e a Secretaria Estadual de Educação (convênio com as Diretorias de Ensino Leste e Oeste). E

<sup>42</sup> Ver em – [www.sae.unicamp.br/estágios](http://www.sae.unicamp.br/estágios)

uma das exigências da Secretaria Municipal de Educação era de que os estagiários não ficassem concentrados em apenas uma região de Campinas e espalhassem por toda a cidade, considerando também que esse fator seria muito importante porque estaria beneficiando as escolas de bairros afastados do centro urbano.

As estratégias e princípios educacionais precisam ser claramente estabelecidos nos convênios porque a prestação de serviço deve ser vista como uma ação institucional e coordenada por professores responsáveis que sejam capazes de fazer uma articulação entre essas duas instâncias educativas.

**17- A COMISSÃO DE ESTÁGIOS DA FACULDADE DE EDUCAÇÃO, CITADA NO OFÍCIO CL. FE. 39/2004, ESTÁ EM FUNCIONAMENTO REGULAR OU FICOU APENAS NA TEORIA?\***

C5	“Ela não foi criada ainda. Aquilo que você viu é uma minuta da criação. Ela foi apresentada para a Comissão de Licenciatura e para a Comissão da Pedagogia esse mês e na CL os membros votaram e tiraram da pauta porque querem discutir melhor a relação do estágio. Ela não foi criada ainda.
C2	Provavelmente ela vai ser criada até o final do ano e aí é... a coordenação dessa comissão de estágio provavelmente vai ser uma parte da coordenação de graduação que vão coordenar a Comissão de Estágio.”
C2	Agora com a necessidade de ter uma outra instância, uma Comissão, e decidir qual é a composição dessa comissão, tudo isso entrou novamente na pauta de discussão.
C2	eu acho que mais do que a Comissão ser criada... Atualmente essa discussão das taxas, dos convênios, da parceria que se tem que fazer com a rede, das alternativas de trabalho, da forma de trabalho de estágio. Ela é mais que... ela é... ela está na CL. Então digamos assim, se há uma comissão que lida com a questão dos estágios hoje, ela é a CL, tá. E a CL de alguma forma vem fazendo um itinerário nessa discussão. Ela tá sobrecarregada de trabalho agora, né! Mas eu acredito que assim que esse processo ligado aos projetos se encerram na esfera da CL, ela vai se ver um pouco mais desafogada para tratar da questão da comissão e da própria discussão. Eu estou mais interessada na discussão do que na criação da Comissão porque a gente tem pouco essa fantasia né, de que quando criar a comissão ela vai funcionar (cínica) não é assim nas nossas experiências. A gente cria várias que não funcionam para nada nunca, são apenas criações. A gente cria muitas comissões aqui, para muitas coisas e nem todas funcionam como deveriam funcionar. Então eu acho que a gente fica por demais agarrado nessa idéia de que tem que ter uma comissão de estágio. Eu acho que a gente vai se dar mal, para mim o que nós temos que começar imediatamente, e eu acho que já estamos começando, é por para funcionar e para movimentar as discussões e todas essas perguntas que você está fazendo. É na disciplina, ou não é? O que vai ser? Como vai ser? É uma discussão espinhosa porque a gente tem aqui dentro gente que acha que esse trabalho nem deveria existir e tem gente que acha que esse trabalho é mais importante. Entende?

A comissão de estágios citada acima, até o fechamento desse trabalho, não tinha sido criada. A Comissão de Licenciatura ficou sobrecarregada com a discussão dos projetos que

estavam sendo reformulados e tirou o assunto da criação da comissão de estágios de sua pauta. É importante ressaltar que os estágios supervisionados I, que serão fornecidos pela Faculdade de Educação no currículo novo das licenciaturas ainda não começaram a ser oferecidos e com o início de seu oferecimento seria necessário essa nova comissão para decidir assuntos pertinentes aos estágios.

## 18 - SUBCOMISSÃO PERMANENTE DE FORMAÇÃO DE PROFESSORES\*\*

C1	“todos os projetos que chegaram aqui na Subcomissão, um dos aspectos que a gente presta atenção para saber se o projeto pode ir para a plenária para emissão de parecer, é se houve o estabelecimento da parceria acadêmica.”
C1	“Houve um caso específico que a Subcomissão teve que decidir de um impasse que aconteceu entre manifestações da Faculdade de Educação e manifestações do instituto que foi o caso do projeto do curso de letras em que a unidade não queria assumir as três disciplinas obrigatórias e sim duas, mas também isso foi extremamente tranquilo. E o aconteceu é que ambas as congregações, tanto da FE quanto do IEL, encaminharam para a CCG dizendo que a decisão era uma decisão da Subcomissão. E aí a Comissão decidiu que teria que ser”
C1	“Na Subcomissão, nós tivemos dois processos: o primeiro era para estabelecer o regimento que era fundamental e no regimento nós colocamos quais seriam as funções e atribuições para a análise dos projetos, ou seja, como é que a tramitação aconteceria.”
C1	“outro caso interessante a do Instituto de Artes. O Instituto de Artes têm três licenciaturas. Só que todas elas são licenciaturas em Artes: Dança, Artes visuais e Música. E os projetos eram muito distintos, dentre eles. O que tinha de comum eram as disciplinas da FE, mas entre eles mesmo não tinha um núcleo que fosse comum e aí nesse caso também eu tive que negociar com o instituto. Eu li o projeto e fui conversar com o instituto sobre essa... Teria de ser mais similares porque a gente não estava aprovando uma licenciatura em Dança, uma licenciatura em Artes Visuais e uma licenciatura em Música. A gente estava aprovando uma licenciatura em Artes e aí o que é que tinha de comum no percurso desse estudante e isso gerou várias modificações nos projetos deles e um atrito maior.”
C1	“a gente deu um grande passo com relação a esse deslocamento da discussão para uma outra instância que é a Reitoria. E garantindo que a instância aqui dentro, a CL, continuasse forte. Então a minha análise é de que no todo a Faculdade foi mais fortalecida, ela tem um... não é só o fato de ter a presidência dessa Subcomissão, ou seja, é a Faculdade de Educação que é responsável pelo que está acontecendo lá também, pela gestão daquilo ou na CCG, pelas informações, pelas intervenções e por essa construção de política. Então eu acho que isso foi uma valorização porque é mais um local de projeção da licenciatura e dos cursos de Formação de Professores que a gente bem sabe, não são prioridades da Universidade. Não é uma coisa prioritária, não é um projeto prioritário, por enquanto, mas eu acho que ali é uma instância que a gente está podendo ter mais força para inclusive argumentar favoravelmente aos cursos”
C1	“E nós estamos na subcomissão com várias unidades reunidas. Então é

	um monte de gente pensando nas licenciaturas e não só em cada uma e naquela que tem relação com uma. É uma coisa mais da universidade.”
C2	“Assim como a criação Subcomissão. Ela é criada dentro desse contexto de disputa e de conflito e aí eu entendi que era uma esfera que poderia ser produtiva para a gente estar efetivando a mudança curricular nas licenciaturas.”
C6	Eu acho que aquela negociação com o CONSU e a criação da Subcomissão de Formação de Professores no âmbito da CCG dá outra vitalidade à licenciatura. E tem outra coisa que eu quero deixar claro é que se tem algum espaço que eu considero que seja um espaço de efetiva produção de conhecimento sobre a licenciatura hoje, esse espaço é a Subcomissão de Formação de Professores, porque ali é que as conversas... primeiro porque ali você tem permanentemente a discussão sobre todos os currículos de formação, porque ali você conversa de um jeito que não é na Comissão de Licenciatura porque não tem um âmbito decisório porque ela subsidia a CCG. Então ali o mais importante é o conhecimento e ali sim você pode pensar numa discussão sobre... que diferenciações tem que ter cada curso, como cada curso compreende a sua necessidade de formação de professores, que concepção das áreas de conhecimento e das diferentes pontuações que a educação faz vai nascer agora nos projetos pedagógicos com as reestruturações. Eles tem feito as discussões de todos os projetos
C7	existe um fórum de discussão importante que é a Subcomissão Permanente de Formação de Professores que está debatendo essa questão e eu não acho que nós devamos pensar que o que aconteceu deveria de ser mais mantido ou uma nova idéia de que a Faculdade de Educação não deve participar e simplesmente prestar serviço com alguma coisa. Nós corremos o risco muito grande, a meu juízo, de ter desprezado a força de trabalho coletiva da Universidade, especialmente no campo de formação de professores que é algo que o Brasil precisa muito.
C7	... uma coisa me parece boa nesse momento a discussão individualizada dos cursos, isso foi um grande avanço né, principalmente para superar essa questão do 3+1, quer dizer o que é mais importante para um curso e enfim eu acho que isso é uma coisa fundamental. Agora o que nós não podemos deixar de fazer é de manter um fórum permanente de discussão das licenciaturas dentro da universidade, esse é o melhor modelo. Eu quero crer e espero que o futuro da universidade mantenha a força dessa Subcomissão Permanente de Formação de Professores porque foi visível a mudança de comportamento quando as coordenações e a Faculdade de Educação através da coordenação de licenciatura e das representações da Faculdade de Educação começam a conversar e a avaliar tudo isso. Eu acho que isso é uma coisa importante.
C8	A idéia da Subcomissão é de discutir as propostas de currículo até pontuar os vários problemas e discutir, discutir todos juntos soluções para esses problemas e o clima sempre foi de completa colaboração, de total boa vontade e de cooperação dos representantes dos diversos institutos, mas a idéia é de que nós estávamos juntos efetivando essa reelaboração das Licenciaturas da Unicamp. Nós tivemos todo apoio da CCG, apoio da Pro-reitoria de graduação. Então eu acho que pela primeira vez na Unicamp às licenciaturas tem sido dada a importância que elas merecem ter no quadro da política educacional no país.
C9	eu creio que no momento que esses currículos forem realmente

	<p>implementados essa Subcomissão será um fórum importante além das comissões de graduação de cada curso para avaliar o que realmente está acontecendo na implementação dos projetos porque uma coisa é avaliar projeto, no papel está tudo bonito, o programa de currículo aparentemente está tudo casado e está funcionando bem ou pelo menos é um prospecto de que vai funcionar bem, mas outra coisa é como que está sendo implementado cada projeto.</p>
--	---

**ENFATIZEI QUE A CRIAÇÃO DA SUBCOMISSÃO DEVERIA DE TER ACONTECIDO ANTES...\*\***

C2	<p>“Eu acho que até havia. A Comissão Central de Graduação sempre trabalhou instituindo subcomissões para fins específicos, subcomissões temporárias para produzir estudos e debates e para subsidiar a grande discussão no âmbito da graduação. Então nós tínhamos anteriormente uma subcomissão dos cursos de formação de professores, inclusive presidida pela coordenadora de licenciatura nossa, a Márcia Strazzacappa. Acontece que era uma subcomissão temporária formada por alguns dos professores dos mais interessados e convidados do conjunto todo da universidade, que teve um trabalho bastante importante, mas que eu acho que não teve força suficiente para gerenciar de modo mais eficiente e mais contundente a questão das licenciaturas na universidade. Com a criação da Subcomissão Permanente de Formação de Professores essa subcomissão que existia anteriormente se desfaz. A Subcomissão passa a ser constituída pelos coordenadores de cursos e não mais por professores interessados ou convidados. Quer dizer, é a participação direta do coordenador que no meu entender faz uma mudança bastante significativa e ela também é de caráter permanente. E também acho que faz uma mudança porque o estatuto da subcomissão se modifica e tem a presidência da Faculdade de Educação e não é presidência de um professor, não é presidência da CL, não é presidência de alguém que se dispõe, entende? E tem possibilidade de recorrer aos trabalhos de secretaria da CCG, a fala do CONSU para poder trabalhar. Eu acho que há fatores que de forma substancialmente diferente é uma instância com maior visibilidade, com maior chão, com maior poder, com maior articulação entre os cursos no âmbito da reitoria e da CCG.”</p>
C3	<p>“Eu acho que uma vitória que a faculdade de educação teve em relação à comissão central de graduação da CCG, é que lá CCG também havia uma subcomissão que era uma subcomissão de formação de professores que na verdade nunca existia, quer dizer existia mas não existia de fato. Com essa discussão da reformulação das licenciaturas que quis levar isso para o âmbito da universidade, nós temos hoje a Comissão Permanente de Formação de Professores atuante, com pauta, reunião, com participação obrigatória dos coordenadores dos cursos que tem formação de professores e o grande trunfo nosso que eles não gostaram muito, mas tiveram que entender e engolir, que tiveram que acatar é que a presidência e a vice-presidência dessa comissão é da Faculdade de Educação. Então se de um lado criticavam a CL, criticavam esse “poder” que a Faculdade de Educação tinha, a universidade, no órgão máximo dela reconheceu a Faculdade de Educação como a responsável pela formação de professores aponto de colocar a presidência na mão da Faculdade de Educação e é uma presidência que não é indicada pelo reitor e que é indicada pela</p>

	congregação da Faculdade de Educação.”
C3	“Então isso eu acho que é um ganho porque não fica a nível institucional porque não está aqui na Faculdade de Educação, está na Reitoria, tem um calendário fixo. A outra Comissão Permanente que existe na universidade é o Convest, Comissão Permanente de Vestibular. Então tem duas hoje, a CONVEST E a Comissão Permanente de Formação de Professores. Isso eu acho que foi um avanço, um passo grande muito importante porque as discussões importantes estão ocorrendo lá. Então além de dois professores da educação, presidente e vice-presidente, nós temos a Coordenação de Licenciatura presente e a Coordenação da Pedagogia presente, ou seja, no âmbito geral dos membros dessa comissão permanente nós temos quatro representantes da Faculdade de Educação, então em termos de equilíbrio de poder e de força, de novo nós estamos à frente.”
C1	PONTOS POSITIVOS DA SUB “o programa da recepção de calouros que a gente está fazendo este ano para todos os cursos de formação de professores e que tem atividades comuns. Então os calouros geralmente eles são recepcionados por cada unidade e a gente está fazendo uma proposta agora que é a de que todos tenham atividades comuns e também para que a Universidade saiba que têm um monte de gente entrando para ser professor e como é que a gente pode recepcionar. Que questões que são importantes, que aspectos que são importantes.ns.”
C5	. A criação da SubCCG foi o fator decisivo para que a parceria acadêmica efetivamente acontecesse, para que a parceria acadêmica não fosse uma figura que ficasse só no papel. Porque a arena de luta foi a SubCCG. As primeiras reuniões da SubCCG ela foram muito tensas... houve momentos assim de tensão máxima. Quer dizer, ali se estabeleceu uma arena de luta mesmo
C6	E a Subcomissão teve um ganho extraordinário, que foi uma jogada ótima também, uma negociação política importante que é a presidência e a vice presidência da Subcomissão nas mãos da Faculdade de Educação. E aí eu entendo que nas mãos não significa apoderamento como dono, mas significa o seguinte, que a Faculdade tem que ter um carinho, um cuidado, uma maior discussão do seu projeto de político para poder indicar essas pessoas, porque é a faculdade é quem as indica. Então hoje eu estou muito feliz com a Subcomissão, assim do jeito que ela está. Eu acho que o Antônio Carlos e a Lílian tem uma capacidade enorme de entendimento do processo e acho que a faculdade Cada vez que tiver que indicar uma pessoa para ocupar esse lugar, ela vai ter que discutir a sua licenciatura. É um caso muito importante. E outra coisa mais assentos na CCG, o que significa o seguinte, mais gente para discutir, mais gente para mediar.
C8	A gente tem a Subcomissão Permanente de Formação de Professores que é uma instância que todos os coordenadores das licenciaturas debatem os problemas relativos às licenciaturas e isso é muito importante. É uma comissão da CCG.
C9	acho que melhorou bastante a interlocução dos institutos com a Faculdade de Educação, com a criação da Subcomissão, sobretudo porque ela concentrou a discussão em pontos acadêmicos muito precisos, no que diz respeito aquilo que nós queremos como perfil de nossos cursos. A Comissão de Licenciatura ela é um fórum um pouco inadequado para esse tipo de discussão porque ela tem outra pauta, a Comissão de Licenciatura

	discute outras coisas, inclusive processo de alunos, horário das disciplinas e etc. a Subcomissão foi boa porque ela se concentrou nessa análise de mérito acadêmico do projeto, de mérito acadêmico de um certo formato para a parceria acadêmica, de um certo formato para a distribuição das disciplinas e integração entre elas ao longo do currículo e assim por diante.
--	---

A deliberação CONSU A-36 criou a Subcomissão de Formação de Professores para gerenciar todos os projetos de reformulação e também para tratar de assuntos diversos referentes à formação de professores dentro da Universidade.

A Subcomissão Permanente de formação de Professores tem o seu presidente é membro da Faculdade de Educação, um fato indicador, o qual nos faz pensar que a Faculdade de Educação continua com um poder em relação a formação de professores.

A importância dessa Subcomissão é visível nas falas dos entrevistados, mas a sua atuação maior, como fator legitimador de sua existência, será no futuro próximo quando terá que atuar junto à implementação dos novos projetos curriculares.

## 19 - FORMAÇÃO DE PROFESSORES X UNIVERSIDADE\*\*

C1	“eu acho que isso foi uma valorização porque é mais um local de projeção da licenciatura e dos cursos de Formação de Professores que a gente bem sabe, não são prioridades da Universidade. Não é uma coisa prioritária, não é um projeto prioritário, por enquanto, mas eu acho que ali é uma instância que a gente está podendo ter mais força para inclusive argumentar favoravelmente aos cursos”
C2	“A formação de professores nas licenciaturas da Unicamp nunca esteve como primeiro item de qualquer pauta ou programa de trabalho”
C6	eu entendo esse processo como um processo que é deflagrado de dentro da Faculdade de Educação, mas que não é de controle absoluto da faculdade porque não poderia ser, ele é um processo... a discussão da reformulação dos cursos de graduação em formação de professores têm que ser da universidade, têm que ser. Então ele sai daqui, ele ecoa daqui, mas na verdade já tinham outros espaços em que isso também já estava sendo discutido. E no âmbito acadêmico maior, que não é o espaço dos institutos e da faculdade, porque isso é apenas um espaço de administração do conhecimento, porque isso é apenas um espaço de produção e administração do conhecimento. Nos outros espaços nacionais de discussão também se fazia fortemente um movimento para que as licenciaturas deixassem de ser de exclusividade na sua concepção e na sua organização curricular da Faculdade de Educação.
C6	a gente ganhou quando começou a discutir na universidade se o curso tem que ser com estrutura de bacharelado e licenciatura, acho que a gente ganhou muito quando alguns institutos optaram por ter cursos só de licenciatura, entendendo que o bacharelado era componente curricular e que a formação de professores, dita licenciatura, deveria ser o maior projeto, que contivesse o bacharelado e não que fosse de complementação do bacharelado, então eu acho que isso foi um avanço.
C6	Então eu acho que é um ganho político extraordinário para a universidade. Isso ter sido colocado amplamente porque também aquilo que era de nossa competência e que tinha que ser discutido com força e vontade,

	principalmente o que diz respeito, por exemplo, a uma concepção de que os saberes não são apenas transpostos didaticamente para o ensino e portanto a formação de professores não pode pautar só nisso. Toda uma discussão sobre escola e educação e não só escola. A tendência da licenciatura, dela ser compreendida como espaço de formação do profissional (x) que ia atuar na escola e eu acho que com a licenciatura em discussão o universo da educação foi amplamente discutido nos outros cursos e acho que está saindo projetos diferentes. Então eu acho que tem um ganho. Tem um ganho mesmo nessa exposição. Movimentou a universidade de um outro jeito.
C8	A gente tem a Subcomissão Permanente de Formação de Professores que é uma instância que todos os coordenadores das licenciaturas debatem os problemas relativos às licenciaturas e isso é muito importante. É uma comissão da CCG. O Antonio Carlos está fazendo um trabalho magnífico com muita dedicação e com muito empenho, quer dizer, eu acho que a criação dessa Subcomissão e a atuação efetiva dessa Subcomissão representa um progresso tão grande no que diz respeito às discussões sobre as licenciaturas na Universidade. Eu acho que a partir desse processo todo que foi difícil e que foi traumático, mas a partir desse processo as licenciaturas ganharam um destaque e uma importância muito maior dentro da Unicamp. A Unicamp passou a olhar com muito mais cuidado para as licenciaturas e passou a dar às licenciaturas a importância específica que elas merecem porque não tinha... era uma coisa meio jogada e meio largada. Então o progresso foi muito grande, o trabalho que essa Subcomissão tem feito é magnífico e essa Subcomissão acompanhou e auxiliou todos os processos de reformas curriculares, as discussões que nós tivemos aí foram riquíssimas para que cada unidade pensasse do melhor modo a sua reforma e os problemas eram ali debatidos e discutidos por todos.”
C8	“a proposta da Subcomissão é de discutir as propostas de currículo até pontuar os vários problemas e discutir, discutir todos juntos soluções para esses problemas e o clima sempre foi de completa colaboração, de total boa vontade e de cooperação dos representantes dos diversos institutos, mas a idéia é de que nós estávamos juntos efetivando essa reelaboração das Licenciaturas da Unicamp. Nós tivemos todo apoio da CCG, apoio da Pro-reitoria de graduação. Então eu acho que pela primeira vez na Unicamp às licenciaturas tem sido dada a importância que elas merecem ter no quadro da política educacional no país.

A formação de professores dentro da universidade sempre esteve em segundo plano, não era prioridade na Universidade e nunca esteve como primeiro item de qualquer pauta, pois as atividades priorizadas sempre foram da pesquisa. Foi um ganho político extraordinário para a universidade colocar a discussão amplamente com a criação da Subcomissão Permanente de Formação de Professores, tema que sempre esteve somente sob a incumbência da Faculdade de Educação. No âmbito da CCG todos os coordenadores dos cursos de licenciatura têm a oportunidade de debater os problemas e discutem soluções para tais problemas. A Unicamp passou a olhar com mais cuidado para as licenciaturas e dar a importância específica que elas merecem na constante luta por uma educação de qualidade.

## 20 - QUAIS AS PRINCIPAIS POSIÇÕES EM CONFRONTO FRENTE A ESTA RELAÇÃO ENTRE A FACULDADE DE EDUCAÇÃO E OS INSTITUTOS, NA

**QUESTÃO DAS LICENCIATURAS, DENTRO DA FACULDADE?\* E COMO A FACULDADE DE EDUCAÇÃO ERA VISTA NO PROCESSO DE FORMAÇÃO DE PROFESSORES.\*\***

C2	“eu sempre vi com preocupação a pouca mobilização do conjunto de docentes da unidade para a questão da formação de professores para os cursos de licenciaturas. Nós temos uma unidade que tem aproximadamente 100 professores, nós temos uma pauta temática de trabalho e de pesquisas muito interessante e eu nunca vi na parte disso. Eu estou falando assim no geral, mas fica duro às vezes falar no geral porque fica parecendo que é todo mundo, mas não é.” (C2)
C2	“Esse conjunto (de professores) já é um conjunto problemático. Nem todos estão sendo tão atuantes assim, tão presentes, tão bem acolhidos como deveriam ser, tão brigadores nas diferentes condições, tão presentes na CL. Um corpo que para o qual a questão da parceria se coloca mais fortemente, mas que ainda está muito... ainda está um pouco imbuído da necessidade de um trabalho mais duro, mais insistente, mais pensado e mais articulado.”
C2	“Era um estorvo ter que discutir a licenciatura “ah vai discutir isso de novo” entende! No meu departamento quem trabalha na Pedagogia não quer discutir as licenciaturas e quem trabalha na licenciatura não quer discutir a Pedagogia, sempre foi assim.”
C2	“As conversas acontecem lá (institutos) acontecem aqui (FE) e acontece na Subcomissão. ...e eu tenho podido falar, discutir, associar, fazer acordo, ter idéias em todos os lugares a respeito dos currículos. E eu não... na minha experiência isso nunca tinha acontecido previamente.
C3	Então até eu respeito esse movimento, esse tempo às vezes até lento demais que eu percebo um pouco como as coisas vão se procedendo aqui dentro.(FE)
C4	A Faculdade de Educação tinha uma postura muito totalitária em relação ao resto da universidade.
C4	. Na verdade a Faculdade de Educação ela continua tentando manter coisas muito parecidas com o que eram antes, falta uma tentativa de ver o que ela pode fazer de NOVO, dentro deste contexto. Eu acho que na verdade... é preciso lembra de coisa grega, de que crise só pra se ter mudanças e evoluções e eles passaram por uma crise e eu não vi eles conseguirem fazer grandes mudanças e evoluções. No fundo é tudo muito parecido.
C4	Interação... a Faculdade de Educação já teve que melhorar, isso aumentou, com certeza eles foram obrigados a olhar um pouco mais para o resto da universidade com essa discussão toda.
C5	A Faculdade de Educação de forma legítima é quem tem todo o cabedal de conhecimento ,de pesquisa e capacidade de formar professor. Porque professor é um profissional Da Educação.
C5	A FE em 30 anos de existência ela está vivendo um período inédito de relações com os institutos do lado de fora. Nunca foi assim. A FE sempre ficou muito... assim... fechada nela mesma. Apostando nos próprios recursos e gestando os próprios projetos e hoje a licenciatura ela acaba tendo que ter essa circularidade de posicionamentos, de discussões e debates.
C5	“aos poucos a FE está conseguindo dar um recado para a Universidade de que o que aconteceu no final de 2003 foi uma jogada política e que uma

	<p>hora a Universidade vai perceber que sem a FE no comando dos cursos... não precisa ser um comando exclusivo, pode ser um comando compartilhado, aliás eu defendo o comando compartilhado. eu não acredito que academicamente a liderança da Faculdade de Educação avaliem de que a responsabilidade exclusiva pelas licenciaturas seja o MAIS interessante. Eu acredito que responsabilidade compartilhada parece retratar uma relação mais adequada para a elaboração dos cursos porque os alunos ele não passam o tempo todo aqui na FE. Eles passam assim... metade do tempo aqui e metade do tempo nos Institutos. Então essa formação já está acontecendo descentralizada, em mais de um lugar.</p>
C6	<p>a faculdade tinha uma relação marginal e algumas coisas estavam mudando com a reestruturação das licenciaturas que precisava ser posta em um outro lugar.</p>
C6	<p>Eu acho que a faculdade às vezes dificulta as relações. É um espaço muito grande e de fato o envolvimento com as licenciaturas não é um movimento amplo da faculdade, a gente tem... na estrutura departamental atual aí temos 5 departamentos. Nós temos departamentos mais envolvidos e temos departamentos completamente ausentes da discussão das licenciaturas, mas na hora de bater voto a representação é sempre departamental, nê! E aí as coisas emperram porque você tem que ficar sempre reconstruindo um discurso, recomeçando uma conversa como se ela de fato fosse de interesse de todo mundo. Eu acho que a gente tem que... a minha experiência foi mostrando que o que nós chamamos de coletivo aqui de vez em quando se confunde com o todo. E aí não é mais coletivo. Acho que tem um conceito aí que é... parece que tem que ter a anuência, a aceitação, a concordância, um consenso sempre. Como se de vez em quando o conflito não pudesse ser... a marca mesmo. Às vezes um projeto ganha, às vezes um projeto perde e não tem problema isso. Isso é um processo de construção.</p>
C6	<p>essa movimentação toda da mudança da licenciatura nos apresentou mais fortemente as seqüelas de uma faculdade um pouco... enfim, em que o projeto acadêmico não é tão consensual. Acho que a faculdade aprendeu a conviver com uma dor que... aprendeu a ter que ouvir sobre essa dor, pelo menos, num processo mais ou menos analítico aí, aprendeu a ter que ouvir que essa dor existe para muitos, que a vontade da mudança da licenciatura era uma vontade de alguns e que era importante que esses alguns também pudessem ter essa expressão e acho que a mudança do estatuto aqui, nê! Daquilo que era a concepção de responsabilidade sobre curso.</p>
C6	<p>Eu acho que a Faculdade de Educação tinha uma posição marginal e não saiu de sua marginalidade no sentido amplo, amplamente. Eu acho que ela continua marginal no que diz respeito aos cursos, mas acho que a gente ganhou quando começou a discutir na universidade se o curso tem que ser com estrutura de bacharelado e licenciatura, acho que a gente ganhou muito quando alguns institutos optaram por ter cursos só de licenciatura, entendendo que o bacharelado era componente curricular e que a formação de professores, dita licenciatura, deveria ser o maior projeto, que contivesse o bacharelado e não que fosse de complementação do bacharelado, então eu acho que isso foi um avanço.</p>
C6	<p>a Faculdade de Educação sentiu uma dor, sentiu uma dor efetiva. Merece todo o respeito do mundo muitos professores que tinham uma alegria com a coisa da licenciatura e sentiu muito o embate da mudança e acho que</p>

	<p>outros estão aí se recompondo, recompondo suas energias e trabalhando mais na possibilidade da parceria mesmo. Mas toda essa discussão expôs a Faculdade de Educação não só a sua sangria, mas expôs a Faculdade de Educação a um discurso muito competente sobre educação dentro da universidade porque pautou, colocou em primeira linha.</p>
C6	<p>Eu acho que tinha um entendimento de que a Faculdade de Educação tende a se tornar uma unidade grande e excessivamente poderosa, mas é o oposto, ela já é, em números de matrículas, ela é muito grande. É uma unidade muito grande.</p>
C6	<p>nós (FE) não tínhamos apoio político e forte, contundente nesses espaços todos de negociação. Na CL, na CCG, no CONSU, nós não tínhamos apoio político para continuar com a responsabilidade. Uma vez que essa idéia veio à tona e eu questiono a forma como o IEL fez. Detestei que o IEL tenha começado pelo processo regimental, mas uma vez que isso veio à tona. Bom o golpe poderia ter saído de qualquer um, porque o que é certo é que aos poucos foi se construindo mais claramente essa manifestação e a Faculdade de Educação estava incomodando.</p>
C6	<p>E eu me lembro também de algumas falas que eram muito importantes, por exemplo, uma fala de um coordenador da história “nesses 20 e poucos anos a História fez 05 reestruturações curriculares e a Faculdade de Educação continua com as mesmas disciplinas” e eu pergunto como? É claro que era uma visão simplificada o que ela estava falando, mas era importante ela falar. Quando o coordenador da Física disse, o coordenador da Física disse: “Eu não entendo porque é que a Faculdade de Educação que tem uma presença tão importante nos currículos se sente tão incomodada quando se fala de disciplina de serviço. A Física é a unidade que mais tem disciplina de serviço e nós entendemos que isso é positivo para a Física porque isso significa que os conhecimentos que a Física desenvolve tem que estar presente em muitos campos. Então será que eu tenho que me apegar a idéia de serviço ou será que me apegar a idéia da importância dos campos de conhecimento na circulação dos currículos interdisciplinarmente.” Quando ele fez essa crítica ele falou o seguinte: “olha, talvez vocês estejam pegando a discussão pelo lado errado, porque mais é mais e não é menos, se vocês estão em mais unidades atuando é porque o campo de vocês é mais importante nessa articulação interdisciplinar porque não negociar em outra base”. Ele estava fazendo uma sugestão porque ele estava se colocando muito disponível para a parceria naquele momento, né! Agora eu entendo, por exemplo, quando você escuta também umas arbitrariedades de uma pessoa comum. O coordenador da Filosofia que dizia que a Faculdade de Educação produzia saberes menores, né! Ele sugeria isso todo o tempo. E isso era horrível de ter que ouvir, né! É horrível saber que as pessoas pensam essas coisas, mas é bem verdade também que eu não conheço todos os campos de conhecimentos assim para valorizá-los todos igualmente.</p>
C7	<p>existe um fórum de discussão importante que é a Subcomissão Permanente de Formação de Professores que está debatendo essa questão e eu não acho que nós devamos pensar que o que aconteceu deveria de ser mais mantido ou uma nova idéia de que a Faculdade de Educação não deve participar e simplesmente prestar serviço com alguma coisa. Nós corremos o risco muito grande, a meu juízo, de ter desprezado a força de trabalho coletiva da Universidade, especialmente no campo de formação de professores que é algo que o Brasil precisa muito.</p>

C7	<p>nós gostaríamos de ter um grupo da Faculdade de Educação trabalhando conosco mais próximos e não uma rotação constante de professores nas disciplinas porque isso facilitaria uma avaliação do perfil do estudante, dos interesses dos estudantes e que o curso servisse como base para avaliação e re-análise e reorganização do próximo curso, na medida que você modifica o corpo docente que trabalha nas disciplinas, nas antigas ELs, que nós tínhamos lá e que agora se modificaram algumas delas nós passamos a ter... a pessoa que vem ela não conhece o histórico e isso é uma coisa por exemplo que no cotidiano nós gostaríamos de discutir com a Faculdade de Educação, além de outras questões como programas ou coisas assim, mas pela minha escola eu posso dizer seguramente, que o trabalho tem que ser melhor de todas as partes, da nossa também, uma aproximação cada vez maior das nossas comissões de ensino, comissões de pesquisa para nós possamos melhorar isso.</p>
C8	<p>A idéia é manter um diálogo constante e direto com a Faculdade de Educação para que juntos resolvermos os problemas.</p>
C8	<p>Sobre a questão da insatisfação... não insatisfação com o trabalho, de modo nenhum. A FE é de um trabalho da maior relevância acadêmica e tem conhecimento no país, tem reconhecimento internacional, quer dizer, em nenhum momento foi esse o ponto em questão. A questão foi de política acadêmica e não de insatisfação com o desempenho acadêmico da Faculdade de Educação. Isso nunca foi colocado. A FE é um instituto de importância, de grande destaque no meio universitário. Em nenhum momento isso foi colocado em questão.</p>
C9	<p>a Faculdade de Educação ela tem essa prerrogativa que eu acho mais que justo defender isso de ter um representante na comissão de graduação desses cursos e preservando o oferecimento de disciplinas como nós temos hoje as cinco eletórias num bloco, das quais os alunos tem que fazer três e depois os estágios da licenciatura em (curso) que são, quer dizer não são porque ainda não foram implementados, mas que estão previstos no currículo e serão oferecidos pela Faculdade de Educação.</p>
C10	<p>uma relação muito grande e sempre teve uma relação muito grande com a Faculdade de Educação e a gente nunca explorou essa relação institucionalmente, apenas no âmbito da pesquisa, no âmbito das preocupações internas do instituto e eu acho que agora que a integração tem um campo de movimento muito bom e dependendo de como vai ser feito a interação, a coordenação das duas etapas do estágio e assim por diante, além dos cursos que a Faculdade de Educação oferece, a gente também pediu e viu claro na grade da Educação, por exemplo, uma surpresa muito positiva em relação a grande pluralidade e intersecção das disciplinas que a Faculdade de Educação oferece em geral para os seus próprios alunos com as nossas preocupações</p>
C10	<p>. Então não é uma questão apenas de ligação institucional aí, a licenciatura aqui e lá, mas o próprio campo de pesquisa, no nível das relações de pesquisa e ensino mesmo entre a Faculdade de Educação e o nosso curso em geral, isso é uma coisa para ser explorada ainda, mas a gente viu esse campo de potencial, a gente ofereceu ou sugeriu a eles um cardápio muito amplo de disciplinas que os nossos alunos poderiam fazer dentro da grade que eles estavam oferecendo e não um pacote específico que eles estavam oferecendo que é um pouco a reprodução do modelo antigo da licenciatura, o pacote oferecido era pragmático na questão da capacidade que a Faculdade de Educação tem para oferecer,mas as nossas</p>

	<p>propostas continuará sendo de ampliar isso que possibilitará uma ampliação da participação dos nossos alunos nos cursos da própria Faculdade de Educação e não mais como um pacote de disciplina. o primeiro momento assustou um pouco até porque a Faculdade de Educação não tem clareza quanto a sua capacidade de absolver uma suposta demanda grande de alunos nossos, por exemplo, mas isso continuará sendo elemento de discussão a longo prazo e isso vai realmente ser importante porque os próprios alunos reivindicam isso, os professores descobriram que isso é importante, que existem área de contato e inclusive muitos professores da Faculdade de Educação trabalham em instituições, em centros de pesquisa aqui e existe um potencial de integração muito grande foi isso que a gente viu meio por acaso na medida que a gente foi se interando e começando a se preocupar com o tema e foi isso que formulou e que deu sentido a essa decisão de assumir a responsabilidade pelo ensino de licenciatura.</p>
C11	<p>se eles propuseram isso é porque eles estavam tendo dificuldades. Era época de se readequar as licenciaturas para se adaptar às novas diretrizes curriculares e a Faculdade e Educação estava enrolando bastante. Houve uma insatisfação, nós em princípio não fizemos parte dessa discussão.</p>

## DEPARTAMENTOS DA FACULDADE DE EDUCAÇÃO\*\*

C3	<p>eu lembro de amplas discussões que aconteceram no próprio DEME que na época era o departamento de metodologia e de ensino que era o departamento mais envolvido com a formação de professores</p>
C3	<p>E era importante observar que independente de um instituto ser mais participante ou não dentro da Faculdade da Educação, as queixas eram sempre as mesmas. Uma total dissociação entre o que as disciplinas consideradas pedagógicas tinham a oferecer e o que era a formação dos bacharéis, da biologia, da geografia e dos diferentes cursos dos diferentes campos do conhecimento.</p>
C1	<p>“O departamento de Filosofia e História da educação por vezes manifestou um... por exemplo, ele não é um pró ou contra, mas há quase que uma impossibilidade do departamento participar de um projeto, que era um projeto que exigisse uma inserção de disciplina deles.” _ Eles oferecem uma disciplina. _ Eles oferecem uma disciplina para alguns cursos, porque para todos eles não tinham condição. Então um fato, por exemplo, de uma parceria acadêmica pode ser entendida, neste caso, como uma limitação à possibilidade de expansão do próprio departamento porque se fosse de responsabilidade da Faculdade esta teria que garantir contratação para que todos os cursos tivessem essa disciplina, mas como é em parceria alguns podem escolher e outros não.”</p>
C6	<p>Eu acho que a faculdade às vezes dificulta as relações. É um espaço muito grande e de fato o envolvimento com as licenciaturas não é um movimento amplo da faculdade, a gente tem... na estrutura departamental atual aí temos 5 departamentos. Nós temos departamentos mais envolvidos e temos departamentos completamente ausentes da discussão das licenciaturas, mas na hora de bater voto a representação é sempre departamental, nê! E aí as</p>

	coisas emperram porque você tem que ficar sempre reconstruindo um discurso, recomeçando uma conversa como se ela de fato fosse de interesse de todo mundo. Eu acho que a gente tem que... a minha experiência aqui na coordenação foi mostrando que o que nós chamamos de coletivo aqui de vez em quando se confunde com o todo. E aí não é mais coletivo. Acho que tem um conceito aí que é... parece que tem que ter a anuência, a aceitação, a concordância, um consenso sempre. Como se de vez em quando o conflito não pudesse ser... a marca mesmo. Às vezes um projeto ganha, às vezes um projeto perde e não tem problema isso. Isso é um processo de construção.
C6	Em relação aos cursos da Faculdade de Educação, a Pedagogia pela própria forma como o currículo é negociado internamente, ela consegue ter mais essa... Parece às vezes que ela é um pouco mais o eixo articulador entre os departamentos no que diz respeito a cursos. De fato a nossa estrutura, se há maior possibilidade de maior convivência acadêmica entre os projetos, ela está no curso de pedagogia e na pós graduação.
C7	"A Faculdade de Educação tem uma experiência acumulada que a FEF gostaria muito de aproveitar e aprender com ela."
C10	só que os Departamentos lá dentro da Educação são muito diferentes nas suas concepções de ensino e de como enfrentar essa questão do forma e conteúdo, os espaços de formação se é formal ou não formal, tem umas tensões que a gente percebeu claramente então essas tensões também vão bater lá na nossa Comissão de Graduação e eu acho que vai ser interessante e que assim seja porque senão seria continuar com essa visão estreita e limitada de que seria a discussão. (...) essa divisão entre forma e conteúdo na própria Faculdade de Educação, havia uma certa diferença de concepção ou problema político ou realmente acadêmico entre as concepções de educação pelos departamentos que a gente conheceu, eu e os outros coordenadores. Havia uma clara tensão dentro da Faculdade de Educação em relação a isso, quer dizer, havia uma clara posição dentre os representantes de aprofundar essas características próprias do ensino e aprendizagem nas nossas áreas e esses departamentos, por sua vez, estavam afastados da licenciatura, eles não participavam das licenciaturas ou como representante da Educação em geral, eles tinham uma visão quase que externa da licenciatura quanto nós tínhamos. Éramos como se fosse, digamos assim, estranhos em relação à licenciatura que seria mais controlada pelo pessoal que trabalha para formar a educação, para gerar a educação e não com os aspectos aplicados ou voltados para a pesquisa em áreas específicas, como no caso desse departamento, a gente teve uma relação forte com esse departamento que enquanto havia um distanciamento muito grande com os outros departamentos que eram maiores e eles controlavam e controlam ainda, em certa medida, a licenciatura. Então dicotomia, essa divisão ocorria tanto lá dentro quanto aqui no instituto. Havia claramente relatos de que havia dificuldades dentro da Faculdade de Educação em relação aos projetos nossos.
C10	Então havia uma dupla divisão aí, essa questão geral de conteúdo e forma e uma questão institucional que dividia os institutos propriamente, mas a Faculdade de Educação por dentro e de certa forma não sei se facilitou mas criou um espaço de interação que provavelmente vai ser por onde a gente vai avançar.
C10	o pessoal da Sociologia, da Antropologia, da História, da Filosofia sempre se consideraram como "fora" das licenciaturas e que não tinham nada a ver

	com isso e agora eles vão ser trazidos a licenciatura pela gente ou pelo próprio desdobramento do processo porque a gente vai deles tanto como aliados, se houver algum embate, quanto como parceiros para desenvolver projetos na área de educação
C10	Então não há um conflito institucional geral entre a Educação e as unidades, mas há conflitos batizados pelas divergências internas lá dentro e aqui dentro pelas divergências dos que são poucos ou menos mobilizados pela licenciatura. Tem uma grande e clara divisão entre pós-graduação e ensino, graduação e ensino por um lado e pós-graduação pesquisa por outro e há um privilégio claro da pesquisa aqui dentro do instituto, a gente que se preocupou com graduação, por exemplo, também está envolvido com a licenciatura

A reformulação curricular dos cursos de formação de professores e o deslocamento da responsabilidade sobre os cursos da Faculdade de Educação para os respectivos institutos e faculdades que ministravam cerca de 90% das disciplinas dos cursos trouxe muitas dúvidas e incertezas a todas às pessoas envolvidas.

A Faculdade de Educação nunca esteve tão envolvida ou tão preocupada com a formação de professores, nem tampouco os Institutos e Faculdades que ministram esses cursos dentro da Unicamp. Foi um período de intensas discussões, debates e embates acerca das referidas reformulações. Ao mesmo tempo em que precisava pensar em projetos reformulados para atender o CNE, os institutos e faculdades também pensavam em ter responsabilidade sobre os cursos de licenciaturas, tirando assim a responsabilidade da Faculdade de Educação.

Segundo a pesquisa, nem todos os integrantes da Faculdade de Educação são participantes, envolvidos com a questão das licenciaturas, a qual muitas vezes era concebida como um estorvo, pois a pesquisa está sempre em primeiro lugar enquanto o ensino deixa de ser uma preocupação maior. Entender os departamentos da Faculdade de Educação também é muito importante ao tentar compreender o conjunto de aspectos que se inter-relacionam na temática sobre a formação de professores. Esse aspecto não era foco principal no início da pesquisa, mas foi tornando-se necessário durante a mesma porque nos argumentos de alguns entrevistados o relacionamento entre os departamentos dentro da Faculdade de Educação pode ter sido um fator determinante nas mudanças ocorridas.

Compreendemos também que a Faculdade de Educação é uma instituição legitimada para formar professores pelo fato de ter um cabedal de conhecimento e pesquisa e o professor é um profissional da Educação.

Com a reformulação curricular melhorou muito a relação da Faculdade de Educação com as unidades de ensino no campo das licenciaturas, a maioria das unidades reconhecem, que precisam da Faculdade de Educação na formação de seus professores.

## 21 - COMISSÃO DE LICENCIATURA\*\*

C3	“a gente foi vendo que os institutos e as unidades que falavam da parceria acadêmica eram parceiros que a gente teve facilidade de discutir e dialogar, àqueles que sempre estavam presentes nas reuniões, reuniões da CL, sem ser a participação de docentes de fora, né! E sempre pega uma fusão com esses que a gente não tenha dificuldade e que a parceria de certa forma já existia, a dificuldade maior foi com os institutos que nunca vinham em reunião, não justificavam a ausência e a gente mandava convocatória e não participava.”
----	--

C3	As CLs, elas eram compostas por representantes de cada departamento, pelos cinco docentes de departamento aqui da faculdade e os representantes das unidades. As unidades que sempre estavam presentes eram a Física e a Química por conta do curso 56 (integrada), a Educação Física sempre foi muito presente também, a Biologia, a Filosofia raramente, o IFCH vinha mais da História raramente vinha o representante das Ciências Sociais e da Filosofia, da Geografia também quase que não vinha ninguém. Nisso a gente achava que estava relacionado ao fato do professor ser indicado quando a gente pediu para atualizar os docentes, para mandar um outro docente, a mesma coisa aconteceu. Então aí mostrava um pouco o desinteresse que havia por parte dos docentes dos institutos em relação à CL, mas esquecer que mesmo internamente na Faculdade de Educação dois departamentos eram sempre atuantes e participantes da CL e os outros três departamentos infelizmente não eram tão presentes assim, o professor vinha e ficava corrigindo trabalho e não participava da reunião, era só uma presença física, não era uma presença de fato. Isso também mostrava o descaso com a licenciatura
C6	A Comissão de Licenciatura, eu entendo que nos últimos 6 ou 7 meses, um ano, ela deu uma revitalizada porque os coordenadores dos cursos começaram a vir, quando ela era feita por representação isso ficava meio mortinho. Agora não. São os coordenadores que estão vindo. Então parte das conversas que acontece lá da Subcomissão tem continuidade aqui. Com diferença que quando chega aqui na faculdade tem outras pessoas, porque os representantes dos departamentos continuam participando da comissão.
C7	Me parece que agora as discussões das licenciaturas deverá ser mais contínua, isso é o que precisa, é uma reavaliação constante daquilo que a gente está fazendo, coisa que não existia, por exemplo, eu cheguei a ir na comissão de licenciatura onde a própria onde a própria comissão de licenciatura da Faculdade de Educação estava... quer dizer onde a gente tinha que discutir a licenciatura não havia um grande interesse na discussão da licenciatura. Tinha reunião da licenciatura que tinha lá cinco pessoas, sete pessoas, não tinha córum não é. Não sei se alguém comentou o problema da Comissão de Licenciatura, eu cheguei a ir lá e perceber o desinteresse das pessoas da própria Faculdade de Educação em relação a isso, quer dizer aí dá pra ver que os problemas não são as pessoas, são os encaminhamentos, o como a gente vinha conduzindo as coisas.
C9	é difícil avaliar porque os currículos ainda não estão totalmente implementados, eles começaram esse ano de 2005, na verdade a sugestão de integralização nas várias licenciaturas as disciplinas da Faculdade de Educação começaram a aparecer agora no final do semestre. E os estágios também ainda não foram implementados e isso ainda é um grande desafio.
C9	o processo foi bom e que precisa ficar de olho agora na implantação dos currículos para não se perder novamente o controle da qualidade acadêmica que foi o objetivo almejado.

A Comissão de Licenciaturas recebeu severas críticas sobre o seu esvaziamento, a falta de representantes para discutir os assuntos relacionados à formação de professores, assunto esse que era ou deveria ser do interesse de seus próprios representantes, mas concluímos que isso não é fato novo na nossa pesquisa por entender que o relatório do Diagnóstico das Licenciaturas, elaborado em 2001 já denunciava esse fator. O fato é que esse

esvaziamento nos leva a concluir que a falta de diálogo e inter-relação foi marcante e colaborou com o descontentamento de todos os envolvidos.

**22 - O REINGRESSO DE EX-ALUNOS BACHARÉIS FOI CITADO NA REUNIÃO<sup>43</sup> DA SUBCOMISSÃO PARA QUE HOUVESSE UM DEBATE SOBRE A POSSIBILIDADE DE CRIAÇÃO DE MECANISMOS PARA ACOLHER EX-ALUNOS BACHARÉIS (REINGRESSANTES) QUE TENTAM COM DIFICULDADES SE ENQUADRAR À VIDA ACADÊMICA. COMO ESTÁ ESSE CASO?\***

C2	eu queria que a Faculdade desenvolvesse um programa especial que pudesse dar conta desse universo mais particular, muitas vezes já são professores inclusive, e eles teriam muito a ganhar se pudessem estar conversando conosco e entre eles, num grupo em separado sobre o nosso trabalho e conversando também sobre vários temas da educação que são pertinentes à atuação profissional deles. Eu confesso para você que eu só posso dizer para vocês que nós quando conseguirmos fazer um levantamento junto a DRE leste e oeste para identificar melhor que quadro é esse de profissionais que estão atuando na escola sem a licenciatura e desses profissionais quantos são ex-alunos da Unicamp para a gente dimensionar e ter uma noção. As DREs conseguiu responder a essa pergunta e nós também perguntamos à DAC um conjunto de informações e a necessidade da DAC conseguir identificar alunos que passaram pelo bacharelado daqui e que não voltaram para complementar com a licenciatura para a gente também ter uma idéia do mapa interno e por uma série de dificuldades ligadas a própria Secretaria da CL e a própria Secretaria da DAC nós não conseguimos a ter esse trabalho de levantamento de dados, esse diagnóstico que dirá o trabalho se resumindo num conjunto de professores que pudesse estar imaginando que propostas de cursos seriam estes.
C2	eu sempre fui uma incentivadora dessa... da criação, dessa alternativa que considerasse os reingressantes. Por quê? Porque eu sempre me via às voltas com alunos reingressantes na minha disciplina e pude sentir bem de perto a maneira bastante desconfortável com que eles se colocam no ambiente da sala de aula, a dificuldade que eles tem para conjugar sua vida profissional, porque já são profissionais, com a vida estudantil acadêmica, às vezes com meninos que estão acabando de entrar.
C2	Fizemos também, uma tentativa de criar esse trabalho no interior de um grande programa com financiamento que apareceu aqui "o Prolicen", mas ali o programa previa ações só com a educação à distância e não era esse nosso interesse. Nós queríamos um curso presencial, alguma coisa muito parecida com o que a gente já faz hoje, mas que criasse um particular. Então esse caso está parado, parcialmente atacado. É um pântano que eu falei e como não estou conseguindo dar mais um passo, parou. Ta no pântano.

O programa especial para acolher os ex-alunos bacharéis não foi concluído até o final da nossa pesquisa.

<sup>43</sup> Relatório da reunião da Subcomissão Permanente de Formação de Professores, no dia 09 de setembro de 2004.

## 23 - IMPLEMENTAÇÃO\*\*

C2	“Quanto que nós vamos querer conversar internamente sobre isso? Quantos de nós vamos de fato conseguir alimentar mudanças no âmbito, por exemplo, da pauta de conteúdo, na forma de trabalho de cada uma das nossas disciplinas? Não há possibilidade de garantia nenhuma para isso, depende da nossa possibilidade, da nossa energia para o trabalho, das nossas formas de ação aqui internamente com os colegas.”
C2	. Há um conjunto de projetos que já tinha sido discutido e aprovado no ano passado e currículos novos implementados a partir desse ano
C2	Eu quero acreditar, honestamente, que todas as pessoas estão muito inclinadas a fazer a implementação dos novos projetos. Todos os Institutos, e inclusive nós (FE) porque a nossa participação, a nossa expressão na grade, ela envolve disciplinas novas, possibilidades novas de trabalho.
C5	“A implementação dos currículos novos ela vai efetivamente acontecer a partir do semestre que vem. Desses quatro cursos aprovados a participação da Faculdade começa a partir do segundo semestre, tá. Então, para catálogo de 2005. Então para os alunos que ingressaram esse ano que são os alunos dos cursos de Química, História, Filosofia e Letras. É agora no segundo semestre de 2005 que vai começa a implantação. A Faculdade ela entra no segundo semestre.
C8	Estamos com a primeira turma desse novo currículo, né! E esse currículo tem sido muito bem recebido. A gente acha que a experiência tem sido satisfatória, os alunos estão contentes no geral, os professores estão contentes, já se houve uma grande melhora. Os primeiros resultados indicam que nós estávamos certos, é evidente que nós vamos ter que fazer acertos, nós vamos ter que fazer correções na medida em que as coisas avançam, mas a nossa expectativa é que seja muito melhor do que era.

Quanto à expectativa da implementação dos novos projetos curriculares, sabemos que a fase de implantação pressupõe a participação de todos, pois certamente também será árdua. As mudanças curriculares dos cursos, o estabelecimento de relações com as redes de ensino, entre outras providências, demandará definições e ações constantes. Assim todo o processo de implantação deverá ser acompanhado e avaliado para que seja possível obter avanços.

## V - CONSIDERAÇÕES FINAIS

Gostaríamos de concluir esse trabalho tecendo algumas considerações sobre o debate da reformulação curricular dos cursos de licenciaturas. Esta opção é fruto das nossas constatações no desenvolvimento da pesquisa. Podemos dizer que a formação de professores na Unicamp é uma temática que tem sido discutida nos últimos anos.

O relatório do Diagnóstico das Licenciaturas, elaborado em 2001 pela Faculdade de Educação, foi um fator marcante e constata a preocupação da Faculdade de Educação com as licenciaturas antes de deflagrar a reformulação curricular de tais cursos. O Diagnóstico das Licenciaturas já indicava alguns problemas que precisavam ser revistos ou reformulados, como: a relação bacharelado/licenciatura, o esvaziamento das reuniões da Comissão de Licenciatura, a adequação aos regimentos legais, o descontentamento dos Institutos/Faculdades em relação à responsabilidade acadêmica sobre as licenciaturas, etc.

A criação do Fórum de Formação também foi uma tentativa da Faculdade de Educação de superar a situação, a qual as licenciaturas estavam expostas, foi uma iniciativa para apontar caminhos, mas deixou de existir por falta de apoio das pessoas envolvidas com a formação de professores.

Com a necessidade de adequar os currículos dos cursos com os pareceres do Conselho Nacional de Educação alguns cursos enviaram pedidos ao CONSU pedindo a responsabilidade sobre os cursos que ministravam em cerca de 90% das disciplinas. Assim o CONSU, com a deliberação A-35, deu a possibilidade de responsabilidade acadêmica para as Unidades de Ensino que assim preferissem. Portanto, o processo de reformulação curricular dos cursos de licenciatura da Unicamp ocorreu para que a Universidade se adequasse aos regimentos legais internos e externos: regimentos externos elaborados e deliberados em sistema nacional e internos deliberados a partir de pedidos das Unidades de ensino que queriam a responsabilidade acadêmica de seus cursos.

Muitos foram os motivos, os quais levaram Institutos/Faculdades pedirem a responsabilidade sobre os cursos. Houve uma ruptura no processo de poder dentro da Universidade por interesses diversos: tentativa de angariar espaços políticos e controles de informações, falta de inter-relação entre as unidades de ensino, valorização das licenciaturas, etc. E tal ruptura foi deflagrada com a apresentação do Planinfo, um plano elaborado pela Faculdade de Educação sem a participação dos representantes dos Institutos/Faculdades, numa tentativa colaborar com a reformulação curricular necessária para adequação aos regimentos legais.

Com a deliberação A-35 do CONSU, as licenciaturas poderiam ser ministradas sob a responsabilidade de Institutos/Faculdades, mediante deliberação das respectivas Congregações, com previsão de parceria acadêmica com a Faculdade de Educação. Isso deflagrou um período de intensas discussões entre todos os Institutos/Faculdades envolvidos com a formação de professores. Nesse mesmo período, concomitantemente com o deslocamento das responsabilidades sobre os cursos de licenciaturas, a Universidade criou a Subcomissão Permanente de Formação de Professores para auxiliar nas negociações e construções dos novos projetos e analisar cada projeto observando se esses estavam de acordo com as novas deliberações e como estava sendo configurada a parceria acadêmica dos Institutos e Faculdades com a Faculdade de Educação.

No final da elaboração dos projetos algumas Unidades de Ensino preferiram o termo de co-responsabilidade para configurar seus projetos, dando à Faculdade de Educação a possibilidade de maior inserção nos mesmos.

O caminho que cada projeto percorria até a sua aprovação final, também ficou descrito nesse trabalho para tentar entender como as negociações foram sendo estabelecidas e como o termo de parceria acadêmica estava sendo configurado, demonstrando assim que o próprio percurso de cada projeto estava embuído de parceria. Durante o percurso havia a

possibilidade de muitas pessoas lerem, olharem, analisarem, discutirem os projetos, nas várias instâncias, nas quais passavam, possibilitando uma preocupação geral sobre a reformulação curricular dos projetos.

Percebemos que a universidade, com a nova organização regimental, responsabiliza as Faculdades e Institutos pelos cursos de formação de professores, lembrando que com o regimento anterior todos achavam que formar professor era “coisa” da Faculdade de Educação. Dessa maneira foram muitos os impactos surgidos durante o processo de reformulação dentro de todas as Unidades de Ensino. Enquanto tinham que pensar como seria a reformulação e a parceria acadêmica com a Faculdade de Educação também tinham que resolver embates internos, considerando que não havia unanimidade dentro de cada unidade à idéia de possuir a responsabilidade sobre as licenciaturas. A Faculdade de Educação também sofreu embates internos e externos e o fato de ser uma unidade dividida em departamentos colaborou para que os embates fossem mais intensos. Portanto, muitos embates ainda estão por ser devidamente dimensionados e avaliados. Alguns de seus efeitos sobre a organização do trabalho já são visíveis, outros deverão se manifestar no futuro próximo.

Com a reformulação curricular de todos os cursos de formação de professores, a Unicamp espera que o modelo 3 + 1 seja abolido. E para averiguar as condições estabelecidas ou configuradas no processo de reformulação, segundo a pesquisa, é possível analisar os projetos dos cursos de História e Química. Com o currículo novo a Faculdade de Educação ficará responsável pelo Estágio Supervisionado I, o qual terá, na maioria, 210 horas e também oferecerá três disciplinas obrigatórias e outras eletivas para os alunos dos cursos de formação de professores. Na área de Humanas houve uma flexibilidade quanto as disciplinas obrigatórias e os alunos terão um leque de cinco disciplinas, das quais poderão escolher três. Os estágios serão feitos em escolas conveniadas com o SAE, da Secretaria Municipal de Educação de Campinas e outras cidades, se necessário, e com a Secretaria Estadual de Educação (Diretorias Leste e Oeste). Nos estágios o aluno terá a oportunidade de associar os conhecimentos teóricos e práticos e experimentar as atividades efetivas da profissão.

Concluimos que a licenciatura passou a ter um foco de interesses nunca visto dentro da universidade. Houve uma revalorização dos cursos de licenciaturas que colocou-os em pé de igualdade com os cursos de bacharelado. Foi um ganho político extraordinário para a universidade colocar a discussão amplamente com a criação da Subcomissão Permanente de formação de Professores. A Unicamp passou a olhar com mais cuidado para as Licenciaturas e a dar-lhes a importância específica que elas merecem na constante luta por uma educação de qualidade.

## REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

BARDIN, Laurence. Análise de conteúdo. Lisboa: edições 70, 1997.

BRASIL. MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO. CONSELHO NACIONAL DE EDUCAÇÃO. *Diretrizes Curriculares Nacionais para a Formação de Professores da Educação Básica, em nível superior, curso de licenciatura, de graduação plena. Resolução CNE/CP 1/2002.* Disponível na internet: <http://www.mec.gov.br>

BRASIL. MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO. CONSELHO NACIONAL DE EDUCAÇÃO. *A duração e a carga horária dos cursos de licenciatura, de graduação plena, de formação de professores da Educação Básica em nível superior. Resolução CNE/CP 2/2002.* Disponível na internet: <http://www.mec.gov.br>

BRASIL. MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO. CONSELHO NACIONAL DE EDUCAÇÃO. **Parecer CNE 9/2001** - Diretrizes Curriculares Nacionais para a Formação de Professores da Educação Básica, em nível superior, curso de licenciatura, de graduação plena. Disponível na internet <http://www.mec.gov.br>

BRASIL. MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO. CONSELHO NACIONAL DE EDUCAÇÃO. **Parecer CNE 28/2001** - Duração e carga horária dos cursos de Formação de Professores da Educação Básica, em nível superior, curso de licenciatura, de graduação plena. Disponível na internet <http://www.mec.gov.br>

Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional nº 9.394/96. Brasília, 1996.

CANDAU, V. M. ; LÜDKE, M. **Novos rumos da licenciatura.** Brasília: MEC/INEP, 1988. (pesquisa)

LIBÂNEO, José Carlos & PIMENTA, Selma Garrido. Formação de profissionais da educação: Visão crítica e perspectiva de mudança. Educação e Sociedade, ano XX, nº 68, Dezembro 1999 p.239-277.

LÜDKE, Menga & ANDRÉ, Marli. Pesquisa em Educação: abordagens qualitativas SP:EPU, 1996

MARQUES, Carlos Alberto & PEREIRA, Júlio Emílio Diniz. **Fóruns das licenciaturas em universidades brasileiras: construindo alternativas para a formação inicial de professores.** Educação e sociedade, ano XXIII, nº 78, Abril/2002, p.171-183.

NUNES, Cely do Socorro Costa. Os sentidos da formação continua de professores : o mundo do trabalho e a formação de professores no Brasil. Orientadora: Helena Costa Lopes de Freitas Instituição: Universidade Estadual de Campinas. Faculdade de Educação Nível: Tese (doutorado), Campinas, SP 2000.

PEREIRA. Júlio Emílio Diniz **As licenciaturas e as novas políticas educacionais para a formação docente.**, Educação e sociedade, ano XXIII, nº 78, Abril/2002 p.109-125.

SANTOS, Wanda Terezinha Pacheco dos. **Licenciaturas: diferentes olhares na construção de trajetos de formação.** Campinas,SP : [s.n.], 2003- tese de doutorado – Universidade Estadual de Campinas, Faculdade de Educação, sob orientação da Prof<sup>ª</sup>. Dr<sup>ª</sup>. Maria Helena Salgado Magnato.

SEVERINO, Antônio Joaquim. Metodologia do trabalho científico. SP: cortez, 1993.

SCHEIBE, Leda. Formação de Professores: Políticas e Debates. Papirus, 2002, p.65-98.

## **ANEXOS**

Anexo I - RESOLUÇÃO GR nº 38/2003, de 30.05.2003.

Anexo II - Deliberação CCG-Nº 22/2004 - 156ª Reunião – 06.05.2004 – Regimento Interno da Subcomissão Permanente de Formação de Professores da CCG - Unicamp

Anexo III – Minuta da Comissão de Estágios da Faculdade de Educação

Anexo IV – Planinfo versão I e II

Anexo V – Questões das entrevistas

Anexo VI – Composição dos Departamentos da Faculdade de Educação

Anexo VII – Relação de documentos analisados

## **ANEXO – I - RESOLUÇÃO GR nº 38/2003, de 30.05.2003.**

**Publicada no D.O.E. de 04.06.2003 – Páginas 28 e 29: Dispõe sobre as regras para a realização de estágios acadêmicos pelos alunos de Graduação**

O Reitor da Universidade Estadual de Campinas, no uso de suas atribuições legais,  
**CONSIDERANDO:**

- que conforme a Lei nº 6.494/77, “os estágios devem propiciar a complementação do ensino e da aprendizagem e ser planejados, executados, acompanhados e avaliados em conformidade com seus currículos, programas e calendários escolares”;
- que o Decreto nº 87.497/82, que regulamentou a legislação citada no item anterior, estabelece que as instituições de ensino devem regular a matéria em relação à inserção do estágio na programação didático-pedagógica e à carga-horária, duração e jornada de estágio, dentre outros;
- que o Decreto nº 87.497/82 também estabelece que “para caracterização e definição do estágio curricular é necessária, entre a instituição de ensino e pessoas jurídicas de direito público e privado, a existência de instrumento jurídico, periodicamente reexaminado, onde estarão acordadas todas as condições de realização daquele estágio, inclusive transferência de recursos à instituição de ensino, quando for o caso”;

### **RESOLVE:**

**Artigo 1º** - O estágio curricular é uma atividade com finalidade de formação, supervisionada conjuntamente pela Unicamp e pela organização concedente de estágio, podendo ser obrigatório ou não.

§ 1º - São organizações concedentes de estágios as pessoas jurídicas de Direito Público ou Privado e as organizações sociais de interesse público.

§ 2º - Excepcionalmente, a critério da Comissão Central de Graduação - CCG, poderão ser aceitas pessoas físicas como concedentes de estágio desde que sejam profissionais liberais autônomos, devidamente registrados em seus conselhos profissionais e na prefeitura da cidade em que atuam.

§ 3º - A orientação do estágio, em seus aspectos acadêmicos, é realizada exclusivamente pela Unicamp por meio do orientador de estágio, sendo este o responsável acadêmico pelo aluno junto ao Curso de Graduação e designado pela respectiva Comissão de Graduação ou Coordenação de Graduação entre o Corpo Docente da Unidade de Ensino.

§ 4º - A supervisão do estágio pela organização concedente é realizada exclusivamente por meio do supervisor de estágio que é o responsável pelo estagiário junto à concedente de estágio, designado pelo representante da mesma dentre seus profissionais.

**Artigo 2º** - Os alunos de Graduação da Unicamp somente poderão realizar estágio se essa atividade estiver prevista no Projeto Pedagógico de seu curso como atividade complementar à formação acadêmica do aluno, podendo constar no currículo como disciplina obrigatória ou não, salvo o definido nas disposições transitórias.

**Artigo 3º** - Para que o estágio seja realizado, é imprescindível que as organizações concedentes de estágios tenham convênio estabelecido com a Unicamp para essa finalidade específica, mesmo no caso de participação de agentes de integração.

§ 1º - No caso de participação de agentes de integração, deve haver convênio específico firmado entre a Unicamp e o agente de integração.

§ 2º - A fim de viabilizar a supervisão, o acompanhamento e a avaliação dos estágios, os convênios estabelecidos entre a Unicamp e os órgãos concedentes de estágio e entre a Unicamp e agentes de integração contemplarão a cobrança de taxas, conforme estabelecido em Deliberação específica, exceto nos casos de instituições públicas de âmbito municipal, estadual e federal, ou de estágio de interesse social, previsto no parágrafo 2º do artigo 3º da Lei 6494/77.

§ 3º - Os convênios serão elaborados em formato previamente aprovado pela Procuradoria Geral da Unicamp.

§ 4º - No caso de a concedente de estágio ser uma pessoa física, o convênio será substituído por um termo de acordo entre o profissional concedente e a Unicamp, com a anuência da coordenação do curso.

**Artigo 4º** - Para a realização de estágio, haverá a formalização de Termo de Compromisso individual para cada estagiário, assinado por este e pela organização concedente, com a anuência da Coordenação de Graduação do curso do aluno e interveniência do representante da Unicamp.

§ 1º - O Termo de Compromisso será assinado pelo representante responsável pela interveniência da Unicamp sempre antes do início do estágio.

§ 2º - A Unicamp terá apenas um representante responsável pela interveniência da Instituição, designado em Portaria do Gabinete do Reitor.

§ 3º - O Serviço de Apoio ao Estudante - SAE é o órgão gerenciador de estágios na Unicamp.

§ 4º - Aplica-se o disposto neste artigo e seus parágrafos às renovações de Termos de Compromisso.

§ 5º - Os Termos de Compromisso serão elaborados em formato único, previamente aprovado pela Procuradoria Geral da Unicamp.

**Artigo 5º** - A Coordenação do Curso somente poderá autorizar o estágio quando:

I. o aluno estiver regularmente matriculado em disciplina de seu curso na data da assinatura do Termo de Compromisso;

II. o aluno tiver, no momento da solicitação, CP maior ou igual ao valor estabelecido no programa de estágio do curso; caso não esteja estabelecido, o CP deverá ser maior ou igual a 0,4.

III. o período do estágio não ultrapassar ao trigésimo dia letivo do período subsequente, propiciando a apreciação pela Coordenação do curso de eventual renovação;

IV. o Termo de Compromisso de estágio estiver devidamente acompanhado da descrição das atividades a serem realizadas no estágio;

V. a jornada diária seja de, no máximo, 8 horas;

VI. o horário e o número total de horas semanais para desenvolvimento do estágio seja compatível com a carga horária acadêmica do aluno e com o horário das disciplinas em que o mesmo estiver matriculado no semestre em que o estágio será realizado;

VII. no Termo de Compromisso constar o nome e cargo do supervisor do estágio na organização concedente;

VIII. o Termo de compromisso atender a outras exigências adicionais estabelecidas no Programa de Estágios do curso; e

IX. houver aprovação prévia, pela Comissão de Graduação ou, por sua delegação, pela Coordenação do Curso, das condições de realização de estágio oferecidas pela organização concedente.

**Parágrafo único** - Em caso de renovação do termo de compromisso, esta autorização só se dará mediante aprovação dos instrumentos de avaliação previstos no artigo 6º.

**Artigo 6º** - O estágio será avaliado ao final de cada período letivo, pela Comissão de Graduação ou conforme estabelecido no programa de estágio do curso, por meio de:

a) relatório individual elaborado pelo aluno com anuência do supervisor do estágio na organização concedente;

b) questionário de avaliação do estagiário pelo supervisor, disponibilizado pelo SAE; e

c) questionário de avaliação do estágio e da organização concedente pelo aluno, disponibilizado pelo SAE.

**Artigo 7º** - O programa de estágios de cada curso deverá ser proposto pela respectiva Comissão de Graduação e aprovado pelas Congregações das Unidades responsáveis pelo mesmo.

**Parágrafo único** - Obrigatoriamente, o programa de estágio deve estabelecer: CP mínimo, carga horária semanal máxima (podendo haver diferenciação para períodos letivos e não-letivos), descrição das atividades válidas para estágio e critérios para elaboração e avaliação do relatório de estágio.

**Artigo 8º** - Esta Resolução entrará em vigor 120 (cento e vinte) dias a partir da data de sua assinatura, ficando revogadas a Portaria GR 87/98 e demais disposições em contrário.

#### **Disposições Transitórias**

**Artigo 1º** - Após a entrada em vigor da presente Resolução, todos os convênios em andamento, firmados para a finalidade de estágio, deverão atender integralmente à presente Resolução, no prazo máximo de um ano.

**Parágrafo único** - Os Convênios assinados no período de que trata o Artigo 8º desta Resolução, terão, excepcionalmente, validade de, no máximo, um ano.

#### **Disposições Finais**

**Artigo 1º** - Os alunos de Graduação da Unicamp poderão realizar estágio se essa atividade for proposta pela Comissão de Graduação do curso e aprovada por Deliberação das Congregações responsáveis pelo mesmo. Essa aprovação será válida até a próxima renovação de reconhecimento do curso junto ao CEE quando, então, o estágio deverá estar previsto no Projeto Pedagógico do curso.

**Artigo 2º** - Até a data da entrada em vigor da presente Resolução, deverão ser adotadas as seguintes providências:

I - os modelos de convênio e de termo de compromisso deverão ser modificados, de modo a contemplar as regras aprovadas;

II - as organizações concedentes deverão ser comunicadas das mudanças ocorridas;

III - o modelo de termo de acordo a ser celebrado com profissionais liberais deverá ser elaborado;

IV - o manual de Estágio deverá ser divulgado para todos os alunos de Graduação da Unicamp.

**Artigo 3º** - Após a entrada em vigor da presente Resolução, será providenciado pelo SAE, a revisão dos termos de compromisso anteriormente assinados.

**Cidade Universitária "Zeferino Vaz", 30 de maio de 2003.**

**CARLOS HENRIQUE DE BRITO CRUZ**

**Reitor**

## **Anexo-II - REGIMENTO INTERNO DA SUBCOMISSÃO PERMANENTE DE FORMAÇÃO DE PROFESSORES DA CCG - UNICAMP**

Deliberação CCG-Nº 22/2004 - 156ª Reunião – 06.05.2004

### **TÍTULO**

*Da Subcomissão Permanente de Formação de Professores da Comissão Central de Graduação e seus fins* I

Artigo 1º. A Subcomissão Permanente de Formação de Professores da Comissão Central de Graduação foi criada pela Deliberação CONSU-A-36, de 16-12-2003, e tem como finalidade prover a Universidade de subsídios no que diz respeito à Política de Formação de Professores.

### **TÍTULO II**

*Da Composição da Subcomissão Permanente de Formação de Professores*

Artigo 2º. A Subcomissão Permanente de Formação de Professores terá a seguinte composição:

- I. Presidente e Vice-Presidente;
- II. Todos os coordenadores de graduação dos cursos de formação de professores;
- III. Um representante discente dentre os respectivos representantes na Comissão Central de Graduação.

### **TÍTULO III**

*Das Atribuições da Subcomissão Permanente de Formação de Professores*

Artigo 3º. A Subcomissão tem as seguintes atribuições:

- I. Atuar como fórum de discussão e articulação da política de formação de professores na Unicamp;
- II. Estabelecer parâmetros que orientem as análises das proposições curriculares dos diferentes cursos de Formação de Professores da Unicamp;
- III. Analisar a pertinência e consistência acadêmica dos diferentes projetos pedagógicos dos cursos de Formação de Professores, assim como zelar pela cooperação entre eles;
- IV. Acompanhar o desenvolvimento das atividades de ensino de cada curso, de acordo com os respectivos projetos, pedagógicos, fornecendo subsídios para Coordenações e Comissões de Graduação no que concerne à constante avaliação de suas proposições curriculares;
- V. Produzir informações relativas aos cursos de Formação de Professores da Unicamp.

UNIVERSIDADE DE SÃO PAULO  
CENTRO DE CIÊNCIAS SOCIAIS

## TÍTULO IV

### *Do Funcionamento da Subcomissão*

#### CAPÍTULO I – Das Reuniões

Artigo 4º. A Subcomissão se reunirá conforme calendário acordado entre seus membros. No mínimo, haverá uma reunião ordinária por semestre.

Artigo 5º. As reuniões serão presididas pelo Presidente da Subcomissão, e auxiliado ou substituído em casos de impedimentos pelo Vice Presidente.

Artigo 6º. As reuniões serão iniciadas com a presença da maioria (metade mais um) de seus membros em exercício.

Parágrafo Único – Não havendo quorum para o início da reunião, o Presidente realizará uma nova chamada decorridos vinte minutos. Persistindo a falta de quorum, será convocada nova reunião, observando o intervalo mínimo de quarenta e oito horas.

#### CAPÍTULO II – Do Comparecimento

Artigo 7º. A frequência às reuniões da Subcomissão, estabelecida no Calendário, é obrigatória.

§ 1º - As justificativas de ausência e a inclusão de pontos em pauta deverão ser encaminhadas por escrito ao Presidente da Subcomissão, antes do início de cada reunião.

§ 2º - O membro titular impossibilitado de comparecer à reunião deverá notificar o suplente para que o substitua. Em caso de impossibilidade de comparecimento do coordenador e do coordenador associado, e configurada a excepcionalidade, um professor indicado pela coordenação do curso poderá representar o coordenador de graduação, com direito a voz e a voto.

§ 3º - A não representação do Curso em duas reuniões, no ano, implicará em notificação formal ao diretor da respectiva unidade.

§ 4º - A ausência de um Representante Discente a três reuniões consecutivas ou cinco alternadas, sem justificativa, implicará na perda do mandato.

#### CAPÍTULO III - Do Papel do Presidente e do Vice-Presidente

Artigo 8º. O Presidente tem como atribuições convocar e coordenar as reuniões e encaminhar a quem de direito os resultados das análises e ponderações feitas pela Subcomissão em consonância com suas atribuições.

Artigo 9º. O mandato do Presidente e do Vice-Presidente será de 2 anos, sendo permitida a recondução por igual período.

#### CAPÍTULO IV - Do Funcionamento Geral das Reuniões

Artigo 10. A convocação para reunião será realizada com antecedência de no mínimo uma (1) semana.

Artigo 11. A Secretaria da Subcomissão distribuirá aos membros, com antecedência, a pauta dos trabalhos, bem como os pareceres e outros documentos essenciais à apreciação dos assuntos ou processos constantes de pauta.

Artigo 12. Qualquer assunto poderá ser incluído na pauta, com antecedência mínima de cinco (5) dias úteis quando solicitado por escrito, por qualquer membro da Subcomissão, junto à Secretaria da Subcomissão.

Artigo 13. No caso específico da apresentação e discussão de matérias que versem sobre as atribuições da subcomissão constantes dos itens III e IV do Artigo 3º deste Regimento, os procedimentos são os seguintes:

a) A documentação que será objeto de apreciação, análise, discussão e emissão de parecer pela Subcomissão deverá ser encaminhada à CCG pela Unidade interessada,

b) A Subcomissão poderá também apreciar e analisar documentação encaminhada por qualquer um de seus membros.

c) Na reunião prevista, a plenária da Subcomissão designa um Relator para avaliar a documentação.

d) Em uma outra reunião, o Relator apresenta aos membros da Subcomissão seu parecer, que será discutido, votado e encaminhado à CCG pela Presidência da Subcomissão. Parágrafo único - recomenda-se que a documentação em questão seja apresentada pelo coordenador do respectivo curso em uma reunião da Subcomissão. Nesta situação, serão convidados a participar da reunião os membros da comissão de graduação do curso em questão, assim como o coordenador associado.

Artigo 14. Os resultados das análises e ponderações feitas em reunião da Subcomissão serão obtidos mediante votação e, após, encaminhados no formato de Parecer ao Presidente da CCG para as providências necessárias.

## CAPÍTULO V – Da Votação

Artigo 15. Só poderá ser votada matéria pertencente à pauta.

Artigo 16. Só se entrará em regime de votação quando o Plenário se sentir suficientemente esclarecido sobre a matéria a ser votada.

Artigo 17. O processo de votação será ativo, no qual o Presidente solicitará que levantem a mão os membros da Subcomissão que forem, na ordem, a favor, contra ou se absterem em relação à proposta. Em cada caso, será feita a contagem de votos e o Presidente proclamará o resultado final da votação.

Artigo 18. Qualquer membro da Subcomissão poderá solicitar que sua declaração de voto conste dos registros.

Artigo 19. O Presidente só terá direito a voto em caso de necessidade de desempate.

Artigo 20. O Vice-Presidente não terá direito a voto, salvo em casos de substituição do Presidente na coordenação das reuniões, e seguindo as condições apontadas no artigo anterior.

Artigo 21. Será considerada aprovada matéria que obtiver a maioria dos votos favoráveis, independentemente do número de abstenções.

## CAPÍTULO VI – Dos Registros das Reuniões

Artigo 22 - A Secretaria da Subcomissão lavrará Relatório da Reunião, no qual constarão:

- a) a natureza da reunião, o dia, a hora, o local de sua realização e o nome de quem a presidiu;
- b) nome dos membros da Subcomissão presentes, bem como dos ausentes, consignando, a circunstância de haverem ou não justificado a ausência;
- c) a pauta da reunião;
- d) as conclusões dos pareceres, a síntese dos debates e os resultados de cada matéria ou item, com a respectiva votação;
- e) os votos apresentados por escrito;
- f) as propostas apresentadas por escrito;
- g) as demais ocorrências da reunião.

## **Parâmetros para Análise e Emissão de Pareceres dos Projetos de Cursos de Formação de Professores.**

### **1. Apresentação**

De acordo com seu Regimento Interno, no Artigo 3º. a Subcomissão Permanente de Formação de Professores da CCG tem, dentre outras, as seguintes atribuições: estabelecer parâmetros que orientem as análises das proposições curriculares dos diferentes cursos de Formação de Professores da Unicamp e analisar a pertinência e consistência acadêmica dos diferentes projetos pedagógicos dos cursos de Formação de Professores, assim como zelar pela cooperação entre eles.

Este documento tem como objetivo orientar o trabalho da Subcomissão, no que se refere às duas atribuições acima apontadas, e estabelece parâmetros, gerais e comuns, que até o atual momento são os possíveis de síntese a partir da dinâmica que se estabeleceu nas reuniões, com discussões, consensos e dissensos.

Os parâmetros que este documento estabelece são relacionados aos procedimentos que o Regimento Interno da Subcomissão prevê, para a realização da atribuição de análise dos Projetos Pedagógicos dos Cursos de Formação de Professores, nos artigos 13 e 14 a seguir reproduzidos.

## TÍTULO IV

### Do Funcionamento da Subcomissão

## CAPÍTULO IV - Do Funcionamento Geral das Reuniões

Artigo 13. No caso específico da apresentação e discussão de matérias que versem sobre as atribuições da subcomissão constantes dos itens III e IV do Artigo 3º deste Regimento, os procedimentos são os seguintes:

- a) A documentação que será objeto de apreciação, análise, discussão e emissão de parecer pela Subcomissão deverá ser encaminhada à CCG pela Unidade interessada.
- b) A Subcomissão poderá também apreciar e analisar documentação encaminhada por qualquer um de seus membros.
- c) Na reunião prevista, a plenária da Subcomissão designa um Relator para avaliar a documentação.
- d) Em uma outra reunião, o Relator apresenta aos membros da Subcomissão seu parecer, que será discutido, votado e encaminhado à CCG pela Presidência da Subcomissão.

Parágrafo único - recomenda-se que a documentação em questão seja apresentada pelo coordenador do respectivo curso em uma reunião da Subcomissão. Nesta situação, serão convidados a participar da reunião os membros da comissão de graduação do curso em questão, assim como o coordenador associado.

Artigo 14. Os resultados das análises e ponderações feitas em reunião da Subcomissão serão obtidos mediante votação e, após, encaminhados no formato de Parecer ao Presidente da CCG para as providências necessárias.

### **2. Documentação e dinâmica dos trabalhos**

A dinâmica do trabalho na Subcomissão prevê a apresentação de uma documentação, a designação de um relator e a emissão de parecer, que será discutido, votado e encaminhado à CCG. Para que a matéria seja apreciada em reunião da Subcomissão, é necessário que conste da **documentação** encaminhada à CCG:

1) *O projeto pedagógico do curso de formação de professores*, em que constem, no mínimo, os seguintes itens, independentemente da forma como são apresentados:

- a) Histórico e justificativa da proposta.
- b) Características das parcerias acadêmicas do curso.
- c) Características do profissional a ser formado.
- d) Organização curricular detalhada, incluindo, além da grade curricular e da carga horária total do curso, uma apresentação dos diferentes campos de conhecimentos, da proposta de inserção das 400 horas de práticas e das 400 horas de estágio profissional supervisionado;

2) Manifestações das Congregações das unidades envolvidas no Projeto do Curso de Formação de Professores, se as houver.

\* Caberá à Presidência da Subcomissão a conferência da documentação do Projeto para sua inclusão em pauta de reunião.

### **3. Parâmetros de análise**

A emissão do parecer se dará conforme prevê o artigo 13 do regimento e deverá contemplar os seguintes aspectos:

1. Características Gerais do Projeto de Curso de Formação de professores e sua adequação às normas vigentes.
2. Características do profissional a ser formado.

3. Articulação entre diferentes unidades acadêmicas no projeto de formação (gestão, campos de conhecimento, oferecimento de disciplinas)
4. Características da estrutura curricular e dos percursos de formação dos alunos.
5. Integração com outros cursos de formação de professores.
6. Relações entre teorias e práticas, ensino e pesquisa, no curso.
7. Características das atividades práticas e dos estágios profissionais (experiências educacionais em escolas e outros locais).

Aprovado pela Subcomissão Permanente de Formação de Professores – reunião realizada em 19.08.2004

**ANEXO III - A MINUTA PRELIMINAR DA COMISSÃO DE ESTÁGIO, SERÁ TRANSCRITA ABAIXO, NA ÍNTEGRA.**

**REGIMENTO INTERNO DA COMISSÃO DE ESTÁGIOS DA FACULDADE DE EDUCAÇÃO**

**Sobre a natureza e o funcionamento dos estágios curriculares:**

Art. 1 – são compreendidas como atividades de estágio, atividades de imersão no campo de trabalho, que propiciem ao professor em formação o contato com experiências, práticas e conhecimentos de natureza profissional, ou seja: que tenham uma relação com as possibilidades de atuação do futuro professor.

Art. 2 – conforme previsto nas diretrizes Curriculares para Formação de Professores definidas pelo Conselho Nacional de Educação, as atividades de estágio deverão se iniciar no currículo a partir da segunda metade do curso de formação, compreendendo carga horária de 400 horas, Parágrafo 1 – no desenvolvimento dos currículos de licenciatura da Universidade, em responsabilidade, co-responsabilidade ou parceria acadêmica, a Faculdade de Educação se encarrega de metade da carga horária designada, no interior da qual, desenvolverá seu Projeto de Estágio.

Art. 3 – os estágios são atividades que permeiam todo o processo curricular de formação, contando com a participação de todos os espaços de formação da Faculdade, representados pelos departamentos.

Parágrafo 1 – cada departamento participará do projeto de Estágios da Faculdade, com pelo menos XX horas de supervisão, no semestre, seja em cursos de Pedagogia ou de Licenciaturas.

Art. 4 – A Comissão de Estágios da Faculdade de Educação é constituída por:

- Uma coordenação compartilhada.
- Um (a) representante docente de cada departamento.
- Um (a) representante discente de Pedagogia
- Um (a) representante discente da licenciatura integrada de Química e Física.
- Um (a) representante discente dos cursos de licenciatura da Universidade.
- Quatro representantes dos convênios firmados com campos de estágio.

Parágrafo 1 – A coordenação compartilhada é constituída pelos coordenadores associados de pedagogia e licenciatura da Faculdade.

Parágrafo 2 – Os representantes docentes são indicados pelos departamentos por um período de dois anos, com homologação da indicação pela Congregação.

Parágrafo 3 – Os representantes discentes são indicados pelos centros acadêmicos ou DCE, por um período de dois anos.

Parágrafo – 4 Os representantes de convênios são indicados pelo coordenador de estágios, levando-se em conta os seguintes critérios:

- o representante ocupa cargo no campo de estágio, relacionando com atividades didático-pedagógicas: professor, coordenador, orientador pedagógico, diretor, supervisor de ensino, coordenador de museu, membro de ONG, ou qualquer outra função dessa natureza que se ocupe de espaços educativos no campo de estágios;

- a intensidade de participação do referido campo serão escolhidos de acordo com espaço educativo que eles representam, na seguinte ordem: escola pública, escola particular, outros espaços (museus, bibliotecas, ONG's, etc.)

### **Sobre as atribuições da comissão de estágios**

Art. 5 – Compete à Comissão de Estágios:

- elaborar, desenvolver e avaliar o projeto de estágios da Faculdade de Educação para os currículos de Formação de Professores da Universidade, nos cursos de Pedagogia e Licenciatura.
- firmar e coordenar os convênios entre a Faculdade e os campos de estágios, sejam eles, escolas, museus, ONG's ou outros espaços educativos.
- administrar junto às coordenações de Pedagogia e de Licenciaturas a atribuição de atividades de supervisão aos docentes da Faculdade.
- subsidiar os docentes envolvidos em atividades de supervisão e, assuntos relacionados a participação e avaliação dos alunos/estagiários.

Art. 6 – Compete à coordenação da Comissão de Estágios:

- coordenar os trabalhos referentes a elaboração, desenvolvimento e avaliação do projeto de estágio da Faculdade de Educação;
  - convocar e presidir as reuniões da Comissão de Estágios;
  - representar a Comissão de Estágios da Faculdade de Educação em outras instâncias da Universidade, bem como em âmbito externo;
- Assinar convênios de estágios em nome da Faculdade de Educação.

AN, N-X.

## PRINCÍPIOS ORIENTADORES DO PLANO INTEGRADO DE FORMAÇÃO DE PROFESSORES DA FACULDADE DE EDUCAÇÃO DA UNICAMP

O PLANINFO - Plano Integrado de Formação de Professores da Unicamp - foi desenvolvido por uma comissão de docentes da Faculdade de Educação, retirada por ocasião da realização do Seminário da FE, em dezembro de 2002 e aprovada em congregação. Ao longo destes meses, a comissão foi se remodelando, sendo atualmente composta pelos seguintes docentes: Angela Soligo, Antonio Carlos Amorim, Antonio Miguel, Elizabeth Mercuri, Maria do Carmo Martins, Marcia Strazzacappa, Maria Inês Petrucci e Helena Freitas.

Lembramos que o referido texto teve como documentos norteadores as **Diretrizes** para os cursos de Formação de Professores da Educação Básica, nível superior, curso de licenciatura, graduação plena; os **Pareceres CNE** - Conselho Nacional de Educação (sobretudo os números 09, 21, 27 e 28/2001) sobre duração e carga horária dos cursos de Formação de Professores da Educação Básica; o **Diagnóstico de avaliação** dos cursos de licenciatura realizado em parceria com os institutos da universidade ao longo dos anos 2000-2001; os textos produzidos para o **Fórum e Seminário da FE**; o **Manual do aluno da UNICAMP**; a pesquisa sobre alunos egressos e as avaliações das disciplinas realizadas ao final de cada semestre letivo.

O PLANINFO vem sendo amplamente discutido tanto dentro da Faculdade de Educação quanto no conjunto da Universidade. A última reunião para discussão do documento aconteceu no dia 04 de julho p.p., na sala do CONSU, na Reitoria e contou com a presença dos diretores, coordenadores e coordenadores associados das unidades (Faculdades e Institutos) que possuem a modalidade licenciatura, além do professor Boldrini, Pró-Reitor de Graduação.

No último dia 01, a Comissão do PLANINFO reuniu-se com a Direção da Faculdade para avaliar as tendências até o momento observadas nas leituras do Plano e as possibilidades emergentes de encaminhamento. Estiveram presentes nessa reunião: a diretora Águeda Bittencourt, o diretor associado Jorge Megid Neto, Ângela Soligo, Antonio Carlos Rodrigues de Amorim, Maria do Carmo Martins, Marcia Strazzacappa, Maria Inês Petrucci e Helena Freitas.

Nessa reunião, foi possível avaliar que o PLANINFO, de certa forma, vem cumprindo seu papel principal de "suscitador" de reflexões, pois as discussões até então realizadas provocaram um amplo movimento seja de professores, seja de grupos de pesquisa, no redimensionamento de pontos de vista, assim como no exercício da criatividade. No âmbito da Faculdade de Educação, desde a década de 70, já havia um consenso quanto à necessidade de mudança da estrutura dos cursos de formação de professores. O presente texto do PLANINFO nos convida a pensar o curso de formação de professores de uma forma diferenciada. Precisamos pensar na estrutura que temos e analisar o que queremos, num movimento utópico de sonhar o que hoje nos pareça ideal.

Fazendo esse exercício de reflexão, sistematizamos os principais pontos inovadores (e que parecem ser já consensuais na Faculdade) da proposta do Plano, para subsidiar novamente as discussões a serem desenvolvidas sobre ele, no interior dos departamentos. São eles:

1 - os cursos de formação de professores (licenciaturas) poderão ter atividades de formação/componentes curriculares na área de Educação **desde o primeiro ano do curso**, desde o ingresso na universidade, rompendo com o tradicional modelo 3+1 de licenciatura.

2 - as atividades de **estágio curricular** obrigatório (400 horas) podem ser **compartilhadas com as demais unidades de ensino**, (Faculdades e Institutos) sendo sua supervisão igualmente compartilhada

3 - é necessária a criação de uma **comissão de estágio** responsável pela sua gestão (Universidade e campos de estágio). A supervisão continua a cargo dos docentes dos diferentes departamentos da FE e das demais unidades

4- as atividades de formação/componentes curriculares, poderão ser compostas **pelas horas em sala de aula, com o professor**, acrescida de horas de estudos/trabalhos do aluno.

5 – a composição de um **Núcleo Comum de Formação de Professores (Núcleo A)** com 8 disciplinas gerais e comuns a todos os cursos de formação de professores (Licenciaturas e Pedagogia). Cada disciplina seria de responsabilidade de um departamento ou área.

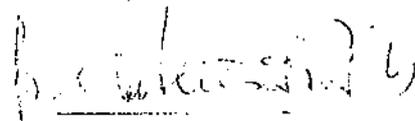
Tendo em vista tais pontos, que consideramos hoje, cruciais para estabelecermos as bases de nossa proposta de formação de professores, e que são produtos das reflexões e embates travados até o momento no processo de socialização dos princípios norteadores do PLANINFO, vislumbramos agora o alcance de novas etapas no processo de construção coletiva do Plano na Faculdade.

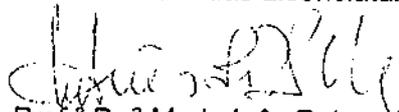
Ao avançarmos na direção dessas novas etapas, sentimos a necessidade de entrar em contato com as propostas dos departamentos no que se refere à sua participação no âmbito dos componentes curriculares a serem apontados na perspectiva do novo plano para formação de professores. Por isso, vimos através desse documento, solicitar aos departamentos que apontem/sugiram um componente curricular/disciplina que poderia estar sendo oferecido(a) dentro do Núcleo A, que como já consideramos, envolveria um conjunto de atividades que seriam comuns a todos os cursos de formação docente.

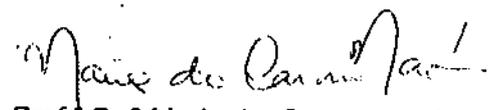
Certas de podermos contar com a colaboração de todos, aguardamos as manifestações dos departamentos, para que possamos dar continuidade a essa tessitura coletiva em torno de um objeto em comum, que é a formação de professores pensada pelos docentes da Faculdade de Educação. Nessa trama, acreditamos que o consenso e o dissenso são movimentos indispensáveis para a manutenção do caráter coletivo de elaboração do PLANINFO.

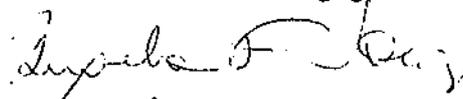
Aproveitamos para renovar os nossos protestos da mais elevada estima e consideração.

Campinas, 04 de agosto de 2003.

  
Prof<sup>a</sup> Dr<sup>a</sup> Márcia Maria Strazzacappa Hernández  
Coordenadora das Licenciaturas

  
Prof<sup>a</sup> Dr<sup>a</sup> Maria Inês Petrucci  
Coordenadora Ass. das Licenciaturas

  
Prof<sup>a</sup> Dr<sup>a</sup> Maria do Carmo Martins  
Coordenadora da Pedagogia

  
Prof<sup>a</sup> Dr<sup>a</sup> Ângela Soligo  
Coordenadora Ass. da Pedagogia

## PRINCÍPIOS ORIENTADORES DO PLANO INTEGRADO DE FORMAÇÃO DE PROFESSORES DA FACULDADE DE EDUCAÇÃO DA UNICAMP

1. O Plano Integrado de Formação de Professores da Unicamp (PLANINFO) – que integra em um só e mesmo plano a formação de professores para a Educação Básica (**Educação Infantil, Ensino Fundamental e Ensino Médio**) em suas diferentes áreas específicas - é de responsabilidade da Faculdade de Educação, à qual compete não apenas emitir diplomas em suas diferentes modalidades mas, sobretudo, definir a estrutura, a filosofia e os princípios orientadores sobre os quais tal formação deverá se assentar, conjuntamente às demais unidades acadêmicas que deverão participar desse processo de formação, definir a extensão, a natureza e as formas em que se dará essa participação.
2. Independentemente da forma de entrada dos alunos no vestibular (para cursos exclusivos de Licenciatura, para Cursos Integrados, Cursão, Curso de Bacharelado e Licenciatura – diurnos ou noturnos), para obter o diploma de professor o aluno deverá realizar e concluir o PLANINFO.
3. O PLANINFO não deverá ser concebido como uma complementação pedagógica de cursos de bacharelado, e nem os diferentes bacharelados, necessariamente, como complementos da formação pedagógica em cada área específica. Bacharelados e Licenciaturas deverão ser concebidos como cursos distintos, com objetivos específicos, ainda que possam compartilhar um núcleo comum de disciplinas.
4. O PLANINFO deverá assentar-se em uma **estrutura comum** composta por 4 núcleos, cada um deles contendo um determinado número de **atividades de formação** cuja temática e natureza permanecem comum em dois desses núcleos (A e D), e se diversificam nos outros dois (B e C) em função das atuais 20 diferentes modalidades em que se diversifica a formação de professores na UNICAMP.
5. Entende-se por **atividades de formação** tanto as atividades curriculares teóricas ou teórico-práticas quanto as demais atividades curriculares que estejam associadas ao desenvolvimento de projetos comunitários, de extensão e/ou de pesquisa, aqui categorizadas como 'atividades práticas de formação'. Todas as atividades de formação deverão estar sob a responsabilidade de um ou mais docentes. Entende-se por 'atividades teóricas de formação' aquelas cujo desenvolvimento limita-se ao estudo, reflexão, investigação e problematização do conhecimento com base em leituras, análise e discussão de textos de quaisquer natureza, por parte de alunos e docentes, estudo este realizado sob uma dinâmica de aula centrada na exposição por parte do professor e/ou dos alunos, ou ainda centrada na discussão coletiva e produção interativa do conhecimento. Entende-se por 'atividades teórico-práticas de formação' aquelas para cujo desenvolvimento se requer, além dos procedimentos



presentes em uma atividade teórica de formação, do modo como é aqui concebida, expedientes de outra natureza tais como: atividades de estudo ou pesquisa a serem desenvolvidas parcialmente em outras instituições; atividades de sala de aula que requerem a utilização, construção, manipulação e/ou exploração de materiais de quaisquer natureza (vídeos, computadores, softwares, objetos eletro-eletrônicos, instrumentos científicos, materiais de laboratório, materiais de manipulação, livros didáticos e documentos antigos, textos literários, textos legais, textos de jornais e revistas, diários de campo, etc.), a serem utilizados com finalidades pedagógicas. Além disso, a dinâmica das atividades teórico-práticas de formação geralmente está centrada na produção do conhecimento em sala de aula a partir da análise e problematização de atividades individuais e/ou coletivas de investigação realizadas pelos estudantes em sala de aula e/ou em outras instituições. Entende-se, finalmente, por 'atividades práticas de formação' todas as atividades curriculares nas quais ocorra um envolvimento efetivo dos estudantes ao nível da docência, pesquisa ou extensão, atividades estas, na maioria dos casos, preponderantemente desenvolvidas em campos institucionais externos às unidades acadêmicas responsáveis pela formação. A noção de atividade de formação está, portanto, centrada nas diferentes formas de abordagem das temáticas que integram o currículo e não na natureza e/ou complexidade da própria temática. Tal noção independe também da natureza da especificidade dessas temáticas e pode, portanto, aplicar-se a quaisquer delas. Desse modo, as diferentes modalidades de atividades de formação (teóricas, teórico-práticas e práticas) podem se manifestar nas atividades de formação presentes em quaisquer dos quatro núcleos que compõem a estrutura do PLANINFO, os quais encontram-se descritos no item 7.

6. Nas atividades de formação sobre responsabilidade da FE, de caráter teórico, teórico-prático e prático, recomenda-se que as turmas não excedam, respectivamente, os totais de 50, 40 e 20 alunos por classe; devendo ser abertas tantas turmas de uma mesma atividade quantas forem necessárias, a fim de que tais números não sejam excedidos.
7. Tal estrutura deve contemplar: a) um núcleo obrigatório - e comum às diferentes modalidades - composto de atividades de formação cuja especificidade temática é definida pela natureza do campo científico-profissional da Educação; b) um núcleo obrigatório - e diversificado para as diferentes modalidades - composto de atividades de formação cuja especificidade temática é definida na interação entre o campo científico-profissional da Educação e os dos demais campos de conhecimento associados aos diferentes Cursos de Licenciatura; c) um núcleo diversificado - para as diferentes modalidades - composto de atividades de formação cuja especificidade temática é definida exclusivamente pela natureza dos diferentes campos de conhecimento associados aos diferentes Cursos de Licenciatura; d) um núcleo de atividades culturais de formação eleitas pelo estudante dentre quaisquer disciplinas oferecidas pela UNICAMP.



8. No PLANINFO, o estudante deverá perfazer, no mínimo, 2800 horas. Dessas, 480 horas (8 atividades de formação de 60 horas) deverão estar alocadas no núcleo A, 240 horas (4 atividades de formação de 60 horas) no núcleo B, 1440 horas (24 atividades de formação) no núcleo C, 240 horas (4 atividades de formação) no núcleo D e 400 horas a estágio profissionalizante (também concebido como atividade de formação). Considerando a carga horária mínima proposta, de 2800 horas, e atividades de formação organizadas em 60 horas, apresentamos a seguir uma possível distribuição das atividades dos quatro diferentes núcleos em oito semestres letivos.

**Quadro 1: Distribuição das Atividades dos Diferentes Núcleos, por Semestre**

Núcleos de Atividades	SEMESTRES								
	1º	2º	3º	4º	5º	6º	7º	8º	
A	1	1	1	1	1	1	1	1	
B	1	-	1	-	1	-	1	-	
C	3	3	3	3	3	3	3	3	
D	-	1	-	1	-	1	-	1	
Total de Atividades	5	5	5	5	5	5	5	5	
Total de horas	300	300	300	300	300	300	300	300	2400
Estágio	400 horas								2800

9. No caso das atividades de formação de natureza prática ou teórico-prática, o número de horas cumpridas pelo estudante poderá exceder o número de horas que realizará com acompanhamento presencial do professor.

10. A forma de percurso do estudante em tal estrutura curricular de atividades não deverá estar definida no sentido a – b – c – d ou em qualquer outro. Ao contrário, as atividades dos 4 núcleos deverão fazer-se presentes ao longo do processo de formação, e não concentrar-se em seu início ou final. Falaremos aqui em 'formas de percurso', no plural, para se ressaltar o fato de ser desejável a existência e convivência com várias alternativas nesse sentido. Tais 'formas de percurso', entretanto, não deverão ser tantas quantas forem os estudantes matriculados no PLANINFO, o que o inviabilizaria, na prática, sob o ponto de vista administrativo, mas tantas quantas forem os Cursos diferenciados de formação de professores que deverão ser administradas pela FE. No presente momento, tais Cursos somam 20 e



acham-se discriminados ao final deste item. Sugere-se, ainda, que o estabelecimento de tais formas diferenciadas de percurso, bem como o de pré-requisitos entre a rede de atividades de formação de cada núcleo (ou de um núcleo para outro) e a diferenciação entre disciplinas obrigatórias e eletivas constituam objetos de negociação com as demais unidades que deverão participar, conjuntamente à FE, do PLANINFO, desde que os seguintes critérios sejam respeitados: a) o de não concentração de disciplinas dos núcleos A, B e D no final do percurso, isto é, o de distribuição das disciplinas desses núcleos ao longo de todos os semestres; b) o de distribuição das 400 horas de estágio ao longo de toda a formação; c) o de vinculação das 400 horas de estágio aos núcleos A, B, C e D do PLANINFO.

Relação de Cursos de Licenciatura da UNICAMP
Licenciatura integrada química-física (56)*
Matemática (01) (29)*
Biologia (06) (46)*
Letras (07) (57)*
Química (05)
Física (04)
Educ. Física (27) (45)
História (19) (44)*
Filosofia (30)
Ciências sociais (16)
Geografia (55)**
Enfermagem(21)
Dança (23)
Educação artística (25)

\* noturnos e exclusivamente de licenciatura;

\*\* noturno bacharelado e licenciatura

11. As atividades de estágio profissionalizante devem contemplar uma gama variada de possibilidades ligadas à pesquisa, à extensão e à educação formal e não formal e podem ser realizadas em diferentes espaços institucionais que não o da FE-UNICAMP. Um espaço institucional que deverá, porém, ser valorizado é o escolar e, nele, a valorização das atividades de exercício efetivo da docência. As 400 horas de estágio profissionalizante deverão, portanto, ser compostas de modo a contemplar relações com as atividades de formação dos núcleos A, B e D. Experiências de trabalho coletivo e multidisciplinar constituem opções a serem consideradas. As atividades de estágio deverão ser coordenadas pela Coordenadoria Administrativa de Formação e Docência da Faculdade de Educação (CAFORD-FE) – cuja constituição, composição e funções acham-se discriminadas nos itens 15 e 17 - e ser supervisionadas por equipes de docentes cuja composição varia em



função da natureza da atividade que, em cada momento da formação deverá associar-se a um dos núcleos A, B e D do PLANINFO.

12. As atividades de formação, de quaisquer núcleos, que deverão compor o quadro curricular do PLANINFO poderão também estar alocadas em outras unidades acadêmicas que não a FE, desde que contemplem os objetivos do processo de formação presentes no PLANINFO, sejam estabelecidas em comum acordo no processo de construção da organização curricular do PLANINFO e possam ser ofertadas com a regularidade que o Plano requer.
13. A atuação dos docentes da FE nas atividades de formação deverá ocorrer nos núcleos A, B e/ou D da estrutura curricular do PLANINFO. Os docentes de outras unidades acadêmicas da Universidade responsáveis pelo núcleo C, poderão atuar também nos núcleos A, B e/ou D desde que assegurados os princípios de gestão e organização curricular definidos em conjunto.
14. Segue-se, a título de exemplo, um conjunto de atividades de formação dentre as quais poderiam ser eleitas as que deveriam compor cada um dos núcleos integrantes do PLANINFO:

#### Núcleo A

- Políticas Públicas federais, estaduais e municipais relativas à Educação Infantil e aos Ensinos Fundamental e Médio no Brasil
- Gestão Escolar: fundamentos teóricos e prática
- Teorias Pedagógicas na história
- Escola, Cultura e Sociedade
- Escola, Cultura, Cognição e Afetividade
- Educação Escolar, Ética e Relações de poder
- As disciplinas escolares na história (História das disciplinas escolares)
- Educação em espaços virtuais
- Organização do Trabalho Escolar (Educação Escolar, Currículo e Planejamento)
- Teorias Psicológicas relativas ao ensino e à aprendizagem: constituição e caracterização
- A multiplicidade de espaços educativos no mundo contemporâneo.
- Educação e Teorias do Conhecimento
- Problemas e Tendências da Educação Brasileira Contemporânea
- Educação Escolar e Avaliação
- Metodologia da Pesquisa em Educação
- Educação e Imagem
- Educação e Diversidade Cultural

#### Núcleo B



- Fundamentos Teóricos da Prática Pedagógica em (Matemática, Língua Portuguesa, Biologia, História, Dança, Enfermagem, Geografia, etc.) I, II e III
- Iniciação à Prática de Investigação em (Educação Matemática, Educação Científica, Educação Artística, Educação Lingüística e Literária, Educação em Enfermagem, etc.)
- História e Filosofia da (Educação Matemática Escolar, Educação Científica Escolar, Educação Artística Escolar, Educação Escolar da Língua Portuguesa, Leitura e da Educação Literária Escolar, Educação Física Escolar, ...) ou....Educação Matemática Escolar: sua história e filosofia e nomes análogos para outras disciplinas escolares.

### Núcleo C

- As atividades de formação constantes do Núcleo C, bem como os pré-requisitos que entre elas deverão subsistir, serão definidos conjuntamente com os Institutos.

### Núcleo D

- Tecnologias Informáticas no mundo contemporâneo
- A cultura científica no mundo contemporâneo
- Cultura artística e Trabalho Docente
- História da Arte
- História do Cinema
- Teatro, Educação e Trabalho docente
- Trabalho docente e recursos fonoaudiológicos
- Biblioteca escolar e trabalho docente
- Trabalho Docente, profissionalização e sindicalização
- Economia, Política e Educação
- Educação, Corpo e Arte.
- Educação, Trabalho e Cidadania
- Quaisquer outras disciplinas oferecidas pela UNICAMP

## Proposta de Encaminhamento das Discussões do PLANINFO

### 1. Divulgação, Análise e Manifestações na FE

- Encaminhamento para Direção/Congregação – Divulgação; Aprovação de Calendário; Indicação de Comissão de acompanhamento do processo (02 de maio).
- Análise e manifestação das várias instâncias: departamentos, áreas temáticas, CAP, individuais, etc.
- Encaminhamento das manifestações, por escrito, à Direção da FE (até 25 de maio de 2003)



## 2. Seminário da Faculdade de Educação (29 de maio)

Na primeira parte do Seminário (ou no primeiro dia do Seminário) haverá a formação de Grupos de Trabalho que se responsabilizarão por analisar e discutir as manifestações escritas das diferentes instâncias, tendo como referência o documento original do PLANINFO. Essa análise e discussão deverá produzir e encaminhar, para a discussão coletiva que deverá suceder as discussões nos grupos, um documento contendo TODOS os pontos de divergência e TODOS os de convergência em relação aos princípios do PLANINFO que tenham se manifestado nos documentos analisados, bem como outros pontos que deveriam ter sido contemplados pelo Plano, mas não o foram. Além disso, tal documento deverá destacar os diferentes argumentos apresentados pelos pontos de vista divergentes ou convergentes, bem como apontar para uma possível solução negociada em relação a eles entre os membros do grupo de discussão.

Na segunda parte do Seminário deverá ocorrer a apresentação e a discussão coletiva dos documentos produzidos pelos diferentes grupos. A plenária deverá propor novas saídas para os princípios geradores de conflitos e, com base nessas propostas, a Comissão de Acompanhamento deverá elaborar uma nova versão do PLANINFO, até 5 de junho de 2003.

## 3. Discussão da nova versão do PLANINFO em instâncias externas à FE.

- Apresentação para as Comissões de Licenciatura e de Pedagogia – 04 de junho (reunião ordinária da CL)
- Apresentação nas Unidades para discussão – mês de junho/julho/agosto.
- Apresentação na Subcomissão de Formação de Professores da CCG – junho
- Discussão nas Comissões de Licenciatura e de Pedagogia, nos Departamentos e nas Áreas Temáticas – junho/julho.

II. Detalhamento dos princípios orientadores do PLANINFO para cada um dos Cursos de Licenciatura (julho a outubro de 2003)

III. Apresentação das 20 versões detalhadas do PLANINFO para a Congregação da FE e das demais Unidades – outubro de 2003.

**OBS:** Data limite para aprovação pela CCG - abril de 2004



**ANEXO V - QUESTÕES DAS ENTREVISTAS** ( é importante ressaltar que as questões abaixo não foram feitas para todos os entrevistados, considerando que algumas delas não eram pertinentes aos sujeitos que não estavam alocados dentro da Faculdade de Educação)

- 1- Como se deve entender a parceria acadêmica da Faculdade de Educação com as outras Faculdades e Institutos?
- 2- Qual a concepção ou concepções de currículo que informaram as mudanças que culminaram com o deslocamento das licenciaturas, em termos legais, para os institutos?
- 3- Quais as principais posições em confronto frente a esta relação entre a Faculdade de Educação e os Institutos, na questão das licenciaturas, dentro da Faculdade?
- 4- Você poderia apontar um projeto de licenciatura que pudesse ser consultado por mim e que contivesse nele concretizado da melhor forma possível esta parceria acadêmica com a Faculdade. Ou seja, um exemplo bem sucedido de planejamento desta parceria.
- 5- Qual a concepção de formação de professor que norteia a nova proposta para as licenciaturas em vigor?
- 6- Em sua visão, qual o aspecto que é mais decisivo na formação dos professores de licenciatura: o domínio do conteúdo ou a formação pedagógica?
- 7- Qual é a tramitação oficial de um projeto de reformulação desde que ele sai do Instituto até que seja aprovado?
- 8- Quais os projetos de licenciatura em parceria que já foram aprovados?
- 9- Qual a sua percepção sobre o processo de tramitação desses projetos? Como se deram as negociações? Você encontrou diferentes posições durante as reuniões? Como você percebe cada aprovação de projeto ou cada tramitação, uma vez que devem ter situações muito heterogêneas e que cada licenciatura apresenta a sua peculiaridade?
- 10- Você deve ter uma visão geral desse processo de reformulação, considerando que é o presidente da Subcomissão Permanente de Formação de Professores. E qual a sua percepção do processo como um todo?
- 11- As tomadas de decisão até agora efetivadas responderam às suas expectativas iniciais?
- 12- A responsabilidade sobre a formação de professores dos cursos de licenciatura sempre foi da Faculdade de Educação. Agora com as novas reformulações essa responsabilidade passou a ser também dos institutos, em sistemas de parceria ou co-responsabilidade. Essa questão, a meu ver, parece mais política interna do que curricular. O que você pode dizer sobre isso?
- 13- Há o risco da Faculdade de Educação perder o controle dos processos de formação de licenciados pelo fato de ter passado a ser apenas uma coadjuvante sem poder sobre o conjunto do currículo de uma licenciatura?
- 14- Quais as mudanças ou impactos que você percebeu durante esse processo, na FE e nos Institutos?

- 15- A Comissão de Estágios da Faculdade de Educação, citada no Ofício CL. FE. 39/2004, está em funcionamento regular ou ficou apenas na teoria?
- 16- A Comissão de Estágios da Faculdade de Educação, citada no Ofício CL. FE. 39/2004 já foi discutida na Congregação da FE?
- 17- As Licenciaturas da Unicamp terão Projetos de Estágios integrados da UNICAMP com as Secretarias de Educação (Estadual e Municipal)? Como estão essas negociações?
- 18- Os estágios terão de ser feitos em escolas que sejam conveniadas à UNICAMP e ao SAE. Esses convênios já foram feitos? Foram usados alguns critérios que controlassem o número de estagiários dentro de uma mesma escola ou que garantissem uma melhor distribuição dos estagiários por toda Campinas, por exemplo, garantindo aos bairros mais afastados o benefício de ter um estagiário?
- 19- Se um aluno morar em uma cidade que não tenha convênio com o SAE ele não poderá fazer estágio em sua cidade e obrigatoriamente terá que procurar outro local de estágio?
- 20- Já ficou definido se o SAE vai elaborar certificados de estágios para os alunos, uma vez que é o órgão responsável pelos estágios?
- 21- Sobre a cobrança de taxas para a prática de estágios a deliberação CAD-a-6, de 17-6-2003, fixa valores para a cobrança de taxas em convênios que tenham como finalidade a realização de estágios por alunos dos cursos de graduação, a serem cobradas exclusivamente das organizações concedentes. No caso dos cursos de licenciatura também haverá essa cobrança de taxa?
- 22- Como você vê a “história” de que o PLANINFO foi implantado com uma imposição por parte da FE?
- 23- O reingresso de ex-alunos bacharéis foi citado na reunião<sup>1</sup> da Subcomissão para que houvesse um debate sobre a possibilidade de criação de mecanismos para acolher ex-alunos bacharéis (reingressantes) que tentam com dificuldades se enquadrar à vida acadêmica. Como está esse caso?
- 24- Em sua opinião, quais problemas das licenciaturas poderão estar sendo melhor encaminhados ou resolvidos com a nova forma de organizar as licenciaturas?
- 25- Este processo de modificação de responsabilidades tem sua motivação em uma insatisfação com o trabalho que a Faculdade de Educação vinha desenvolvendo com os institutos e faculdades
- 26- Por que o FÓRUM DE FORMAÇÃO foi extinto?
- 27- Você gostaria de agregar alguma outra informação?

---

<sup>1</sup> Relatório da reunião da Subcomissão Permanente de Formação de Professores, no dia 09 de setembro de 2004.

Professores da FE- Departamentos

POLÍTICAS, ADMINISTRAÇÃO, E SISTEMAS EDUCACIONAIS	FILOSOFIA E HISTÓRIA DA EDUCAÇÃO	ENSINO E PRÁTICAS CULTURAIS	PSICOLOGIA EDUCACIONAL	EDUCAÇÃO, CONHECIMENTO, LINGUAGEM E ARTE.	CIÊNCIAS SOCIAIS NA EDUCAÇÃO
<b>DEPASE (Marina)</b>	<b>DEFHE (Ana)</b>	<b>DEPRAC (Meg)</b>	<b>DEPE (Márcia)</b>	<b>DELART (Lidia)</b>	<b>DECISE (Juarez)</b>
1. Charles Richard Lyrdaker	1. César Aparecido Nunes	1. Ana Lúcia Guedes Pinto,	1. Anita Liberalasso Neri	1. Adilson Nascimento do Jesus	1. Ana Lúcia Goulart de Faria
2. Clara Germana de Sá G. Nascimento	2. Edigênes Aragão Santos	2. Anna Regina Lanner de Moura	2. Alina Vianna Ripper	2. Agueda Bernardete Bitencourt	2. Aparecida Nen de Souza
3. James Patrick Maher	3. Eduardo O. de Campos Chaves	3. Antonio Miguel	3. Ana Arcanghelo	3. Ana Angélica M. Albano	3. Débora Mazza
4. José Roberto M. Heloani	4. José C. Lombardi	4. Áurea Maria Guimarães	4. Ana Luiza Bustamante Smolka	4. Ana Maria Fonseca de Almeida	4. Elisa Angotti Kossovich
5. José Roberto Rus Perez	5. José Luis Santelico	5. Corínia Maria G. Geraldi	5. Ana Maria F. de Aragão Sadalia	5. Antonio Carlos R. de Amorim	5. Eloisa de Matos Hoffing
6. Luis Enrique Aguilar	6. Lidia Maria Rodrigo	7. Dario Fiorentini	6. Ângela Fátima Soligo	6. Carlos Eduardo A. Miranda	6. Ivany Rodrigues Pino
7. Maria Evelynna Pompeu do Nascimento	7. Maria Cristina Menezes	8. Dione de Carvalho	7. Elizabeth N. G. da S. Mercuri	7. Cnslina Bruzzo	7. Liliana Rolisen Patilli Segnir
8. Newton Antonio P. Bryan	8. Marinha Rosa P. Destro	9. Dircou da Silva	8. Evely Bonuchovitch	8. Eliana Ayoub	8. Márcia de Paula Leite
9. Pedro Ganzelli	9. Mara Regina M. Jacomelli	10. Elisabeth Barolli	9. Luci Banks Leite	9. Ernesta Zamboni	9. Neusa Maria M. de Gusmão
10. Sonia Giubilei	10. René José T. Silveira	11. Elisabete M. de Aguiar Pereira	10. Márcia Regina F. de Brito	10. Heloisa H. Pimenta Rocha	10. Nora Rut Krawczyk
11. Zaccarias Pereira Borges	11. Roberto Akira Goto	12. Guilherme do Val Toledo Prado	11. Orly Zucatto M. de Assis	11. Joaquim Brasil Fontes Jr.	11. Olga R. de Moraes Von Sims
	12. Sérgio E. Montes Castanho	12. Jorge Megid Neto	12. Regina Maria de Souza	12. Leticia Bicalho Canêdo	12. Patrícia Piozzi
	13. Silvio Ancizar Sánchez Gamboa	13. Luiz Carlos de Freitas	13. Roberta Gurgel Azzi	13. Lilian Lopes M. da Silva	13. Sérgio Ferreira do Amaral
	14. Roberto Akira Goto	14. Mara Regina Lemes de Sordi	14. Rosely Palomo Brenelli	14. Márcia M. Strazzacappa Hernandez	14. Salvador Antonio M. Sandov
	15. Silvio Ancizar Sánchez Gamboa	15. Maria Angela Miorim	15. Selma de Cássia Martinelli	15. Maria Carolina B. Galzerani	15. Vicente Rodriguez
		16. Maria Helena Salgado Bagnato	16. Sérgio A. da Silva Leite	16. Maria do Carmo Martins	
		17. Maria Inês de F. Petrucci Rosa	17. Valério Arantes	17. Milton José de Almeida	
		18. Maria José Pereira M. de Almeida	18. Soely Ap. Jorge Polydoro	18. Norma S. de A. Ferreira	
		19. Maria Márcia Signist Malavazi		19. Vera Lúcia Sabongi De Rossi	
		20. Maria Teresa Eglér Mantovan		20. Wenceslão M. de Oliveira Jr	
		21. Pedro da Cunha Pinto Neto			
		22. Roseli Ap. Cação Fontana			
<b>COLABORADOR VOLUNTÁRIO</b>	<b>COLABORADOR VOLUNTÁRIO</b>	<b>COLABORADOR VOLUNTÁRIO</b>	<b>COLABORADOR VOLUNTÁRIO</b>	<b>COLABORADOR VOLUNTÁRIO</b>	<b>COLABORADOR VOLUNTÁRIO</b>
1. Lili Katsuko Kawamura	1. Maria Elizabeth S. Xavier	1. Hilário Fracalanza	1. Sérgio Goldenberg	1. Ana Maria Faccioli de Camargo	
	2. Olinda Maria Noronha	2. Ivan Amoresino do Amaral		2. Ezequiel Theodoro da Silva	
	3. Pedro Laudinor Goergen	3. Manley F. Gouveia			
		4. Sérgio Lorenzato			

*menorabe uncomop.br*      *defhe e uncomop.br*      *megprac e uncomop.br*      *marcia e uncomop.br*      *ped e uncomop.br*      *decise e uncomop.br*

**ANEXO VII – LISTAGENS DOS DOCUMENTOS (FORMAIS E INFORMAIS), CEDIDOS PELA COORDENAÇÃO DE LICENCIATURA E COORDENAÇÃO DA FACULDADE DE EDUCAÇÃO.**

Considerações iniciais: Comissão de discussão sobre a Formação de Professores, 28 de março de 2003.

Fórum de formação, disponível em [www//.fae.unicamp.br/forumfor/inicial.htm](http://www//.fae.unicamp.br/forumfor/inicial.htm)

Relatório da Reunião Geral dos docentes da Faculdade de Educação para discussão da reformulação curricular dos cursos de Formação de Professores da Unicamp, 15 de dezembro de 2003.

Planinfo – versão I e II, 04 de agosto de 2003

Ata de reunião da Sub-CCG de Formação de Professores (sala do CONSU) Pauta: Planinfo – Plano Integrado de Formação de Professores, 11 de setembro de 2003.

CL. FE. Vinho velho em garrafas novas ou a busca do “caminho do meio”: texto elaborado pela Comissão de Licenciaturas, 30 de setembro de 2003.

Deliberação CONSU – A – 36: dispõe sobre a Criação da Subcomissão Permanente de Formação de Professores, 16 de dezembro de 2003.

Deliberação CONSU – A 35: Dispõe sobre a responsabilidade nos cursos de graduação da universidade, 16 de dezembro de 2003.

Deliberação CCG nº.22/2004 156ª Reunião: Dispõe sobre o Regimento interno da Subcomissão Permanente de Formação de Professores da CCG – Unicamp, 06 de maio de 2004.

Deliberação CEPE – A – 12: Dispõe sobre a definição do vetor da carga horária das disciplinas ministradas nos cursos de graduação, 02 de junho de 2004.

Ata da centésima quinquagésima sexta reunião da Comissão Central de Graduação da Universidade Estadual de Campinas, 06 de maio de 2004.

Ata da Reunião Extraordinária da Comissão Central de Graduação da Universidade Estadual de Campinas, 22 de abril de 2004.

Ata da centésima octogésima terceira reunião ordinária da Congregação da Faculdade de Educação, 02 de junho de 2004.

OF.DEPE/FE nº. 30/2004, 04 de agosto de 2004

OF.DASE/FE nº. 33/2004, 05 de junho de 2004

OF.DEME/FE nº. 36/2004, 04 de agosto de 2004

OF.DEFHE/FE nº. 38/2004, 04 de agosto de 2004

OF.DEFHE/FE nº. 23/2004, 28 de abril de 2004

OF.DASE/FE nº. 48/2004, 21 de outubro de 2004

OF. circ.CL.FE nº. 58/2004, 01 de outubro de 2004

OF.DEPE/FE nº. 31/2004, 04 de agosto de 2004

OF.DEPE/FE nº.47/2004, 20 de outubro de 2004

OF.DECISAE nº. 66/2004, 05 de outubro de 2004

OF.DEFHE/FE nº. 66/2004, 21 de outubro de 2004

OF.DEME nº. 12/2004, 25 de março de 2004

OF.SCPFP nº. 01/2004, 01 de abril de 2004

OF.IEL/CG nº. 04/2004, 14 de junho de 2004

OF.SG/IFCH nº. 37/2004, 07 de julho de 2004

Parecer da Congregação do IFCH nº. 138/2004, 07 de julho de 2004.

Parecer da Faculdade de Educação CG/FE, dispõe sobre a instância para análise de propostas de Parceria Acadêmica, 01 de abril de 2004.

SCPFP. (Parecer) Dispõe sobre a prorrogação do prazo para elaboração dos projetos dos currículos plenos dos cursos de Formação de Professores, 16 de abril de 2004.

Parecer da Faculdade de Educação sobre a reconfiguração dos vetores de carga horária das disciplinas para os novos currículos dos cursos de licenciaturas, 27 de outubro de 2004.

Anotações referentes à Comissão de Licenciatura, 04 de agosto de 2004.

Reforma curricular da Graduação em História (Bacharelado e Licenciatura), agosto de 2004.

Ata de presença: reunião da Comissão de Licenciatura sobre a discussão da parceria acadêmica nos cursos de História, Filosofia, Letras e Artes (sem data).

FE. (ofício sem numeração) Oferecimento de disciplinas para as licenciaturas, 09 de agosto de 2004.

Cópia de e-mails da coordenadora da Comissão de Licenciaturas, Maria Inês Petrucci Rosa, convocando os membros da referida comissão para reunião extraordinária sobre a discussão dos projetos dos cursos de História e Filosofia, 04 de agosto de 2004.

Cópia de e-mail – Coordenação de Licenciatura/IFCH sobre a negociação da grade curricular, 21 de julho de 2004.

Proposta para o oferecimento de disciplinas pela Faculdade de Educação para a modalidade de licenciatura do curso de Filosofia (30), 05 de julho de 2004.

Convocação da Comissão de Licenciatura para discussão sobre a reconfiguração dos vetores das disciplinas a serem oferecidas nos novos currículos de licenciatura, 04 de outubro de 2004.

Ensaio a Gestão do Currículo reformado para as licenciaturas, documento elaborado por Agueda, junho de 2004.

Documento Preliminar para discussão: reunião da Subcomissão Permanente de Formação de Professores da CCG/Unicamp, 22 de junho de 2004.

Programa de Formação de Professores – USP- Comissão de Licenciatura – Pró- Reitoria de Graduação, SP/2004.

OF.FE 245/2004, 12 de agosto de 2004

OF.CL.FE 53/2004, 20 DE OUTUBRO DE 2004

OF.CL.FE 55/2004, 22 de setembro de 2004

OF.CL.FE 28/2004, 21 de maio de 2004

OF.CL.FE 60/2004, 19 de outubro de 2004

OF.CL.FE 46/2004, 12 de agosto de 2004

OF.CL.FE 43/2004, 26 de julho de 2004

OF.CL.FE 41/2004, 21 de julho de 2004

OF.CL.FE 35/2004, 21 de julho de 2004

OF.CL.FE 32/2004, 15 de junho de 2004

OF.CL.FE 39/2004, 16 de julho de 2004

OF.CG/DAP 010/2004, 07 de maio de 2004

OF.FE. nº 182/2004, 15 de junho de 2004

OF.IEL – DIR nº 35/2004, 15 de junho de 2004

OF.SC/IFCH nº 42/2004 – Proposta de Parceria Acadêmica entre a Faculdade de Educação e o curso de História, 14 de julho de 2004.

OF.FE. nº 228/2004, 27 de julho de 2004

OF.CL nº 43/2004, 26 de julho de 2004

OF.FE nº. 077/2004, 14 de abril de 2004

OF.CL.FE (sem número) – Encaminhado ao diretor da Faculdade de Educação Prof. Dr. Jorge Megid Neto, 24 de maio de 2004.

Parecer do Instituto de Química sobre a reforma curricular de graduação em Letras, 27 de setembro de 2004.

OF.IEL/CG nº. 056/2004, dispõe sobre a proposta curricular de licenciatura em Letras, 16 de setembro de 2004.

CCG – 16/2004 – Parecer: dispõe sobre a criação de mecanismos para acolher ex-alunos bacharéis reingressantes, 03 de junho de 2004.

CCG nº. 08/2004 – Parecer: dispõe sobre a revisão e redefinição dos vetores de carga horária das disciplinas, 12 de maio de 2004.

Deliberação CEPE – A -12, dispõe sobre a definição do vetor de carga horária das disciplinas ministradas nos cursos de graduação, elaborada em 02 de junho de 2004 e publicada no DOE em 26 de junho de 2004.

FEF. Carta da Faculdade de Educação Física para os coordenadores dos outros cursos relatando a primeira reunião da Comissão de Ensino da FEF sobre o tema: reformulação curricular, 08 de abril de 2004.

Parecer da FEF sobre o Projeto de reforma curricular do curso de graduação em História, 28 de setembro de 2004.

SGEnf OF. nº 049/2004 – Parecer sobre o Projeto de reforma curricular do curso de licenciatura em Filosofia, elaborado pela FCM, 27 de setembro de 2004.

MEMO. Dir. IQ nº 093/2004 – Proposta de reformulação do curso de Licenciatura em Química (Diurno), enviada à Faculdade de Educação para apreciação, 04 de maio de 2004

Proposição da Faculdade de Educação para as parcerias nas licenciaturas: material apresentado na Subcomissão Permanente de Formação de Professores (atualizado), 04 de junho de 2004

SCPFP – CCG – Parecer elaborado pelo IFCH sobre o Projeto de reforma curricular de Licenciatura em Química para o catálogo de 2005, 27 de setembro de 2004.

OF.IEL/CG nº 024/2004 – Proposta de reformulação curricular do curso de Licenciatura em Letras (grade curricular), 12 de maio de 2004

IA – Disciplinas para a Licenciatura dos cursos de Educação Artística, Dança e Música: documento enviado à Coordenação de Licenciatura, 23 de junho de 2004.

Grade Curricular dos cursos de Licenciaturas em Letras (diurno e noturno): documento enviado à Coordenação de Licenciatura, 20 de setembro de 2004.

SCPFP nº 03/2004 – Parecer: A Subcomissão Permanente de Formação de Professores declara favorável ao Projeto de reforma curricular do curso de Licenciatura em Química (diurno), 04 de outubro de 2004.

SCPFP nº 04/2004 – Parecer: A Subcomissão Permanente de Formação de Professores declara favorável ao Projeto de reforma curricular do curso de Licenciatura em Letras, 04 de outubro de 2004.

SCPFP nº 05/2004 – Parecer: A Subcomissão Permanente de Formação de Professores declara favorável ao Projeto de reforma curricular do curso de Licenciatura em Química (diurno), 04 de outubro de 2004.

SCPFP nº 06/2004 – Parecer: A Subcomissão Permanente de Formação de Professores declara favorável ao Projeto de reforma curricular do curso de Graduação em História – Licenciatura e Bacharelado, 04 de outubro de 2004.

Proposta Curricular da Enfermagem (grade curricular) Bacharelado e Licenciatura/2006.

OF.CL.FE 04/2005, 02 de fevereiro de 2005

OF.CL.FE 003/2005, 02 de fevereiro de 2005

OF.CL.FE 006/2005, 04 de fevereiro de 2005

OF.CL.FE 007/2005, 04 de fevereiro de 2005

OF.CL.FE 011/2005, 15 de fevereiro de 2005

OF.CL.FE 014/2005 – Parecer da Comissão de Licenciatura sobre o Projeto de reforma curricular do curso de Ciências Sociais, 28 de fevereiro de 2005

Proposta da Faculdade de Educação para participar da Licenciatura Integrada Física – Matemática (diurno). Documento enviado ao IMECC, 21 de março de 2005

Projeto Pedagógico do Curso de Graduação em Filosofia da Unicamp.

Relatório de Gestão da Coordenação de Licenciaturas da Faculdade de Educação no período de 06/2004 a 04/2005: Elaborado por Maria Inês Petrucci Rosa.

Deliberação CONSU – 199/05: Dispõe sobre a Criação, Extinção e alteração de denominação de Departamentos da Faculdade de Educação, 03 de agosto de 2005.

Relatório da Reunião CCG- Subcomissão Permanente de Formação de Professores, 02 de dezembro de 2004.

Relatório da Reunião CCG- Subcomissão Permanente de Formação de Professores, 03 de março de 2005.

Relatório da Reunião CCG- Subcomissão Permanente de Formação de Professores, 13 de maio de 2004.

Relatório da Reunião CCG- Subcomissão Permanente de Formação de Professores, 07 de abril de 2005.

Relatório da Reunião CCG- Subcomissão Permanente de Formação de Professores, 20 de maio de 2004.

Relatório da Reunião CCG- Subcomissão Permanente de Formação de Professores, 27 de maio de 2004.

Relatório da Reunião CCG- Subcomissão Permanente de Formação de Professores, 04 de junho de 2004.

Relatório da Reunião CCG- Subcomissão Permanente de Formação de Professores, 17 de junho de 2004.

Relatório da Reunião CCG- Subcomissão Permanente de Formação de Professores, 24 de junho de 2004.

Relatório da Reunião CCG- Subcomissão Permanente de Formação de Professores, 17 de março de 2005.

Relatório da Reunião CCG- Subcomissão Permanente de Formação de Professores, 02 de dezembro de 2004.

Relatório da Reunião CCG- Subcomissão Permanente de Formação de Professores, 08 de julho de 2004.

Relatório da Reunião CCG- Subcomissão Permanente de Formação de Professores, 09 de setembro de 2004.

Relatório da Reunião CCG- Subcomissão Permanente de Formação de Professores, 04 de novembro de 2004.

Relatório da Reunião CCG- Subcomissão Permanente de Formação de Professores, 21 de outubro de 2004.

Relatório da Reunião CCG- Subcomissão Permanente de Formação de Professores, 17 de junho de 2004.

Relatório da Reunião CCG- Subcomissão Permanente de Formação de Professores, 04 de junho de 2004.

Relatório da Reunião CCG- Subcomissão Permanente de Formação de Professores, 24 de junho de 2004.

Relatório da Reunião CCG- Subcomissão Permanente de Formação de Professores, 12 de agosto de 2004.

Ata - 169ª Reunião. CCG (Vol I, II e III) – Local: sala de reunião do CONSU - prédio da reitoria II – 1º andar, 13 de outubro de 2005.